LUZ SOBRE A IDADE MÉDIA

Idade Média. A Idade das Trevas. Eis a imagem que temos ainda do que aprendemos no liceu.

Régine Pernoud reage contra estes preconceitos, revelando toda a riqueza do período medieval. No campo da literatura, refere-se a epopeias como a Canção de Rolando, aos romances de cavalaria, à novela amorosa, à poesia, às farsas, às fábulas. Evoca o desenvolvimento artístico desta época, assim como aspectos menos conhecidos: o interesse dedicado às ciências e à medicina.

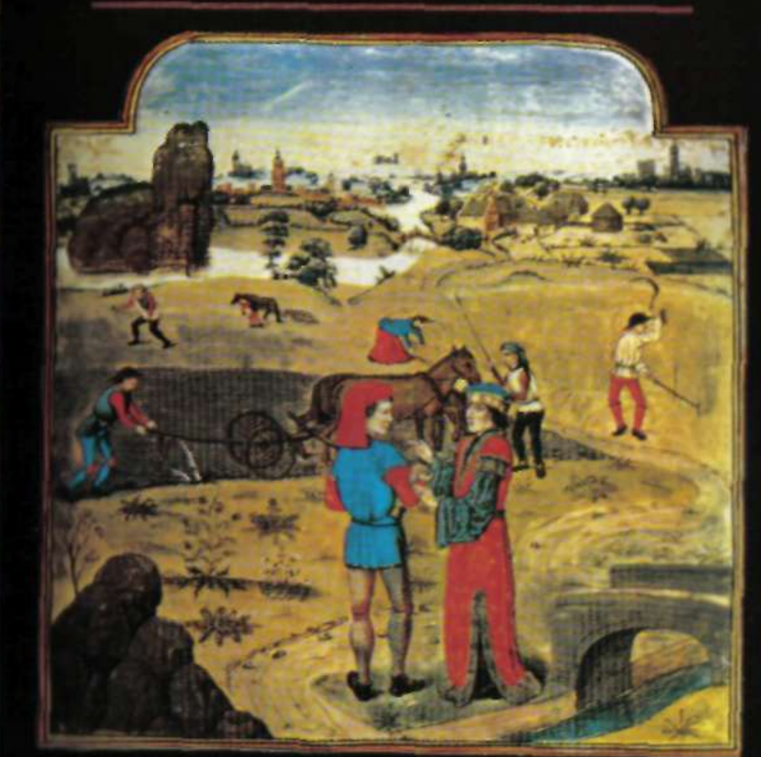
A própria vida quotidiana traz a marca de uma civilização já refinada. Basta dizer que a higiene estava mais desenvolvida do que no século XVII. A hierarquia social assentava essencialmente nos laços familiares. As mulheres tinham direitos que perderam a partir do século XVI.

LUZ SOBRE A IDADE MÉDIA

A descoberta fabulosa de um tempo mal conhecido, onde se misturam o profano e o sagrado e onde o comércio, as ciências e as artes conhecem grande desenvolvimento. Idade Média, uma idade de trevas? Não! Idade Média, uma idade de luz.

RÉGINE PERNOUD

LUZ SOBRE A IDADE MÉDIA



RÉGINE PERNOUD

LUZ SOBRE A IDADE MÉDIA

PUBLICAÇÕES EUROPA-AMERICA
http://saomiguel.webng.com/

Título original: *Lumière du Moyen Age*

Tradução de António Manuel de Almeida Gonçalves
Tradução portuguesa © de P. E. A.
Revisão técnica da Dr.ª Júlia Saldanha

Capa: estúdios P. E. A.

Editor: Francisco Lyon de Castro

PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉI
Apartado 8
2726 MEM MARTINS CODEX
PORTUGAL

Edição n.º: 158026/6749
Março de 1997

Execução técnica:
Gráfica Europam, Lda.,
Mira-Sintra — Mem Martins

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

«Fazer livros é um trabalho sem fim», dizia o Eclesiastes, no tempo em que a Bíblia se chamava Vulgata. É um pouco o sentimento do autor considerando a presente obra quase a quarenta anos de distância ... Trabalho sem fim.

Este tinha sido empreendido alguns anos após a minha saída da École des Chartes, na fascinação de uma descoberta ainda completamente nova. Para mim, com efeito, como para toda a gente, no fim dos estudos secundários e de uma licenciatura clássica, a «Idade Média» era uma época de «trevas». Muniam-nos, tanto em literatura como em história, de um sólido arsenal de juízos prefabricados que nos levavam pura e simplesmente a declarar ingénuos os auditores de São Tomás de Aquino e bárbaros os construtores do Thoronet. Nada nesses séculos obscuros que valesse a pena de alguém se deter neles. Por isso não deixou de ser com um sentimento de resignação que abordei uma escola destinada nas minhas intenções a abrir-me uma carreira de bibliotecária.

E eis que se me abriu uma janela para um outro mundo. E que após pouco mais de três anos de cursos —pontuados muitas vezes, é preciso dizê-lo, por crises de sono irreprimível, quando se tratava, por exemplo, de biblioteconomia ou de arquivística— «esses tempos a que chamamos obscuros» me apareciam numa luz insuspeitável. O mérito da escola era de nos colocar de repente em face dos próprios materiais da história. Nenhuma «literatura», muito pouca importância dada às opiniões emitidas por professores, mas uma exigência rigorosa perante textos ou monumentos da época tomados no sentido mais lato. Éramos levados, em suma, a ser técnicos da história, e isso era mais fértil que as diversas filosofias da mesma história que tínhamos tido ocasião de abordar anteriormente. No terceiro ano, sobretudo, a arqueologia e mais ainda a história do direito, ensinada por esse mestre que foi Roger Grand, faziam-nos penetrar numa sociedade nas suas estruturas profundas como na sua expressão artística; revêlavam-nos um passado aflorando ainda o presente, um mundo que tinha visto apagar-se o lirismo, nascer a literatura romanesca e

erguerem-se Chartres e Reims; a identificar uma estátua após outra, descobríamos personagens de uma grande humanidade; a folhear cartas ou manuscritos tomávamos consciência de uma harmonia da qual cada sinete, cada linha traçada, cada paginação pareciam deter o segredo.

Tanto assim que, pouco a pouco, uma pergunta nascia, a qual, em tempos demasiado difíceis para deixar lugar para a contestação, mal ousávamos formular: por que razão nada nos tinha nunca deixado pressentir tudo isso? Por que razão esses programas que nunca nos faziam entrever senão um grande vazio entre o século de Augusto e o Renascimento? Por que razão tínhamos de adoptar sem discussão a opinião de um Boileau sobre os «séculos grosseiros» e acolher apenas com um sorriso indulgente a dos românticos sobre a floresta gótica?

A presente obra nasceu destas interrogações e de uma série de outras semelhantes. E parece que hoje toda a gente as colocaria. Mas nem é mesmo essa a questão. Como entretanto começaram a viajar, os Franceses, como toda a gente, aprenderam a ver. Uma cultura latente que faltava completamente na minha juventude, em que a «Cultura» era ainda apanágio de uma sociedade muito restrita, difundiu-se. E se não chegámos ainda ao ponto de viajar tanto como os Anglo-Saxões, ou de ler tanto como os Irlandeses, o nível geral, sobretudo de há vinte e cinco anos para cá, contrariamente a tantos clamores pessimistas, parece-nos ter-se consideravelmente elevado. Tanto assim, que um pouco por toda a parte começa-se a saber discernir no nosso meio aquilo que merece ser admirado.

«Vai passar a sua vida a reescrever essa obra», tinha-me dito, quando do seu aparecimento, Léon Gischia; e essa segurança, vinda de um pintor que eu admirava profundamente, ele próprio muito informado sobre as diversas formas de arte da nossa Idade Média, tinha-•me tocado. De facto, ele tinha razão. Todos os meus trabalhos iam ser consagrados a estudar, aprofundar, esclarecer os caminhos aqui abertos ou entrevistos, a tentar uma exploração mais completa, a querer fazê-la partilhar também por um público muito pronto para manifestar a sua curiosidade de espírito; isto sobretudo, notemo-lo, fora dos meios tradicionalmente votados à cultura clássica e a ela só.

A propósito desta reedição, trinta e cinco anos exactamente após o seu aparecimento, punha-se a questão de rejuvenescer ou não a obra. Feita a reflexão, deixamo-la tal como foi escrita. Os leitores estão hoje aptos a cobrir as suas eventuais lacunas, graças a colecções como a de «Zodíaco» sobre a arte romana ou como os Cahiers de civilisation médiévale; *ou ainda graças a esses estudos tão honestos, tão trabalhados, de Reto Bezzola, de Pierre Riché, de Paul Zumthor, de Léopold Génicot e de inúmeros eruditos americanos, Lynn White e tantos outros.*

Não deixaremos de notar aqui e além algumas aproximações. Assim, reproduzi bastante inocentemente o que me ensinaram relativo «ao esquecimento da escultura» até à época romana e gótica; os pintores do nosso tempo corrigiram de certa maneira a nossa visão e fizeram-nos compreender que os pintores de fescos romanos não estavam à espera de um Matisse para obedecer às «leis da perspectiva». Ou são ainda erros de detalhe: Abelardo nunca ensinou em Argenteuil; mas hoje já se sabe mais sobre ele.

Teríamos querido rectificar do mesmo modo, aqui e além, imprecisões, detalhes que «fazem época», epítetos intempestivos, juízos um pouco peremptórios: culpa da juventude; mas ao suprimi-los correria o risco de suprimir também um certo fervilhar de entusiasmo devido a essa mesma juventude. Podemos invocar para ela a indulgência do leitor. Essa mesma indulgência que me manifestou, na primeira vez que franqueei, muito intimidada, a porta das edições Grassei, o querido Henry Poulaille, então director do serviço literário. A despeito das suas imperfeições, esta obra pode apresentar para outros uma iniciação um pouco comparável à que recebi na velha casa do n.° 19 da Rue de la Sorbonne.

*

Seria encetar um outro capítulo — sem dúvida o mais importante — dizer todo o reconhecimento que sinto para com todos os que inspiraram, acolheram, encorajaram esta obra e me forneceram a sua matéria ou a sua forma. Recuando no tempo, haveria em primeiro lugar os que aconselharam ou quiseram esta reedição: Christian de Bartillat, das edições Stock, ou Françoise Verny, das edições Grassei. E além deles, tantos eruditos, mestres ou colegas. Apreciamos melhor, «quand le jour baissc aux fenêtres et que se taisent les chansortb-» ', *o alcance do* «qu'as-tu que tu ne 1'aies reçu?» [2]

(1) Quando o dia declina sob as Janelas e se calam as cançOes. *(N. do R.)*

(2) Que adquiriste tu que não tenhas recebido? *(N. do R.)*

Mas, em primeiro lugar e para além do mais, houve como ponto de partida para esta obra, o conselho e a opimao do meu irmão Georges (Se tudo o que nos contas sobre a Idade Média e exacto, escreve-o- ninguém o sabe), e, por consequência, todas as outras minhas obras terão sido inspiradas, guiadas, revistas postas em pratica por aquele que, atento à obra dos outros a ponto de negligenciar por isso a sua própria obra, conhece hoje a Luz para além de toda a luz.

2 de Fevereiro de 1981.

[...] esses tempos a quem chamam obscuros.

(Miguel de UNAMUNO)

CAPITULO I

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Julgou-se durante muito tempo que bastava, para explicar a sociedade medieval, recorrer à clássica divisão em três ordens: clero, nobreza e terceiro estado. É a noção que dão ainda os manuais de história: três categorias de indivíduos, bem definidas, tendo cada uma as suas atribuições próprias e nitidamente separadas umas das outras. Nada está mais afastado da realidade histórica. A divisão em três classes pode aplicar-se ao Antigo Regime, aos séculos xvn e xvm, onde, efectivamente, as diferentes camadas da sociedade formaram ordens distintas, cujas prerrogativas e relações dão conta do mecanismo da vida. No que concerne à Idade Média, semelhante divisão é superficial: explica o agrupamento, a repartição e distribuição das forças, mas nada revela sobre a sua origem, sobre a sua jurisdição, sobre a estrutura profunda da sociedade. Tal como aparece nos textos jurídicos, literários e outros, esta é bem uma hierarquia, comportando uma ordem determinada, mas esta ordem é outra que não a que se julgou, e à partida muito mais diversa. Nos actos notariais, vê-se correntemente o senhor de um condado, o cura de uma paróquia aparecerem como testemunhas em transacções entre vilão, c *corte*[1] de um barão — quer dizer, o seu meio, os seus familiares - comporta tantos servos e frades como altas personagens. As atribuições destas classes estão também estreitamente misturadas: a maior parte dos bispos são igualmente senhores; ora muitos deles saem do povo miúdo; um burguês que compra uma terra nobre torna-se, em certas regiões, ele próprio nobre. Logo que abandonamos os manuais para mergulhar nos textos, esta noção das «três classes da sociedade» aparece-nos como fictícia e sumária.

Mais próxima da verdade, a divisão em privilegiados e não privilegiados permanece, ela também, incompleta, porque houve, na Idade Média, privilegiados da alta à mais baixa escala social. O mais pequeno aprendiz é, a determinados níveis, um privilegiado, pois participa dos privilégios do corpo de ofício; as isenções da Univer-

(1) *Mesnada é* o termo correspondente entre nós, mas de sentido diferente, englobando uni companheirismo guerreiro. *(N. do R.)*

sidade aproveitam tanto aos estudantes e mesmo aos seus criados como aos mestres e aos doutores. Alguns grupos de servos rurais gozam de privilégios precisos que o seu senhor é obrigado a respeitar. Não considerar, como privilégios, senão os da nobreza e do clero, é conceder uma noção completamente errónea da ordem social.

Para compreender bem a sociedade medieval, é necessário estudar a sua organização familiar. Aí se encontra a «chave» da Idade Média e também a sua originalidade. Todas as relações, nessa época, se estabelecem sobre a estrutura familiar: tanto as de senhor-vassalo como as de mestre-aprendiz. A vida rural, a história do nosso solo, não se explicam senão pelo regime das famílias que aí viveram. Queria-se avaliar a importância de uma aldeia? Contava-se o número de «fogos» e não o número de indivíduos que a compunham. Na legislação, nos costumes, todas as disposições tomadas dizem respeito aos bens de família, ao interesse da linhagem, ou, estendendo esta noção familiar a um círculo mais importante, ao interesse do grupo, do corpo de ofício, que não é senão uma vasta família fundada sobre o mesmo modelo que a célula familiar propriamente dita. Os altos barões são antes de tudo pais de família, agrupando à sua volta todos os seres que, pelo seu nascimento, fazem parte do domínio patrimonial; as suas lutas são querelas de família, nas quais toma parte toda essa *corte*, a qual têm o cargo de defender e de administrar. A história da feudalidade não é outra senão a das principais linhagens. E que será, no fim de contas, a história do poder real do século x ao século xiv? A de uma linhagem, que se estabelece graças à sua fama de coragem, ao valor de que os seus antepassados tinham feito prova: muito mais que um homem, é uma família que os barões colocaram à sua cabeça; na pecsoa de Hugo Capeto viam o descendente de Roberto, o Forte, que tinha defendido a região contra os invasores normandos, de Hugo, o Grande, que tinha já usado a coroa; facto que transparece no famoso discurso de Adalbéron de Reims: «Tomai por chefe o duque dos Francos, glorioso pelas suas acções, *pela sua família e pelos seus homens*, o duque em quem encontrareis um tutor não só dos negócios públicos, mas dos vossos negócios *privados*.» Esta linhagem manteve-se no trono por hereditariedade, de pai para filhos, e viu os seus domínios crescerem por heranças e por casamentos, muito mais que por conquistas: história que se repete milhares de vezes na nossa terra, a diversos níveis, e que decidiu uma vez por todas os destinos da França, fixando na sua terra linhagens de camponeses e de artesãos, cuja persistência através dos reveses dos tempos criou realmente a nossa nação. Na base da «energia francesa» há a família, tal como a Idade Média a compreendeu e conheceu.

Não poderíamos apreender melhor a importância desta base familiar que opondo, por exemplo, a sociedade medieval, comporta de famílias, à sociedade antiga, composta de indivíduos. Nesta, o homem, *vir*, detém a primazia em tudo; na vida pública ele é o *civis*, o cidadão, que vota, que faz as leis e toma parte nos negócios de Estado; na vida privada, é o *pater famílias*, o proprietário de um bem que lhe pertence pessoalmente, do qual é o único responsável e sobre o qual as suas atribuições são quase ilimitadas. Em parte alguma se vê a sua família ou a sua linhagem participando na sua actividade. A mulher e os filhos estão-lhe inteiramente submetidos e permanecem em relação a ele em estado de menoridade perpétua; tem sobre eles, como sobre os escravos ou sobre as propriedades, o *jus utendi et abutendi*, o poder de usar e abusar. A família parece não existir senão em estado latente; não vive senão pela personalidade do pai, simultaneamente chefe militar e grande sacerdote; isto com todas as consequências morais que daí decorrem, entre as quais é preciso colocar o infanticídio legal. A criança é de resto na Antiguidade a grande sacrificada: é um objecto cuja vida depende do juízo ou do capricho paternal; está submetido a todas as eventualidades da troca ou da adopção, e, quando o direito de vida lhe é acordado, permanece sob a autoridade do *pater famílias* até à morte deste; mesmo então não adquire de pleno direito a herança paterna, já que o pai pode dispor à vontade dos seus bens por testamento; quando o Estado se ocupa desta criança não é de todo para intervir a favor de um ser frágil, mas para realizar a educação do futuro soldado e do futuro cidadão.

Nada subsiste desta concepção na nossa Idade Média. O que importa então já não é o homem, mas a linhagem. Poderíamos estudar a Antiguidade — e estudamo-la de facto — sob a forma de biografias individuais: a história de Roma é a de Sila, de Pompeu, de Augusto; a conquista dos Gauleses é a história de Júlio César. Abordar-se a Idade Média? Uma mudança de método impõe-se: a história da unidade francesa é a da linhagem capetiana; a conquista da Sicília é a história dos descendentes de uma família normanda, demasiado numerosa para o seu património. Para compreender bem a Idade Média, é preciso vê-la na sua continuidade, no seu conjunto. É talvez por isso que ela é muito menos conhecida e muito mais difícil de estudar que o período antigo, porque é necessário apreendê-la na sua complexidade, segui-la na continuidade do tempo, através dessas *cortes* que são a sua trama; e não apenas as que deixaram um nome pelo brilho dos seus feitos ou pela importância do seu domínio, mas também as gentes mais humildes, das cidades e dos campos, que é preciso conhecer na sua vida familiar se quisermos dar conta do que foi a sociedade medieval.

O que, aliás, se explica: durante esse período de perturbações e de decomposição total que foi a Alta Idade Média, a única fonte de unidade, a única força que permaneceu viva, foi precisamente o núcleo familiar, a partir do qual se constituiu pouco a pouco a unidade francesa. A família e a sua base fundiária foram assim, devido às circunstâncias, o ponto de partida da nossa nação.

Esta importância dada à família traduz-se por uma preponderância, muito marcada na Idade Média, da vida privada sobre a vida pública. Em Roma, um homem não tem valor senão enquanto exerce os seus direitos de cidadão: enquanto vota, delibera e participa nos negócios do Estado; as lutas da plebe para obter o direito de ser representada por um tribuno são a este nível bastante significativas. Na Idade Média, raramente se trata de negócios públicos: ou melhor, estes tomam logo o aspecto de uma administração familiar; são contas de domínio, regulamentos de rendeiros e de proprietários; mesmo quando os burgueses, no momento da formação das comunas, reclamam direitos políticos, é para poderem exercer livremente o seu ofício, não serem mais incomodados pelas portagem e pelos direitos de alfândega; a actividade política, em si, não apresenta interesse para eles. De resto, a vida rural é então infinitamente mais activa que a vida urbana, e, tanto numa como noutra, é a família, não o indivíduo, quem prevalece como unidade social.

Tal como nos aparece no século X, a sociedade assim compreendida apresenta como traço essencial a noção de solidariedade familiar saída dos costumes bárbaros, germânicos ou nórdicos. A família é considerada como um corpo, em todos os membros do qual circula um mesmo sangue, ou como um mundo reduzido, desempenhando cada ser o seu papel com a consciência de fazer parte de um todo. A união não repousa, pois, como na antiguidade romana, sobre a concepção estatista da autoridade do seu chefe, mas sobre esse facto de ordem biológica e moral, ao mesmo tempo, de acordo com o qual todos os indivíduos que compõem uma mesma família estão unidos pela carne e pelo sangue, os seus interesses são solidários, e nada é mais respeitável que a afeição que naturalmente os anima uns para com os outros. Tem-se muito vivo o sentido desse carácter comum dos seres de uma mesma família:

Les gentils fils des gertiils péres
Des gentils et des bonnes mères
lis ne font pas de pesants heires [hoirs, héritiers] [2]

2 ***Os gentis filhos dos gentia pois/Dos gentis e dos boas mães/Não se tornam herdeiros pesados.***

diz um autor do tempo. Aqueles que vivem debaixo de um mesmo tecto, que cultivam o mesmo campo e que se aquecem no mesmo fogo, ou, para empregar a linguagem do tempo, os que participam do mesmo «pão e pote» [3], «que cortam a mesma côdea», sabem que podem contar uns com os outros, que o apoio da sua *corte* não lhes faltará. O espírito de grupo é, com efeito, mais potente aqui do que poderia ser em qualquer outro agrupamento, já que se funda sobre os laços inegáveis do parentesco pelo sangue e se apoia sobre uma comunidade de interesses não menos visível e evidente. O autor de quem foi citado o extracto precedente, Étienne de Fougères, protesta no seu *Livre des Manières [Livro das Maneiras]* contra o nepotismo dos bispos; todavia, reconhece que estes fariam bem em rodear-se dos seus parentes «se estão de boas relaçõe.», pois, diz ele, nunca podemos ter a certeza da fidelidade dos estranhos, enquanto os nossos, pelo menos, não nos faltarão.

Partilha-se, pois, as alegrias e os sofrimentos; recolhe-se em casa os filhos daqueles que morreram ou estão em dificuldades, e todas as pessoas de uma mesma casa se agitam para desagravar [4] a injúria feita a um dos seus membros. O direito de guerra privada, reconhecido durante grande parte da Idade Média, não é senão a expressão da solidariedade familiar. Correspondia, no seu início, a uma necessidade: quando da fraqueza do poder central, o indivíduo não podia contar com qualquer outra ajuda a não ser a da corte para o defender, e durante toda a época das invasões ficaria entregue, sozinho, a toda a e pécie de perigos e de misérias. Para viver era preciso fazer frente, agrupar-se — e que grupo valeria alguma vez mais que uma família resolutamente unida?

A solidariedade familiar, exprimindo-se se fosse preciso pelo recurso às armas, resolvia então o difícil problema da segurança pessoal e da do domínio. Em certas províncias, particularmente no Norte da França, o *habitat* traduz este sentimento da solidariedade: o principal compartimento da casa é a *sala,* a sala que preside, com a sua vasta lareira, às reuniões de família, a sala onde se reúnem para comer, para festejar nos casamentos e nos aniversários e para velar os mortos; é o *hall* dos costumes anglo-saxões — porque a Inglaterra teve na Idade Média costumes semelhantes aos nossos, aos quais permaneceu fiel em muitos pontos.

A esta comunidade de bens e de afeição é necessário um administrador. É naturalmente o pai de família que desempenha este papel.

³ Em português a expressão correspondente será «comer da mesma gamela». *(N. do R)*

4 O desagravo é no Portugal medieval o direito de revindicta. *(N. do R.)*

Mas a autoridade de que ele desfruta é antes a de um gerente em **lugar** de ser a de um chefe, absoluta e pessoal como no direito romano: gerente responsável, directamente interessado na prosperidade da casa, mas que cumpre um dever mais do que exerce um direito. Proteger os seres fracos, mulheres, crianças, servos, que vivem debaixo do seu tecto, assegurar a gestão do património, tal é o seu cargo; mas não o consideram o chefe definitivo da casa familiar, nem como o proprietário do domínio. Embora desfrute dos seus bens patrimoniais, não tem senão o seu usufruto; tal como os recebeu dos antepassados deve transmiti-los àqueles cujo nascimento designará para lhe sucederem. O verdadeiro proprietário é a família, não o indivíduo.

Do mesmo modo, embora possua toda a autoridade necessária para as suas funções, está longe de ter, sobre a mulher e os filhos, esse poder sem limites que lhe concedia o direito romano. A mulher colabora na *mainbournie*, quer dizer, na administração da comunidade e na educação dos filhos; ele gere os bens próprios porque o consideram mais apto do que ela para os fazer prosperar, coisa que não se consegue sem esforço e sem trabalho; mas quando, por uma razão ou por outra, tem de se ausentar, a mulher retoma essa gestão sem o mínimo obstáculo e sem autorização prévia. Guarda-se tão viva a recordação da origem da sua fortuna que, no caso em que uma mulher morra sem filhos, os seus bens próprios voltam integralmente para a sua família; nenhum contrato pode opor-se a isto, as coisas passam-se naturalmente assim.

Em relação aos filhos, o pai é o guardião, o protector e o mestre. A sua autoridade paterna pára na maioridade, que adquirem muito jovens: quase sempre aos catorze anos entre os plebeus; entre os nobres, a idade evolui de catorze a vinte anos, porque têm de fornecer para a defesa do feudo um serviço mais activo, que exige forças e experiência. Os reis de França eram considerados maiores com catorze ou quinze anos, e foi com esta idade, sabe-se, que Filipe Augusto atacou à cabeça das suas tropas. Uma vez maior, o jovem continua a gozar da protecção dos seus e da solidariedade familiar, mas, diferentemente do que se passava em Roma e consequentemente nos países de direito escrito, adquire plena liberdade de iniciativa e pode afastar-se, fundar uma família, administrar os seus próprios bens como entender. Logo que é capaz de agir por si mesmo, nada vem entravar a sua actividade; torna-se senhor de si próprio, mantendo, no entanto, o apoio da família de que saiu. É uma cena clássica dos romances de cavalaria ver os filhos da casa, logo que estão em idade de usar armas e de receber a investidura, deixar a residência paterna para correr o mundo ou ir servir o seu suserano.

A noção de família assim compreendida repousa sobre uma base

material: é a herança de família — bem fundiário em geral, porque **a** terra constitui, desde os começos da Idade Média, a única fonte de riqueza e permanece consequentemente o bem estável por excelência.

Héritage ne peut mauvoir
Mais meubles est chose volage '

dizia-se então. Esta herança familiar, quer se trate de um arrendamento servil ou de um domínio senhorial, permanece sempre propriedade da linhagem. É impenhorável e inalienável; os reveses acidentais da família não podem atingi-la. Ninguém lha pode tomar e a família também não tem o direito de a vender ou traficar.

Quando o pai morre, esta herança de família passa para os herdeiros directos. Se se trata de um feudo nobre, o filho mais velho recebe quase a sua totalidade, porque é necessário um homem, e um homem amadurecido pela experiência, para manter e defender um domínio; é esta a razão do morgadio, que a maior parte dos costumes consagra. Para os arrendamentos, o u~o varia com as províncias: por vezes a herança é partilhada, mas em geral é o filho mais velho quem sucede. Notemos que se trata da herança principal, do património de família; as outras são, em tal circunstância, partilhadas pelos filhos mais novos; mas é ao mais velho que cabe o «solar principal», com uma extensão de terra suficiente para viver, bem como a sua família. É justo, de resto, porque quase sempre o filho mais velho secundou o pai e é, depois dele, aquele que mais cooperou na manutenção e na defesa do património. Em algumas províncias, tais como em Hainaut, Artois, Picardie e em algumas parte da Bretanha, é. não o mais velho, mas o mais novo o sucessor à herança principal, e uma vez mais por uma razão de direito natural: porque, numa família, os mais velhos são os primeiros a casar e vão então estabelecer-se por sua conta, enquanto o mais novo fica mais tempo com os pais e trata-os na sua velhice. Este *direito do mais jovem* ° testemunha a elasticidade e a diversidade dos costumes, que se adaptam aos hábitos familiares de acordo com as condições de existência.

De qualquer maneira, o que é notável no sistema de transmissão de bens é que passam para um único herdeiro, sendo este designado pelo sangue. «Não existe herdeiro por testamento», diz-se em direito consuetudinário. Na transmissão do património de família, a vontade

[5] *Uma herança não pode movimentar-se. / Mas os móveis são coisa instável.*

[11] Sem correspondência em Portugal, normalmente esta euce3São do património passava para os filhos segundos. *(N. do R.)*

do testamenteiro não intervém. Pela morte de um pai de família, o **seu** sucessor natural entra de pleno direito em posse do património. «O morto agarra o vivo», dizia-se ainda, nessa linguagem medieval, que tinha o segredo das expressões surpreendentes. É a morte do ascendente que confere ao sucessor o título de posse que o coloca de facto na posse da terra; o homem de lei não tem, como nos nossos dias, de passar por isso. Embora os costumes variem conforme o lugar, fazendo aqui do mais velho, além do mais novo o herdeiro natural, embora a maneira como sobrinhos e sobrinhas possam pretender à sucessão, à falta de herdeiros directos, varie de acordo com as províncias, pelo menos uma regra é constante: não se recebe uma herança senão em virtude dos laços naturais que unem uma pessoa a um defunto. Isto quando se trata de bens imóveis; os testamentos nunca dizem respeito senão aos bens móveis ou a terras adquiridas durante a vida e que não fazem parte dos bens de família. Quando o herdeiro natural é indigno do seu cargo, notoriamente, ou se é, por exemplo, pobre de espírito, são admitidas alterações; mas em geral a vontade humana não intervém contra a ordem natural das coisas. «Instituição de herdeiro não tem lugar», tal é o adágio dos juristas de direito consuetudinário. É neste sentido que ainda hoje se diz, falando das sucessões reais: «O rei morreu, viva o rei.» Não há interrupção, nem vazio possível, uma vez que só a hereditariedade designa o sucessor.

Por isso a gestão dos bens de família se encontra continuamente assegurada. Não deixar o património enfraquecer, tal é realmente o fim que visam todos os costumes. Por isso nunca havia senão um único herdeiro, pelo menos para os feudos nobres. Temia-se a fragmentação, que empobrece a terra, dividindo-a até ao infinito: o parcelamento foi sempre fonte de discussões e de proces:os; prejudica o cultivador e dificulta o progresso material — porque, para poder aproveitar os melhoramentos que a ciência ou o trabalho põem ao alcance do camponês, é necessário um empreendimento de certa importância, que possa se necessário suportar fracassos parciais e em qualquer caso fornecer recursos variados. O grande domínio, tal como existe no regime feudal, permite uma sábia exploração da terra: pode-se deixar periodicamente uma parte em pousio, o que lhe dá tempo para se renovar, e variar as culturas, mantendo, de cada uma delas, uma harmoniosa proporção. Por isso a vida rural foi extraordinariamente activa durante a Idade Média e uma grande quantidade de culturas foi introduzida em França durante essa época.

O que foi devido, em grande parte, às facilidades que o sistema rural da época oferecia ao espírito de iniciativa da nossa raça. O camponês de então não é nem um retardatário nem um rotineiro. A

unidade e a estabilidade do domínio eram uma garantia tanto para o futuro como para o presente, favorecendo a continuidade do esforço familiar. Nos nossos dias, quando em presença se encontram vários herdeiros, é preciso desmembrar o fundo e passar por toda a espécie de negociações e de resgates para que um deles possa retomar a empresa paterna[7]. A exploração cessa com o indivíduo. Ora, o indivíduo passa enquanto o património fica, e, na Idade Média, tendia-se para *residir*. Se existe uma palavra significativa na terminologia medieval, essa palavra é mansão .senhorial, o lugar onde se está, *manere* — o ponto de ligação da linhagem, o tecto que abriga os seus membros, passados e presentes, e que permite às gerações sucederem-se pacificamente.

Bem característico também, o emprego dessa unidade agrária que se denomina *manse* — extensão de terra suficiente para que uma família possa nela fixar-se e viver. Variava naturalmente com as regiões: um cantinho de terra na gorda Normandia ou na rica Gasconha traz mais ao cultivador que vastas extensões na Bretanha ou no Forez; a *manse* tem pois uma extensão muito variável conforme o clima, as qualidades do solo e as condições de existência. É uma medida empírica, e, característica essencial, de base familiar, não individual: resume por si só a característica mais saliente da sociedade medieval.

Assegurar à família uma base fixa, ligá-la ao solo de qualquer forma, para que aí tome raízes, possa dar fruto e perpetuar-se, tal é a finalidade dos nossos antepassados. Se se pode traficar com as riquezas móveis e dispô-las por testamento, é porque por essência são mutáveis e pouco estáveis; pelas razões inversas, os bens fundiários[K], propriedade familiar, são inalienáveis e impenhoráveis. O homem não é senão o guardião temporário, o usufrutuário; o verdadeiro proprietário é a linhagem.

Uma série de costumes medievais decorrem desta preocupação de salvaguardar o património de família. Assim, em caso de falta de herdeiro directo, os bens de origem paterna voltam para a família do pai e os de origem materna para a da mãe — enquanto no direito romano só se reconhecia o parentesco por via masculina. É aquilo a que se chama o direito de retorno, que desempata conforme a sua origem os bens de uma família extinta. Do mesmo modo, o asilo de linhagem dá aos parentes mesmo afastados direito de preferência quando por uma razão ou por outra um domínio é vendido. A maneira como é regulada a tutela de uma criança que ficou órfã apre-

(7) .Sabemos que disposições recentes vieram felizmente modificar o redime das sucessões.

(8) Bens fundiários propriedades rústicas, ligadas à terra, à agricultura Base da economia medieval. *(N. do R.)*

senta também um tipo de legislação familiar. A tutela é exercida pelo conjunto da família, e aquele cujo grau de parentesco designa para administrar os bens torna-se naturalmente o tutor. O nosso conselho de família não é senão um resto do costume medieval que regula o arrendamento dos feudos e a guarda das crianças.

A Idade Média tem, aliás, tão viva a preocupação de respeitar o curso natural das coisa?, de não criar prejuízos quando aos bens familiares, que, no caso em que aqueles que detêm determinados bens morram sem herdeiro, o seu domínio não pode voltar para os ascendentes; procura-se os descendentes mesmo afastados, primos ou parentes, tudo menos fazer voltar estes bens para os seus precedentes possessores: «Bens próprios não voltam para trás.» Tudo pelo desejo de seguir a ordem normal da vida, que se transmite do mais velho para o mais novo, e não volta para trás: os rios não voltam à nascente, do mesmo modo os elementos da vida devem alimentar aquilo que representa a juventude, o futuro. De resto é mais uma garantia para o património da linhagem este virar-se necessariamente para seres jovens, portanto mais activos e capazes de o fazer valer mais longamente.

Por vezes, a transmissão dos bens faz-se de uma forma muito reveladora do sentimento familiar, que é a grande força da Idade Média. A família (aqueles que vivem de um mesmo «pão e pote») constitui uma verdadeira personalidade moral e jurídica, possuindo em comum os bens de que o pai é o administrador; pela sua morte, a comunidade reconstitui-se com a orientação de um dos filhos-família, designado pelo sangue, sem que tenha havido interrupção da posse dos bens nem transmissão de qualquer espécie. É aquilo a que se chama a *comunidade silenciosa*, de que faz parte qualquer membro da casa de família que não tenha sido expressamente posto «fora do pão e pote». O costume sub:istiu até ao fim do Antigo Regime e podem-se citar famílias francesas que durante séculos nunca pagaram o mínimo direito de sucessão. O jurista Dupin assinalava deste modo, em 1840, a família Jault que não o pagava desde o século xiv.

Em todos os casos, mesmo fora da comunidade silenciosa, a família, considerada no seu prolongamento através das gerações, permanece o verdadeiro proprietário dos bens patrimoniais. O pai de família que recebeu estes bens dos antepassados deve dar conta deles aos seus descendentes; seja ele servo ou senhor, nunca é o dono absoluto. Reconhece-se-lhe o direito de usar, não o de abusar, e tem, além disso, dever de defender, de proteger e de melhorar a sorte de todos aqueles, seres e coisas, de que foi constituído o guardião natural.

*

E foi assim que se formou a França, obra destes milhares de famílias, obstinadamente fixadas ao solo, no tempo e no espaço. Francos, Borgonheses, Normandos, Visigodos, todos esses povos móveis, cuja massa instável faz da Alta Idade Média um caos tão desconcertante, formavam, desde o século X, uma nação, solidamente ligada à sua terra, unida por laços mais seguros que todas as federações cuja existência se proclamou. O esforço renovado dessas famílias microscópicas deu origem a uma vasta família, um macrocosmo, cuja brilhante administração, a linhagem capetiana simboliza à maravilha, gloriosamente conduzindo de pai para filho, durante três séculos, os destinos da França. É certamente um dos mais belos espectáculos que a história pode oferecer, essa família sucedendo-se à nossa cabeça em linha directa, sem interrupção, sem desfalecimento, durante mais de trezentos anos — um tempo igual ao que se passou desde o aparecimento do rei Henrique IV até à guerra de 1940...

Mas o que importa compreender é que a história dos Capetos directos não é senão a história de uma família francesa entre milhões de outras. Esta vitalidade, esta persistência na nossa terra, todos os lares de França a possuíram, num grau mais ou menos equivalente, excepção feita a acidentes ou acasos, inveitáveis na existência. A Idade Média, saída da incerteza e do desacordo, da guerra e da invasão, foi uma época de estabilidade, de permanência, no sentido etimológico da palavra.

Facto que se deve às suas instituições familiares, tais como as expõe o nosso direito consuetudinário. Nelas se conciliam com efeito o máximo de independência individual e o máximo de segurança. Cada indivíduo encontra em casa a ajuda material, e na solidariedade familiar a protecção moral de que pode ter necessidade; ao mesmo tempo, a partir do momento em que se pode ter necessidade; ao mesmo tempo, a partir do momento em que se basta a si próprio, ele é livre, livre de desenvolver a sua iniciativa, de «fazer a sua vida»; nada entrava a expansão da sua personalidade. Mesmo os laços que o ligam à casa paterna, ao seu passado, às suas tradições, não têm nada de entrave; a vida recomeça inteira para ele, tal como, biologicamente falando, ela recomeça inteira e nova para cada ser que vem ao mundo — ou como a experiência pessoal, tesouro incomunicável que cada um deve forjar para si próprio, e que só é válido desde que do próprio.

É evidente que uma semelhante concepção da família basta para fazer todo o dinamismo e também toda a solidez de uma nação. A aventura de Robert Guiscard e dos irmãos, filho-segundos de uma

família normanda, excessivamente pobre e excessivamente numerosa, que emigra, torna-o rei da Sicília e funda aí uma dinastia poderosa, eis o próprio tipo da história medieval, toda feita de audácia, de sentimento familiar e de fecundidade. O direito consuetudinário, que fez a força do nosso país, opunha-se nisso directamente ao direito romano, no qual a coesão da família não se deve senão à autoridade do chefe, estando todos os membros submetidos a uma rigorosa disciplina durante toda a vida: concepção militar, estatista, repousando sobre uma ideologia de legistas e de funcionários, não sobre o direito natural. Comparou-se a família nórdica a uma colmeia que se desloca periodicamente e se multiplica renovando os terrenos de colheita e a família romana a uma colmeia que não enxamearia nunca. Disse-se também da família «medieval» que ela formava pioneiros e homens de negócios, enquanto a família romana dá nascimento a militares, administradores, funcionários[9].

É curioso seguir, ao longo dos séculos, a história dos povos formados nestas diferentes disciplinas e verificar os resultados a que chegaram. A expansão romana tinha sido política e militar, e não étnica; os Romanos conquistaram um império pelas armas e conservaram-no por intermédio dos seus burocratas; este império só foi sólido enquanto soldados e funcionários puderam vigiá-lo facilmente; não parou de crescer a desproporção entre a extensão das fronteiras e a centralização, que é o fim ideal e a consequência inevitável do direito romano; ele desabaria por si próprio, pelas suas próprias instituições, quando o ímpeto das invasões lhe veio dar o golpe de misericórdia.

Podemos, a este exemplo, opor o das raças anglo-saxónicas; os seus costumes familiares foram idênticos aos nossos durante toda a Idade Média, e, contrariamente ao que se passou entre nós, mantiveram-nos; é isso sem dúvida que explica a sua prodigiosa expansão através do mundo. Vagas de exploradores, de pioneiros, de comerciantes, de aventureiros e de temerários deixando as suas casas a fim de tentarem a sorte, sem por isso esquecerem a terra natal e as tradições dos pais, eis o que funda um império.

Os países germânicos, que nos forneceram em grande parte os costumes que a nossa Idade Média adoptou, cedo se impuseram o direito romano. Os seus imperadores estavam em situação de retomar as tradições do Império do Ocidente e julgavam que, para unificar as vastas regiões que lhes estavam submetidas, o direito romano lhes fornecia um excelente instrumento de centralização. Foi aí, portanto,

(9) Estas fórmulas vêm-nos de Roger Grand, professor na École des Chartes.

desde muito cedo posto em prática e desde o fim do século xiv constituía definitivamente a lei comum do Santo Império, enquanto em França, por exemplo, a primeira cadeira de Direito Romano só foi instituída na Universidade de Paris em 1679. Por isso a expansão germânica foi mais militar que étnica.

A França foi sobretudo modelada pelo direito consuetudinário; é certo que temos o hábito de designar o Sul do Loire e o vale do Reno como «regiões de direito escrito», isto é de direito romano, mas isso significa que os costumes destas províncias se inspiraram na lei romana, não que o Código Justiniano tenha aí vigorado. Durante toda a Idade Média, a França manteve intactos os seus costumes familiares, as suas tradições domésticas. Somente a partir do século XVI as nossas instituições, sob a influência dos legistas, evoluem num sentido cada vez mais «latino». É uma transformação que se opera lentamente e que se começa a notar em pequenas modificações: é dada a maioridade aos vinte e cinco anos, como na Roma antiga, onde, encontrando-se o filho em perpétua menoridade em relação ao pai, não havia inconveniente em que fosse proclamada bastante tarde. Ao casamento, considerado até então como um sacramento, como a adesão de duas vontades livres para a realização do seu fim, vem acrescentar-se a noção do contrato, do acordo puramente humano, tendo como base estipulações materiais. A família francesa modela-se sobre um tipo estatista que ainda não tinha conhecido, e, ao mesmo tempo que o pai de família concentra rapidamente nas suas mãos todo o poder familiar, o Estado encaminha-se para a monarquia absoluta[10]. A de peito das aparências, a Revolução foi não um ponto de partida mas um ponto de chegada: o resultado de uma evolução de dois a três séculos; ela representa o apagamento nos nossos costumes da lei romana à custa do direito consuetudinário; Napoleão não fez senão acabar a obra, instituindo o Código Civil e organizando o exército, o ensino, toda a nação, sobre o ideal funcionarista da Roma antiga.

Podemos, aliás, perguntar se o direito romano, quaisquer que sejam os seus méritos, convinha às características da nossa raça, à natureza da nossa terra. Esse conjunto de leis, forjadas com todos os elementos por militares e por legistas, essa criação doutrinal, teórica, rígida, poderia substituir sem inconvenientes os nossos costumes elaborados pela experiência de gerações, lentamente moldados à medida

Ki Muito característica a este nível é a evolução do direito de propriedade, que se torna rada vez mais absoluto e individual. Os últimos traços de propriedade colectiva desapareceram no século XIX com a abolição dos direitos comunais e de terras baldias.

das nossas necessidades? — os nossos costumes que nunca foram mais que os nossos próprios hábitos constatados e formulados juridicamente, os usos de cada indivíduo ou, melhor ainda, do grupo de que cada um fazia parte. O direito romano tinha sido concebido por um Estado urbano, não por uma região rural. Falar da Antiguidade é evocar Roma ou Bizâncio; para fazer reviver a França medieval é preciso evocar não Paris, mas a Ilha de França, não Bordéus, mas a Guiana, não Ruão, mas a Normandia; não podemos concebê-la senão nas suas províncias de solo fecundo em belo trigo e em bom vinho. É um facto significativo ver durante a Revolução aquele a quem se chamava o *manant* (aquele que fica) tornar-se o *cidadão:* em «cidadão» há «cidade». O que se compreende, já que a cidade iria deter o poder político, portanto o poder principal, porque, tendo deixado de existir o costume, tudo deveria a partir daí depender da lei. As novas divisões administrativas de França, os departamentos que giram todos à volta de uma cidade, sem ter em conta a qualidade do solo dos campos que a ela se ligam, manifestam bem esta evolução de estado de espírito. A vida familiar estava nessa época suficientemente enfraquecida para que possam estabelecer-se instituições tais como o divórcio, a alienabilidade do património ou as leis modernas sobre as sucessões. As liberdades privadas de que antes se tinha sido tão cioso desapareciam perante a concepção de um Estado centralizado à maneira romana. Talvez devêssemos procurar aí a origem de problemas que depois se puseram com tanta acuidade: problemas da infância, da educação, da família, da natalidade — que não existiam na Idade Média, porque a família era então uma realidade, porque possuía a base material e moral e as liberdades necessárias à sua existência.

CAPÍTULO II

O VÍNCULO FEUDAL

Pode-se dizer da sociedade actual que está fundada sobre o salariado. No plano económico, as relações de homem para homem ligam-se às relações do capital e do trabalho: realizar um determinado trabalho, receber em troca uma determinada soma, tal é o esquema das relações sociais. O dinheiro é o seu nervo essencial, já que, salvo raras excepções, uma actividade determinada se transforma primeiro em numerário antes de mudar de novo para quaisquer dos objectos necessários à vida.

Para compreender a Idade Média, temos de nos representar uma sociedade que vive de um modo totalmente diferente, donde a noção de trabalho assalariado e mesmo em parte a de dinheiro estão ausentes ou são muito secundárias. O fundamento das relações de homem para homem é a dupla noção de fidelidade, por um lado, e de protecção, por outro. Assegura-se devoção a qualquer pes;oa e espera-se dela em troca segurança. Compromete-se, não a actividade em função de um trabalho preciso, de remuneração fixa, mas a própria pessoa, ou melhor, a sua fé, e em troca requere-se subsistência e protecção, em todos os sentidos da palavra. Tal é a essência do vínculo feudal.

Esta característica da sociedade medieval explica-se ao considerarmos as circunstâncias que presidiram à sua formação. A origem encontra-se nessa Europa caótica do século v ao século viu. O Império Romano desmoronava-se sob o duplo efeito da decomposição interior e da pressão das invasões. Tudo em Roma dependia da força do poder central; a partir do momento em que esse poder foi ultrapassado, a ruína era inevitável; nem a cisão em dois impérios nem os esforços de recuperação provisória poderiam travá-la. Nada de sólido subsiste nesse mundo em que as forças vivas foram pouco a pouco esgotadas por um funcionalismo sufocante, onde o fisco oprime os pequenos proprietários, que em breve não têm outro recurso senão ceder as suas terras ao Estado para pagar os impostos, onde o povo abandona os campos e apela voluntariamente, para o trabalho dos campos, a esses mesmos bárbaros que dificilmente são contidos nas fronteiras;

é assim que, no Estado da Gália, os Borgonheses se instalam na região Sabóia-Franco-Condado e se tornam os rendeiros dos proprietários galo-romanos, cujo domicílio partilham. Sucessivamente, pacificamente ou pela espada, as hordas germânicas ou nórdicas assomam no mundo ocidental; Roma é tomada e retomada pelos Bárbaros, os imperadores são eleitos e destituídos conforme o capricho dos soldados, a Europa não é mais que um vasto campo de batalha onde se enfrentam as armas, as raças e as religiões.

Como poderá alguém defender-se numa época em que a agitação e a instabilidade são a única lei? O Estado está distante e impotente, senão inexistente; cada um move-se por isso naturalmente em direcção à única força que permaneceu realmente sólida e próxima: os grandes proprietários fundiários, aqueles que podem assegurar a defesa do seu domínio e dos seus rendeiros; fracos e pequenos recorrem a eles; confiam-lhes a sua terra e a sua pessoa, com a condição de se verem protegidos contra os excessos fiscais e as incursões estrangeiras. Por um movimento que se tinha esboçado a partir do Baixo Império e não tinha parado de se acentuar nos séculos VII e VIII, o poderio dos grandes proprietários aumenta com a fraqueza do poder central. Cada vez mais se procura a protecção do *«senhor» (sénior),* a única activa e eficaz, que protegerá não só da guerra e da fome, mas também da ingerência dos funcionários reais. Assim se multiplicam as cartas de vassalagem, pelas quais a arraia-miúda se liga a um *«senhor»* para assegurar a sua segurança pessoal. Os reis merovíngios tinham, aliás, o hábito de se cercarem de uma corte de *«fiéis» (fidèles),* de homens devotados à sua pessoa, guerreiros ou outros, o que levará os poderosos da época a agruparem à sua volta, por imitação, os *«vassalos» (vassi),* que julgaram bom recomendarem-se a eles. Enfim, estes reis, eles próprio:, ajudaram muitas vezes à formação do poder dominial, distribuindo terras aos seus funcionários — cada vez mais desprovidos de autoridade face aos grandes proprietários — para retribuir os seus serviços.

Quando os Carolíngios chegaram ao poder, a evolução estava quase terminada: em toda a extensão do território, senhores, mais ou menos poderosos, agrupando à sua volta os seus homens, os seus fiéis, administravam os feudos, mais ou menos extensos; sob a pressão dos acontecimentos, o poder central tinha dado lugar ao poder local, que tinha absorvido, pacificamente, a pequena propriedade e permanecia, afinal de contas, a única força organizada; a hierarquia medieval, resultado dos factos económicos e sociais, tinha-se formado a partir de si própria, e os seus u?os, nascidos sob a pressão das circunstâncias, manter-se-iam pela tradição.

Não tentaram lutar contra o estado dos acontecimentos: a dinastia

de Pepino tinha de resto chegado ao poder porque os seus representantes se contavam entre os mais fortes proprietários da época. Contentaram-se em canalizar as forças em presença das quais faziam parte e em aceitar a hierarquia feudal tirando dela o partido que podiam tirar. Tal é a origem do estado social da Idade Média, cujas características são completamente diferentes das que se conheceram até aí: a autoridade, em lugar de estar concentrada num só ponto — indivíduo ou organismo —, encontra-se repartida pelo conjunto do território. Foi essa a grande sabedoria dos Carolíngios, não tentarem ter nas mãos toda a máquina administrativa, mantendo a organização empírica que tinham encontrado. A sua autoridade imediata não se estendia senão a um pequeno número de personagens, que possuíam elas próprias autoridade sobre outros, e assim de seguida até às camadas sociais mais humildes; mas, degrau a degrau, uma ordem do poder central podia assim transmitir-se ao conjunto do país; aquilo que não controlavam directamente podia todavia ser atingido indirectamente. Em lugar de combatê-la, pois, Carlos Magno contentou-se em disciplinar a hierarquia que deveria impregnar tão fortemente os hábitos franceses; reconhecendo a legitimidade do duplo juramento que todo o homem livre devia a si próprio e ao seu senhor, ele consagrou a existência do vínculo feudal. Tal é a origem da sociedade medieval, e também a da nobreza, fundiária e não militar, como se julgou demasiadas vezes.

Desta formação empírica, modelada pelos factos, pelas necessidades sociais e económicas[1], decorre uma extrema diversidade na condição das pessoas e dos bens, já que a natureza dos compromissos que uniam o proprietário ao seu rendeiro variava segundo as circunstâncias, a natureza do solo e o modo de vida dos habitantes; toda a espécie de factores entram em jogo, os quais diferem de uma província para a outra, ou mesmo de um domínio para o outro, as relações e a hierarquia; mas o que permanece estável é a obrigação recíproca: fidelidade por um lado, protecção pelo outro — por outras palavras: o vínculo feudal.

Durante a maior parte da Idade Média, a principal característica deste vínculo é ser pessoal: um determinado vassalo, preciso e determinado, recomenda-se a um determinado senhor, igualmente preciso c determinado; decide vincular-se a ele, jura-lhe fidelidade e espera cm troca subsistência material e protecção moral. Quando Roland morre, evoca «Carlos, seu senhor que o alimentou», e esta simples evocação diz bastante da natureza do vínculo que os une. Somente a

' Citemos a excelente fórmula de Henrl Pourrat: «O sistema feudal foi a organização viva Imposta pela terra aos homens da terra» *(L'homme á* Ia bêche *Historie du paysan,* p. 83).

partir do século xiv o vínculo se tornará mais real que pessoal; ligar-se-á à posse de uma propriedade e decorrerá das obrigações fundiárias que existem entre o senhor e os seus vassalos, cujas relações se assemelharão desde então muito mais às de um proprietário com os seus locatários; é a condição da terra que fixa a condição da pessoa. Mas para todo o período medieval propriamente dito, os vínculos criam-se de indivíduo para indivíduo. *Nichil est preter individuum,* dizia-se, «nada existe fora do indivíduo»: o gosto de tudo o que é pessoal e preciso, o horror da abstracção e do anonimato são de resto características da época.

Este vínculo pessoal que liga o vassalo ao suserano é proclamado no decorrer de uma cerimónia em que se afirma o formalismo, caro à Idade Média: porque qualquer obrigação, transacção, ou acordo devem então traduzir-se por um gesto simbólico, forma visível e indispensável do assentimento interior. Quando, por exemplo, se vende um terreno, o que constitui o acto de venda é a entrega pelo vendedor ao novo proprietário de um pouco de palha ou de um torrão de terra proveniente do seu campo; se a seguir se faz uma escritura —o que nem sempre tem lugar—, não servirá senão para memória: o acto essencial é a *íraditio,* como nos nossos dias é o aperto de mão em alguns mercados. «Entregar-lhe-ei», diz o *Ménagier de Paris,* «um pouco de palha ou um velho prego ou uma pedra que me foram entregues como sinal de um grande acontecimento» (quer dizer, como sinal de uma transacção importante). A Idade Média é uma época em que triunfa o rito, em que tudo o que se realiza na consciência deve passar obrigatoriamente a acto; o que satisfaz uma neces-idade profundamente humana: a do sinal corporal, à falta do qual a realidade fica imperfeita, inacabada, fraca.

O vassalo presta «fidelidade e homenagem» ao seu senhor: fica na sua frente, de joelhos, de cinturão desfeito, e coloca a mão na dele. Gestos que significam o abandono, a confiança, a fidelidade. Declara-se seu vassalo e confirma-lhe a dedicação da sua pessoa. Em troca, e para selar o pacto que doravante os liga, o suserano beija o vassalo na boca. Este gesto implica mais e melhor que uma protecção geral: é um laço de afeição pessoal que deve reger as relações entre os dois homens.

Segue-se a cerimónia do juramento, cuja importância não é de mais sublinhar. É preciso entender juramento no seu sentido etimológico: *sacramentum,* coisa sagrada. Jura-se sobre os Evangelhos, realizando assim um acto sagrado, que compromete não só a honra, mas a fé, a pessoa inteira. O valor do juramento é então tal, e o perjúrio de tal forma monstruoso, que não se hesita em manter a palavra dada em circunstâncias extremamente graves, por exemplo para testemunhar das últimas vontades de um moribundo, com o testemunho de uma ou duas pessoas. Renegar um juramento representa na mentalidade medieval a pior das desonras. Uma passagem de Joinville manifesta de maneira muito significativa que é um exces_o por que um cavaleiro não pode decidir-se, mesmo que a sua vida esteja em jogo: quando do seu cativeiro, os drogomanos do sultão do Egipto vêm oferecer-lhe a libertação, a ele e aos companheiros: «Daria, perguntaram, para a sua libertação, algum dos castelos que pertencem aos barões de além-mar? O conde respondeu que não tinha poder, porque eles pertenciam ao imperador da Alemanha que então estava vivo. Perguntaram se entregaríamos algum dos castelos do Templo ou do Hospital para a nossa libertação. E o conde respondeu que não podia ser: que quando aí se nomeava um castelão, faziam-no jurar pelos santos que não entregaria castelo algum para libertação de corpo de homem. E eles responderam-nos que lhes parecia que não tínhamos talento para nos libertarmos e que se iriam embora e nos enviariam aqueles que nos lançariam espadas, como tinham feito aos outros[2].»

A cerimónia completa-se com a investidura solene do feudo, feita pelo senhor ao vassalo: confirma-lhe a posse desse feudo por um gesto de *traditio,* entregando-lhe geralmente uma vara ou um bastonete, símbolo do poder que deve exercer no domínio que tem des e senhor: é a investidura *cum báculo vel virga,* para empregar os termos jurídicos em uso na época.

Deste cerimonial, das tradições que ele supõe, decorre a elevada concepção que a Idade Média fazia da dignidade pessoal. Nenhuma época esteve mais pronta para afastar as abstracções, os princípios, para se entregar unicamente às convenções de homem para homem; também nenhuma fez apelo a mais elevados sentimentos como base dessas convenções. Era prestar uma magnífica homenagem à pessoa humana. Conceber uma sociedade fundada sobre a fidelidade recíproca era indubitavelmente audacioso; como se pode esperar, houve abusos, faltas; as lutas dos reis contra os vassalos recalcitrantes são a prova disso. Resta dizer que durante mais de cinco séculos a fé e a honra permanecem a base essencial, a armadura das relações sociais. Quando a estas se substituiu o princípio de autoridade, no século xvi c sobretudo no século XVII, não se pode pretender que a sociedade tenha ganho com isso; em qualquer dos casos, a nobreza, já enfraquecida por outras razões, perdeu a sua força moral essencial.

Durante toda a Idade Média, sem esquecer a sua origem fundiária, dominial, essa nobreza teve um modo de viver sobretudo militar; é (|ie efectivamente o seu dever de protecção comportava em primeiro

(2) a isto é que os massacrariam, como aos outros.

lugar uma função guerreira: defender o seu domínio contra as possíveis usurpações; de resto, embora se esforçassem por reduzi-lo, o direito de guerra privada subsistia e a solidariedade familiar podia implicar a obrigação de vingar pelas armas as injúrias feitas a um dos seus. Uma questão de ordem material se lhe acrescentava: os senhores, detendo a principal, senão a única fonte de riqueza, a terra, eram os únicos a ter a possibilidade de equipar um cavalo de guerra e de armar escudeiros e sargentos. O serviço militar será portanto inseparável do serviço do feudo, e a fé prestada pelo vassalo nobre supõe o contributo das suas armas sempre que «disso for mester».

É o primeiro cargo da nobreza, e um dos mais onerosos, essa obrigação de defender o domínio e os seus habitantes.

L'épée dit: Cest ma justice[3]
*Garder les deres de Saint Église**
Et ceux par qui viandes est quise [5].

As praças-fortes mais antigas, aquelas que foram construídas nas épocas de perturbação e de invasões, mostram a marca visível dessa necessidade: a aldeia, as casas dos servos e dos camponeses, estão ligadas às encostas da fortaleza, onde toda a população irá refugiar-se em altura de perigo e onde encontrará ajuda e abastecimento em caso de cerco.

Das suas obrigações militares decorre a maior parte dos hábitos da nobreza. O direito de morgadio vem em parte da necessidade de confiar ao mais forte a herança que ele deve garantir, muitas vezes pela espada. A lei de masculinidade explica-se também dessa forma: só um homem pode assegurar a defesa de um torreão. Por isso também, quando um feudo «cai em roca», quando uma mulher é a única herdeira, o suserano, sobre o qual recai a responsabilidade desse feudo que ficou assim em estado de inferioridade, sente-se no dever de casá-la. É por isso que a mulher não sucederá senão após os filhos mais novos, e estes após o mais velho; só receberão apanágios; por isso os desastres que tiveram lugar no fim da Idade Média tiveram como origem os apanágios excessivamente importantes deixados por João, o Bom, aos filhos, cujo poder se tornou para eles uma tentação perpétua, e para todos uma fonte de desordens, durante a menoridade de Carlos VI.

(3) Ofício.
(4) Aqueles que se ocupam da alimentação, da vida material (os camponeses). Poema de *Carité,* de Reclus de Molliens.
(5) *A espada disse: é meu dever/Manter os clérigos da Santa Igreja/ e aqueles para quem os alimentos são obtidos.*

Os nobres têm igualmente o dever de administrar a justiça aos seus vassalos de qualquer condição e de administrar o feudo. Trata-se do exercício de um dever, e não de um direito, que implica responsabilidades muito pesadas, já que cada senhor deve dar conta do seu domínio não só à sua linhagem, mas também ao seu suserano. Étienne de Fougères descreve a vida do senhor de um grande domínio como cheia de preocupações e de fadigas:

Cà et là va, souvent se tourne,
Ne repose ni ne séjorne:
Château abord, château aourne,
Souvent haitié, plus souvent mourne.
Cà et là va, pas ne repose
Que sa marche ne soit déclose [6].

Longe de ser ilimitado, como de uma maneira geral se julgou, o seu poder é bem menor que, nos nossos dias, o de um chefe de indústria ou um qualquer proprietário, já que nunca tem a propriedade absoluta dos seus domínios, depende sempre de um suserano, e, no fim de contas, os suseranos mais poderosos dependem do rei. Nos nossos dias, de acordo com a concepção romana, o pagamento de uma terra confere pleno direito sobre ela. Na Idade Média não é assim: em caso de má administração, o senhor sofre penalizações que podem ir até à confiscação dos seus bens. Deste modo, ninguém governa com autoridade total nem escapa ao controlo directo daquele de quem depende. Esta repartição da propriedade e da autoridade é um dos traços mais característicos da sociedade medieval.

As obrigações que ligam o vassalo ao seu senhor implicam de resto reciprocidade: «O senhor deve tanto fé e lealdade ao seu homem como o homem ao seu senhor», diz Beaumanoir. Esta noção de dever recíproco, de serviço mútuo, encontra-se muitas vezes tanto nos textos literários como jurídicos:

Graigneur jait a sire à son homme
Que Vhomme à son seigneur et dome [7]

observa Étienne de Fougères, já citado no seu *Livre des Manières [Livro das Maneiras]*; e Philippe de Novare nota, a apoiar esta

(6) *Anda de cá para lá e muitas vezes muda de direcção/Não repousa nvm se detém:/Castelo dentro, castelo fora,/Muitas vezes alegre, mais vezes trixte./Anda de cá para lá, não repousa/Senão quando o seu caminho está aberto.*
(7) O senhor deve mais reconhecimento ao seu vassalo, que ele próprio devo deve ao senhor.

constatação: «Aqueles que recebem serviço e nunca o recompensam bebem o suor dos seus servos, que é veneno mortal para o corpo e para a alma.» Donde também a máxima: «Para bem servir convém bom ter.» *(A Bien servir convient Eur[8] Avoir.)*

Como é de justiça, exige-se da nobreza mais dignidade e rectidão moral que dos outros membros da sociedade. Por uma mesma falta, a pena infligida a um nobre será muito superior à que é destinada a um plebeu. Beaumanoir cita um delito para o qual «pena de camponês é de sessenta soldos e de nobre de sessenta libras» — o que constitui uma desproporção muito grande: de 1 para 20. Segundo os *Etablissements de Saint-Louis,* uma determinada falta pela qual *um homem ordinário,* isto é, um plebeu, pagará cinquenta soldos de pena, implicará para um nobre a confiscação de todos os seus bens móveis. O que se encontra também nos estatutos de diferentes cidades; os de Pamiere fixam do seguinte modo a tarifa das penas em caso de roubo: vinte libras para o barão, dez para o cavaleiro, cem soldos para o burguês, vinte soldos para o vilão.

A nobreza é hereditária, mas pode também ser adquirida, quer por retribuição de serviços prestados, quer, muito simplesmente, pela aquisição de um feudo nobre. Foi o que aconteceu em grande escala no fim do século xin: numerosos foram os nobres mortos ou arruinados nas grandes expedições do Oriente, e vêem-se famílias de burgue:es que enriqueceram, atingir em massa a nobreza, o que provocou no seu seio uma reacção. A cavalaria enobrece de igual modo aquele a quem é conferida. Finalmente, houve, em sequência dos factos, cartas de nobreza distribuídas, é certo, muito parcimoniosamente-[9]

Se a condição de nobreza pode adquirir-se, pode igualmente perder-se, por prescrição, em consequência de uma condenação infamante.

A vergonha de uma hora do dia,
Apaga completamente a honra de quarenta anos,

dizia-se. Ela perde-se ainda por infracção quando um nobre é suposto ter exercido um ofício plebeu ou um tráfego qualquer: é-lhe interdito com efeito sair do papel que lhe é entregue, e não deve também pro-

(8) Termo que corresponde a recompensa, com um sentido mais alargado: felicidade, bem-estar.

(9) O Antigo Regime teve tendência para impedir cada vez mais o acesso à nobreza, o que contribuiu para fazer dela uma casta fechada, que isolava o rei dos seus súbdidtos. Em Inglaterra, as numerosas nobilitações deram pelo contrário excelentes resultados, renovando a aristrocracia com a ajuda de elementos novos, fazendo dela uma classe aberta e vigorosa.

curar enriquecer, assumindo cargos que o fariam negligenciar aqueles aos quais a sua vida deve ser votada. Exceptua-se de resto dos ofícios plebeus aqueles que, necessitando de recursos importantes, não poderiam de todo ser realizados senão por nobres: por exemplo, a vidraria ou a mestria de forjas; do mesmo modo o tráfego marítimo é permitido aos nobres porque exige, para lá dos capitais, um espírito de aventura que ninguém ousaria entravar. No século XVII, Colbert alargará no mesmo sentido o campo de actividade económica da nobreza, para dar mais impulso ao comércio e à indústria.

A nobreza é uma classe privilegiada. Os seus privilégios são em primeiro lugar honoríficos: direitos de presidência, etc. Alguns decorrem dos cargos que desempenha: assim, só o nobre tem direito à espora, ao cinturão e à bandeira, o que lembra que na origem só os nobres tinham o direito de equipar um cavalo de guerra. A par disso, desfruta de certas isenções, as mesmas de que desfrutavam primitivamente todos os homens livres; exemplo disto é a isenção da talha [10] e de certos impostos indirectos, cuja importância, nula na Idade Média, não parou de crescer no século xvi e sobretudo no século XVII.

Finalmente, a nobreza possui direitos precisos, e esses substanciais: encontram-se neste número todos os que decorrem do direito de propriedade: direito de cobrar censos, direito de caça e outros. Os censos e rendas pagos pelos camponeses não são outra coisa senão o aluguer da terra onde tiveram permissão de se instalarem, ou que os seus antepassados julgaram por bem abandonar a um proprietário mais poderoso que eles próprios. Os nobres, ao cobrar os censos, estavam exactamente na situação de um proprietário de imóveis cobrando os seus alugueres. A origem longínqua deste direito de propriedade apagou-se pouco a pouco e, na época da Revolução, o camponês acabou por se tornar legítimo proprietário de uma terra da qual era locatário desde há séculos. Aconteceu o mesmo a esse famoso direito de caça, que se quis representar como um dos abusos mais gritantes de uma época de terror e de tirania: que haverá mais legítimo, para um homem que aluga um terreno a outro, que reservarse o direito de caçar nele? " Proprietário e rendeiro sabem ambos ao que se obrigam no momento em que acordam as suas obrigações

(10) imposto directo. Pago pelos camponeses em França até ao fim do Antigo Regime, 1789. Em. Portugal corresponde este imposto à «julgada». *(N. da R.)*

(11) Ainda assim 6 preciso estabelecer uma distinção entre as épocas: o direito de caça só foi reservado, e isto apenas para a caça grossa, turdiamente',por volta do século XIV. As interdições formais só aparecem no século XVI Quanto à pesca, permaneceu livre para todos.

recíprocas, é o essencial; o senhor não deixa de estar nas suas terras quando caça perto da habitação de um camponês; que alguns de entre eles tenham abusado desse direito e «e pisado com o casco dos cavalos as ceifas douradas do camponês», para nos exprimirmos como os manuais de ensino primário, é coisa possível ainda que inverificável, mas concebe-se com dificuldade porquê o teriam feito sistematicamente, já que uma boa parte das rendas consistia numa quota-parte da colheita; o senhor estava portanto directamente interessado em que esta colheita fosse abundante. A questão é a mesma para as «banalidades»; o forno e o lagar senhorial estão na origem das comodidades oferecidas ao camponês, em troca das quais é normal receber uma retribuição — exactamente como hoje, em certas comunas aluga-se ao camponês a máquina de debulhar ou outros instrumentos agrícolas.

Está contudo fora de dúvida que pouco a pouco, por volta do fim da Idade Média, os encargos da nobreza diminuíram sem que por isso os privilégios tivessem sido reduzidos e que no século XVII, por exemplo, era flagrante a desproporção entre os direitos — mesmo legítimos— de que ela desfrutava e os deveres insignificantes que lhe incumbiam. O grande mal foi os nobres se terem desligado das suas terras e não terem sabido adaptar os seus privilégios às novas condições de existência; desde o momento em que o serviço de um feudo, nomeadamente a sua defesa, deixou de ser um encargo oneroso, os privilégios da nobreza ficaram sem objecto. Foi isso que fez a decadência da nossa aristocracia, decadência moral que seria seguida de uma decadência material, bem merecida. A nobreza é directamente responsável pelo mal-entendido, que irá aumentando, entre o povo e a realeza; tornada inútil e muitas vezes prejudicial ao trono (foi entre a nobreza, e graças a ela, que se espalhou a doutrina dos enciclopedistas, a irreligião voltaireana e as divulgações de um Jean-Jacques), ela contribuiu grandemente para conduzir Luís XVI ao cadafalso e Carlos X ao exílio; é justo que ela os tenha seguido, a um e a outro. Mas podemos pensar que ainda assim foi uma pesada perda para o nosso país; um país sem aristocracia é um país sem ossatura, como sem tradições, pronto para todas as vacilações e para todos os erros.

CAPÍTULO IH

A VIDA RURAL

Na divisão um pouco sumária que muitas vezes foi feita da sociedade medieval, só há lugar para os senhores e para os servos: de um lado a tirania, o arbitrário e os abusos de poder, do outro os miseráveis, sujeitos aos impostos e aos dias de trabalho gratuito[1] à discrição; tal é a ideia que evocam— e não apenas nos manuais de história para uso das escolas primárias— as palavras «nobreza» e «terceiro estado». O simples bom senso basta no entanto para dificilmente admitir que os descendentes dos terríveis Gauleses, dos soldados romanos, dos guerreiros da Germânia e dos fogosos Escandinavos se tenham reduzido durante séculos a uma vida de animais encurralados. Mas há lendas tenazes; o desdém pelos «sé" culos obscuros» data aliás de antes de Boileau.

Na realidade, o terceiro estado comporta uma série de condições intermediárias entre a liberdade absoluta e a servidão. Nada de mais diverso e de mais desconcertante que a sociedade medieval e as propriedades rurais da época: a sua origem absolutamente empírica dá conta dessa prodigiosa variedade na condição das pessoas e dos bens. Para dar um exemplo, na Idade Média, ainda que o emparcelamento do domínio represente a concepção geral do direito de propriedade, existe no entanto aquilo que o nosso tempo já não conhece de todo: a terra possuída em franca propriedade, o alódio *(alleu)* ou alódio livre *(franc-alleu)* isento de todos os direitos e imposições de qualquer espécie que seja; isto manteve-se até à Revolução, em que, qualquer terra declarada livre, os alódios deixaram de facto de existir, já que tudo foi submetido ao controlo e às imposições do Estado. Notemos ainda que na Idade Média, quando um camponês se instala numa terra e nela exerce a sua arte durante o tempo da prescrição, ano o dia, isto é, o tempo de percorrer o ciclo completo

[1] *Taillables* e *corvéables* — o autor refere-se à sujeição dos campnncwH a dois Impostos: a bilha e a corveia —trabalho gratuito—, que entre nós, no período medieval, se designa por ANÚDUVA. *(N. do R.)*

dos trabalhos dos campos, desde a lavragem até à colheita, sem ser perturbado, é considerado o único proprietário dessa terra.[2]

Isto dá ideia do número infinito de modalidades que podemos encontrar[s]. Hóspedes, colonos, *lhes,* servos são termos que designam condições pessoais diferentes. E a condição das terras apresenta uma variedade ainda maior[4]: censo, renda, *champart,* fazenda, propriedade *en bordelage, en marche, en queuaise, à complan, en collonge;* conforme as épocas e as regiões, encontramos uma infinidade de acepções diferentes na posse da terra com um único ponto comum: é que, salvo o caso especial do alódio livre, há sempre vários proprietários, ou pelo menos vários, a ter direito sobre um mesmo domínio. Tudo depende do costume, e o costume adapta-se a todas as variedades de terrenos, de climas e de tradições — o que de resto é lógico, já que não se poderia exigir daqueles que vivem num solo pobre as obrigações que podem ser impostas, por exemplo, aos camponeses da Beócia ou da Touraine. De facto, eruditos e historiadores tentam ainda analisar uma das matérias mais complexas que foi oferecida à sua sagacidade: há abundância e diversidade de costumes; há em cada uma delas uma infinidade de diferentes condições, desde a do arroteador, que se instala numa terra nova e ao qual se pedirá apenas uma fraca parte das colheitas, até ao cultivador estabelecido numa terra em plena produção e sujeito aos censos e rendas anuais; há os erros sempre possíveis provenientes das confusões de termos, já que estes cobrem por vezes realidades completamente diferentes conforme as regiões e as épocas; há finalmente o facto de a sociedade medieval estar em perpétua evolução, e aquilo que é verdade no século XII já não o é no século XIV.

O que se pode todavia saber com segurança, é que houve na Idade Média, para lá da nobreza, um conjunto de homens livres que prestavam aos seus senhores um juramento mais ou menos semelhante ao dos vassalos nobres e um conjunto não menos grande de indivíduos de condição um pouco imprecisa entre a liberdade e a

(2) Em Portugal, este tipo de camponeses livres chamavam-se «herdadores» e «enfiteutas». *(N. do RJ*

» No Portugal medieval, e segundo Damião Peres, encontramos a partir de uma hierarquia ascendentes: adscritos à gleba, colonos livres, herdadores e enfiteutas. *(N. do RJ*

* Entre nos, as propriedades, segundo a sua posse, podem ser:

- Terras senhoriais — pertencentes às classes nobres.
- Reguengos — pertencentes ao rei.
- Herdades — dos homens livres, plebeus.
- Terras foreiras — de camponeses livres a quem pagaram o foro ao seu senhor. *(N. do R.)*

servidão. O jurista Beaumanoir distingue nitidamente três estados: «Nem todos os francos são nobres... Porque chamam-se nobres aqueles que provêm de linhagens francas, como o rei, duques, condes ou cavaleiros; e esta nobreza é sempre transmitida pelos pais [...] Mas não acontece o mesmo para o homem livre *(pooste)*[6], porque o que eles têm de franquia vem-lhes pelas mães, e qualquer pessoa que nasça de mãe franca, é franca — e tem livre *pooslé,* para fazer o que quiser... e o terceiro estado é o de servo. E este conjunto de gente não é toda de uma condição, existem várias condições de servidão [...]» Vemos que não faltam distinções a estabelecer-

Os livres são todos os habitantes das cidades; estas, sabemo-lo, multiplicam-se a partir do começo do século XII. O grande número delas que ainda hoje têm o nome de Villefranche[6], Villeneuve, Bastide, etc, são para nós uma recordação dessas cartas de povoamento pelas quais todos aqueles que acabavam de se estabelecer numa dessas cidades recentemente criadas eram declarados livres, como eram burgueses e artesãos nas comunas, e em geral em todas as cidades do reino. Para lá disso, um grande número de camponeses é livre; nomeadamente aqueles a quem se chamava plebeus ou vilãos, não tendo os termos, bem entendido, o sentido pejorativo que depois tomaram; o plebeu é o camponês, o trabalhador, pois *rutura,* designa a acção de romper a terra com a relha da charrua; o vilão é de uma maneira geral aquele que habita um domínio, *villa.*

Depois vêm os servos. A palavra foi muitas vezes mal compreendida, porque se confundiu a servidão, própria da Idade Média, com a escravatura que foi a base das sociedades antigas e da qual não se encontra *qualquer rasto* na sociedade medieval. Como refere Loisel: «Todas as pessoas são francas neste reino, e logo que um escravo atinge os degraus do conhecimento *(ice lui)* fazendo-se baptizar, é franqueado.» Tendo a Idade Média por força das circunstâncias ido buscar o seu vocabulário à língua latina seria tentador concluir da semelhança dos termos a semelhança de sentido. Ora, a condição do servo é totalmente diferente da do escravo antigo: o escravo é uma coisa, não uma pessoa; está sob a dependência absoluta do seu dono que possui sobre ele direito de vida e de morte; qualquer actividade pessoal é-lhe recusada; não conhece nem família; nem casamento, nem propriedade.

O servo, pelo contrário, é uma pessoa, não uma coisa, e tratam-no como tal. Possui uma família, uma casa, um campo e fica desobrigado em relação ao seu senhor logo que pague os censos. Não está

(3) *Homem de pooste,* designa o vilão em geral.

* *Em* Portugal tambem existe esta origem no nome de algumas cidades e vilas: Vila 1'Yanca. *(N. do R.)*

submetido a um patrão, está ligado a um domínio: não é uma servidão pessoal, mas uma servidão real. A restrição imposta à sua liberdade é que não pode abandonar a terra que cultiva. Mas, notemo-lo, essa restrição não deixa de ter uma vantagem, já que, embora não possa deixar a propriedade, *também não podem tirar-lha;* esta particularidade não estava longe, na Idade Média, de ser considerada um privilégio, e, de facto, o termo encontra-se numa recolha de costumes, o *Brakton,* que diz expressamente falando dos servos: «*tali gaudent privilegio, quod a gleba amoveri non poterunt* [...] gozam desse *privilégio* de não poderem ser arrancados à sua terra» (mais ou menos aquilo que seria nos nossos dias uma garantia contra o desemprego). O rendeiro livre está submetido a toda a espécie de responsabilidades civis que tornam a sua sorte mais ou menos precária: se se endivida, podem confiscar-lhe a terra; em caso de guerra, pode ser forçado a tomar parte nela, ou o seu domínio pode ser destruído sem compensação possível. O servo, esse, está ao abrigo das vicissitudes da sorte; a terra que trabalha não pode escapar-lhe, da mesma maneira que não pode afastar-se dela. Esta ligação à gleba é muito reveladora da mentalidade medieval, e, notemo-lo, a este nível, o nobre está submetido às mesmas obrigações que o servo, porque ele tão-pouco pode em caso algum alienar o seu domínio ou separar-se dele de qualquer forma que seja: nas duas extremidades da hierarquia encontramos essa mesma necessidade de estabilidade, de fixação, inerente à alma medieval, que produziu a França e de uma maneira geral a Europa ocidental. Não é um paradoxo dizer que o camponês actual deve a sua prosperidade à servidão dos seus antepassados; nenhuma instituição contribuiu mais para o destino do campesinato francês; mantido durante séculos sobre o mesmo solo, sem responsabilidades civis, *sem obrigações militares,* o camponês tornou-se o verdadeiro senhor da terra; só a servidão poderia realizar uma ligação tão íntima do homem à gleba e fazer do antigo servo o proprietário do solo- Se a condição do camponês na Europa oriental, na Polónia e noutros lugares, permaneceu tão miserável, é porque não houve esse laço protector da servidão; nas épocas de perturbação, o pequeno proprietário, entregue a si próprio, responsável pela sua terra, conheceu as mais terríveis angústias que facilitaram a formação de domínios imensos; donde um flagrante desequilíbrio social, contrastando a riqueza exagerada dos grandes proprietários com a condição lamentável dos seus rendeiros. Se o camponês francês pôde desfrutar até aos últimos tempos de uma existência fácil, em relação ao camponês da Europa oriental, não é apenas à riqueza do solo que o deve, mas também e sobretudo à sabedoria das nossas antigas instituições, que fixaram a sua sorte no momento cm que linha mais

necessidade de segurança e o subtraíram às obrigações militares, as quais, posteriormente, pesaram mais duramente sobre as famílias camponesas.

As restrições impostas à liberdade do servo decorrem todas dessa ligação ao solo. O senhor tem sobre ele direito de séquito, isto é, pode levá-lo à força para o seu domínio em caso de abandono, porque, por definição, o servo não pode deixar a terra; só é feita excepção para aqueles que partem em peregrinação. O direito de *jormariage* arrasta a interdição de se casar fora do domínio senhorial quem se encontrar adscrito, ou, como se dizia, «abreviado»; mas a Igreja não deixará de protestar contra este direito que atentava contra as liberdades familiares, e que se atenuou de facto a partir do século x; estabelece-se então o costume de reclamar somente uma indemnização pecuniária ao servo que deixava um feudo para se casar num outro; aí se encontra a origem desse famoso «direito senhorial», sobre o qual foram ditos tantos disparates: não significava outra coisa senão o seu direito de autorizar o casamento dos servos; mas como, na Idade Média, tudo se traduz por símbolos, o direito senhorial deu lugar a gestos simbólicos cujo alcance se exagerou: por exemplo, colocar a mão, ou a perna, no leito conjugal, donde o termo por vezes empregado de direito de pernada, que suscitou tantas interpretações deploráveis, de resto perfeitamente erradas.

A obrigação sem dúvida mais penosa para o servo era a *mão--morta:* todos os bens por ele adquiridos durante a vida deviam depois da sua morte regressar para o senhor; por isso também essa obrigação foi reduzida desde muito cedo, e o servo ficou com o direito de dispor por testamento dos seus bens móveis (porque a sua propriedade passava de qualquer modo para os filhos). Além disso, o sistema de comunidades silenciosas permitiu-lhe, conforme o costume do lugar, escapar à mão-morta, já que o servo podia, como o plebeu, formar com a família uma espécie de sociedade agrupando todos aqueles que pertenciam a um mesmo «pão e pote», com um chefe temporário cuja morte não interrompia a vida da comunidade, continuando esta a desfrutar dos bens de que dispunha.

Finalmente, o servo podia ser franqueado; as franquias multiplicaram-se mesmo a partir do século XIII, já que o servo devia comprar a sua liberdade, quer em dinheiro, quer comprometendo-se a pagar um censo anual como o rendeiro livre. Temos um exemplo na franquia dos servos de Villeneuve-Saint-Georges, dependente de Saint-Germain-des-Prés, por uma soma global de 1400 libras. Esta obrigação do resgaste explica sem dúvida por que razão as franquias foram muitas vezes aceites de muito mau grado pelos seus beneficiários; a ordenança de Luís X, o Hutin, que em 1315 franqueou

todos os servos do domínio real, embateu em muitos lugares com a má vontade dos «servos recalcitrantes». A servidão não é mais mencionada, quando da redacção dos costumes no século XIV, senão nos de Bourgogne, de Auvergne, do Boubonnais e do Nivernais, e nos costumes locais de Chaumont, Troyes e Vitry; de resto em toda a parte tinha desaparecido. Algumas ilhotas de servidão muito moderada subsistiram aqui e ali, que Luís XVI aboliu definitivamente em 1779 — dez anos antes do gesto teatral da demasiado famosa noite de 4 de Agojto— no domínio real, convidando os senhores a que o imitassem: é que se tratava de uma matéria de direito privado sobre a qual o poder central não tinha o direito de legislar. As actas mostram-nos, aliás, que os servos não tinham de todo face aos senhores essa atitude de cães espancados, que demasiadas vezes se supôs. Vemo-los discutir, afirmar o seu direito, exigir o respeito por antigas convenções e reclamar sem rodeios o que lhes é devido. ~

*

Teremos o direito de aceitar sem controlo a lenda do camponês miserável, inculto (esta é uma outra história) e desprezado, que uma tradição bem estabelecida impõe ainda a um grande número dos nossos manuais de história? O seu regime geral de vida e de alimentação não oferecia nada, vê-lo-emos, que deva suscitar piedade. O camponês não sofreu mais na Idade Média do que sofreu o homem em geral em todas as épocas da história da humanidade. Sofreu a repercussão das guerras: terão elas poupado os seus descendentes dos séculos xix e XX? Além disso, o servo medieval estava livre de qualquer obrigação militar, como a maior parte dos plebeus; além disso, o castelo senhorial era para para ele um refúgio na desventura, e a paz de Deus uma garantia contra as brutalidades dos homens de armas. Sofreu a fome nas épocas de más colheitas— como sofreu o mundo inteiro até que as facilidades de transportes permitiram levar ajuda às regiões ameaçadas, e mesmo a partir dessa altura ... —, mas tinha a posssibilidade de recorrer ao celeiro do senhor-

Não houve senão uma época realmente dura para o camponês na Idade Média, mas ela foi-o para todas as classes da sociedade indistintamente: foi a dos desastres produzidos pelas guerras que marcaram o declínio da época — período lamentável de perturbações e de desordens engendradas por uma luta fratricida, durante a qual

(7) Em Portugal, a partir dos fins do século XI até princípios do século XIII o servo adscrito à gleba foi progressivamente transformado em colono livre. Entre nós, foi D. Afonso III que deu exemplo nos seus reguengos ao dar carta de franquia aos servos. *(N. do li.)*

a França conheceu unia miséria que só se pode comparar à das guerras de Religião, da Revolução ou do nosso tempo: bandos de plebeus devastando o país, fomes provocando revoltas e insurreições camponesas e para cúmulo essa terrível epidemia de peste negra que despovoou a Europa. Mas isso faz parte do ciclo de misérias próprias da humanidade, e das quais nenhum povo foi isento; a nossa própria experiência basta largamente para nos informar sobre isso.

•O camponês terá sido o mais desprezado? Talvez nunca o tenha sido menos, de facto, que na Idade Média. Determinada literatura em que o vilão é muitas vezes jogado não deve iudir-nos: não é senão o testemunho do rancor, velho como o mundo, que o charlatão, o vagabundo sente pela situação do camponês, do «domínio» cuja morada é estável, o espírito por vezes lento e a bolsa muitas vezes lenta a abrir-se — acrescentado à aptidão, bem medieval, para zombar de tudo, inclusive aquilo que parece mais respeitável. Na realidade, nunca os contactos foram mais estreitos entre as classes ditas dirigentes— neste caso os nobres— e o povo: contactos que a noção de laço pessoal facilita, essencial para a sociedade medieval — que as cerimónias locais, festas religiosas e outras multiplicam, e nas quais o senhor encontra o rendeiro, aprende a conhecê-lo e partilha a sua existência muito mais estreitamente que nos nossos dias os pequenos burgueses partilham a dos seus criados. A administração do feudo obriga a ter em conta todos os detalhes da vida dele; nascimentos, casamentos, mortes nas famílias de servos entram em linha de conta para o nobre, como interessando directamente o domínio; o senhor tem encargos judiciários, donde para ele a obrigação de assistir os camponeses, de resolver os seus litígios, de arbitrar os seus diferendos; tem portanto em relação a eles uma responsabilidade moral, do mesmo modo que suporta a responsabilidade material do feudo em relação ao suserano. Nos nossos dias o patrão de fábrica encontra-se liberto de qualquer obrigação material e moral relativamente aos operários logo que «passaram pela caixa» para «receber o salário»; não o vemos abrir as portas da sua casa para lhes oferecer um banquete, na ocasião, por exemplo, do casamento de um dos filhos. Na globalidade, uma concepção totalmente diferente da que prevalece na Idade Média, durante a qual, como disse mais ou menos Jean Guiraud, o camponês ocupa a ponta da mesa, mas é a mesa do senhor.

Poderíamos facilmente dar conta disso deitando uma olhadela sobre o património artístico que essa época nos legou e constatando o lugar que o camponês nela ocupa. Na Idade Média, ele está em toda a parte: nos quadros, nas tapeçarias, nas esculturas das catedrais, nas iluminuras dos manuscritos; em toda a parte encontramos

os trabalhos dos campos como o mais corrente tema de inspiração. Que hino à glória do camponês valerá alguma vez as miniaturas das *Três riches heures du Duc de Berry* ou o *Livre des proujfictz champestres*, iluminado pelo bastardo Antoine de Bourgogne, ou ainda os pequenos quadros dos meses na fachada de Notre-Dame e em tantos outros edifícios? E, notemo-lo, em todas estas obras de arte, executadas pela multidão ou pelo amador nobre, o camponês aparece na sua vida autêntica: removendo o solo, manejando a enxada, podando a vinha, matando o porco. Haverá uma outra época, uma só, que possa apresentar tantos quadros exactos, vivos, realistas, da vida rural?

Que individualmente determinados nobres ou determinados burgueses tenham manifestado desdém pelos camponeses, é possível e mesmo certo: tal não existiu em todas as épocas? Mas a mentalidade geral, contando com hábitos sarcásticos da época, tem muito nitidamente consciência da igualdade fundiária dos homens no meio das desigualdades de condição.

Fils de vilain preux et courtois
Vaut quinze mauvais fils de roi[8]

diz Robert de Blois, e Reclus de Molliens, no seu poema de *Miserere*, protesta vigorosamente contra aqueles que se crêem superiores aos outros:

Garde qui tu as en dédain,
Franc hom, qui m'appelles vilain
Jà de ce mot ne me plaindrais
Si plus franc que moi te savais.
Qui fut ta mère, et qui la moie? [la mienne]
Andoi [toutes deux] *furent filies Evain.*
Or mais ne dis que vilain sois
Plus que toi, car je te dirois
Tel mot ou a trop de levain[9].

É um jurista, Philippe de Novare, quem distingue três tipos de humanidade: as «gentes francas», isto é, «todos aqueles que tiverem franco coração ... e aquele que tiver coração franco, donde quer que tenha vindo, deve ser chamado franco e gentil; porque se é de um

8 *Filho de vilão valente e cortês/Vale quinze maus filhos de reis.*
9 *Olha quem tens em desdém/Franco homem, que me chamas vilão./ Dessa palavra não me lamentaria/Se mais franco que eu te soubesse./ Quem foi a tua mãe, e quem é a minha f/Ambas foram filluis de Eva./ Ora não me digas que vilão sou/Mais que tu, porque tu direi/(puc tal palavra tem muito de leviano.*

mau lugar e é bom, tanto mais honrado deve ser»; as pessoas de ofício e os vilões, isto é, aqueles que não prestam serviço senão constrangidos pela força, «todos aqueles que o fazem são justamente vilões, quer fossem servos ou jornaleiros ... Fidalguia e valor de antepassados não faz senão prejudicar um mau herdeiro desonrado». Poderíamos citar em grande número essas proclamações de igualdade, como no *Roman de Fauvel:*

Noblesse, si com dit le sage
Vient tant seulement de courage
Qui est de bons moeurs aorné.
Du ventre, sachez, pas ne vient[10].

Duma maneira mais geral, será possível dizer que um ser que ocupou um lugar de primeiro plano nas manifestações artísticas e literárias de uma nação tenha podido ser por ela desprezado?

Sobre este ponto como sobre tantos outros, confundiram-se as épocas. Aquilo que é verdade para a Idade Média não o é para tudo aquilo a que chamamos o Antigo Regime. A partir do fim do século XV, produz-se uma cisão entre os nobres, os letrados — e o povo; futuramente, as duas classes viverão uma vida paralela, mas penetrar-se-ão e compreender-se-ão cada vez menos. Como é natural, u alta sociedade drenará para si a vida intelectual e artística e o camponês será banido da cultura como da actividade política do país. Desaparece da pintura, salvo raras excepções— em todo o caso da pintura em voga —, da literatura, como das preocupações dos grandes. O século XVIII já não conherá senão uma cópia completamente artificial da vida rural. Que o camponês tenha sido, senão desprezado, pelo menos desdenhado e mal conhecido, do século XVI[11] até aos nossos dias, não constitui qualquer dúvida, mas também está fora de questão que na Idade Média tenha tido um lugar de primeira ordem na vida do nosso país.

(10) *Nobreza, se como diz o sábio/Vem tão só da coragem/Que é firiKÍM uitt por bons costumes, / Do ventre, sabei-lo, não vem.*
(11) Notcmo.s que é também no século XVI que reaparece o desdém, familiar Antiguidade, pelas profissões manuais. A Idade Média assinalava tradicionalmentei as ciências, artes e oficlos».

CAPÍTULO IV

A VIDA URBANA

A partir da altura em que cessam as invasões, a vida transborda os limites do domínio senhorial. O solar começa a não se bastar mais a si próprio; toma-se o caminho da cidade, o tráfego organiza-se, e em breve, escalando as muralhas, surgem os subúrbios. É então, a partir do século XI, o período de grande actividade urbana. Dois factores da vida económica, até então um pouco secundários, vão adquirir uma importância de primeiro plano: o ofício e o comércio. Com eles crescerá uma classe cuja influência será capital para os destinos de França — ainda que o seu ace:so ao poder efectivo não date senão da Revolução Francesa, da qual será única a tirar benefícios reais: a burguesia.

Pelo menos o seu poder data do muito mais longe, porque, desde a origem, ocupou um lugar preponderante no governo das cidades, enquanto os reis, nomeadamente a partir de Filipe, o Belo, faziam voluntariamente apelo aos burgueses no governo das cidades como conselheiros, administradores e agentes do poder central. Ela deve a sua grandeza à expan:ão do movimento comunal, do qual aliás é o principal motor. Nada de mais vivo, de mais dinâmico que esse impulso irresistível que, do século XI ao início do século XIII, leva as cidades a libertarem-se da autoridade dos senhores, e nada de mais ciosamente defendido que as liberdades comunais, uma vez adquiridas. É que com efeito os direitos exigidos pelos barões tornavam-se insuportáveis a partir do momento em que não havia mais necessidade da sua protecção: nos tempos de agitações, outorgas e portagens eram justificadas, já que representavam os gastos de polícia du estrada: um comerciante roubado nas terras de um senhor podia fazer-se indemnizar por ele; mas a tempos novos e melhores devia corresponder um reajustamento que foi obra do movimento comunal. A Idade Média concluiu desta forma com êxito essa necessária rejeição do passado, tão difícil de realizar na evolução da sociedade em geral; é muito provável que, se o mesmo reajustamento tivesse sido

produzido em tempo oportuno para os direitos e privilégios da nobreza, muitas desordens teriam sido evitadas.

A realeza dá o exemplo do movimento pela outorga de liberdades às comunas rurais: a «carta de Lorris» concedida por Luís VI suprime as anúduvas e a servidão, reduz as contribuições, simplifica os processos em justiça e estipula por outro lado a. protecção dos mercados e das feiras:

> Nenhum homem da paróquia de Lorris pagará alfândega ou qualquer direito para aquilo que for necessário à sua subsistência, nem direitos sobre as colheitas feitas com o seu trabalho ou o dos seus animais, nem direitos sobre o vinho que tiver nas suas vinhas.
>
> A ninguém será requerida cavalgada ou expedição que o impeça de regressar nesse mesmo dia a casa, se o quiser.
>
> Ninguém pagará portagem até Estampes, nem até Orleães, nem até Milly, em Gâtinais, nem até Melun.
>
> E aquele que tiver a sua propriedade na paróquia de Lorris, esta não lhe poderá ser confiscada se tiver cometido qualquer delito, a menos que seja um delito contra Nós ou a nossa gente.
>
> Ninguém que venha às feiras ou ao mercado de Lorris, ou no regresso, poderá ser detido ou perturbado, a menos que tenha cometido algum delito nesse dia.
>
> Ninguém, nem Nós nem outros, poderá cobrar a talha aos homens de Lorris-
>
> Nenhum de entre eles fará anúduvas, a não ser uma vez por ano, para levar o nosso vinho a Orleães, e a mais nenhum lugar.
>
> E quem quer que seja tenha vivido um ano e um dia na paróquia de Lorris, sem que ninguém o reclame aí, nem que tal lhe seja proibido por Nós nem pelo nosso preboste 1, será a partir daí livre e franco.

A pequena cidade de Beaumont recebe pouco depois os mesmos privilégios, e em breve o movimento se desenha em todo o reino.

É um dos espectáculos mais cativantes da história a evolução de uma cidade na Idade Média: cidades mediterrânicas, Marselha, Aries, Avinhão ou Monlpellier, rivalizando em audácia com as grandes

(1) Entre nós corresponde ao alcaide. *(N. do R.)*

cidades italianas pelo comércio «deste lado do mar» centros de tráfego como Laon, Provins, Troyes ou Le Mans, centros de indústria têxtil, como Cambrai, Noyon ou Valenciennes, todas fazem prova de um ardor, de uma vitalidade sem igual. Tiveram de resto a simpatia da. realeza: não ofereciam elas, na sua vontade de emancipação, a dupla vantagem de enfraquecer o poder dos grandes feudais e de trazer ao domínio real um crescimento inesperado, já que as cidades franqueadas entravam desta feita na dependência da coroa? Por vezes a violência é necessária, e assistimos a movimentos populares, como em Laon ou Le Mans; mas a maior parte das vezes as cidades libertam-se por meio de trocas, por contratações sucessivas, ou pura e simplesmente à custa de dinheiro. Aí ainda, como em todos os detalhes da sociedade medieval, a diversidade triunfa, porque a independência pode não ser total: uma determinada parte da cidade, ou tal direito particular permanecem sob a autoridade do senhor feudal, enquanto o resto volta para a comuna. Um exemplo típico é fornecido por Marselha: o porto e a parte baixa da cidade, que os viscondes partilhavam entre si, foram adquiridos pelos burgueses, bairro por bairro, e tornaram-se independentes, enquanto a parte alta da cidade permanecia sob o domínio do bispo e do capítulo e uma parte da baía, em frente ao porto, continuava a ser propriedade da abadia de São Vítor.

Seja como for, o que é comum a todas as cidades é o empenhamento que puseram em fazer confirmar essas preciosas liberdades que acabavam de adquirir e a sua pressa em se organizarem, em porem por escrito os seus costumes, em regular as suas instituições sobre as necessidades que lhes eram próprias. Os seus usos diferem conforme aquilo que faz a especialidade de cada uma delas: tecelagem, comércio, forragens, curtumes, indústrias marítimas ou outra». A França conservaria durante todo o Antigo Regime um carácter muito especial devido à existência destes costumes particulares a cada cidade, fruto complemente empírico das lições do passado, e, além disso, fixados com toda a independência pelo poder local, portanto o mais possível de acordo com as necessidades de cada uma. Esta variedade, de uma cidade para a outra, dava ao nosso país uma fisionomia muito sedutora e das mais simpáticas; a monarquia absoluta teve a sabedoria de não tocar nos usos locais, de não impor um tipo de administração uniforme; foi uma das forças — e um dos encantos — da França antiga. Cada cidade possuía, num grau difícil de imaginar nos nosso dias, a sua personalidade própria, não somente exterior, mas interior, cm todos os detalhes da sua administração, em toda" as modalidades Ou sua existência. São, geralmente —pelo menos no Midi—, dirigidas por meirinhos, cujo número varia: dois, seis, por vezes doze; ou

ainda um único reitor reúne o conjunto dos cargos, assistido por um preboste que representa o senhor, quando a cidade não tem a plenitude das liberdades políticas. Muitas vezes ainda, nas cidades mediterrânicas, faz-se apelo a um poderoso *(podestat)*, instituição muito curiosa; o poderoso é sempre um estrangeiro (os de Marselha são sempre italianos), ao qual se confia o governo da cidade por um período de um ano ou dois; em toda a parte onde foi empregado, este regime deu inteira satisfação.

Em todo o caso, a administração da cidade compreende um conselho eleito pelos habitantes, geralmente por sufrágio restrito ou com vários graus, e assembleias plenárias que reúnem o conjunto da população, mas cujo papel é sobretudo consultivo. Os representantes dos ofícios têm sempre um lugar importante, e sabemos qual foi a parte ocupada pelo preboste dos comerciantes em Paris nos movimentos populares do século xiv. A grande dificuldade com que as comunas se debatem são os embaraços financeiros; quase todas se mostram incapazes de assegurar uma boa gestão de recursos; o poder é, aliás, rapidamente absorvido por uma oligarquia burguesa que se mostra mais dura para com o povo miúdo do que tinham sido os senhores — donde a rápida decadência das comuna:; são muitas vezes agitadas por perturbações populares e periclitam a partir do século xiv, um tanto ajudadas, é preciso dizê-lo, pelas guerras da época e pelo mal-estar geral do reino.

*

Nos séculos XII e XIII, o comércio toma uma extensão prodigiosa; já que uma causa exterior vem dar-lhe um novo impulso: as Cruzadas As relações com o Oriente, que nunca tinham sido completamente interrompidas nas épocas precedentes, conhecem então um vigor novo; as expedições ultramarinas favorecem o estabelecimento dos nossos mercados na Síria, na Palestina, na África do Norte e mesmo nas margem do mar Negro. Italianos, Provençais e Languedócios fazem-se uma severa concorrência, e estabelece-se uma corrente de trocas, cujo centro é o Mediterrâneo, e que vai, seguindo a estrada secular do vale do Reno, do Saône e do Sena (já seguida pelas caravanas, que, antes da fundação de Marselha no século vi a. C, transportavam o estanho das ilhas Cassitérides, isto é, da Grã-Bretanha, até aos portos frequentados pelos comerciantes fenícios), até ao Norte de França, ou países flamengos e a Inglaterra. É a época das grandes feiras de Champagne, de Brie e da Ilha de França: Provins, Lagny, Londit, em São Dinis, Bar, Troyes, onde chegam as sedas, os veludos e os brocados, o alúmen, a canela c o cravo-da-

-índia, os perfumes e as especiarias, vindos do centro da Ásia, e que eram trocados, em Damasco ou em Jaffa, pelos tecidos de Douai ou de Cambrai, as lãs de Inglaterra, as peles da Escandinávia. As casas de comércio de Genes ou de Florença tinham nos nossos mercados as suas sucursais permanentes; os banqueiros lombardos ou de Cahors. negociavam aí com os representantes das hansas do Norte e entregavam letras de câmbio válidas até nos portos mais recuados do mar Negro. As nossas estradas conheciam assim uma extraordinária animação. A importância do mercado oriental é capital na civilização medieval; já a Alta Idade Média tinha conhecido o Oriente através de Bizâncio: a igreja de Paris recitava em grego uma parte dos seus ofícios; foram os marfins bizantinos que verdadeiramente reensinaram ao Ocidente a arte esquecida de esculpir a madeira e a pedra, e a decoração dos manuscritos irlandeses inspira-se nas miniaturas persas; mais tarde, os Árabes conduzem as suas conquistas com a brutalidade que sabemos e cortam as pontes, por um tempo, entre as duas civilizações. Mas vêm as Cruzadas e o mercado oriental — ao qual corresponde, aliás, um mercado «franco» na Ásia Menor, que trabalhos recentes manifestaram — banha toda a Europa, fá-la conhecer a vertigem do tráfego, o deslumbramento dos frutos estranhos, dos tecidos preciosos, dos perfumes violentos, dos costumes sumptuosos, inunda com a sua luz essa época apaixonada pela cor e pela claridade. Sobretudo, multiplica esse gosto pelo risco, essa sede de movimento, que na Idade Média coexiste de forma tão tocante com a ligação à terra. Nunca, talvez, a palavra «epopeia» foi melhor empregue que falando das Cruzadas; nunca a atracção do Oriente se manifesta com mais ardor e conduz, apesar dos aparentes fracassos, a mais espantosas realizações. Basta evocar as fundações dos «Francos» na Terra Santa, desde as feitorias dos comerciantes, estabelecimentos organizados que formam verdadeiras cidadezinhas, com a sua capela, os banhos públicos, os entrepostos, as habitações dos mercadores e sala do tribunal e das reuniões até es as praças-fortes cuja massa desafia ainda o sol: Krak des Chevaliers, castelo de Saone, fortificações do Tyr — até esses feitos de armas extraordinários, os de um Raymond de Poitiers ou de um Renaud de Châtillon, que fazem pensar que as Cruzadas, posta à parle a sua finalidade piedosa, foram um feliz derivativo para o ardor efervescente dos barões.

A Europa perderá muito quando, no século XIV, a sua atenção se afasia do Oricnle. S. Luís tinha entrevisto essa possibilidade de aliança com os Mongóis que, se tivesse sido aproveitada, teria provavelmente mudado completamente o destino dos dois mundos, oriental c ocidental. A sua morte prematura, a estreiteza de vistas

dos seus sucessores, deixaram no estado de esboço um projecto cuja importância foi valorizada pelos trabalhos de René Grousset. Só os Mongóis podiam opor ao Islão uma barreira eficaz; procuravam a aliança franca e favoreciam os cristãos nestorianos. As relações estabelecidas por Jean du Plan-Carpin, depois por Guillaume de Rubruquis, que, em 1254 visitava Karakoroum, capital do Grand-Khan, tinham feito compreender a uns e a outros que frutos poderiam nascer de uma união semelhante. Não se ofereciam os Mongóis para reconquistar Jerusalém aos Turcos Mamelucos? Mas a sua oferta não foi tomada em consideração; o historiador dos Cruzadas, já citado, fez notar a coincidência das duas datas: 1287, embaixada sem resultado do nestoriano mongol Rabban Çauma a Paris, junto de Filipe, o Belo; 1291, perda de São João d'Acre-

Submergido pelo Islão, o Oriente fechar-se-á à influência e ao comércio europeu; o que marca uma decadência irremediável para as cidades mediterrânicas e para os armadores inquietados pelos piratas; só os cavaleiros do Hospital Saint-Jean continuarão a lutar palmo a palmo e de Rodes a Malta desenvolverão encarniçados esforços para manter a nossa via para o Oriente — luta desigual, mas admirável, que não parará senão com a tomada de Malta por Bonaparte.

A organização deste grande comércio oriental é pouco a pouco a mesma em toda a parte. O negociante confia a um armador quer uma carga, quer uma determinada soma de dinheiro para fazer frutificar; o destino da viagem é em geral nitidamente indicado, mas muitas vezes deixa-se também a iniciativa ao navegador, *ad fortunam maris.* No regresso, este último recebe um quarto do lucro, ou, se participou nas despesas, uma parte proporcional da receita, acordada antecipadamente. Assim consistem os contratos de «encomenda» ou de «sociedade» entre os mercadores. Uma das diferenças específicas entre a Idade Média e a nossa época é que é então o comerciante, não o armador, quem decide a travessia; as companhias de navegação não têm itinerário determinado; é um caso de convenções com aqueles que querem viajar.

No que concerne o comércio marítimo, a Igreja tolera o empréstimo a juros, porque então os riscos que correm justificam o lucro do dinheiro. O maior destes riscos, para lá do naufrágio, é o costume do arremesso: um navio em perigo, ou perseguido por piratas, alivia-se de uma parte da carga para facilitar o percurso. As recolhas de costume» marítimos, *Constitutum Usus* de Pisa, Estatutos de Marselha, Consulado do Mar, regulamentam cuidadosamente o arremesso, as mercadorias que lhe são submetidas e a repartição das perdas entre os mercadores que se encontram então no barco. Um outro

risco provém do direito de represálias, que pode ser acordado por uma cidade àqueles que se encontram sob a sua alçada sobre os navios de uma cidade inimiga, ou mais particularmente a um mercador que se encontra lesado ou cuja carga foi pilhada; o que existe é então uma das formas do direito de vingança privada.

Para melhor se defenderem, e por um uso caro à época, os mercadores têm o hábito de se associarem. Existe em primeiro lugar, para os navios, aquilo a que se chama a conserva: dois navios, ou mais, decidem realizar em conjunto a travessia; esta decisão é objecto de um contrato que ninguém pode quebrar sem se expor a sanções e a uma multa. Por outro lado, os mercadores de uma cidade, onde quer que se encontrem, formam uma associação e elegem um de entre eles para os administrar e, se necessário, assumir a responsabilidade ou a defesa dos seus interesses. As sucursais mais importantes têm um cônsul fixo que durante todo o tempo, ou pelo menos durante a grande «estação» comercial, que vai do São João, a 24 de Junho, ao Santo André, em Novembro, rege a feitoria. Marselha oferece-nos o exemplo desta instituição dos cônsules, comum nas cidades do Mediterrâneo, cujas decisões não podiam ser alteradas senão pelo reitor da comuna e adquiriam mesmo a força de lei; do mesmo modo havia um na maior parte das cidades da Síria e do Norte de África, em Acre, em Ceuta, em Bougie, em Tunes e nas Baleares.

*

Com o comércio, o elemento essencial da vida urbana é o ofício- A forma como foi compreendido na Idade Média, como se regulou o seu exercício e as suas condições, mereceu reter particularmente a atenção da nossa época, que vê no sistema corporativo uma solução possível para o problema do trabalho. Mas o único tipo de corporação [2] realmente interessante é a corporação medieval, tomada no sentido lato de confraria ou associação de ofício, e de resto cedo alterada sob pressão da burguesia; os séculos seguintes não conheceram dela senão deformações ou caricaturas.

(2) Ê a custo que empregamos este termo, do qual tanto se abusou e se prestou a Inúmeras confusões a propósito das nossas antigas Instituições. Notemos em primeiro lugar que se trata de um vocábulo moderno, que só aparece no século XVIII. Até então só tinha sido questão de mestrias ou de confrarias *(jurandes).* Estas, caracterizadas pelo mo. nopolio de fabrico por um dado ofício numa cidade, foram, durante o belo período da Idade Média, bastante pouco numerosas; existiam em Paris, uniu não no conjunto do reino, onde começaram a tornar-se o regime habitual ainda com inúmeras excepções— apenas no fim do século XV. A Idade de ouro das corporações foi, não a Idade Média mas o século XVI. Ora, a partir dessa época começavam, sob o impulso da burguesia, a ser

Não poderíamos definir melhor a corporação medieval do que vendo nela uma organização familiar aplicada ao ofício. Ela é o agrupamento, num organismo único, de todos os elementos de um determinado ofício: patrões, operários, aprendizes estão reunidos, não sob uma autoridade dada, mas em virtude dessa solidariedade que nasce naturalmente do exercício de uma mesma indústria. É, como a família, uma associação natural; não emana do Estado nem do rei. Quando São Luís manda Étienne Boileau redigir o *Livre des Métiers [Livro dos Mesteres]*, não é senão para redigir por escrito os usos já existentes, sobre os quais não intervém a sua autoridade. O único papel do rei face à corporação, como de todas as instituições de direito privado, é controlar a aplicação leal dos costumes em vigor; como a família, como a Universidade, a corporação medieval é um corpo livre, que não conhece outras leis senão as que ela própria forjou: é essa a sua característica essencial, que conservará até ao fim do século xv.

Todos os membros de um mesmo ofício fazem obrigatoriamente parte da corporação, mas nem todos, bem entendido, desempenham aí o mesmo papel: a hierarquia vai dos aprendizes aos mestres-jurados, que formam o concelho superior do ofício. Habitualmente distinguimos aí três graus: aprendiz, companheiro ou servente de ofício e mestre; mas isto não pertence ao período medieval, durante o qual, até por meados do século xiv, se pode, na maior parte dos ofícios, passar a mestre logo que terminada a aprendizagem. Os serventes de ofício só se tornarão numerosos no século XVII, onde uma oligarquia de artesãos ricos procura cada vez mais reservar-se o acesso à mestria, o que esboça a formação de um proletariado industrial. Mas, durante toda a Idade Média, as possibilidades à partida são exactamente as

de facto tomadas pelos patrões que fizeram da mestria uma espécie de privilégio hereditário, tendência que se acentuou de tal forma que nos séculos seguintes os mestres constituíam uma verdadeira casta, cujo acesso era difícil, senão impossível, para os operários pouco afortunados. Estes não tiveram outro recurso senão formar por sua vez, para sua defesa, sociedades autónomas e mais ou menos secretas, as *companheiragens.*

Depois de ter sido, no espírito de determinados historiadores, o sinónimo de «tirania», a corporação foi alvo de juízos menos severos e por vezes de elogios exagerados. Os trabalhos de Hauser tiveram sobretudo por finalidade reagir contra esta última tendência e demostrar que é preciso evitar ver nela um mundo «idílico»; é bem certo que nenhum regime de trabalho pode ser qualificado de «idílico», tanto a corporação como um outro — a não ser talvez por comparação com a situação criada ao proletariado industrial do século xix, ou com inovações modernas tais como o sistema Bedaud.

mesmas para todos, e todo o aprendiz, a menos que seja demasiado desajeitado ou preguiçoso, acaba por passar a mestre.

O aprendiz está ligado ao mestre por um contrato de aprendizagem — sempre esse laço pessoal caro à Idade Média— que comporta obrigações para as duas partes; para o mestre, a de formar o aluno no ofício, de lhe assegurar a casa e o sustento, sendo proporcionado o pagamento pelos pais das despesas de aprendizagem; para o aprendiz, a obediência ao mestre e a aplicação ao trabalho. Encontramos, transposta para o artesanato, a dupla noção de «fidelidade--protecção» que une o senhor ao vassalo ou ao rendeiro. Mas como, aqui, uma das partes do contrato é uma criança de doze a catorze anos, são empregues todos os cuidados para reforçar a protecção de que deve gozar, e enquanto se manifesta toda a indulgência para a& faltas, as leviandades, mesmo até as vadiagens do aprendiz, os deveres do mestre são severamente precisados: não pode receber senão um aprendiz de cada vez, para que o ensino seja frutuoso e para que não possa explorar os alunos, descarregando sobre eles uma parte do trabalho; não pode encarregar-se deste aprendiz senão depois de ter exercido a mestria durante um ano, pelo menos, para que posa dar-se conta das suas capacidades técnicas e morais. «Ninguém deve receber um aprendiz se não for tão sábio e tão rico que possa ensiná-lo e governá-lo e mantê-lo [...] e isto deve ser sabido e feito pelos dois membros do conselho que defendem o ofício», dizem os regulamentos- Eles fixam expressamente aquilo que o mestre deve despender diariamente para a alimentação e a manutenção do aluno; finalmente, os mestres estão submetidos a um direito de visita detido pelos jurados da corporação, que vêm ao domicílio examinar a forma como o aprendiz é alimentado, iniciado no ofício e tratado de maneira geral. O mestre tem para com ele os deveres e os encargos de um pai e deve entre outras coisas velar pela sua conduta e pelo seu comportamento moral; em contrapartida, o aprendiz deve-lhe respeito e obediência, mas vai-se ao ponto de favorecer por parte deste uma certa independência: no caso de um aprendiz sair de casa do mestre, este deve esperar um ano até poder receber outro, e durante todo esse ano é obrigado a receber o fugitivo se ele voltar — isto para que todas as garantias estejam do lado mais fraco, não do mais forte.

Para passar a mestre, é preciso ter terminado o tempo de aprendizagem; este tempo varia conforme os ofícios, como é normal, e dura em geral de três a cinco anos; é provável que então o futuro me Ire devesse fazer prova da sua habilidade face aos jurados da corporação, o que está na origem da obra-prima, cujas condições irão complicar-se no decorrer dos séculos; além disso, deve pagar uma taxa, aluis mínima (de 3 a 5 soldos em geral) —a sua cotização

para a confraria do corpo do ofício; finalmente, em alguns ofícios, cuja solvabilidade o mercador é obrigado a justificar, é exigido o pagamento de uma caução. Tais são as condições da mestria durante o período medieval propriamente dito; por volta do século xiv, as corporações, até aí independentes na sua maior parte, começam a ser ligadas ao poder central e o acesso à mestria torna-se mais difícil: é exigido, em alguns ramos, um estágio prévio de três anos como companheiro, e o postulante deve entregar uma renda anual a que se chama a *compra do ofício,* que varia de 5 a 20 soldos.

O exercício de cada ofício era objecto de uma regulamentação minuciosa, que tendia antes de tudo para manter o equilíbrio entre os membros da corporação. Qualquer tentativa para tomar um mercado, qualquer esboço de entendimento entre alguns mestres em detrimento dos outros, qualquer ensaio para deitar a mão a uma excessiva quantidade de matérias-primas, eram severamente reprimidas: nada mais contrário ao espírito das antigas corporações que o aprovisionamento, a especulação ou os nossos modernos *trusts.* Era também implacavelmente punido o acto de desviar para seu proveito a clientela de um vizinho, o que nos nossos dias se chamaria abuso da publicidade. A concorrência existia contudo, mas estava restringida ao domínio das qualidades pessoais: a única forma de atrair um cliente, era fazer, por um preço igual, melhor, mais acabado, mais cuidado que o vizinho.

Os regulamentos lá estavam uma vez mais para velar pela boa execução do ofício, procurar as fraudes e punir a má-fé; com este fim, o trabalho devia quanto possível ser feito no exterior, ou pelo menos em plena luz; pobre do fabricante de panos que tivesse fabricado um tecido de má qualidade nos recantos obscuros da sua loja! Tudo deve ser mostrado à luz do dia, no alpendre onde o basbaque gosta de se demorar, onde o Mestre Pathelin vem «enganar» o mercador ingénuo.

Os mestres-jurados ou «guardas de ofício» lá estão para fazer observar os regulamentos. Exercem um direito de visita severo. Os defraudadores são postos no pelourinho e expostos, com a má mercadoria, durante um tempo variável; os seus companheiros são os primeiros a apontá-los com o dedo. É que é muito vivo o sentimento de honra do ofício. Os que o mancham excitam o desprezo dos colegas que se sentem atingidos pela vergonha que cai sobre todo o ofício; são postos à margem da sociedade; são olhados um pouco como cavaleiros perjuros que tivessem merecido a degradação. O artesão medieval, de uma maneira geral, tem o culto do trabalho. Encontramos o testemunho dis^o nos romances de ofício como os de Thomas Deloney sobre os tecelões e os sapateiros de Londres: os sapateiros

intitulam a sua arte «o ofício nobre» e sentem-se orgulhosos do provérbio: «Todo o filho de sapateiro nasceu príncipe.» Um poema medieval, o *Dit des Févres* (Dos artesãos), detém-se complacentemente sobre os méritos destes:

M'est il avis que févres sont
La gent pour qiíen doit mieux prier.
Bien savez que de termoier [lambiner]
Ne vivent pas févres, dest voir [vrai]
N'est pas d'usure leur avoir
[...] *De leur labeur, de leur íravail*
Vivem les févres loyaument
Et si donnent plus largement
Et dépensení de ce qu'ils ont
Que usuriers, qui rien ne font,
Chanoines, prouvères, ou moines [3].

Ê uma característica especificamente medieval esse orgulho pelo seu estado — e não menos medieval, o zelo com o qual cada corporação reivindica os seus privilégios.

O de julgar por si própria os delitos do ofício é talvez um dos mais preciosos para a época, mas ela estima também como essencial a liberdade de se administrar através dos seus próprios representantes. Para isso, elege-se todos os anos um conselho composto por mestres escolhidos, quer pelo conjunto da corporação, quer pelos outros mestres; os usos variam conforme os ofícios. Os conselheiros prestam juramento, donde o nome de «jurados»; devem velar pela observação dos regulamentos, visitar e proteger os aprendizes, resolver os diferendos que podem surgir entre os mestres, inspeccionar as lojas para policiar as fraudes. É a eles que cabe também o cargo de administrar a caixa da corporação. A sua influência é tal na cidade que acabam por desempenhar um papel político.

Em algumas cidades, como Marselha, os delegados dos ofícios tomam parte efectiva na direcção dos assuntos comunais; fazem compulsivamente parte do Conselho Geral; nenhuma decisão que toque os interesses da cidade pode ser tomada sem eles; escolhem semanalmente «semaneiros» que assistem o reitor e sem os quais não

(3) E minha opinião que artesãos são/A gente por quem mais se deve rezar / Bem sabeis que de serem ronceiros / Não vivem os artesãos, é verdade / Não é costume que eles tenham./ [...] *Do seu labor, do seu trabalho / Vivem os artesãos lealmente/E dão mais largamente/E despnutim o que têm mais/Que usurários, que nada fazem, / Cónegos, prio-*resi ou *monges.*

se pode tomar deliberação. Repetindo a expressão do historiador da comuna de Marselha, M. Bourrilly, os chefes de ofício eram «o elemento motor» da vida municipal, e poder-se-ia dizer que Marselha teve no século XIII um governo de base corporativa.

A confraria, de origem religiosa, que existe um pouco por toda a parte, mesmo onde o ofício não está organizado em mestria ou confraria *(jurande)*, é um centro de entreajuda. Entre os encargos que pesam regularmente sobre a caixa da comunidade figuram em primeiro lugar as pensões dadas aos mestres idosos ou enfermos, e as ajudas aos membros doentes durante o tempo de doença e de convalescença. É um si tema de seguros no qual cada caso pode ser conhecido e examinado em particular, o que permite levar o remédio apropriado a cada situação e evitar também os abusos e as acumulações. «Se filho de mestre acontece ser pobre, e quer aprender, os membros do conselho devem mandá-lo aprender com os 5 soldos (taxa corporativa) — e com as suas esmolas», diz o estatuto dos «amieiros» ou fabricantes de escudos. A corporação ajuda se necessário os seus membros quando estão em viagem ou em caso de desemprego. Thomas Deoloney põe na boca de um colega do «Nobre Ofício» uma passagem muito significativa. Tom Drum (é o seu nome) encontrou no caminho um jovem senhor arruinado e propõe-lhe que o acompanhe até Londres: «Sou eu quem paga, diz ele, na próxima cidade divertir-nos--emos bem — Como, diz o jovem, julguei que não tinham senão um soldozinho por fortuna. — Vou-te explicar, continua Tom. Se fosses sapateiro como eu, poderias viajar de uma ponta à outra de Inglaterra sem nada que não fosse um *penny* no bolso. No entanto, em todas as cidades encontrarias boa cama e boa mesa, e de que beber, sem sequer gastares o teu *penny*. É que os sapateiros não querem que a nenhum deles falte nada. Eis o nosso regulamento: 'Se um companheiro chega a uma cidade, sem dinheiro e sem pão, não tem senão que fazer-se conhecer, e não tem necessidade de se ocupar com outra coisa. Os outros companheiros da cidade não só o recebem bem, mas oferecem-lhe gratuitamente o sustento e a alimentação. Se quer trabalhar, a comissão encarrega-se de lhe encontrar um patrão e não tem de se incomodar'.» Esta curta passagem diz o suficiente para dispensar comentários.

Assim compreendidas, as corporações eram um centro muito vivo de ajuda mútua, que faziam honra à divisa: «Todos por um, cada um por todos.» Tiravam fama das suas obras de caridade, os ourives obtêm assim a permissão de abrir a loja aos domingos e nas festas dos Apóstolos, geralmente feriados, cada um por sua vez; tudo o que ganha nesse dia serve para oferecer no domingo de Páscoa uma refeição aos pobres de Paris: «Quanto ganhar a oficina aberta, é posto na caixa da confraria dos ourives [...] e com todo o dinheiro dessa caixa dá-se todos os anos no domingo de Páscoa um jantar aos pobres do Hôtel-Dieu de Paris.» De igual modo, na maior parte dos ofícios, os órfãos da corporação são educados a expensas suas.

Tudo isto se passa numa atmosfera de concórdia e de alegria de que o trabalho moderno não pode de todo dar ideia. As corporações e confrarias têm cada uma as suas tradições, a sua festa, os seus ritos piedosos ou burlescos, as suas canções, as suas insígnias. Ainda segundo Thomas Deloney, um sapateiro para ser adoptado como filho do «Nobre Ofício» deve saber «cantar, tocar trompa, tocar flauta, manejar o pau ferrado, combater à espada e contar os seus utensílios em verso». Por ocasião das fe3tas da cidade, e nos cortejos solenes, a corporações desfraldam as suas bandeiras, e para quem aí se encontrar haverá alguns títulos de precedência. São pequenos mundos extraordinariamente vivos e activos, que acabam de dar à cidade o seu impulso e a sua fisionomia original.

Globalmente, não saberíamos resumir melhor a natureza da vida urbana na Idade Média do que citando o grande historiador das cidades medievais, Henri Pirenne: «A economia urbana é digna da arquitectura gótica da qual é contemporânea- Ela criou todas as peças [...] uma legislação social mais completa do que a de qualquer outra época, incluindo a nossa. Suprimindo os intermediários entre vendedor e comprador, assegurou aos burgueses o benefício da vida barata; perseguiu impiedosamente a fraude, protegeu o trabalhador contra a concorrência e a exploração, regulamentou o seu trabalho e o seu salário, velou pela sua higiene, providenciou a aprendizagem, impediu o trabalho da mulher e da criança, ao mesmo tempo que conseguiu reservar para a cidade o monopólio de fornecer com os seus produtos os campos envolventes e de encontrar lá longe saídas para o seu comércio."

(4) Les Villes *et leu Institutions urbaines au Moyen Age,* tomo I, p. 481.

CAPÍTULO V

A REALEZA

Quanto mais estudamos a sociedade medieval, através dos textos da época, mais ela surge como um organismo completo, semelhante, repetindo a comparação cara a Jean de Salisbury, ao organismo humano, possuindo uma cabeça, um coração e membros. Mais que desigualdades fundiárias, as três «ordens», clero, nobreza e terceiro estado [1], representam um sistema de repartição das forças, de «divisão do trabalho». Era pelo menos assim que eram entendidas:

Labeur de clerc est de prier
Et justice de chevalier;
Pain leur trouvent les labouriers.
Cil paist, cil prie et cil défend.
Au champ, à la ville, au moustier,
S'entr' aident de leur métier
Ces trois par bel ordenement[2].

Daqui resulta uma sociedade muito compósita e que pela sua complexidade lembra efectivamente o corpo humano com a sua quantidade de órgãos estreitamente dependentes uns dos outros e concorrendo todos tanto para a existência como para o equilíbrio do ser, de que todos beneficiam igualmente.

Esta complexidade de estrutura agrava-se com a extrema variedade dos senhorios e das províncias; cada uma possui os seus carac-

(1) Em Portugal não se usa este termo, mas sim o termo genérico «Povo» *(N. do R.)*

(2) *Poema de Miserere* de Reclua de Molliens. Segue-se a tradução: *O trabalho do clero é rezar/E a justiça o do cavaleiro;/O pão encontram-no os trabalhadores/Este alimenta, aquele ora e o outro defende./No campo, na cidade, no mosteiroJEntreajudam-se no seu oficio/Estes três em boa ordem.*

teres, vigorosamente marcados. Cs provérbios do tempo sublinham com complacência — e malícia — esta diversidade:

Les meilleurs jongleurs sont en Gascogne
Les plus courtois sont en Provence
Les plus apperís hommes en France
Les meilleurs archers en Anjou
Les plus «enquérants» en Normandie
Les meilleurs mangeurs de raves sont en Auvergne
Les plus «rogneux» en Limousin, etc, etc.[3]

Pequenas características locais, que se acusam de certo modo de forma profunda nas diferenças que os nossos costumes apresentam entre si.

Perante uma semelhante fragmentação, o papel do poder central surgia como particularmente difícil. É evidente que não havia lugar, na Idade Média, nem para um regime autoritário, nem para uma monarquia absoluta. As características da realeza medieval adquirem tanto mais interesse quanto cada uma delas trazia a solução de um problema sobre a questão sempre espinhosa das relações do indivíduo e do poder central.

O que é à primeira vista notável, é a quantidade de graus que se interpõem entre um e outro. Longe de serem as duas únicas forças em presença, o Estado e o indivíduo só comunicam através de uma série de intermediários. O homem na Idade Média nunca é um ser isolado; faz necessariamente parte de um grupo: domínio, uma qualquer associação ou «universidade», que assegura a sua defesa mantendo-se na via certa- O artesão, o comerciante, são simultaneamente vigiados e defendidos pelo mestre do seu ofício, que eles próprios escolheram. O camponês está submetido a um senhor, o qual é vassalo de um outro, e:te de um outro, e assim sucessivamente até ao rei. Uma série de contactos pessoais desempenham assim o papel de «tampões» entre o poder central e o «francês médio», que deste modo nunca pode ser atingido por medidas gerais arbitrariamente aplicadas, e também não tem nada a ver com poderes irresponsáveis ou anónimos, como seria, por exemplo, uma lei, um *trust* ou um partido.

O domínio do poder central está de resto estritamente limitado aos assuntos públicos. Nas questões de ordem familiar, tão importantes para. a sociedade medieval, o Estado não tem o direito de intervir e pode-se dizer de cada casa o que ainda hoje se diz da *home* de um inglês, que é a «praça-forte» daqueles que aí vivem. Casamentos, testamentos, educação, contratos pessoais são regidos pelo costume, corno o ofício e todas as modalidades da vida pessoal. Ora o costume é ura conjunto de observâncias, de tradições, de regulamentos provenientes da natureza dos factos, não de uma vontade exterior; apresenta essa garantia de não ter sido imposto pela força, mas de se ter desenvolvido espontaneamente, de acordo com a evolução do povo — e essa vantagem de ser indefinidamente maleável, de se adaptar a qualquer facto novo, de absorver qualquer mudança. O respeito que se tem por ele explica porquê, durante todo o Antigo Regime, 03 reis nunca ordenaram sobre o direito privado. Mesmo no período posterior à Idade Média, nunca legislaram senão sobre a forma dos actos da vida privada, não sobre os próprios actos: por exemplo, sobre registo das disposições testamentárias, mas nunca sobre o testamento; ordenaram a escrituração dos costumes, mas de forma alguma tocaram no direito costumeiro; o que decorre do seu domínio escapou-se-lhes sempre.

(3) *Os melhores jograis vivem na Gasconha/Os mais corteses na Provença/Os mais francos homens em França/Ou melhores archeiros em Anjou/Os mais «perguntadores» na Normandia/OH melhore* comedores de rábanos estão em Auvorgne/Os mais sarnentos em Limousin, etc, etc*

Feitas estas reservas, como se exerce a autoridade real? O teólogo Henri de Gand vê na pessoa do rei um chefe de família, defensor dos interesses de todos e de cada um. Tal parece ser bem a natureza da monarquia medieval. O rei, colocado à cabeça da hierarquia feudal, como o senhor à cabeça do domínio e o pai à cabeça da família, é simultaneamente um administrador e um justiceiro. É o que simbolizam os seus dois atributos: o ceptro e a mão da justiça.

Como administrador, tem em primeiro lugar ocasião de exercer o seu poder directamente sobre o seu próprio domínio. Conhece, pois, por experiência, os detalhes da «gerência» de um feudo e sabe o que pode exigir dos seus vassalos, tendo nesse feudo os mesmos direitos e os mesmos deveres que eles. O que foi, em diversas ocasiões, importante para o conjunto do reino. Como um vassalo é tentado, mais ou menos, a imitar o suserano, o poder real foi levado a dar aos barões exemplos salutares. As reformas que introduzia no seu domínio, e que não se reconhecia o direito de impor aos outro:, espalhavam-se muitas vezes ao conjunto do país. Foi o caso da franquia geral dos servos do domínio, no início do século xiv. Isto provocava uma emulação benfazeja, da qual a própria realeza beneficiava por vezes. Assim, os grandes vassalos tinham o direito de cunhar moeda, mas o rei acabou por levar toda a França a preferir a sua às outras, velando por que ela fosse sempre a mais sã e a mais justa—porque não se deve abusar da lenda dos, reis falsos moedeiros, que não é justificada senão para Filipe, o Brio, e para as épocas das grandes misérias públicas da Guerra dos (Viu Anos

Sobre os domínios senhoriais, o rei não possui senão um poder indirecto. Os barões que dependem imediatamente dele são pouco numerosos, mas todos podem fazer apelo do seu suserano ao rei, e as ordens que ele dá transmitem-se por uma série de intermediários em todo o reino. O direito que ele exerce é, essencialmente, um direito de controlo: velar por que tudo o que está prescrito pelo costume seja normalmente executado, manter a «tranquilidade da ordem». É a esse título que é o árbitro designado para apaziguar as querelas entre vassalos. Sabemos a resposta de São Luís àqueles que lhe faziam notar, segundo o *Dit d'Amiens*, que faria melhor deixar os barões baterem-se entre si, e enfraquecerem-se a si próprios: «Se vissem que os deixava guerrear, podiam acordar-se entre eles e dizer: 'O rei pela sua malícia deixa-nos guerrear.' Se acontecesse que pelo ódio que me teriam, viessem sobre mim, seria eu a perder — sem contar com o ódio de Deus que conquistaria, o qual diz: 'Benditos sejam os apaziguadores'.»

Esse poder poderia permanecer completamente platónico, já que, durante a maior parte da Idade Média, o rei de França dispõe, com o seu exíguo domínio, de recursos inferiores aos dos grandes vassalos. Mas o prestígio que lhe confere a unção * e o elevado comportamento moral da linhagem capetiana revelam-se singularmente eficazes contra os senhores mais turbulentos. O exemplo do rei de Inglaterra declarando que não pode fazer cerco no locai onde se encontra o seu suserano, e o deste mesmo rei recorrendo à arbitragem real para regular os seus próprios diferendos com os barões, provam-no suficientemente. A autoridade real, até ao século XVI, fundou-se mais sobre a sua força moral que sobre os seus efectivos militares.

Foi ela também que solidamente formou o renome dos reis justiceiros. Os *Regreis de la mort de saint Louis* insistem sobre este insistem sobre este ponto:

Je dis que Droit est mort, et Loyauté éteinte,
Quand le bon roi est mort, la créaíure sainte
Qui chacune et chacun faisait droit à sa plainte...
A qui se pourront mais les pauvres gens clamer
Quand le bon roi est mort qui les sut tant aimer? °

(4) É efectivamente a unção, feita na testa com o óleo da Santa Ãmbula conservada em Reims, pelo arcebispo da cidade, que consagra o pessoa real. Os primeiros Capetianos, para assegurarem a sua sucessão, tomavam o cuidado de mandar ungir os filhos com eles vivos.

(5) *Digo que o Direito morreu, e a Lealdade se extinguiu, /Quando o bom rei morreu, a criatura santa/Que a todas e a todos fazia direito à sua queixa .... / A quem poderão agora os pobres clamar / Quando o bom rei morreu que tanto os soube amarf*

O «bom rei» insiste ele próprio, aliás muitas vezes, neste ponto nos seus *Ensinamentos* ao seu filho: «Executa a justiça e a rectidão e sê leal e inflexível para os teus súbditos, sem te virares para a esquerda ou para a direita, mas sempre a direito; e apoia a querela do pobre até que a verdade seja declarada.» Joinville conta em diversas ocasiões como ele punha estes princípios em prática. Até aos confins do reino faz-se sentir a justiça real: «[...] e no Reno encontrámos um castelo a que chamam Roche de Glin, que o rei tinha mandado abater porque Roger, o senhor do castelo, era tido como defraudador dos peregrinos e dos mercadores.» Foi de direito que se popularizou a imagem familiar do carvalho de Vincennes, debaixo do qual fazia justiça. Os castigos que cabiam aos culpados podiam ir até à confiscação dos seus bens: é uma noção bastante difícil de compreender nos nossos dias, em que o dinheiro pago por uma propriedade nos dá plenos poderes sobre ela, que não nos pode ser tirada senão por falta de pagamento: para regular dívidas para com o fisco ou para com particulares. Isto passava-se de igual modo na Roma antiga- Na Idade Média, o domínio é inalienável: um senhor, mesmo crivado de dívidas, conservá-lo-á durante a sua vida, mas, em contrapartida, corre permanentemente o risco de vê-lo ser confiscado se se mostrar indigno do seu cargo ou se infringir o seu juramento. Todo o poder implica então uma responsabilidade. O próprio rei não está ao abrigo desta regra. Henri de Gand, que define os seus poderes, reconhece aos súbditos o direito de o depor se lhes der uma ordem contrária à sua consciência; o papa pode desligá-los do seu juramento de fidelidade, e não deixa de usar esta faculdade quando um rei comete alguma exacção, mesmo na vida privada; foi o que sucedeu quando a infeliz rainha Ingeburge, abandonada por Filipe Augusto, dirigiu da prisão de Etampes o seu apelo a Roma. O princípio fundamental é que, segundo a doutrina de São Tomás: «O povo não é feito para o príncipe, mas o príncipe para o povo.»

Tem-se de resto, nessa época, uma ideia muito elevada dos deveres de um soberano. Eustache Deschamps, que foi o cantor e o espelho do seu tempo, enumera-os deste modo:

Premier il doit Dieu et VÊglise aimer;
Humble coeur ait, pitié, compassion;
Is bien commun doit sur tous préférer,
Sou pcuplr avoir en gr and dilection,
Etre xage et diligent,
Vérité ait, (ri doit être régent,

Leni de punir, aux bons non faire ennui
Et aux mauvais rendre droit jugement
Si quon voie toute bonté en lui... [6]

*

A personalidade dos reis capetianos estava singularmente bem adaptada à concepção medieval de realeza; ao colocá-los no trono, os seus contemporâneos tiveram toda a sorte, tanto eles corresponderam ao que o povo podia esperar deles, dada a mentalidade da época e as necessidades do país. São, antes de tudo, realistas. Muito ligados ao seu domínio, não perdem nunca de vista os seus interesses. Poderíamos mesmo criticar-lhes uma certa estreiteza de concepções. Quando, dos últimos Carolíngios, se passa a Hugo, o Grande, ou a Hugo Capeto, a diferença é tocante: os descendentes de Carlos Magno, mesmo os mais decadentes, mantêm uma mentalidade «imperial»; olham para Roma, para Aix-la-Chapelle; pensam como «Europeus». Os Capetianos, esses, preocupam-se pouco com o que se passa para lá dos limites do seu território; desconfiam do Império como de uma perigosa ilusão; mais do que a Europa, vêem a França. Sondados várias vezes pelo papado para cingir a coroa imperial, recusarão sempre, e não é sem franzir o sobrolho que verão os seus filhos tentar, como Carlos de Anjou, a sua sorte no estrangeiro.

As suas ambições são limitadas, mas práticas. Vende-se à cabeça de um pequeno domínio, mas fortes com a unção real, procuraram, com uma tenacidade imperturbável, fortalecer o seu domínio desenvolvendo a sua autoridade moral. Mesmo as Cruzadas não lhes interessam senão em segundo plano. A primeira, que abala toda a Europa, não comove o rei de França; Filipe Augusto faz-se cruzado sem convicção — lembrando-se sem dúvida de que o Oriente não tinha dado sorte a seu pai, Luís VII, que aí tinha comprometido, com a felicidade conjugal, a situação do reino; apanha a primeira ocasião para regressar, julgando a sua presença em Artois ou Vermandois mais oportuna que nas costas palestinianas- Será preciso um Saint Louis para abraçar com fervor a Cruzada, mas é porque nele predomina a finalidade religiosa, precisamente com exclusão de qualquer ambição terrestre. A quimera imperial, a aventura italiana não passam de tentações

(6) *Primeiro deve Deus e a Igreja amar; / Bom coração ter, piedade, compaixão; / O bem comum deve sobre todos preferir, / O seu povo ter em grande dilecção, / Ser sábio e diligente, / Seja a verdade, aquele que for regente, / Lento a punir, aos bons não traga aborrecimento J E aos maus faça correcto julgamento / Para que toda a bondade nele seja vista ...*

em que os nossos Capetianos nem sequer se detêm. Os seus descendentes terão sido sensatos ao romper com esta política do bom senso? As desventuras de uni Carlos VIII, de um Luís XII, de um Francisco I demonstraram suficientemente quanta sabedoria representava semelhante moderação.

Em contrapartida, foi com um surpreendente espírito de continuidade que os Capetianos se esforçaram por consolidar o seu domínio. Uma geração após outra, vemo-los arredondar este precioso território, adquirir aqui um condado, ali um castelo, batalhar intensamente por uma fortaleza, reivindicar uma herança, se necessário de espada na mão. Como avisados tácticos, sabiam todo o preço que se deve dar a uma estrada, a uma lesta de ponte. A glória de um Luís VI, foi ter assegurado a passagem entre Paris e Orleães; sabe que para ele as torres de Montlhéry têm mais importância do que teria uma coroa estrangeira. Ao mesmo tempo, intervêm por toda a parte onde podem, nos limites do reino, não perdendo nenhuma ocasião para lembrar a sua presença e o seu poder aos vassalos demasiado seguros das suas forças; seja para chamar um senhor à razão ou para abater soldados mercenários, como os ladrões de Berry, eles estão sempre presentes. Fazer justiça é para eles a mais sã das políticas, e sabem, se for caso disso, sacrificar o seu interesse imediato por um bem superior. Lembremos a surpresa que suscitou, entre os contemporâneos como entre os historiadores, o gesto de Luís IX entregando ao rei de Inglaterra o Agenais, a Saintonge e uma parte de Limousin, depois de lhe ter conquistado estas províncias. Acto de «alta política» contudo, como o qualificou Auguste Longnon, e sobre o qual o próprio rei se explicou: «Estou certo de que os antepassados do rei de Inglaterra perderam por direito a conquista que detenho; e a terra que lhe dou, não lha dou por estar dependente dele ou dos seus herdeiros, mas para pôr amor entre os meus filhos e os seus, que são primos germanos; e parece-me que o que lhe dou o emprego bem, porque ele não era meu vassalo, se não entrasse em minha homenagem.» O resultado foi realmente ter ganho a fidelidade do seu mais temível vassalo — e a paz entre a França e a Inglaterra, por um período de mais de cinquenta anos.

A par deste espírito metódico, é preciso mencionar a bonomia, a amável familiaridade destes reis de França. Nada de menos autocrata, alguém fez notar, que um monarca medieval[7]. Nas *Crónicas,*

(7) Citemos essa passagem muito pertinente de A. Hadengue, na sua obra *Bouvines, victoire creatice:* «Os conselhos de guerra! Estão muito em uso nos estados-maiores dos exércitos da Idade Média. Sem cessar vêm à pena dos CRONISTAS as mesmas expressões: *'A l'avies prir fu li consaus* lors *li roit pristt conseil... Adonc il prist conseiV.* No sé-

nas narrativas, não se trata senão de assembleias, de deliberações, de conselhos de guerra- O rei não faz nada sem ter a opinião do seu conselho. E este conselho não é composto, como será Versalhes, por dóceis cortesãos: são homens de armas, vassalos tão poderosos e as vezes mais ricos que o próprio rei, monges, sábios, juristas; o rei solicita os seus conselhos, discute com eles, e dá muita importância a estes contactos: «Tomo conta para que tenhas na tua companhia», lê-se nos *Enseignements de saint Louis [Ensinamentos de São Luís]*, «homens honestos e leais, que não estejam cheios de cobiça, quer sejam religiosos, quer sejam seculares, e fala muitas vezes com eles [...1 E se algum tem uma acção contra ti, não o julgues até que saibas a verdade, porque assim o julgarão mais ousadamente os teus conselheiros de acordo com a verdade, por ti ou contra ti.» Ele próprio pratica o que ensina; é preciso ler minuciosamente, em Joinville, a narrativa desse patético conselho de guerra realizado pelo rei na Terra Santa, quando os começos difíceis da sua cruzada vêm pôr tudo em questão e incitam a maior parte dos barões a querer regressar a França. A forma como Luís IX faz saber a Joinville que lhe está agradecido por ter tomado o partido contrário e por ter ousado exprimi-lo, é toda ela marca dessa familiaridade, extremamente simpática, dos reis para com os que os cercam:

«Enquanto o rei ouvia as suas graças, fui a uma janela de ferro [...] e tinha os meus braços entre os ferros da janela, e pensava que se o rei viesse para França, eu iria para o príncipe de Antíoco [...] Neste ponto em que me encontrava então, o rei veio apoiar-se nos meus ombros e pôs-me as duas mãos na cabeça. E eu julguei que fosse o Sr. Philippe de Nemours, que me tinha causado demasiado aborrecimento nesse dia pelo conselho que lhe tinha dado; e eu disse assim: 'Deixe-me em paz, Sr. Philippe'. Por pouca sorte, ao voltar a cabeça, a mão do rei caiu-me sobre o rosto; e percebi que era o rei, por causa de uma esmeralda que tinha no dedo. E ele disse-me: 'Fique tranquilo; porque quero perguntar-lhe como foi tão ousado que sendo um jovem, ousou louvar a minha estada, contra todos os grandes homens e os sábios de França, que louvavam a minha partida.' 'Senhor, disse eu, teria a maldade no meu coração, se não louvasse por qualquer preço que o fizésseis.' 'Diga-me, disse ele, faria mal se

culo XIII, um chefe militar não comanda, não decide à maneira de um general omnipotente. A sua autoridade é feita de colaboração, de confiança, de amizade. Está em dificuldade? Senta-se ao pé de uma árvore, chama os seus 'altos barões', expõe os factos, recolhe as opiniões. A sua opinião pessoal não prevalece sempre 'Cada um diz a sua razão', como escreve Philippe Mouskès (pp. 188-189).»

partisse?' 'Se Deus me ajuda, senhor, disse eu, sim.' E ele disse-me: 'Se eu ficar, fica também?' E eu disse-lhe que sim [...] 'Esteja tranquilo, porque lie tenho muita amizade por me ter louvado'.»

Esta bonomia, esta simplicidade de hábitos, são muilo características da época. Enquanto o imperador e a maior parte dos grandes vassalos se comprazem em manifestar o seu fausto, a linhagem capetiana faz-se notar pela frugalidade do seu modo de vida. Os reis vão e vêm no meio do povo. Luís VII adormece na orla de uma floresta, e quando os familiares o despertam, faz-lhes observar que pode bem dormir assim, sozinho e sem armas, já que ninguém lhe quer mal. Filipe Augusto, algumas horas antes de Bouvines, senta-se ao pé de uma árvore, e recupera as forças com um pouco de pão molhado no vinho. S. Luís deixa-se insullar na rua por uma velha mulher e proíbe os seus companheiros que a repreendam. São reservados para as festas e recepções solenes gibões de veludo e capas de arminho — e ainda assim é muitas vezes usado o cilício sob o arminho. É um motivo corrente de gracejo, para os estudantes alemães habituados às magnificências imperiais, a simplicidade do equipamento real. Esta simplicidade não foi imitada pelos Valois, e menos ainda pelos seus sucessores do Renascimento, mas se com isso ganharam uma corte brilhante, perderam esse contacto familiar com o povo, elemento precioso do prestígio de um príncipe.

CAPITULO VI

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Idade Média, tal como se apresentava, corria o risco de nunca conhecer senão caos e decomposição. Nascida de um império desmoronado e de vagas de invasões sucessivas, formada por povos desarmónicos que tinham cada um os seus usos, os seus quadros, a sua ordem social diferentes, quando não opostos — e quase todos um sentido muito vivo das castas, da sua superioridade de vencedores, ela deveria apresentar, e não apresentou, de facto, nos seus começos, senão o mais inconcebível esboroamento.

Contudo, verificamos que nos séculos XII e XVIII esta Europa tão dividida, tão perturbada aquando do seu nascimento, atravessa uma era de harmonia e de união tal como ela nunca conhecera e não conhecerá talvez mais no decorrer dos séculos. Vemos, por oca ião da primeira Cruzada, príncipes sacrificar os seus bens e os seus interesses, esquecer as suas querelas, para tomarem juntamente a Cruz — os povos mais diferentes reunirem-se num único exército, a Europa inteira estremecer à palavra de um Urbano II, de um Pedro, o Eremita, mais tarde de um São Bernardo ou de um Foulques de Neuilly. Vemos monarcas, preferindo a arbitragem à guerra, submeter-se ao julgamento do papa ou de um rei estrangeiro para regularizar as suas dissensões. Encontramo-nos, facto ainda mais notável, perante uma Europa organizada; ela não é um império, não é uma federação; ela é: a cristandade.

É preciso reconhecer aqui o papel representado pela Igreja e pelo papado na ordem europeia; eles foram, com efeito, factores essenciais de unidade; a diocese, a paróquia, confundindo-se frequentemente com o domínio, foram, durante o período de decomposição da Alta Idade Média, as células vivas a partir das quais se reconstituiu a nação. As grandes datas que deviam para sempre marcar a Europa são as da conversão de Clóvis, assegurando no mundo ocidental a vitória da hierarquia e da doutrina católicas sobre a heresia ariana, c a coroação de Carlos Magno pelo papa Estêvão II, que consagra

o duplo poder, espiritual e temporal, cuja união formará a base da cristandade medieval.

É preciso ter em conta, de uma maneira mais geral, a influência do dogma católico que ensina que todos os filhos da Igreja são membros de um mesmo corpo, como o lembram os versos de Rutebeuf:

Tous sont un corps en Jésus-Christ
Dont je vous moníre par 1'écrit
Que li uns est membre de 1'autre.

A unidade de doutrina, vivamente sentida na época, jogava a favor da união dos povos. Carlos Magno compreendera-o tão bem que, para conquistar a Saxónia, enviava missionários de preferência a exércitos—por convicção, aliás, não por simples ambição; a história repetiu-se no Império Germânico com a dinastia dos Otões-

Praticamente, a cristandade pode definir-se como a «universidade» dos príncipes e dos povos cristãos obedecendo a uma mesma doutrina, animados de uma mesma fé, e reconhecendo desde logo o mesmo magistério espiritual.

Esta comunidade de fé traduziu-se numa ordem europeia assaz desconcertante para cérebros modernos, bastante complexa nas suas ramificações, grandiosa, contudo, quando a examinamos no seu conjunto. A paz na Idade Média foi muito precisamente, segundo a bela definição de Santo Agostinho, a «tranquilidade» desta ordem.

Um ponto central permanece fixo, o papado, centro da vida espiritual; mas muito diversas são as suas relações com os diferentes Estados. Alguns estão ligados à Santa Sé por títulos especiais de dependência: é o caso do Império Romano-Germânico cujo chefe, sem se encontrar, como se acreditou frequentemente, sob a suserania do papa, deve, contudo, ser escolhido ou pelo menos confirmado por ele; isto explica-se se nos reportarmos às circunstâncias que presidiram à sua fundação e à parte essencial que aí tinha tomado o papado Este não faz mais, aliás, do que conferir-lhe o seu título e julgar casos de deposição.

Outros reinos são vassalos da Santa Sé; eles, num dado momento da sua história, pediram aos papas a sua protecção; como os reis da Hungria, recolocaram-lhe solenemente a sua coroa, ou, como os reis de Inglaterra, da Polónia ou de Aragão, pediram-lhe que autenticasse os seus direitos, de modo que o selo de São Pedro ratifica doravante e preserva as suas liberdades.

Outros, enfim, e entre estes a França, não tem nenhum laço de dependência temporal com a Santa Sé, mas aceitam naturalmente

as suas decisões em matéria de consciência e também se submetem de boa vontade à sua determinação arbitral.

Tal é, nas suas grandes linhas, o edifício da cristandade, como o precisou Inocêncio III numa época em que ela já se encontrava realizada na prática desde há vários séculos. Assenta essencialmente numa harmonia de ordem mística entre os povos. Quando examinamos os princípios do equilíbrio europeu, concebidos na altura do tratado de Vestefália, não podemos impedir-nos de achar bastante pobre esta dosagem das nacionalidades, esta agulha de balança fazendo as vezes das sólidas bases sobre as quais se fundava a paz medieval.

Equivocamo-nos frequentemente sobre o carácter destas relações entre a Igreja e os Estados; estamos habituados a ver na autoridade espiritual e na autoridade temporal dois poderes claramente distintos e, por vezes, esta «intrusão» do papado nos assuntos dos príncipes foi julgada intolerável. Tudo se aclara se nos integrarmos na mentalidade da época: não é a Santa Sé que impõe o seu poder aos príncipes e aos povos, mas estes príncipes e estes povos, sendo crentes, recorrem naturalmente ao poder espiritual, quer eles queiram fazer fortalecer a sua autoridade ou respeitar os seus direitos, quer desejem fazer solucionar as suas questões por um árbitro imparcial. Como o enuncia Gregório X: «Se é dever daqueles que dirigem os Estados salvaguardar os direitos e a independência da Igreja, é também dever daqueles que detêm o governo eclesiástico tudo fazer para que os reis e os príncipes possuam a plenitude da sua autoridade.» Os dois poderes, em vez de se ignorarem ou de se combaterem, reforçam-se mutuamente.

O que pôde prestar-se a confusão é que é geral, na Idade Média, professar um maior respeito pela autoridade religiosa do que pela autoridade laica, e julgar uma superior à outra, segundo o dito célebre de Inocêncio III, «como a alma está para o corpo», ou «como o Sol está para a Lua»: hierarquia de valores, que não arrasta necessariamente uma subordinação de facto.

Além disso, é preciso não o esquecer, a Igreja, guardiã da fé, é também juiz no foro íntimo e depositária dos juramentos. Ninguém, na Idade Média, teria sonhado contestá-lo. Quando for cometido um escândalo público, ela tem o direito e o dever de pronunciar a sua sentença, de absolver o culpado ou de perdoar o arrependido. Ela, portanto, apenas usa de um poder que lhe é universalmente reconhecido quando excomunga um Roberto, o Piedoso, ou um Raimundo de Toulouse. Do mesmo modo, quando, na sequência da sua conduta repreensível ou das suas exacções, ela desobriga os súbditos do rei Filipe Augusto ou do imperador Henrique IV do juramento de fidelidade, exerce unia das suas funções soberanas porque, na Idade

Média, todo o juramento toma Deus por testemunha e, por consequência, a Igreja, que tem o poder de unir e de desunir.

Que tenha havido abusos da parte da Santa Sé como da parte do poder temporal, é coisa incontestável; a história das disputas do papado e do Império está lá para o provar. Mas, no conjunto, podemos dizer que esta tentativa audaciosa de unir os dois poderes, o espiritual e o temporal, para o bem comum se salda num êxito. Era uma garantia de paz e de justiça este poder moral do qual não se podiam infringir as decisões sem correr perigos precisos, entre outros o de se ver despojado da sua própria autoridade e afastado da estima dos seus súbditos: enquanto Henrique II está em luta com Thomas Beckett, não se sabe qual prevalecerá, mas, no dia em que o rei decide desembaraçar-se do prelado por um assassínio, é ele o vencido. A reprovação moral e as sanções que ela provoca têm então mais eficácia que a força material. Para um príncipe interdito, a vida deixa de ser tolerável: os sinos silenciosos à sua passagem, os súbditos fugindo à sua aproximação, tudo isto compõe uma atmosfera à qual mesmo os caracteres mais fortemente temperados não resistem. Mesmo um Filipe Augusto acaba finalmente por se lhe submeter quando nenhum constrangimento exterior o teria podido impedir de deixar a infeliz Ingeburge gemer na sua prisão.

Durante a maior parte da Idade Média, o direito de guerra privada continua considerado como inviolável pelo poder civil e pela mentalidade geral; manter a paz entre os barões e os Estados apresenta, portanto, imensas dificuldades, e, se não fosse esta concepção da cristandade, a Europa corria o risco de nunca passar de um vasto campo de batalha. Mas o sistema em vigor permite opor toda uma série de obstáculos ao exercício da vingança privada. Em primeiro lugar, a lei feudal exige que um vassalo que jurou fidelidade ao seu senhor não possa apresentar armas contra ele; houve, evidentemente, faltas, mas o juramento de fidelidade está, assim me:mo, longe de ser uma simples teoria ou um simulacro: quando o rei de França Luís VII vem em socorro do conde Raimundo V, ameaçado em Toulouse por Henrique II de Inglaterra, este, ainda que dispondo de forças muito superiores e assegurado da vitória, retira-se, declarando que não pode cercar uma praça em que se encontra o seu suserano; na ocasião, o laço feudal tinha livrado a realeza francesa de uma situação particularmente perigosa.

Por outro lado, o sistema feudal maneja toda uma sucessão de arbitragens naturais: o vassalo pode sempre recorrer de um senhor ao suserano deste último; o rei, à medida que a sua autoridade se estende, exerce cada vez mais o seu papel de mediador; o Papa, enfim, continua o árbitro supremo. Basta, frequentemente, a reputação de justiça ou de santidade de um grande personagem para que se recorra, assim, a ele; a história de França dá-nos mais do que um exemplo: Luís VII é o protector de Thomas Beckett e o seu intermediário aquando dos seus conflitos com Henrique II; São Luís impõe-se de igual modo à cristandade quando pronuncia o célebre *Dit d'Amiens* que acalmava os diferendos entre Henrique III de Inglaterra e os seus barões.

Temos ainda que, qualquer nobre pode então, por vingança ou por ambição, invadir as terras do seu vizinho, e que o poder central não é suficientemente poderoso para substituir pela sua justiça a do indivíduo — sem falar das guerras sempre possíveis entre os Estados. A Idade Média não contestou o problema da guerra em geral mas, por uma série de soluções práticas e de medidas aplicadas no conjunto da cristandade, restringiu sucessivamente o domínio da guerra, as crueldades da guerra, as durações da guerra. É assim, com leis precisas, que se edificou a cristandade pacífica-

A primeira destas medidas foi a Paz de Deus, instaurada desde o fim o século x[1]: é também a primeira distinção que foi feita, na história do mundo, entre o fraco e o forte, entre os guerreiros e as populações civis. Desde a data de 1023 que o bispo de Beauvais faz jurar ao rei Roberto, o Piedoso, o juramento da paz. É feita proibição de maltratar as mulheres, as crianças, os camponeses e os clérigos; as casas dos agricultores são, como as igrejas, declaradas invioláveis. Re:erva-se a guerra para aqueles que estão equipados para combater. É esta a origem da distinção moderna entre objectivos militares e monumentos civis — noção totalmente ignorada pelo mundo pagão. A interdição não foi sempre respeitada, mas aquele que a transgredia sabia que se expunha a sanções temíveis, temporais e espirituais.

Há, seguidamente, a Trégua de Deus, também inaugurada desde o início do século xi, pelo imperador Henrique II, o rei de França Roberto, o Piedoso, e o papa Bento VIII. Os concílios de Perpignan e de Elne, datando de 1041 e 1059, já a haviam renovado quando, na sua passagem por Clermont, em 1095, Urbano II a define e a proclama solenemente, no decurso deste mesmo concílio que esteve na origem das Cruzadas. Ela reduz a guerra no tempo, como a Paz de Deus reduz no seu objecto: por ordem da Igreja, é proibido qualquer acto de guerra desde o primeiro domingo do Advento até ao oitavo da Epifania, desde o primeiro dia da Quaresma até ao oitavo da Ascen-

(1) O concílio de Charroux, em 989, lança o anátema contra todo aquele que entre pela força numa igreja e dela leve qualquer coisa, contra todo aquele que roube os bens dos camponeses ou dos pobres, as suas ovelhas, o seu boi, o seu burro.

são e, durante o resto do tempo, da quarta-feira à noite à segunda-feira de manhã. Imaginamos o que eram estas guerras fragmentadas, aos bocadinhos, que não podiam durar mais de três dias seguidos? Também aqui há infracções, sujeito o transgressor a todos os riscos, e também à vergonha. Quando Otão de Brunswick é derrotado, em Bouvines, contra todas as expectativas, pelo exército muito inferior em número de Filipe Augusto, não se deixa de ver aí o castigo daquele que tinha ousado romper a trégua e travar o combate ao domingo.

Os príncipes cristãos tomam por vezes iniciativas que completam e secundam as da Igreja. Filipe Augusto, por exemplo, institui a «quarentena-do-rei»: um intervalo de quarenta dias deve obrigatoriamente decorrer entre a ofensiva feita, e devidamente anotada por aquele que a recebeu, e a abertura das hostilidades; sábia medida, que reserva o tempo da reflexão e das conciliações de comum acordo. Este mesmo intervalo de quarenta dias encontra-se nos prazos concedidos aos pertencentes a uma cidade inimiga para voltar para a sua terra e pôr os seus haveres em segurança quando rebenta uma guerra. Assim, não poderia, na Idade Média, existir questão de sequestro ou de campo de concentração.

Mas a grande glória da Idade Média é ter empreendido a educação do soldado, é ter feito do soldado da velha guarda um cavaleiro. Aquele que se batia por amor dos grandes golpes, da violência e da pilhagem tornou-se o defensor do fraco; transformou a sua brutalidade em força útil, o seu gosto pelo risco em coragem consciente, a sua turbulência em actividade fecunda; o seu ardor, simultaneamente, vivificou-se e disciplinou-se. O soldado tem doravante um papel a desempenhar, e os inimigos que ele é convidado a combater são precisamente aqueles em quem subsistem os desejos pagãos de massacre, de devassidão e de pilhagem. A cavalaria é a instituição medieval da qual com maior gosto se guardou a recordação, e justamente, porque jamais, sem dúvida, se teve concepção mais nobre do título de guerreiro. Tal como a encontramos instituída desde o início do século XII, ela é realmente uma ordem e quase um sacramento. Contrariamente à opinião geralmente espalhada, ela não emparelha com a nobreza. «Ninguém nasce cavaleiro», diz um provérbio. Plebeus, mesmo servos, a vêem ser-lhes conferida, e nem todos os nobres a recebem; mas ser armado cavaleiro, é tornar-se nobre, e, entre as máximas do tempo, uma pretende que «o meio de ser enobrecido sem cartas é ser feito cavaleiro».

Ao futuro cavaleiro exigem-se qualidades precisas, o que traduz o simbolismo das cerimónias no decurso das quais se lhe concede o seu título. Deve ser piedoso, dedicado à Igreja, respeitador das suas leis: a sua iniciação começa com uma noile inteira passada cm

orações diante do altar sobre o qual está deposta a espada que ele cingirá. É a vigília de armas, depois da qual, em sinal de pureza, ele toma um banho e depois ouve missa e comunga. Entregam-lhe então solenemente a espada e as esporas, lembrando-lhe os deveres do seu cargo: ajudar o pobre e o fraco, respeitar a mulher, mostrar-se corajoso e generoso; a sua divisa deve ser «Valentia e generosidade». Vêm de seguida a armadura e a rude *colée*, a pranchada dada sobre o ombro: em nome de São Miguel e de São Jorge, ele é investido cavaleiro.

Para cumprir bem os seus deveres precisa ser tão hábil como bravo: a cerimónia prossegue então com uma série de provas físicas que são outros tantos *testes* destinados a experimentar o seu valor. Ele entra na liça para «correr um alvo» — quer dizer, a cavalo, derrubar um manequim —, e para desmontar em torneio os adversários que o venham desafiar. Os dias em que são armados novos cavaleiros são dias de festa, em que cada um rivaliza em proezas, sob os olhos dos castelões, da corte senhorial, e do povo miúdo concentrado nas circunvizinhanças do campo de torneios. Destreza e vigor físico, benevolência e generosidade, o cavaleiro representa um tipo de homem completo cuja beleza corporal é acompanhada pelas mais sedutoras qualidades:

Tant est prud'homme si comme semble
Qui a ces deux choses ensemble:
Valeur du corps et bonté d'âme.

Aquilo que se espera dele não é apenas, como no ideal antigo, um equilíbrio, um meio termo, *mens sana in corpore sano*, mas um máximo; ele é convidado a ultrapassar-se a si próprio, a ser ao mesmo tempo o mais belo e o melhor, colocando a sua pessoa ao serviço de outrem. Aqueles romances nos quais os heróis da Távola Redonda vão sem cessar em busca do mais maravilhoso feito heróico apenas traduzem o ideal exaltante oferecido então àquele que sente a vocação das armas. Nada de mais «dinâmico», para empregar uma expressão moderna, do que o tipo do bom cavaleiro.

A cavalaria pode perder-se, do mesmo modo que se merece: aquele que falta aos seus deveres é destituído publicamente; cortam-lhe as suas esporas de ouro rentes ao salto, em sinal de infâmia:

Honni soit hardement ou il n'a gentillesse

dizia-se, o que equivalia a exprimir que o puro valor guerreiro não era nada sem nobre/a de alma.

De facto, a cavalaria foi o grande entusiasmo da Idade Média; o sentido da palavra: cavalheiresco, que ela nos legou, traduz muito fielmente o conjunto de qualidades que suscitavam a sua admiração. Basta percorrer a sua literatura, contemplar as obras de arte que dela nos restam, para ver por todo o lado, nos romances, nos poemas, nos quadros, nas esculturas, nos manuscritos com iluminuras, surgir este cavaleiro do qual a bela estátua da catedral de Bamberg representa um perfeito espécime. Por outro lado, é suficiente ler os nossos cronistas para constatar que este tipo de homem não existiu apenas nos romances e que a encarnação do perfeito cavaleiro, realizada no trono de França na pessoa de um S. Luís teve, nesta época, uma multidão de émulos.

Mostra-se, nestas condições, quais podiam ser as características da guerra medieval; estritamente localizada, reduz-se, frequentemente, a um simples passeio militar, à tomada de uma cidade ou de um castelo. Os meios de defesa são então muito superiores aos meios de ataque: as muralhas, os fossos, de uma fortaleza garantem a segurança dos sitiados; uma corrente estendida de parte a parte da entrada de um porto constitui uma salvaguarda, pelo menos provisória. Para o ataque a quase nada se recorre senão às armas de mão: a e pada, a lança. Se um belo corpo a corpo arranca dos cronistas gritos de admiração, eles só têm, em contrapartida, desdém, pelas armas de covardes, que são o arco ou a besta, que diminuem os riscos, mas também as grandes façanhas. Para cercar uma praça, utilizam-se máquinas: catapultas, manganelas, como a sapa e a mina, mas confia-se sobretudo na fome e na duração das operações para submeter os sitiados. Também as torres de menagem estão providas em conformidade: enormes provisões de cereais amontoam-se em vastas caves, das quais a lenda romântica fez «masmorras» [2], e arranjam-se de modo a ter sempre um poço ou uma cisterna no interior da praça-forte. Quando uma máquina de guerra é demasiado mortífera, o papado proíbe o seu emprego; o uso da pólvora de canhão, cujos efeitos e composição se conhecem desde o século XIII, só começa a propagar-se no dia em que a sua autoridade já não é suficientemente forte e em que já se começam a esboroar os princípios da cristandade. Enfim, como escreve Orderic Vital, «por temor de Deus, por cavalaria, procurava-se aprisionar de preferência a matar. Guerreiros cristãos não têm sede de espalhar sangue». É corrente ver, no campo de batalha, o vencedor perdoar àquele que desmontou e que lhe grita obrigado.

(2) O desprezo é tanto mais espantoso visto que estas vastas caves servindo de reserva, apenas com um orifício circular no meio da abóbada, pelo qual se faziam passar os cestos para tirar o grão, existem ainda em certos países, na Argélia, por exemplo.

Citou-se como exemplo a batalha de Andelys, conduzida por Luís VI em 1119, na qual, entre novecentos combatentes, se assinalam três mortos ao todo.

Os princípios da cristandade são prejudiciais ao patriotismo? Acreditou-se durante muito tempo que era preciso fazer remontar a ideia de pátria a Joana d'Arc. De facto, tudo contradiz esta asserção. A expressão «França, a doce» encontra-se na *Chanson de Roland {Canção de Rolando]* — e nunca se imaginou outra mais amável para qualificar o nosso país. Os poetas não mais cessaram de a designar sob este epíteto:

Des pays esí douce France la fleur[3]

lê-se em *Andrieu controdit* e, no *Roman de Fauvel:*

Le beau jardin de grâces plein
Ou Dieu, par espéciauté,
Planta les lys de royauté [...]
Et d'autres fleurs à grand plenté:
Fleur de paix et fleur de justice,
Fleur de foi et fleur de franchise,
Fleur d'amour et fleur épanie
De sens et de chevalerie [...]
Cest le jardin de douce France [...] [4].

Impossível evocar a sua pátria com mais ternura. E se passarmos ao exame doo factos encontramos, desde a data longínqua de 1124, a prova mais convincente da existência do sentimento nacional: trata-se da tentativa de invasão da França pelos exércitos do imperador Henrique V, dirigidos contra o nosso país seguindo as rotas seculares das invasões, ao nordeste da França, em direcção de Reims; assiste-se então a um levantamento de armas geral em todo o reino; os mais turbulentos barões, entre os quais um Thibaut de Chartres, então em plena revolta, esquecem as suas querelas para virem agrupar-se sob o estandarte real, a célebre auriflama vermelha franjada de verde, que Luís VI tomara no altar de São Dinis, de modo que, perante esta massa de guerreiros surgida espontaneamente do conjunto do país, o

(3) Dos países é a doce França a flor.

(4) O belo jardim cheio de graças / Onde Deus, por preferência, / Plantou os *lírios da realeza [...] / E outras flores em grande abundância: / A flor da. paz e a flor da justiça, / A flor da fé e a flor da franqueza, / A flor do amor e a flor aberta / do senso e do cavalheirismo [...] / É* o *jardim da doce França [...].*

imperador não ousou insistir e partiu- A noção de pátria estava, portanto, de de esta época, suficientemente fixa para provocar uma coligação geral e tinha-se consciência, através da diversidade e do esboroamento dos feudos, de fazer parte de um todo. Esta noção devia afirmar-se ainda com brilho, um século mais tarde, em Bouvines, e a explosão de alegria que suxitou, em Paris e em todo o reino, o anúncio da vitória real testemunha-o suficientemente. O patriotismo, nesta época, apoia-se na mais segura das bases, que é o amor da terra, o apego ao solo, mas sabe, em caso de necessidade, manifestar-se para a França inteira, para o «jardim da doce França».

CAPÍTULO VII

A IGREJA

A história da Igreja está tão intimamente ligada à da Idade Média em geral que é incómodo fazer um capítulo à parte; seria preferível, sem dúvida, estudar, a propósito de cada característica da sociedade medieval, ou de cada etapa da sua evolução, a influência que ela exerceu ou o papel que nela desempenhou \ É, aliás, impossível, ter uma visão justa da época se não se possui algum conhecimento da Igreja, não só nas suas grandes linha:, mas também em pormenores como a liturgia ou a hagiografia, e é a primeira recomendação que se faz aos aprendizes-medievistas, isto é, aos alunos da École des Chartes, a de se familiarizarem com eles.

Apreenderemos de imediato a importância do seu papel se nos reportarmos ao estado da sociedade durante os séculos a que se convencionou chamar a Alta Idade Média: período de esboroamento de forças, durante o qual a Igreja representa a única hierarquia organizada. Face à de agregação de todo o poder civil, um ponto permanece estável, o papado, resplandecendo no mundo ocidental na pessoa dos bispos; e mesmo nos períodos de eclipse que a Santa Sé sofreu, o conjunto da organização permanece sólido. Em França, o papel dos bispos e o dos mosteiros é capital na formação da hierarquia feudal. Este movimento que leva a arraia-miúda a procurar a protecção dos grandes proprietários, a confiar-se a eles por actos de recomendação (commendatio) que vemos multiplicarem-se desde o fim do Baixo Império, só podia funcionar a favor dos bens eclesiáticos; agrupava-se í. volta dos mosteiros mais facilmente do que à volta dos senhores líticos. «Vive-se bem sob o báculo», dizia um adágio popular, traduzindo o provérbio latino *Jugum ecciesie, jugum dilecte.* Abadias

' **Por exemplo, trabalhos recentes valorizaram a origem não apenas mli^>m>si, mas propriamente eucarística das associações medievais: a procissão do Santo** Sacramento **foi a «causa directa» da fundação das confrarias operárias. Ver, a este propósito, a bela obra de G. Espinas, Lew *origines du*** *droit d'association* **(Lille, 1943) em part. t. I, p. 1031.**

como Saint-Germain-des-Prés, Lérins, Marmoutiers, São Vítor de Marselha, viram assim acrescentarem-se as suas possessões;. Do mesmo modo, os bispos tornaram-se frequentemente os senhores temporais de toda ou parte da cidade da qual haviam feito a sua metrópole e cooperam activamente a defendê-la das invasões. A atitude do bispo Gozlin por ocasião do ataque de Paris pelos Normandos está longe de constituir um facto isolado e, frequentemente, a própria arquitectura da igreja traz a marca desta função militar que era então, para todos aqueles que possuíam algum poder, um dever e uma necessidade: é o caso das Santas Marias do Mar ou das igrejas fortificadas da Thiérache.

A grande sabedoria de Carlos Magno foi compreender o interesse que apresentava esta hierarquia solidamente organizada e que factor de unidade a Igreja podia ser para o Império. De facto, a lei católica era a única a poder cristalizar as possibilidades de união que se revelavam graças ao advento da dinastia corolíng>a, a poder cimentar uns aos outros estes grupos de homens dispersos refugiados nos seus domínios. Exactamente como aceitava a feudalidade, achando mais útil servir-se do poder dos barões do que combatê-lo, conduziu, favorecendo a Igreja, a exaltação da cristandade- A sua coroação em Roma pelo papa Estêvão II continua a ser uma das grandes datas da Idade Média, associando para séculos o poder espiritual e o poder temporal. A doação de Pepino acabava de fornecer ao papado o domínio territorial que devia constituir a base do seu magistério doutrinal; recebendo a sua coroa das mãos do papa, Carlos Magno afirmava simultaneamente o seu próprio poder e o carácter deste poder, apoiando-se em bases espirituais para estabelecer a ordem europeia. O papado dera-se num corpo, o Império dá-se numa alma.

Daí esta complexidade da sociedade medieval, tanto civil como religiosa. Domínio espiritual e domínio temporal, que desde a Renascença se olharam cada vez mais como distintos e separados, aos quais se tentou definir os limites respectivos, e que se tendeu a ver ignorarem-se mutuamente, estão então continuadamente misturados. Se se distingue o que pertence a Deus e o que pertence a César, os mesmos personagens podem alternadamente representar ambos e os dois poderes completam-se. Um bispo, um abade, são também administradores de senhorios, e não é raro ver a autoridade laica e a autoridade religiosa partilhar uma mesma castelania ou uma mesma cidade; um caso típ>co é fornecido por Marselha, onde coexistem a cidade episcopal e a cidade de visconde, mesmo com um enclave reservado ao capítulo e chamado a cidade das Torres. Este poder fundiário do clero resulta simultaneamente de fados económicos

e sociais e da mentalidade geral da época em que a necessidade de uma unidade moral compensa a descentralização.

Semelhante ordem era inseparável de perigos; as lutas do Sacerdócio e do Império provam que esta separação muito delicada a fazer entre o reino de Deus e o de César não foi sempre realizada na perfeição: houve usurpações de ambas as partes; a questão das Investiduras, em particular, torna públicas as pretensões dos imperadores em se imiscuir em questões dependentes da hierarquia eclesiástica. A França é, sem dúvida, um dos países em que se soube, com a maior justeza, realizar esta síntese entre o poder espiritual e o poder temporal, e os Capetianos, até Filipe, o Belo, conseguiram, no seu conjunto, conciliar a defesa dos seus interesses com o respeito da autoridade eclesiástica, não por um equilíbrio precário, mas por essa visão exacta das coisas e por esse desejo de justiça que desde o século XII levaram um Luís VII a ser escolhido como árbitro nos conflitos que opunham os dois grandes poderes da cristandade: o imperador Frederico Barba-Ruiva e o papa Alexandre III.

Pelo seu lado, a Igreja nem sempre soube defender-se das cobiças materiais que são para ela a mais temível das tentações. É a grave censura que se pode fazer ao clero medieval, a de não ter dominado a sua riqueza. Este defeito foi vivamente sentido na época. Abundam os provérbios que manifestam que o povo dava a sua preferência aos clérigos que praticavam a pobreza evangélica: «Nunca monge rico dirá boa canção», e ainda: «Báculo de madeira, bispo de ouro, bispo de madeira, báculo de ouro». Admitem-se os rendimentos do clero: «Quem altar serve, de altar deve viver», mas declaram-se contra, como é justo, os abusos, dos quais, em demasiados casos, ele não sabe livrar-se, sobretudo a cobiça:

El si ils vont la messe ouír
Ce ríest pas pour Dieu conjouir
Ains est pour les deniers, avoir[2].

Assim se exprime Rutebeuf, que renova mais de uma vez as suas críticas:

Toufoiírs veulent, sans donner, prendre
Toujours achèterrt sans rien vendre;
lis tollent [prennent], *Von ne leur tolt rien*[3].

(2) E se vão a missa ouvir / Não é para estarem com Deus / Antes ó intra colher os dinheiros.

(3) Sempre (querem, sem dar, receber / Sempre mercam sem nada render; 'Eles tiram, m<is nada se lhes tira.

Esta avareza, segundo ele, corrompeu até a corte de Roma:

Qui argent porte à Rome assez tôt provende a:
On ne les donne mie si com Dieu commanda;
On sait bien dire à Rome: si voil impetrar, da,
*Et si non voilles dar, anda la voie, anda! **

Se os ataques param perante a personalidade do papa, os cardeais são frequentemente acusados desta afeição ao dinheiro que faz distribuir as prebendas e os benefícios aos mais ricos, não aos mais dignos. E sabe-se também que protestos vigorosos suscita este nepotismo e o dos bispos:

A leurs neveux, qui rien ne valent
Qui en leurs lits encore étalent
Donnent provendes, et irigalent [s'amusent]
Pour les deniers que ih emmallent [encaissent] [3].

Étienne de Fougères, a quem são devidos estes versos, dá conse. lhos salutares sobre esta questão àqueles que têm a missão de nomear os pastores dos fiéis:

Ordonner doit bon clerc et sage
De bonne moeurs, de bon aage,
Et né de loyal mariage;
Peu ne me chaut de quel parage [origine]
Ne doit nul prouvere ordonner,
Se il moustier lui veut donner,
Que il ne sache sermonner,
Et la gent bien arraisonner [6].

Esta riqueza devia inevitavelmente arrastar uma decadência e um relaxamento nos costumes, dos quais a Igreja se defendeu através de reformas sucessivas. É Rutebeuf ainda que se ergue, entre outros,

(4) *Quem dinheiro entrega a Roma bastante cedo tem prebenda; / Nada se lhe dá se se obedece a Deus; / Diz-se vulgarmente em Roma: se queres obter, dá, / B se não queres dar, põe-te a andar!*
(5) *Aos sobrinhos que nada vaiem / Que nos seus leitos ainda se expõem / Dão prebendas, e divertem.se/Com os dinheiros que recebem.*
(6) *Deve-se ordenar um bom e sábio clérigo / De bons costumes, ilibou idade, / E nascido de honesto casamento; / Pouco importa qual a origem, / Nenhum prior deve ordenar, / Se o mosteiro lhe quiser dar, / Que não saiba pregar um sermão, / E as gentes persuadir.*

contra esta apatia de certos clérigos preocupados antes de tudo em se aproveitarem dos seus bens materiais:

Ah! prélats de Saint Église
Qui, pour garder les corps de bise
Ne voulez aller aux matines,
Messire Geoffroy de Sargines
Vous demande dela de la mer.
Mais je dis cil fait ú blâmer
Qui rien radie plus vous demande
Fors bons vins et bonnes viandes
Et que le poivre soit bien fort [...] [7].

Estas fraquezas estão na origem das crises que, por diversas vezes, a Igreja medieval atrav&sa e dos grandes movimentos que a agitam. A evolução do clero regular dá muito exactamente conta da evolução geral da Igreja. Nos primeiros séculos, os monges beneditinos realizam um trabalho prático: são cultivadores de baldios, abrindo o caminho ao Evangelho com a relha do seu arado; abatem florestas, secam pântanos, aclimatam a vinha e semeiam o trigo; o seu papel é eminentemente social e civilizador; são eles também que guardam para a Europa os manuscritos da Antiguidade e fundam os primeiros centros de erud;ção. Respondendo às necessidades da sociedade que evangilizam, foram pioneiros e educadores, ajudando poderosamente ao progresso material e moral desta sociedade. A^ ordens que se fundam depois têm um carácter completamente diferente: franciscanos, dominicanos, têm um fim em primeiro lugar doutrinal; representam uma reacção precisamente contra ese abuso das riquezas que se censura à Igreja do seu tempo e contra as heresias que a ameaçam. Ao mesmo tempo, acentuam o movimento de reforma, já desenhado por duas vezes com os monges negros de Cluny e os monges brancos de Clairvaux e de Citeaux. Assim, a própria Igreja sentira os perigos a que a expunha o seu lugar no mundo medieval e remediava-os, continuando a fazer face às necessidades novas que se apresentavam: aos perigos incorridos pelos Lugares Santos, às dificuldades sentidas pelos peregrinos que os visitam, opõe o auxílio guerreiro dos Templários e o auxílio caritativo dos Hospitalários.

[7] *Ah! prelados da Santa Igreja / Que, para pouparem o corpo à invernia, / Não querem ir às matinas, / O distinto Geoffroy de Sargines / Vos demanda de além-mar. / Mas digo-vos se aquele vos condena / Que ninguém mais vos demande / Excelentes vinhos e excelentes carnes / E que se carregue bem na pimenta ...*

Cada estado de facto suscita da sua parte novas iniciativas, através das quais se pode seguir toda a marcha de uma época.

É mais difícil deslindar a influência moral exercida pela Igreja nas instituições privadas porque a maior parte das noções que lhe são devidas entraram de tal modo nos costumes que temos dificuldade em nos darmos conta da novidade que elas apresentavam. A igualdade moral do homem e da mulher, por exemplo, representa um conceito inteiramente estranho à Antiguidade; a questão nem sequer se tinha posto. De igual modo, na legislação familiar, era uma profunda originalidade substituir ao direito do mais forte a protecção devida aos fracos; o papel do pai de família e do proprietário fundiário encontrava-se completamente modificado. Face ao seu poder, proclamava-se a dignidade da mulher e da criança e fazia-se da propriedade uma função social. O modo de encarar o casamento, segundo as ideias cristãs, era também radicalmente novo: até então só se vira a sua utilidade social e se admitira, por consequência, tudo o que não arrastava desordens deste ponto de vista; a Igreja, pela primeira vez na história do mundo, via o casamento em relação ao indivíduo, e considerava nele, não a instituição social, mas a união de dois seres para desabrochamento pessoal, para a realização do seu fim terrestre e sobrenatural; isto arrastava, entre outras consequências, a necessidade de uma livre adesão em cada um dos cônjuges, dos quais ela fazia os ministros de um sacramento, tendo o padre como testemunha, e a igualdade de deveres para ambos. Até ao concílio de Trento as formalidades da Igreja são muito reduzidas, visto que basta a troca de juramentos perante um padre: «Tomo-te por esposo- — Tomo-te por esposa», para que o casamento seja válido; é em casa que se passam as cerimónias simbólicas: beber pela mesma taça, comer do mesmo pão:

Boire, manger, coucher ensemble
Foní mariage, ce me semble[8]

tal é o adágio de direito consuetudinário, ao qual se acrescenta no século xvi: «Mas é preciso que a Igreja passe por lá.»

Seria ainda necessário assinalar a influência exercida pela doutrina eclesiástica no regime de trabalho; o direito romano apenas conhecia, nos contratos de arrendamento ou de venda, a lei da oferta e da procura, enquanto o direito canónico e depois dele o direito consuetudinário submetem a vontade dos contraentes às exigências da moral e à consideração da dignidade humana. Isto devia ter uma profunda influência nos regulamentos dos mestres, que proibiam à mulher os trabalhos demasiado fatigantes para ela, a tapeçaria de tear alto, por exemplo; o resultado foram também todas aquelas precauções de que se rodeavam os contratos de aprendizagem e o direito de visita concedido aos jurados, tendo por fim controlar as condições de trabalho do artesão e a aplicação dos estatutos. Sobretudo, é preciso apontar como muito revelador o facto de ter alargado ao sábado de tarde o repouso de domingo, no momento em que actividade económica se amplifica com o renascimento do grande comércio e o desenvolvimento da indústria.

[s] *Beber, comer, dormir juntos, / Fazem o casamento, parece-me*

Uma revolução mais profunda tinha de ser introduzida pelas mesmas doutrinas no concernente à escravatura. Notemos que a Igreja não se ergueu contra a instituição propriamente dita de escravatura, necessidade económica das civilizações antigas. Mas lutou para que o escravo, tratado até então como uma coisa, fosse daí em diante considerado como um homem e possuísse os direitos próprios da dignidade humana; uma vez obtido este resultado, a escravatura encontrava-se praticamente abolida; a evolução foi facilitada pelos costumes germânicos que conheciam um modo de servidão muito suavizado; o conjunto deu lugar à servidão medieval, que respeitava os direitos do ser humano e apenas introduzia, como restrição à sua liberdade, a ligação à gleba. É curioso constatar que o facto paradoxal da reaparição da escravatura no século XVI, em plena civilização cristã, coincide com o retorno geral ao direito romano nos costumes.

Numerosas concepções próprias das leis canónicas passaram assim para o direito consuetudinário. O modo como a Idade Média encara a justiça é, deste ponto de vi ta, muito revelador, porque a noção de igualdade espiritual dos seres humanos, estranha às leis antigas, aí se manifesta geralmente. É neste sentido que foram introduzidas, na continuação dos tempos, diversas reformas, por exemplo no que respeita à legislação dos bastardoj, tratados mais favoravelmente pelo direito eclesiástico do que pelo direito civil, porque eles não são considerados responsáveis pela culpa à qual devem a vida. Fm direito canónico, uma pena infligida tem como fim, não a vingança da injúria ou a reparação para com a sociedade, mas a emenda do culpado, e este conceito, também ele inteiramente novo, não deixou de modificar o direito consuetudinário. A sociedade medieval conhece assim o direito de asilo, consagrado pela Igreja, e é bastante desconcertante, para a mentalidade moderna, ver oficiais de justiça sofrerem uma condenação por terem ousado penetrar nas terras de uni mosteiro a fim de aí procurar um criminoso; é, contudo, o que aconleceu, entre outros, ao jurista Beaumanoir. Acrescentemos que os tribunais eclesiásticos rejeitavam o duelo judiciário bem antes

da sua prescrição por Luís IX, e que foram os únicos, até à ordem de 1324, a prever perdas e danos para a parte lesada. A Idade Média, sob a mesma influência, conhecia a gratuidade da justiça para os pobres, que recebiam mesmo, se necessário, um advogado oficial. O culpado só era declarado tal uma vez feita a prova, o que significa que se ignorava a prisão preventiva-

A Igreja, como toda a sociedade medieval, goza de privilégios, o principal dos quais consiste precisamente em possuir os seus próprios tribunais. É o *privilegium fori,* reconhecido a todos os clérigos e àqueles que, pela sua profissão, estão ligados à vida clerical, por exemplo, os estudantes e os médicos. O papel dos «provisorados» ou tribunais eclesiásticos, na Idade Média, foi tanto mais amplo quanto o número de pessoas dependendo directa ou indirectamente do clero era então imenso e, como o título de clérigo se aplicava de um modo infinitamente menos restrito do que nos nossos dias, houve frequentemente confusão e contestações entre a justiça real ou senhorial e a justiça eclesiástica. Os clérigos eram todos aqueles que tinham um modo de vida clerical; esta definição bastante vaga tinha o defeito de convir tanto àqueles que, mestres ou alunos, frequentavam a Universidade, como aos monges e aos padres; fundamentaram-se por vezes em.sinais exteriores, como a tonsura ou o vestuário, mas estes atributos podiam ser usurpados por aqueles que preferiam a justiça do direito canónico à do direito consuetudinário e daí o provérbio: «O hábito não faz o monge.» De um modo geral, consideraram-se clérigos aqueles que se submetiam às obrigações da vida clerical, em particular no que respeita à interdição do casamento, que, aliás, só se estendia, então, aos clérigos que recebiam as ordens maiores, quer dizer, aos diáconos e aos padres. No século XII esta interdição é aplicada aos subdiáconos, mas não às ordens menores que não eram então consideradas como tendo de levar forçosamente ao sacerdócio. Os outros clérigos podiam tornar a casar em justas bodas, de de que *cum única et virgine,* uma só vez, e com uma jovem. Casar com uma viúva, ou voltar a casar, era para um clérigo expor-se a ser taxado de bigamia, termo que várias vezes consentiu confusão.

Uma série de medidas veio regular e restringir na Idade Média os direitos dos clérigos no que respeita ao regime de sucessões; tratava-se, de facto, de impedir que, na sequência de testamentos feitos em favor de clérigos, a maior parte das terras acabasse por voltar para a Igreja. Também os clérigos deviam renunciar às suas. sucessões, pelo menos no respeitante aos bens imobiliários, e isto constituía uma contrapartida dos privilégios eclesiásticos. Igualmente para os impostos as suas obrigações não eram as mesma; que as dos laicos; os curas de paróquia recebiam, em geral, a dízima, contada, segundo

as províncias, de modos diferentes: «de dez molhos, um», ou o undé" cimo molho, ou mesmo, como no Berry, o duodécimo ou o décimo terceiro. Em compensação, o conjunto do clero estava sujeito às décimas cobradas pelo rei; numerosas embaixadas junto da Santa Sé têm a finalidade de pedir autorização de cobrar ao clero «décimas extraordinárias», por exemplo na ocasião de uma expedição; isto correspondia proporcionalmente às talhas cobradas aos camponeses e representando a sua contribuição para as guerras do reino.

Uma das funções da Igreja e dos seus tribunais é a luta contra a heresia. Toca-se aqui numa característica essencial da vida medieval, que frequentemente fez escândalo depois. Para o apreender bem, é preciso compreender que a Igreja é então a garantia da ordem social, e que tudo aquilo que a ameaça ataca ao mesmo tempo a sociedade civil. Tanto mais que as heresias suscitam frequentemente mais violentas reprovações nos laicos que nos clérigos. Para exemplo, temos, nos nossos dias, alguma dificuldade em retratar o profundo mal-estar produzido na sociedade pela heresia albigense, simplesmente pelo facto de ela proscrever o juramento; era atacar a própria essência da vida medieval: o vínculo feudal. Todo o fundamento da feudalidade se encontrava abalado por isso [9]- Daí as reacções vigorosas, excessivas por vezes, às quais se assistiu. Estes excessos devem ser atribuídos à Igreja? Luchaire, pouco suspeito de indulgência para com ela, vê no papado um «poder essencialmente moderador» na luta contra a heresia. É, com efeito, o que ressalta das relações entre Inocêncio III e Raimundo de Toulouse e da correspondência do papa com os seus núncios. Por outro lado, o exame de casos particulares revela claramente que pilhagens e massacres, quando se realizam, são acto de uma minoria excitada, que se vê em consequência vivamente censurada pela autoridade eclesiástica. Já citámos [10] a carta de São Bernardo aos burgueses de Colónia depois do massacre de heréticos que teve lugar em 1145: «O povo de Colónia ultrapassou as marcas. Se aprovamos o seu zelo, não aprovamos de modo nenhum o que ele fez, porque a fé é obra de persuasão e não se impõe.» É que, como acontece frequentemente, os laicos são muito menos moderados e mais impiedosos que os clérigos nos seus juízos, e neles também as preocupações materiais se juntam, para as agravar, às preocupações doutrinais. O primeiro soberano que aplica aos heréticos condenados a ser entregues ao braço secular a pena de fogo, é o imperador Frederico II; podemos admirar-nos disso, visto que sabemos que o personagem era bem pouco cioso da ortodoxia. Não vimos nele, várias vezes,

(9) A observação foi feita por M. Belperron na sua obra sobre *La Croisade des Albigeois* (p. 76).
(10) *Ibit.,* p. 115.

um espírito dos mais «modernos», facilmente céptico, nada menos que obrigado a obedecer às objurgações do papa, e que, quando faz cruzada, ostenta durante toda a sua cruzada o mais profundo desprezo pelos seus correligionários, com a mais viva simpatia pelos Muçulmanos? É bem provável, desde logo, que a preservação das heresias só o devia interessar de um modo muito secundário; mas, político prudente, ele sentira o perigo que os heréticos faziam correr a sociedade temporal. De igual modo, os massacres de Judeus na ocasião da primeira cruzada não são cometidos pelos exércitos de Pedro, o Eremita, ou de Gautier Sans Avoir, mas são ordenados na Alemanha, por um senhor laico, o conde Ennrich de Leiningen, depois da partida dos cruzados. As expulsões de Judeus foram, aliás, pelo menos em França, muito menos numerosas do que se tem dito, uma vez que apenas houve três de alcance geral, uma sob São Luís, por ocasião da sua cruzada, as duas outras sob Filipe, o Belo, ordenadas por cie por razões financeiras.

É sob uma acção semelhante dos poderes laicos, desviando-se em seu favor, e para fazer um instrumento de dominação das medidas de defesa tomadas pela Igreja — por vezes, entende-se, com a cumplicidade de certos eclesiásticos isolado: — que a Inquisição adquiriu a sua deplorável reputação. Contudo, ela só teve um carácter verdadeiramente sangrento e feroz na Espanha imperial do início do século xvi. Durante toda a Idade Média, é apenas um tribunal eclesiástico destinado a «exterminar» a heresia, quer dizer, a extirpá-la, expulsando-a para fora dos limites *(ex terminis)* do reino; as penitências que impõe não saem do âmbito das penitências eclesiásticas, ordenadas em confissão: são esmolas, peregrinações, jejuns. Nos casos graves, unicamente, o culpado é entregue ao braço secular, o que significa que incorre em penas civis, como a prisão ou a morte; pois, de todo o modo, o tribunal eclesiástico não tem o direito de pronunciar ele próprio semelhantes penas. Aliás, segundo declaração de autores, de qualquer tendência que sejam, que estudaram a Inquisição pelos textos, esta apenas fez, segundo a expressão de Lea, escritor protestante, traduzido em francês por Salomon Reinach, «poucas vítimas»". Em novecentas e trinta condenações produzidas pelo inquisidor Bernard Gui durante a sua carreira, quarenta e duas ao todo conduziram à pena de morte. Quanto à tortura, apenas se assinalam, em toda a história da Inquisição no Linguadoque, três casos certos em que ela foi aplicada; é dizer que o seu uso era nada menos que geral. Era preciso, por outro lado, para que ela fosse

(11) Lea, *Histoire de l'Inquisition,* t. I, p. 489.

aplicada, que houvesse começo de prova; só podia servir para fazer completar confissões já feitas. Acrescentemos que, como todos os tribunais eclesiásticos, o da Inquisição ignora a prisão preventiva e deixa os acusados em liberdade até à apresentação de provas da sua culpabilidade.

*

Não deixa de ter interesse, estudando a Igreja na Idade Média, consagrar alguma atenção às características da fé medieval, sobre a qual muitos juízos erróneos foram feitos. Vemos facilmente nela uma época de «fé ingénua», de «fé do carvoeiro», em que se aceitam em bloco e cegamente preceitos e prescrições eclesiásticos, em que o Inferno mantém no pavor populações crédulas, e por isso mais facilmente exploradas, em que, enfim, o rigor das disciplinas e o medo do pecado excluem todo o prazer temporal.

Com efeito, é na Idade Média que se elaborou uma das mais vastas e audaciosas sínteses que a história da filosofia conheceu. Esta conciliação entre a sabedoria antiga e o dogma cristão, desembocando nas grande: obras dos teólogos do século XIII, não representa, posta de lado qualquer preocupação de ordem religiosa, um magnífico esforço do espírito? A questão dos Universais, as discussões sobre o nominalismo ou o iluminismo, que apaixonaram o mundo pensante de então, testemunham a intensa actividade intelectual de que as Universidades, a de Paris, a de Oxford e outras, eram o centro. As discussões a que assistimos, entre teólogos, as disputas de um Abelardo ou de um Siger de Brabant, ardentemente seguidas e discutidas pela juventude das escolas, não são a prova de que, nestas matérias, mais (talvez do que em quaisquer outras, o sentido crítico tinha oportunidade de se exercer? Quando, depois do assassinato do núncio Pierre de Castelnau, foi decidida a Cruzada dos Albigenses, haviam decorrido mais de vinte anos de discussões entre os enviados de Roma e os defensores do catarismo: poderemos concluir daí que a fé não era discutida? Parece, pelo contrário, que a religião, tal como era então compreendida, preocupava tanto a inteligência quanto o coração e que se não deixou de nela aprofundar os diferentes aspectos. Não há aí vestígio de «ingenuidade» — como também o não há naquilo que ela inspirava, quer se trate das catedrais ou das cruzadas. Poder-se-ia objectar que não se passava o mesmo entre o povo, mas é, contudo, do povo que saíam aqueles monges e aqueles estudantes apaixonados pela dialéctica e pela teologia; é o povo que lança, nos fabulados, os seus ataques contra as riquezas do clero e que, também, partia para a cruzada e construía as catedrais. Não se cometia, entregando-se a voz dos pregadores; um acto irreflectido, de pura obe-

diência. Os poemas e canções de cruzada que circulam pela época apelam, para convencer, à persuasão — a essa persuasão própria da doutrina católica, que propõe ao homem, como fim último, o amor divino—, mas é, ainda assim, dialéctica, não apelos sentimentais:

Vous qui aimez de vraie amour
Éveillez vous, ne dormez point.
Ualouette vous trait le jour
Et si vous dit en son latin:
Or est venu le jour de paix
Que Dieu, par sa três grand douçour
*Promet à ceux qui pour s*amour*
Predront la croix, et pour leur fait
Souffriront peine nuit et jour.
Or verra-t-il les amants vrais [...] [12].

E o resultado das Cruzadas, o estabelecimento dos reinos latinos de Oriente, prova que não se tratava de arrebatamentos de:arrazoados; todos esses cavaleiros que constroem fortalezas e que redigem códigos para uso dos seus novos principados de modo nenhum fazem figura de estouvados ou de exaltados e não se deixam ultrapassar pelos acontecimentos. Como o próprio Lavisse notou: «À glória de conquistar, os nossos cavaleiros sabiam acrescentar, sendo caso disso, a de organizar as conquistas e de fundar um governo. Mas talvez eles não tivessem alcançado um tão grande sucesso se a Igreja não tivesse colaborado na sua obra.» [13] Se a sua fé era ingénua, devemos então dizer que não excluía um sólido sentido prático- E as realizações às quais ela conduz forçam também a pensar que não consistia somente, como se disse, no culto das relíquias. A Idade Média ama as relíquias, como ama tudo o que é sinal visível de uma realidade invisível. Não é sentimentalidade, é realismo. A relíquia corresponde a esta *traditio,* esta reposição de um símbolo constituindo os actos de vendas, ou a investidura de um conde: traço geral da época, e não apenas da religião desta época.

Não é aqui lugar de discutir a crença no Inferno, que pertence ao dogma católico e não é, por conseguinte, particular da Idade

(12) *Vós que amais com. verdadeiro amor / Despertai, não adormeceis. / A calliandra traz-vos o dia / E diz-vos no seu linguajar: / Chegou o dia da paz / Que Deus, pela Sua grande doçura / Promete àqueles que por seu amor / Arrastarão a cruz, e por esse facto / sofrerão dorna noite e dia. / Ai se conhecerão os verdadeiros amantes \ ..'].*

(13) *Histoire de France,* t. II, 2, p. 105.

Média. Fica por saber se as visões do Inferno, magistralmente evocadas pelos pintores e pelos poetas, engendravam esse terror paralisante que se imagina facilmente e se as mortificações inspiradas pela Igreja acabavam por privar os nossos antepassados das alegrias da existência. Bem parece que a força essencial da fé medieval foi não o medo, mas o amor: «Sem amor, não poderá nenhum homem bem servir a Deus», dizia-se, e ainda:

Sans amour nul ne peut à honneur parvenir
Si doit être amoureux qui veut grand devenir [li].

Não é diminuto espanto encontrar, nos tratados de moral da época, oito pecados capitais enumerados, em vez dos sete que conhecemos; ora o oitavo é, coisa inesperada, a tristeza, *tristitia.* Os teólogos definem-na, para a condenar, e pormenorizam os *remedia tristitie* aos quais convém recorrer quando se sente exposto à melancolia:

Cor irié, morne et pensis
Peut Von bien perdre Paradis,
Et plein de joie et envoisié —
Mais quon se gard d'outre péché —
Le peut-on bien conquerre aussi[15].

Na base da concepção do mundo na Idade Média, descobre-se, pelo contrário, um sólido optimismo. Com razão ou sem ela, parte-se então do princípio de que o mundo está bem feito, que se o pecado perde o homem, a redenção o salva, e que nada, sofrimento ou alegria, acontece, que não seja para seu bem, de que ele não possa tirar ensinamento e vantagem:

Car maintes jois aller à Vaventure
En ce qu'on craint, avoir peine et douleur
Vient à effet de douce nourriture:
Je tiens que Dieu fait tout pour le meilleur.

(14) *Sem amor ninguém pode alcançar a honra/Deve ser amoroso quem grande se quer tornar.*

(15) *Porque acabrunhado, sombrio e pensativo /Pode-se perder o Paraíso, / E cheio de alegria e de êxtase — /Mas que se evite outro pecado / Pode-se conquistá-lo também.*

Dieu n'a pas fait chacun d'une jointure,
Terres ni fleurs toutes d'une couleur:
Mais rien n'advient dont fleur n'ait ouverture.
Je tiens que Dieu fait tout pour le meilleur[1B],

assim se exprime Eustache Deschamps, um dos poetas que deu o «panorama» mais completo e mais exacto da vida do seu tempo. Perante textos deste género, e sem sequer evocar as patuscadas gigantescas a que as festas religiosas davam ocasião, é-se bem forçado a pensar que, se houve, na história do mundo, uma época de alegria, é a Idade Média — e a concluir com a observação muito justa de Drieu la Rochelle: «Não é apesar do cristianismo, mas através do cristianismo que se manifesta aberta e plenamente esta alegria de viver, esta alegria de ter um corpo, de ter uma alma nesse corpo ... esta alegria de ser» ".

is *Porque muitas vezes caminhar-se na aventura / Do que se teme, ter pena e dor, / Serve de doce alimentação: / Creio que Deus faz tudo pelo melhor.*
Deus não fez cada um igual ao outro, / Nem as terras nem as flores de uma só cor: / Mas nada acontece se a flor não se abre. / Creio que Deus faz tudo pelo melhor.
i? Artigo sobre «La Conception du corps au Moyen Age», na Revue *Française,* n.° I, 1940, p. 16.

CAPÍTULO VIII

O ENSINO

A criança, na Idade Média como em todas as épocas, vai à escola. É, em geral, a escola da sua paróquia ou do mosteiro mais próximo. Com efeito, todas as igrejas agregam a si uma escola; o concílio de Latrão, em 1179, faz-lhes disso uma obrigação estrita, e é uma disposição corrente, ainda visível em Inglaterra, país mais conservador do que o nosso, encontrar reunidos a igreja, o cemitério e a escola. Frequentemente também, são as fundações senhoriais que asseguram a instrução das crianças; uma aldeiazinha das margens do Sena, Rosny, tinha, desde o início do século xin, uma e cola fundada por volta do ano 1200 pelo seu senhor, Guy V Mauvoisin- Por vezes, também, trata-se de escolas puramente privadas: os habitantes de um lugarejo associam-se para sustentar um professor encarregado de ensinar as crianças; um pequeno texto divertido conservou-nos a petição de alguns pais solicitando a demissão de um professor, que não tendo sabido fazer-se respeitar pelos seus alunos é por eles desrespeitado, ao ponto de *eum pugiunt grafionibus* — de eles o picarem com os seus *gratines,* os estiletes com os quais eles escrevem nas suas tabuinhas revestidas de cera.

Mas os privilegiados são evidentemente aqueles que podem aproveitar o ensino das escolas episcopais ou monásticas, ou ainda das escolas capitulares, porque os capítulos das catedrais estavam submetidos à obrigação de ensinar que o referido concílio de Latrão lhes fixara[1]. Algumas adquiriram na Idade Média uma notabilidade muito particular, por exemplo as de Chartres, de Lião, do Mans, onde os alunos representavam as tragédias antigas, a de Lisieux onde, no início do século XII, o bispo em pessoa se deleitava em vir ensinar, a de Cambrai, sobre a qual um texto citado pelo erudito Pithou nos informa de que elas tinham sido estabelecida, especial-

(1) «Em cada diocese», diz Luchaire, «fora das escolas rurais ou paroquiais que já existiam [...] os capítulos e os mosteiros principais tinham as suas escolas, o seu pessoal de professores e de alunos». *(La Société française au temp de Philippe de Philippe-Auguste,* p. 68.)

mente a fim de serem úteis ao povo na condução dos seus assuntos temporais.

As escolas monásticas tiveram talvez ainda mais renome e os nomes das de Bec, de Fleury-sur-Loire, onde foi aluno o rei Roberto, o Piedoso, de Saint-Géraud d'Aurillac, onde Gerbert aprendeu os primeiros rudimentos das ciências que ele próprio iria levar até um tão alto grau de perfeição, vêm-nos naturalmente à memória, como as de Marmoutier, perto de Tours, de Saint-Bénigne de Dijon, etc. Em Paris, encontram-se desde o século XII três séries de estabelecimentos escolares: a escola Notre-Dame, ou grupo de escolas do bispado, cuja direcção é assumida pelo chantre para as classes elementares e pelo chanceler para o grau superior; as escolas das abadias como Sainte-Geneviève, Saint-Victor ou Saint-Germain-des-Prés e, enfim, as instituições particulares abertas pelos professores que obtiveram a licença de ensino, como Abelardo, por exemplo.

A criança era aí admitida com sete ou oito anos de idade, e o ensino que preparava para os estudos da Universidade estendia-se como hoje por uma dezena de anos; são os números que o abade Gilles le Muisit dá. Os rapazes eram separados das raparigas, que tinham, em geral, os seus estabelecimentos particulares, menos numerosos talvez, mas onde os estudos eram por vezes muito activos. A abadia de Argenteuil, onde foi educada Heloísa, ensinava às raparigas a Santa Escritura, as letras, a medicina e mesmo a cirurgia, sem contar o grego e o hebraico que Abelardo lá ensinou. Em geral, as pequenas escolas proporcionavam aos seus alunos as noções de gramática, de aritmética, de geometria, de música e de teologia que lhes permitiriam aceder às ciências estudadas nas Universidades; é possível que algumas tenham comportado uma espécie de ensino técnico. A *Histoire Littéraire* cita, por exemplo, a escola de Vassor, na diocese de Metz, na qual, aprendendo a Santa Escritura e as letras, se trabalhava o ouro, a prata, o cobre[2]. Os mestres eram quase sempre secundados pelos mais velhos e melhor formados dos estudantes, como actualmente no ensino mútuo.

C'étoit ce belle chose de plente d'écoliers:
lis manoient ensemble par loges, par soliers,
Enfants de riches hommes et enjanís de toiliers [d'ouvriers] [3],

(2) L. VII, c. 29; assinalado por J. Guiraud, *Hisfoire partiale, histoire vraie,* p. 348.

(3) *Que bela coisa ver a quantidade de aprendizes: / Habitavam cm conjunto desvãos e quartos, / filhos de homens ricos e. filhos de artesão**

diz Gilles le Muisit, lembrando as suas recordações de juventude; é que, de facto, nesta época as crianças de todas as «classes» da sociedade eram instruídas juntas, como o testemunha a anedota célebre que mostra Carlos Magno sendo severo para com os filhos dos barões que se mostravam preguiçosos, ao contrário dos filhos dos servos e de pessoas pobres. A única distinção estabelecida consistia nas retribuições pedidas, sendo o ensino gratuito para os pobres e pago para os ricos. Esta gratuitidade podia prolongar-se, vê-lo-emos, por toda a duração dos estudos, e mesmo para o acesso ao ensino, uma vez que o concílio de Latrão, já citado, proíbe às pessoas que têm a missão de dirigir e tomar conta das escolas «de exigir dos candidatos ao professorado uma qualquer remuneração pela outorga da licença».

Há, aliás, pouca diferença, na Idade Média, na educação dada às crianças de diversas condições; os filhos dos vassalos menores são educados na residência senhorial juntamente com os do suserano, os dos ricos burgueses são submetidos à mesma aprendizagem que o último dos artesãos, se querem tomar conta, por sua vez, da loja paterna. É sem dúvida por isto que temos tantos exemplos de grandes personagens saídos de famílias de condição humilde: Suger, que governa a França durante a cruzada de Luís VII, é filho de servos; Maurice de Sully, o bispo de Paris que mandou construir Notre-Dame, nasceu de um mendigo; São Pedro Damião, na sua infância, guarda porcos, e uma das mais vivas luzes da ciência medieval, Gerbert d'Aurillac, é igualmente pastor; o papa Urbano VI é filho de um pequeno sapateiro de Troyes e Gregório VII, o grande papa da Idade Média, de um pobre cabreiro. Inversamente, muitos dos grandes senhores são letrados cuja educação não devia diferir muito da dos clérigos: Roberto, o Piedoso, compõe hinos e sequências latinas; Guilherme IX, príncipe da Aquitânia,' é o primeiro, cronologicamente, dos trovadores; Ricardo Coração-de-Leão deixou-nos poemas, assim como os senhores de Ussel, dos Baux e tantos outros — para não falar de casos mais excepcionais, como o do rei de Espanha Afonso X, o Astrónomo, que escreve sucessivamente poemas e obras de direito, faz progredir notavelmente os conhecimentos astronómicos da época com a redacção das suas *Tables Alphonsines [Tábuas Afonsinas],* deixa uma vasta *Chronique [Crónica]* sobre as origens da História de Espanha e uma compilação de direito canónico e de direito romano que foi o primeiro *Code [Código]* do seu país.

Os estudantes mais dotados tomam, naturalmente, o caminho da Universidade; fazem a sua escolha, segundo o ramo que os atrai, porque cada um deles, tem um pouco a sua especialidade- Em Montpcllicr, é a medicina; desde a data de 1181 que Guilherme VII, senhor desta cidade, deu a qualquer particular, quem quer que seja e venha

donde vier, a liberdade de ensinar esta arte, desde que apresente as garantias de saber suficientes. Orleães faz sua especialidade o direito canónico e Bologne o direito romano. Mas, já, «nada se pode comparar a Paris», onde o ensino das artes liberais e da teologia atrai os estudantes de todos os países: da Alemanha, da Itália, de Inglaterra, e mesmo da Dinamarca ou da Noruega.

Estas Universidades são criações eclesiásticas, o prolongamento, de algum modo, das escolas episcopais, das quais diferem no facto de dependerem directamente do papa e não do bispo do lugar. A bula *Parens scientiarum* de Gregório IX pode ser considerada como a carta de fundação da Universidade medieval, com os regulamentos promulgados em 1215 pelo cardeal-núncio Roberto de Courçon, agindo em nome de Inocêncio III, e que reconheciam explicitamente aos professores e aos alunos o direito de associação. Criada pelo papado, a Universidade tem um carácter inteiramente eclesiástico: os professores pertencem todos à Igreja, e as duas grandes ordens que ilustram, no século XIII, Franciscana e Dominicana, vão lá, em breve, cobrir-se de glória, com um S. Boaventura e um S. Tomás de Aquino; os alunos, mesmo aqueles que não se destinam ao sacerdócio, são chamados clérigos, e alguns deles usam a tonsura — o que não quer dizer que aí apenas se ensine a teologia, uma vez que o seu programa comporta todas as grandes disciplinas científicas e filosóficas, da gramática à dialéctica, passando pela música e pela geometria.

Esta «universidade» de professores e estudantes forma um corpo livre. Filipe Augusto tinha, desde o ano 1200, subtraído os seus membros da jurisdição civil — dito de outra maneira, dos seus próprios tribunais; professores, alunos e mesmo os criados destes dependem apenas dos tribunais eclesiásticos, o que é considerado um privilégio e consagra a autonomia desta corporação de *elite.* Professores e e?tudantes estão, portanto, inteiramente isentos de obrigações relativamente ao poder central; administram-se a si próprios, tomando em comum as decisões que lhes respeitam e gerem a sua tesouraria sem nenhuma ingerência do Estado. É esta a característica essencial da Universidade medieval e, provavelmente, aquela que mais a distingue da de hoje.

Esta liberdade favorece entre as diversas cidades uma emulação da qual teríamos dificuldade em fazer uma ideia actualmente. Durante anos, os professores de Direito Canónico de Orleães e de Paris disputam entre si os alunos. Os registos da Faculdade de Decreto, publicados na colecção dos *Documents inédits,* formigam de recriminações a propósito dos estudantes parisienses que vão, fraudulentamente, concluir a sua licenciatura a Orleães, onde os exames s;n> mais fáceis. Ameaças, anulações, processos, nada surte efeito, c as

contestações prolongam-se interminavelmente. Emulação também a respeito dos professores, mais ou menos estimados, das teses discutidas com paixão, quais os estudantes tomam a peito, até, por vezes, ao ponto de entrar em greve. A Universidade, mais ainda do que nos nossos dias, é, na Idade Média, um mundo turbulento.

É também um mundo cosmopolita; as quatro «nações» entre as quais estavam repartidos os clérigos parisienses indicam-no suficientemente: havia os *Picardos,* os *Ingleses,* os *Alemães* e os *Franceses.* Os estudantes vindos de cada um destes países eram, portanto, suficientemente numerosos para formar um grupo que tinha a sua autonomia, os seus representantes, a sua actividade particular; fora disto, assinalam-se correntemente nos registos nomes italianos, dinamarqueses, húngaros e outros. Os professores que ensinam vêm, também eles, de todas as partes do mundo: Siger de Brabant, Jean de Salisbury usam nomes significativos; Alberto Magno vem da Renânia, S. Tomás de Aquino e S. Boaventura, de Itália. Não há, então, obstáculo às trocas de pensamento, e só se julga um professor pela amplidão do seu saber. Este mundo matizado possui uma língua comum, o latim, o único falado na Universidade; é, sem dúvida, o que lhe evita ser uma nova Torre de Babel, apesar dos grupos diversificados de que é composta; o uso do latim facilita as relações, permite aos sábios comunicar de uma ponta à outra da Europa, dissipa, de antemão, qualquer confusão na expressão e salvaguarda também a unidade de pensamento. Os problemas que apaixonam os filósofos são os mesmos, em Paris, em Edimburgo, em Oxford, em Colónia ou em Pavia, ainda que cada centro e cada personalidade lhes imprimam o seu carácter próprio. Tomás de Aquino, vindo de Itália, em Paris acaba de esclarecer e de ultimar uma doutrina cujas bases ele concebera escutando, em Colónia, as lições de Alberto Magno. Nada se parece menos com um vaso fechado, vemo-lo, do que a Sorbonne do século XIII.

Cleres viennent à études de toutes nations
Et en hiver s'assemblent par plusiers légions.
On leur lit et ils oient pour leur instruction;
En été s'en retraient moult en leurs régions[4],

6 assim que Gilles le Muisit, já citado, resume a vida dos estudantes.

O seu vaivém é perpétuo, com efeito; partem para alcançar a Universidade da sua escolha, voltam para as suas terras nas férias,

(4) *Clérigos vêm aos estudos de todas as nações / E no Inverno* «e *T0únem em vários grupos. / Fazem-se leituras e escutam instruindo-se; / No Verão regressam multas às suas regiões.*

põem-se a caminho, entretanto, para irem aproveitar as lições de um professor de nomeada ou estudar uma matéria na qual determinada cidade se especializou. Já mencionámos as «fugas» dos candidatos aos exames de direito canónico para Orleães; isto repete-se constantemente, e, por vezes, entre cidades muito mais afastadas. Estudantes e professores são frequentadores das estradas reais; a cavalo e mais frequentemente a pé percorrem léguas e léguas, dormindo em celeiros ou na hospedaria. Com os peregrinos e os mercadores, são eles quem mais contribui para a extraordinária animação que reinou nas nossas estradas, na Idade Média, e que elas apenas reencontraram no século do automóvel, ou, melhor, depois do desenvolvimento dos desportos de ar livre. O mundo letrado é, então, um mundo itinerante. É a tal ponto que nalguns o movimento se torna uma necessidade, uma mania; nos nossos dias, encontramos no Quartier Latin destes estudantes envelhecidos na boémia, que não conseguiram voltar a uma vida normal, nem utilizar os estudos cujo peso suportaram durante anos; na Idade Média, este tipo de indivíduos vagueava pela estrada: era o *clérigo vagabundo* ou *goliardo*, tipo bem medieval, inseparável do «clima» da época; «todo das tabernas e das raparigas», vai de taberna em taberna, em busca de uma «refeição gratuita obtida por manha» e, sobretudo, de um copo de vinho, é assíduo dos maus lugares, guarda alguns restos de saber dos quais se serve para o assombro das boas pessoas, a quem recita versos de Horácio ou fragmentos de canções de gesta, inicia, ao acaso dos encontros, uma discussão sobre qualquer questão teológica e acaba por se perder na multidão dos jograis, dos tratantes e dos maltrapilhos — senão por se fazer prender na sequência de qualquer má acção; as suas canções correram a Europa, e o mundo estudantil conhece ainda destes *cantos goliardos:*

Meum est propositum in taberna mori,
Vinum sit appositum morientis ori
Ut dicant cum venerint angelorum chori:
Deus sit propitius huic potatori![R]

A Igreja teve de proceder severamente, por várias vezes, relativamente a estes clérigos vagabundos *(clerici vagi)* que mantinham a devassidão e a preguiça no mundo dos estudantes.

Eles são a excepção: no conjunto, o estudante do século XIII não tem uma vida muito diferente da do século XX. Conservaram-se

(5) ***Ê meu propósito morrer numa taberna, / Que o vinho J * f / ~ aos moribundos /E dizem coros de anjos com venera^. / Que D<u» seja benevolente com os bebedores!***

e publicaram-se cartas dirigidas aos pais ou a camaradas " que revelam as mesmas preocupações de hoje, aproximadamente: os estudos, os pedidos de dinheiro e de provisões, os exames. O estudante rico morava na cidade com o seu criado; os de condição mais modesta hospedavam-se em casas de burgueses do bairro Sainte-Geneviève e faziam-se exonerar de toda ou parte das suas propinas de inscrição na faculdade: encontramos frequentemente, à margem, nos registos, uma menção indicando que fulano ou falano nada pagou, ou só pagou metade da remuneração, *propter inopiam,* devido à sua pobreza. O estudante desprovido de recursos faz frequentemente pequenos trabalhos para viver: é copista, ou encadernador nos livreiros que têm loja na Rue des Écoles ou na Rue Saint-Jacques. Mas, fora isto, pode ser custeado de cama e mesa nos *colégios* instituídos. O primeiro, em data, foi criado no Hôtel-Dieu de Paris por um burguês de Londres que, no regresso de uma peregrinação à Terra Santa, pelo fim do século XII, teve a ideia de fazer uma obra piedosa favorecendo o saber nas pessoas de modesta condição: deixou uma fundação perpétua, encarregada de albergar e de alimentar gratuitamente dezoito estudantes pobres, que só ficavam sujeitos, por seu turno, a velar os mortos do hospital e a levar cruz e água benta por ocasião dos enterros. Um pouco mais tarde, fundaram-se, de igual modo, o colégio Saint-Honoré e o de São Tomás do Louvre, seguidos de muitos outros. Pouco a pouco, ganhou-se o hábito de organizar nestes colégios sessões de trabalho em comum, como nos *seminários* alemães, ou os «grupos de estudos» que funcionam desde há alguns anos nas nossas faculdades; os professores vieram aí leccionar; alguns fixaram-se lá e, por vezes, o colégio tornou-se mais frequentado do que a própria Universidade; é o que acontece com o colégio da Sorbonne. No conjunto, havia todo um sistema de bolsas, não oficialmente organizado, mas correntemente em uso, e que se aparentava com a nossa Escola Normal Superior, menos o exame de entrada, ou ainda aquilo que se pratica nas Universidades inglesas, nas quais o estudante bolseiro recebe gratuitamente não apenas a instrução, mas ainda cama e mesa, e por vezes vestuário.

O ensino é dado em latim; divide-se em dois ramos, o *trivium,* ou as artes liberais: Gramática, Retórica e Lógica, e o *quadrivium,* quer dizer, as ciências: Aritmética, Geometria, Música e Astronomia; o que, com as três Faculdades de Teologia, Direito e Medicina, forma o ciclo dos conhecimentos. Como método, utiliza-se sobretudo o comentário: lê-se em texto, as *Etymologies [Etimologias],* de Isidoro

(6) Cf Haskins, "The HIV of medieval students as illustrated by their letters», in *American historical review,* III **(1892), n.° 2.**

de Sevilha, as *Sentences [Sentenças']*, de Pedro, o Lombardo, um tratado de Aristóteles ou de Séneca, segundo a matéria ensinada, e glosava-se o texto, fazendo todas as observações às quais ele pode dar lugar, do ponto de vista gramatical, jurídico, filosófico, linguístico, etc. Este ensino é, portanto, sobretudo oral; dá um lugar importante à discussão; as *Questiones disputate*, questões na ordem do dia, tratadas e discutidas pelos candidatos na licenciatura, perante um auditório de professores e alunos, deram, por vezes, lugar a tratados completos de filosofia ou de teologia, e algumas glosas célebres, passadas a escrito, eram elas próprias comentadas e explicadas, na continuação dos cursos. As teses defendidas pelos candidatos ao doutoramento não são então simples exposições sobre uma obra inteiramente redigida, mas *teses* emitidas e defendidas perante todo um antiteatro de doutores e de professores, durante as quais qualquer assistente pode tomar a palavra e apresentar as suas objecções.

Como se vê, este ensino apresenta-se sob uma forma sintética, sendo cada ramo recolocado num conjunto onde adquire um valor próprio, correspondendo à sua importância para o pensamento humano. Por exemplo, há, nos nossos dias, equivalência entre uma licenciatura em Filosofia e uma licenciatura em Espanhol ou em Inglês, ainda que a formação suposta por estas diferentes disciplinas se coloque num plano muito diferente; na Idade Média, pode ser-se mestre de fisolofia, ou de teologia, ou de direito, ou ainda mestre em artes, o que implica o estudo do conjunto ou do essencial dos conhecimentos relativos ao homem, representando o *trivium* as ciências do espírito e o *quadrivium* as dos corpos e dos números que os regem. Toda a série de estudos se aplica, portanto, a dar uma cultura geral, e só se faz realmente uma especialização ao sair da faculdade. É isto que explica o carácter enciclopédico dos sábios e dos letrados da época; um Roger Bacon, um Jean de Salisbury, um Alberto, o Grande, dominaram realmente os conhecimentos da época e podem entregar-se sucessivamente aos mais diferentes assuntos sem temer a dispersão, pois a sua visão de base é uma visão de conjunto.

Ao sair das suas sessões de trabalho na faculdade e no colégio, o estudante medieval é um desportista capaz de percorrer etapas de várias léguas e também —os anais da época lastimam-no de mais—, de manejar a espada. Por vezes rebentam rixas, nesta população turbulenta, nos arredores de Sainte-Geneviève ou de Saint-Gcrmain-des-Prés, e é por ter sabido servir-se da sua arma demasiado bem que François Villon teve de deixar Paris. Os exercícios físicos são-lhe tão familiares como as bibliotecas e, mais ainda do que nos outros

corpos de mesteres [7], a sua vida suaviza-se com festas e divertimentos que alegram o Quartier Latin. Sem sequer falar da festa dos Loucos e da dos Tolos, que são ocasiões excepcionais, não há recepção de doutor que não seja seguida de cerimónias paródicas, nas quais os graves professores da Sorbonne participam; Ambroise de Cambrai, que foi chanceler da Faculdade de Decreto, tomou o seu papel a peito e deixou-nos o relato delas nas apreciações críticas pormenorizadas que empreendeu durante o tempo em que ocupou o seu cargo. Um ser assim formado estava tão preparado para a acção como para a reflexão, e é, sem dúvida, por isso que se vê nesta época as personalidades adaptarem-se às situações mais diversas e triunfar: prelados combatentes, como Guillaume des Barres ou Guérin de Senlis na batalha de Bouvines, juristas capazes de organizar a defesa de um castelo, como Jean d'Ibelin, senhor de Beyrouth, mercadores exploradores, ascetas construtores, etc.

A Universidade foi, aliás, o grande orgulho da Idade Média; os papas falam com benevolência desse «rio de ciência que, através das suas múltiplas derivações, rega e fecunda o terreno da Igreja universal»; nota-se, não sem satisfação, que em Paris a multidão dos estudantes é tal que o seu número chega a ultrapassar o da população [8]. É-se cheio de indulgência por eles, apesar das suas «gracinhas» e pilhérias que frequentemente incomodam os burgueses, gozam da simpatia geral. Algumas cenas da sua vida foram descritas por um dos escultores do portal Saint-Étienne, em Notre-Dame de Paris: vêmo-los a ler e a estudar; uma mulher vem perturbá-los, arranca-os dos seus livros e, para a punir, é colocada no pelourinho por ordem da autoridade- Os reis dão o exemplo deste modo de tratar os «escolares» como meninos mimados: Filipe Augusto, depois da batalha de Bouvines, enviou um mensageiro anunciar a sua vitória em primeiro lugar aos estudantes parisienses.

Tudo o que respeita ao saber é assim honrado na Idade Média. «Com desonra morra merecidamente quem não gosta de livro», dizia um provérbio [9]; e basta inclinarmo-nos sobre os textos para encontrarmos sinal das medidas pelas quais qualquer apetite de ciência era encorajado e alimentado; citamos, entre outras, a criação, em 1215,

(7) Notamos que a Idade Média não conhece fosso entre mesteres manuais e profissões liberais; os termos são, a este propósito, significativos: qualifica-se de *mestre* tanto o fabricante de tecidos que terminou a sua aprendizagem como o estudante de Teologia que obteve a licença de ensino.

(8) A afirmação não pode ser tomada à letra, mas não deixa de ter Interesse saber que a população parisiense nesta época compreendia um pouco mais de quarenta mil habitantes.

(9) Renart, prov. franç., II, 99.

de uma cátedra de teologia em Paris, especialmente para permitir aos padres da diocese aperfeiçoarem-se e completarem os seus estudos, o que testemunha a preocupação de manter um grau elevado de instrução, mesmo no baixo clero. O «homem avisado», esse tipo de homem completo que foi o ideal do século xin, devia ser necessariamente um letrado:

Pour rimer, pour versifier,
Pour une lettre bien dicter,
Si métier fut, pour bien écrire
Et en parchemin et en cire,
Pour une chanson controuver[10].

Podemos perguntar-nos se, nestas condições, o povo era tão ignorante, na Idade Média, como, em geral, se supõe; tinha ao seu alcance, incontestavelmente, os meios de se instruir, e a pobreza não era um obstáculo, uma vez que o decurso dos estudos podia ser intei" ramente gratuito, da escola da aldeia, ou antes da paróquia, até à Universidade. E ele aproveitava-se disso, uma vez que abundam os exemplos de pessoas humildes tornadas grandes clérigos.

Significa isto que a instrução estava tão divulgada como nos nossos dias? Parece que sobre este ponto houve um mal-entendido: assimilou-se, mais ou menos, a cultura e a letra. Um iletrado é para nós, fatalmente, um ignorante. Ora, o número de iletrados era sem dúvida maior na Idade Média do que na nossa época ". Mas é justo este ponto de vista? Pode fazer-se do conhecimento do alfabeto o critério da cultura? Do facto de a educação se ter tornado sobretudo visual pode concluir-se que o homem apenas se educa pela visão?

Num capítulo dos Estatutos municipais da cidade de Marselha, datando do século XIII, encontram-se enumeradas as qualidades exigidas a um bom advogado e acrescenta-se *litteratus vel non litteratus {quer seja letrado, quer não]*. Isto parece muito significativo: pode, portanto, ser-se um bom advogado e não saber ler nem escrever, conhecer o costume, o direito romano, o manejo da linguagem e ignorar o alfabeto. Noção que nos é difícil de admitir mas que, contudo, é de importância capital para compreender a Idade Média:

(10) Citado in *Histoire littéraire,* t. xx. Segue-se a tradução.
Para rimar, para versificar, / Para ditar bem uma carta, / Se for caso disso, para escrever bem / Em pergaminho ou em cera, / Para uma canção inventar.

(11) Ainda que menos do que se disse, uma vez que a maior parto das testemunhas que intervêm nos actos notariais sabem assinar, e qu<i se tem, entre outros, o exemplo de Joana d'Arc, pequena camponesa que contudo sabia escrever.

era-se mais instruído então pelo ouvido do que pela leitura. Por muito honrados que sejam, os livros, os escritos têm apenas um lugar secundário; o papel de primeiro plano é reservado à palavra, ao verbo. Isto, em todas as circunstâncias da vida: nos nossos dias, oficiais e funcionários redigem relatórios; na Idade Média, aconselhavam-se e deliberavam; uma tese não é uma obra impressa, é uma discussão; a conclusão de um acto não é uma assinatura aposta ao fim de um escrito, é a tradição manual ou o empenhamento verbal; governar é informar-se, inquirir, depois fazer «gritar» as decisões tomadas.

Um elemento essencial da vida medieval foi a pregação. Pregar, nesta época, não era monologar em termos acolhidos perante um auditório silencioso e convencido. Pregava-se um pouco por todo o lado, não apenas nas igrejas, mas também nos mercados, nos campos de feira, no cruzamento das entradas, e de modo muito vivo, cheio de calor e de ímpeto. O pregador dirigia-se ao auditório, respondia às suas perguntas, admitia mesmo as suas contradições, os sem rumores, as sua:; invectivas. Um sermão agia sobre a multidão, podia desencadear imediatamente uma cruzada, propagar uma heresia, preparar revoltas. O papel didáctico dos clérigos era então imenso: eram eles quem ensinava aos fiéis a sua história e as suas lendas, a sua ciência e a sua fé, quem comunicava os grandes acontecimentos, transmitia de uma ponta à outra da Europa a notícia da tomada de Jerusalém, ou a da perda de Saint-Jean d'Acre, quem aconselhava uns e guiava outros, me mo nos seus negócios profanos. Nos nossos dias, aqueles que não têm memória visual, no entanto mais rara, e de um exercício mais automático, menos racional que a memória auditiva, são prejudicados por desvantagem nos seus e tudos e na vida. Na Idade Média, não era nada; a pessoa instruí-se escutando, c a palavra era de ouro.

Coisa curiosa, a nossa época vê voltar esta importância do Verbo e reviver esse elemento auditivo que se perdera. Pode pensar-se que u rádio desempenhará, para as gerações vindouras, o papel que outrora foi desempenhado pela pregação; é de desejar, em todo o caso, que lhe seja equivalente naquilo que respeita à educação do povo.

Porque, se o termo «cultura latente» alguma vez teve um sentido, foi na Idade Média. Toda a gente então tem um conhecimento pelo menos corrente do latim falado e articula o cantochão que supõe, senão a ciência, pelo menos o uso da acentuação. Toda a gente possui uma cultura mitológica e lendária; ora, as fábulas e os contos dizem mais sobre a história da humanidade e sobre a sua natureza do que uma boa parte tias ciências inscritas nos nossos dias nos programas

oficiais. Nos romances de mester publicados por Thomas Deloney vemos os tecelões citar nas suas canções Ulisses e Penólope, Ariana e Teseu. Se se pode chamar aos vitrais «a Bíblia dos iletrados», não é porque os mais ignorantes aí decifravam sem esforço histórias que lhes eram familiares, realizando com toda a simplicidade esse trabalho de interpretação que, na época actual, tanta canseira dá aos arqueólogos!

Fora disto, havia os conhecimentos técnicos, que se assimilavam no decurso dos anos de aprendizagem; nem arte nem mester eram improvisados: era preciso, para os exercer com rendimento, que eles se tivesssem tornado como que uma segunda natureza; é, sem dúvida, por isso que tantos artistas locais, cujos nomes nunca nos serão conhecidos, puderam adquirir a mestria que obras como o *Cristo Devoto*, de Perpignan, ou a *Crucificação*, de Vénasque, revelam. Tem-se o direito de considerar ignorante um homem que conhece a fundo o seu trabalho, por humilde que seja? E é preciso considerar que a estes conhecimentos de mester vem acrescentar-se todo um lote de tradições: o *Compost des bergiers*, que uma feliz curiosidade fez redescobrir, não há muito tempo, oferece-nos uma amostra das pequenas *Sommes* do saber tradicional: astronomia, medicina, botânica, meteorologia — que podia adquirir-se no seio dos mesteres, variando com cada um deles, e que constituía a base de uma cultura sem dúvida mais extensa e certamente melhor adaptada às necessidades locais do que se poderia acreditar.

CAPÍTULO IX

AS LETRAS

Apesar do grande número de trabalhos modernos consagrados à literatura medieval, ainda não conseguimos fazer dela uma ideia justa, apreciá-la como ela o mereceria. Ela permanece uma curiosidade de erudito, ou, o que é mais perigoso, serve de pretexto a evocações bastante superficiais. Um passo importante foi, contudo, dado pelo facto de se ter conseguido, pelo menos, convencer o público da existência de uma literatura medieval. A grande dificuldade que se opõe a mais amplos progressos é a questão linguística; só pode lamentar-se que, entre a quantidade de conhecimentos discordantes com os quais se sobrecarrega a adolescência, nenhum lugar, ou um lugar ridiculamente insignificante, seja dado ao francês antigo, que constitui, contudo, inegavelmente, uma parte do nosso património nacional — considerada cada vez menos desprezível, à medida que melhor se conhece \ Os juízos à Gustave Lanson ou à Thierry Maulnier, que apenas viram, em toda a «literatura versificada da Idade Média», «salsada, tagarelice e preciosismo», destinados a soçobrar num «esquecimento indulgente», não resistem a um exame, ainda que superficial, da poesia medieval.

Há apenas uma época durante a qual a França possuiu uma literatura nacional, inteiramente brotada do nosso solo; e essa época é a Idade Média. Passado o século XV, uma predilecção estranha pela imitação vai determinar leis rigorosas, restringir os géneros, jugular a inspiração pessoal, a favor de um protótipo imutável, que será a Antiguidade. Na verdade, não se trata aqui de denegrir a Antiguidade e as suas incontestáveis obras-primas, nem, sobretudo, de se equivocar a propósito da mestria inteiramente pessoal com a

(1) E preciso dizer que este desamor é mais relativo à Idade Média em geral do que à sua literatura em particular: estuda-se durante vários meses a questão do Oriente no século XIX, ou as mudanças de ministérios, de MacMahon a Jule.s Grévy, mas quantos balharéis têm uma noção, nítida que vaga. dos principais acontecimentos das Cruzadas, ou do modo como se formou a unidade francesa, nesses séculos que são o fundamento e o sumário da nossa história?

qual um Racine, um Moliére, souberam dominar a lei da imitação que o seu tempo lhes impunha; e é preciso contar também com os dissidentes que, sem terem as honras dos manuais de literatura, não constituem menos por isso uma parte importante das letras francesas. Temos que, até ao fim do século XIX, no conjunto, clássicos e românticos se submeteram voluntariamente a uma disciplina inspirada quer pelos Gregos e Latinos, quer pelo estrangeiro. Para encontrar um verdadeiro desenvolvimento do espírito francês, uma literatura pessoal, pura, despojada de qualquer empréstimo, fora do nosso século XX, é preciso recorrer à Idade Média. Obstinar-se em nada ver para além da Renascença é mutilar-se da mais autêntica manifestação do génio da nossa raça; é, de resto, ignorar uma época durante a qual precisamente a civilização e as letras francesas foram imitadas por toda a Europa; é, sobretudo, privar-se de um tesouro incomparável de poesia, de inspiração, de grandeza — o mais rico, o mais colorido, o mais comovente, de todos.

Uma boa parte da produção literária da Idade Média está ainda em estado de manuscrito, enterrada nas nossas bibliotecas, enquanto se reeditam sem cessar as mesmas obras. É preciso ver nisto uma falta de curiosidade? O erro caberia mais aos nossos métodos de história literária que, aplicados à literatura da Idade Média, nos obstruíram consideravelmente. E. forçaram-se a procurar as fontes das obras medievais, fontes do *Roman de Renart,* fontes dos fabulários, etc, como se se tratasse de tragédias clássicas, inspiradas pelo teatro de Sófocles ou de Séneca. Um tempo precioso foi perdido deste modo. Útil no que respeita à nossa literatura desde o século XVI, a investigação das fontes só constituía um entrave para o estudo da Idade Média, e provou-se, na maior parte dos caos, ociosa, senão pueril. Bédier prestou um serviço imenso à literatura, mostrando a importância destes temas humanos que já não pertenciam mais à índia ou à China mais do que à Europa ou à África: o tema do trapaceiro enganado, a fábula da raposa e das uvas, e tantas outras, sobre as quais se tinha discorrido a perder de vista, até estabelecer filiações complicadas que caem por si próprias quando nos apercebemos de que o homem, em todas as latitudes, teve, perante os mesmos fenómenos, reflexões semelhantes, e que, se o nosso folclore medieval tem pontos comuns com o de tal ou tal povo antigo, é porque bebeu nas fontes eternas da humanidade. Notou-se, nos cantos dos pastores checos, ritmos semelhantes aos das nossas pastorais de outrora: não é porque estas derivem daquelas, mas porque uma mesma vida e mesmos hábitos inspiraram cadências idênticas. Do mesmo modo, os marinheiros, em todas as latitudes e em todos os povo , usaram, para transmitir ordens e harmonizar os seus esforços, *tropos,* inflexões

ritmadas e poéticas ditadas pelo seu trabalho, combinadas com a oscilação do mar e do navio- Qualquer conhecimento do homem teria sido preferível, para penetrar na literatura medieval, à investigação das fontes segundo as veneráveis tradições da Sorbonne.

Isto não significa que a Idade Média tenha ignorado a Antiguidade; Horácio, Séneca, Aristóteles, Cícero e muitos outros são estudados e citados frequentemente, e os principais heróis das literaturas antigas, Alexandre, Heitor, Píramo e Tisbeu, Fedro e Hipólito, inspiraram, por seu turno, todos os autores medievais; as *Metamorfoses* e as *Heróides,* de Ovídio, foram traduzidas por várias vezes seguidas; sobretudo, a Idade Média amou profundamente Virgílio, manifestando nisso um gosto indiscutível, uma vez que Virgílio foi, sem dúvida, o único poeta latino digno deste nome. Mas, se se vê então na Antiguidade um reservatório de imagens, de histórias e de sentenças morais, não se vai ao ponto de a enaltecer como um modelo, como o critério de toda a obra de arte; admite-se que é possível fazer tão bem e melhor do que ela; admiram-na, mas preservar-se-iam de a imitar.

Em contrapartida, inteiramente brotada do nosso solo, a literatura medieval reproduz-lhe os menores contornos, os mínimos cambiantes. Todas as classes sociais, todos os acontecimentos históricos, todos os traços da alma francesa nela revivem, num fresco deslumbrante. É que a poesia foi a grande ocupação da Idade Média e uma das suas paixões mais vivas. Reinava por toda a parte: na igreja, no castelo, nas festas e nas praças públicas; não havia festim sem ela, nem festejo em que ela não desempenhasse o seu papel, nem sociedade, universidade, associação ou confraria onde ela não tivesse acesso; aliava-se às mais graves funções: alguns poetas governaram condados, como Guillaume d'Aquitaine ou Thibaut de Champagne; outros governaram reinos, como o rei René d'Anjou ou Ricardo Coração-de-Leão, outros, como Beaumanoir, foram juristas e diplomatas; podemos mesmo ver um Philippe de Novare, sitiado na Torre do Hospital com uma trintena de companheiros, escrever à pressa, para pedir socorro, não um apelo de aflição, mas um poema, e a lenda do trovador Blondel, reencontrando o seu mestre encarcerado com o auxílio de um canto que tinham composto juntos, apenas exprime uma verdade de aplicação corrente na Idade Média. Dizer versos, ou escutá-los, aparecia como uma necessidade inerente ao homem- Pouco se veria, actualmente, um poeta instalar-se em cavaletes, perante uma barraca de feira, para aí declamar as suas obras; espectáculo que era então comum. Separava-se uni camponês do seu trabalho, um artesão da sua loja, um senhor dos seus falcões, para ir ouvir um cantador *(irou-*

vère)[2] ou um jogral. Nunca, talvez, excepto nos mais belos dias da Grécia antiga, se manifestou um tal apetite de ritmo, de cadência de bela linguagem.

A poesia actualmente é mais ou menos o apanágio de uma *elite.* A Idade Média não conheceu *elite* nem dentro nem fora do domínio intelectual, porque cada um podia, na sua esfera, tornar-se um ser de *elite.* As alegrias do espírito não eram reservadas aos privilegiados ou aos letrados e podia-se, sem saber nem grego nem latim, e mesmo sem saber A ou B, ter acesso às mais altas delícias da poesia. Entre os cerca de quinhentos cantadores e trovadores cujos nomes chegaram até nós encontramos tanto grandes senhores como o castelão de Coucy, os senhores dos Baux ou os príncipes já citados como vilãos e clérigos, como Rutebeuf, Peire Vidal ou Bernard de Ventadour. Ao contrário do que se passou, por exemplo, no século XVII, em que uma obra literária apenas era destinada à Corte e aos salões, houve entre as classes sociais trocas fecundas; a seiva poética circulava livremente e enriquecia-se com tudo aquilo que o povo lhe podia trazer de vigor e a alta sociedade de requinte. Ainda no século xv, um mesmo tema poético era tratado simultaneamente por Charles d'Orléans, Alain Chartier, Jean Régnier, Franco Villon e outros ainda, todos diferentes em educação, posição social e profissão, sem que as suas obras fossem muito desiguais, de tal modo a poesia era um domínio comum aos príncipes e aos vagabundos. Conhece-se assim *La Forêt de Longue Attente* ou ainda o refrão das baladas do famoso concurso de Blois:

Je meurs de soif emprès de la fontaine[3].

Certos géneros foram de preferência cultivados pela nobreza: é o caso dos romances de cavalaria; mas os vilãos tinham, eles próprios, o *Roman de Renart,* cujos principais tipos ainda vivem e nos são familiares, depois de ter percorrido a Europa e seduzido até a pluma de um Goethe que se tornou o seu adaptador. Aos *lais* e às fábulas, que faziam as delícias da corte de Champagne ou de Inglaterra, correspondiam os fabulários, cuja veia divertida e truculenta inspirou um La Fontaine e um Molière.

Alguns domínios permanecem comuns a toda a sociedade medieval: a epopeia, por exemplo, e o teatro. As nos:as canções de gesta suscitaram tanta admiração nas hospedarias onde peregrinos e viajantes encontravam um poiso, a caminho de Roma ou de Santiago, como nas residências senhoriais. Quanto ao teatro, simultaneamente

(2) Trovador do Norte da França, nomeadamente da Picardia. *(N. do R.)*

(3) *Morro de sede junto à fonte.*

religioso e popular, mobilizava um povo inteiro e entusiasmava os clérigos tanto como os nobres e os camponios. Se se pode falar, na Idade Média, de uma literatura do povo, de uma literatura clerical e de uma literatura da nobreza, isso deve compreender-se antes como uma nota dominante, pois, tanto nos seus criadores como no seu público, as obras em geral participam tanto de umas como de outras «classes», com apenas um gosto mais marcado aqui ou ali.

E este domínio literário é tão móvel quanto vasto. Deparamos com extremas dificuldades quando queremos fazer uma edição crítica de uma canção de gesta ou de um poema medieval. Também aí, parece que se fez mal em trazer para os textos da Idade Média um método que só convinha às obras antigas ou modernas. Na realidade, há sempre, não uma, mas múltiplas formas de uma mesma obra- Bédier, reunindo os diversos episódios do *Roman de Tristan et Yseult [Romance de Tristão e Isolda],* dispersos em diversos poemas, realizou um trabalho ao mesmo tempo dos mais autênticos e dos mais acessíveis — infinitamente mais próxima da Idade Média do que teria sido a edição impecável de cada um desses poemas.

Para nós, uma obra literária é cora pessoal e imutável, fixada na forma que o seu autor lhe deu; daí a nossa obsessão do plagiato. Na Idade Média, o anonimato é corrente. Sobretudo, uma ideia, unia vez emitida, pertence imediatamente ao domínio público; passa de mão em mão, ornamenta-se com mil fantasias, sofre todas as adaptações imagináveis, e só cai no esquecimento quando dela se esgotaram os múltiplos aspectos. O poema leva uma vida independente da do seu criador; é coisa móvel, e renascendo incessantemente; qualquer descoberta é retomada, modificada, amplificada, rejuvenescida, com o movimento e a animação que caracterizam a vida. O erro dos críticos alemães, vendo na *Chanson de Roland [Canção de RoIando* uma obra colectiva e impessoal, explica-se se se considera o carácter fluido, poderia dizer-se, das nossas grandes gestas e em geral das produções literárias da Idade Média. Na sua origem houve certamente uma actividade precisa, mas elas não deixaram de evoluir, a contento dos poetas que as enriqueciam com uma nova seiva, ou simplesmente dos jograis que as recitavam a seu modo e nelas inseriam episódios da sua lavra. É assim que os romances bretões se transformaram inesgotavelmente, e se reencontravam no século XV, muito longe da sua forma primitiva, no ciclo dos Amadis.

Por vezes, ainda, a obra literária representa o termo de uma evolução. É o caso desses espantosos «romances de mester», aos quais já foi feita alusão, e cujo sabor Abel Chevalley nos revelou. O seu assunto são as canções de oficina, as «boas histórias» que se transmitiam de companheiro a aprendiz, os relatos de aventuras sucedidas

a tal mestre, à sua mulher, ao seu criado, as lendas dos santos protectores da corporação; tudo isto acabava por formar uma mina descoberta para um escritor, ainda que pouco dotado; Thomas Deloney utilizou-os com felicidade para a Inglaterra, no início do século XVI; os mesteres de França não tiveram a mesma sorte, mas não é impossível que se encontrem desses «romances» em estado de manuscrito' Num outro género, Bédier mostrou luminosamente o nascimento das nossas epopeias ao longo das entradas de peregrinações e o papel desempenhado pelos clérigos que instruíam e pelos jograis que distraíam, na formação das no:sas grandes gestas nacionais. É ainda uma das formas da fecundidade da vida medieval, esta criação perpétua, que participa da vida do povo, ou, melhor, da vida de todo um país, tanto das suas massas populares como das suas classes «privilegiadas». Os temas poéticos, os heróis do romance, circulam e multiplicam-se à imagem da humanidade. Rolando, Carlos Magno, Guilherme do Nariz Curvo, fizeram parte do património europeu, do mesmo modo que o estilo gótico. Apenas as diferenciações locais, o engenho de cada província, de cada dialecto, da cada país, deram um aspecto particular e um sabor novo a cada uma das suas reencarnações. Nesse, como noutros aspectos, a influência francesa, ou mais exactamente franco-inglesa, dominou o mundo conhecido. Os nossos cantadores tiveram um sucesso internacional, Wolfram d'Eschenbach, Hartmann d'Aue, Walter de la Vogelweide e os outros *minnesinger* imitaram-nos, e os romances bretões foram traduzidos em Itália, na Grécia e até na Noruega [6].

Móvel, animada como o é, esta literatura medieval tem uma outra característica que é a de toda a Idade Média: o amor da vida- Dotados de uma faculdade de assimilação extraorddinária, os autores desta época trataram os seus heróis como seres vivos, actuais, cuja existência não tivesse sido deslocada na sociedade em que eles próprios se encontravam. Eles não tiveram necessidade de lhes criar uma atmosfera artificial para os justificar. Tais como os sentiam, assim os exprimiram. Por outras palavras, a Idade Média literária dispensa a cor literária e a documentação histórica. Pensou-se assinalar exemplos desta famosa «ingenuidade» medieval, quando se via o anão Obéron dizer-se filho de Júlio César, ou Alexandre portar-se como um cavaleiro cristão. Mas, longe de ser uma deficiência, esta facilidade

(4) Cf. *Le Noble Métier* e *Jack de Newbury* e *Thomas de Reading,* romances dos sapateiros e dos tecelães da Cite de Londres, traduzido» por Abel Chevalley, Gallimard, 1927.

(5) A influência da poesia medieval francesa encontra-se também na nossa poesia trovadoresca, nomeadamente a Provençal, que entre n6;i originou as cantigas de amor de raiz aristocrata. *(N. do R)*

em transpor os heróis de romance do seu passado morto para uma actualidade viva não será testemunho de uma prodigiosa capacidade de evocação? A Idade Média não tinha nenhuma dificuldade em imaginar Aristóteles, Eneias ou Heitor na sociedade medieval; a sua vitalidade levava a melhor sobre as noções de tempo e de espaço. E é por isso que, sem nisso porem a mínima «ingenuidade», os escultores representaram os tímpanos das catedrais de Castor e Pólux como dois cavaleiros do seu tempo. Este desprezo pela cor local a favor da verdade intrínseca não poderia ser, de resto, melhor compreendido do que na nossa época, em que o aparelho histórico-documental é cada vez mais posto de lado em proveito da intensidade de evocação. É infinitamente mais agradável ver a jovem Violaine evoluir numa «Idade Média de convenção», sem relação com a realidade histórica — mas muito próxima, pelo espírito, da Idade Média real —, do que assistir a uma reconstituição, por mais habilido a que seja, do *Vray mistère de la Passion;* e tornou-se um lugar comum dizer que é preferível representar Édipo de *sweater* e calças de flanela a suportar uma reedição de *Burgraves* ou de *Salammbó.*

A literatura medieval e::tá fortemente ligada à sua época, inseparável das realidades que constituíram a vida quotidiana do tempo. Todas as preocupações contemporâneas: expedições militares, prestígio de um rei, erros de um vassalo, lutas religiosas, foram rimadas, ritmadas, amplificadas, reatadas, enfim, ao grande domhro poético da humanidade por estes contadores incansáveis e seu público sequio o de poesia. As explorações de Carlos Magno inspiraram as no sas grandes epopeias, as Cruzadas foram cantadas pelos cantadores, Peire Cardinal exalou nos seus versos a amargura do Midi' albigense e Guilherme, o Bretão, cantou a glória de Filipe Augusto; a instituição da cavalaria originou a inumerável literatura romanesca e galante e as infelicidades da guerra deixaram a sua marra nas obras de um Jean Régnier ou de um Charles d'Orléans. Relações dos senhores e dos seus vassalos, respeito pelo laço feudal, trabalhos dos servos e dos camponeses, leituras dos clérigos, orações dos monges, encontra-se tudo isto na poesia medieval, e aqueles que se contentassem com conhecer a literatura da época saberiam dela bastante para poderem dispensar-se de lhe estudar a história. Ela traz a marca do país que a viu nascer e reflecte fielmente as suas fortunas e as suas angústias. Se, durante os séculos que :e seguiram, ela foi, por vezes, apenas o exercício de um bom aluno de Horácio ou de Teócrito, ou mesmo uma brincadeira de erudilo, se esqueceu as suas ligações populares c se tornou uma especialidade de bom-tom, durante toda a Idade Média ela foi fiel a si própria e permaneceu uma criação nacional tanto quanto humana, popular, tanto quanto pessoal, colectiva, tanto

quanto individual, bebendo a sua temática do solo de França, das aventuras dos seus barões, das astúcias das suas mulheres, nos seus campos fecundos e nas suas cidades ruidosas, entre as quais já se destaca Paris, o Paris de Rutebeuf, de Eustache Deschamps e de François Villon.

Mas não é somente porque canta o nosso país e a sua ventura que a poesia medieval representa o nosso mais precioso património nacional. Ela, que inspirou a Europa e percorreu o mundo conhecido, é francesa até nas suas mais escondidas propensões. Não a podemos renegar sem renegar a nossa natureza e a nossa personalidade. Está impregnada do nosso espírito, é a sua mais autêntica criação. Esta veia, este jorro perpétuo de ironia, de palavras sem rodeios, de sarcasmos que nada sabem respeitar, nem sequer as mais sinceras crenças, este riso sonoro, enfim, riso dos fabulários, das farsas, dos sermões divertidos, da festa dos loucos e outras palhaçadas[6], este riso, que apenas encontrará outros ecos na literatura, no teatro de Molière, não estará nele o sinal distintivo do povo de França, com o seu sentido da resposta pronta, o seu sentido do ridículo, o seu gosto pelas boas histórias e pelas brincadeiras um pouco livres? É provável que se pude se fazer representar por pessoas de hoje e perante um auditório popular a maioria dos nossos fabulários e algumas cenas do *leu de Saint-Nicolas* ou do *Maître Pathelin* com muito sucesso; lê-se sempre com semelhante prazer os *Quinze joies de mariage,* e as brincadeiras medievais sobre a tagarelice das mulheres e os maridos enganados são ainda daquelas que se ouvem quotidianamente.

A grande censura que se fez a este cómico, cuja alegria e exuberância não pode ser negada, é a de ser grosseiro. Os autores de manuais literários têm o costume de dissimular o rosto perante estes «personagens prosaicos», e tas «farsas indecentes» e este vocabulário em que o bom-tom é algo maltratado. As suas constatações são justas: uma grande parte da literatura medieval, e da melhor procedência, está semeada de brincadeiras bem grosseiras; também isto é muito francês — muito gaulês, para empregar o termo exacto. Na Idade Média chamava-se gato a um gato, e as brincadeiras, mesmo triviais, desde que fossem espirituosas divertiam enormemente. Podemos melindrar-nos, ou reeditar a atitude de um Francisque Sarcey abandonando o seu lugar à primeira réplica do *Ubu Roi*, subsiste que, na pena dos contistas da Idade Média, como nas de Rabelais ou de Alfred Jarry, como na boca do homem do povo, as grosserias são quase sempre tão bem recebidas, tão expressivas e tão saborosas, que provocam irresistivelmente o riso. É preciso, aliás, observar que elas não se acompanham

(6) Entre nós esta temática está presente nas «Cantigas de Escarni» e Maldizer». *(N. do R.)*

de vulgaridade, que continuam a ser espontâneas e nunca são efeito de uma atitude ou de uma ideia preconcebida, como acontece nos nossos dias em alguns intelectuais- Quanto aos contos «imorais» e aos seres «prosaicos» em que abunda a literatura medieval, fundam-se, em geral, numa observação muito justa da existência e não contêm mais imoralidade do que, por exemplo, as fábulas de La Fontaine. A sua acrimónia, longe de ser chocante, só pode alegrar um espírito bem formado, tanto mais que ela se acompanha de certo requinte, desse sentido da resposta pronta que é bem própria da nossa raça.

*

Por um curioso efeito do acaso —mas é efectivamente um acaso? — as duas primeiras obras importantes da nossa literatura ilustram perfeitamente o seu duplo carácter: há a *Chanson de Roland [Canção de Rolando]* e há a *Pèlorinage de Charles [Peregrinação de Carlos].* No primeiro poema reinam os mais puros sentimentos da cavalaria francesa: fidelidade ao imperador, amor de França, a doce, amizade de dois heróis, grandeza da morte, valentia e sabedoria; o segundo é uma gigantesca chalaça, em que Carlos Magno é apenas um jovial companheiro — esperando tornar-se um velho gaiteiro como no *Huon de Bordeaux* — e entrega-se com os seus pares às mais assombrosas fantasias: *gags* monstruosos, gabarolices de fanfarrões, conversas extravagantes mantidas depois de beber: Rolando faz a aposta de tocar a sua trompa com tanta força que o seu sopro arrombará todas as portas da cidade, Olivier oferece-se para seduzir num tempo recorde a filha do rei Hugon. A veia desenfreada dos nossos antepasssados deu-"e livre curso nesta primeira amostra da epopeia francesa, que é já uma paródia da epopeia e prova que se estava longe de se tomar a sério, de se contentar com belas palavras e belos sentimentos. O sentido de humor surgia sempre a tempo de corrigir a eloquência e evitar a ênfase, como neta resposta simultaneamente orgulhosa e cómica do *Jeu de Saint-Nicolas:*

Seigneur, si je suis jeune, ne n'ayez en dépit
On a veü souvent grand coeur en corps petit
Je ferrai cel forceur, je l'ai pièça élit:
Sachez je 1'occirrai, s'il avant ne m'occit (7).

(7) Senhor, se. sou jovem, não me desprezeis / Já se tem visto um graniu coração em pequeno corpo / Usarei de tal violência, podeis crer: / Sabei que o matarei se ele não me matar primeiro.

Deleitavam-se com estes contrastes de grandeza e de fantasia; uma obra intitulada: *Dialogue de Salomom et de Marcoul* opõe assim constantemente provérbios, acentuando uns alta sabedoria, outros bom sentido popular:

Qui sage homme será
Ja trop ne parlera
(ce dit Salomon)
Qui ja mot ne dirá
Gr and noise [bruit] *ne fera*
(Marcoul lui répond)[8].

Le Pèlerinage de Charles, antepassado directo de *Ubu Roi*, nasceu à volta da abadia e da feira de Saint-Denis. Estes relatos profanos ou edificantes que os clérigos, por intermédio dos jograis, transmitiam ao povo, foi preciso que, primeiro, este povo, na balbúrdia dos mercados, dos risos e de bebedeira ingénua, os transformasse num conto engraçado, no instante em que, sobre estas mesmas lendas, se elaborava a mais nobre das nossas epopeias.

Porque, país do riso e da inspiração crepitante, a França é também a pátria de origem da cavalaria; e esta palavra é preciso compreendê-la no seu sentido medieval: simultaneamente culto da honra e respeito pela mulher.

O Francês, tal como no-lo mostram as nossas obras literárias, da *Chanson de Roland [Canção de Rolando]* ao *Roman de la Rose [Romance da Rosa]*, tem o horror inato de qualquer deslealdade: romper o vínculo feudal e trair os compromissos que o unam ao seu senhor são para ele as piores espécies de pecados. «Cada qual deve portar-se lealmente», é assim que Eustache Deschamps resume todas as regras de «probidade»- Lancelote, amante da rainha Genoveva, e Tristão, de Isolda, a Loura, não cessam de trazer no coração o remorso de trair o seu rei; é todo o drama do seu amor e da sua vida. Um sentido inabalável da fidelidade à palavra dada manifesta-se ao longo de toda a nossa poesia, quer seja o vínculo senhorial, como nos romances de cavalaria, ou, como nas canções dos trovadores, a fidelidade jurada à sua dama: Yvain incorre nas mais terríveis provações por ter faltado à sua promessa de voltar no prazo marcado.

O verdadeiro amante deve, aliás, estar pronto a tudo afrontar por amor: proezas físicas, tormentos morais, angústias das separações,

(8) — *Quem for sábio / falará pouco / — Quem palavra não disser / não provocará questões.*

nada lhe deve ser difícil quando se trate de conquistar aquela que ama

Pour travail ni pour peine
Ni pour douleur que faie
Ni pour ire grevaine[a]
Ni pour mal que je traie[7]
Ne quiers que me retraie[8]
De ma dame un seul jour \

Nunca se dirige a ela senão com um respeito infinito:

Dame, de toutes la nonpair
Belle et bonne, à droit louée[10]

ou ainda:

Belle plaisant, que je n'ose nommer. "

A mulher aparece como uma criatura semidivinizada: «formoso corpo», claro rosto, «resplandecendo tanto como ouro ao sol», modos cheios de graciosidade, ela representa para o cavaleiro o ideal de toda a perfeição:

Dame, dont n'os (e) dire le nom
En qui tous biens sont amasses
De courtoisie avez renom
Et de valeur toutes passe [surpassé]

Oeuvre de Dieu, digne, louée

Autant que nulle créature
De tous biens et vertus douée
Tant d'esprit que de nature [12].

(9) *Nem por trabalho nem por pena / Nem por dor que tenha / Nem por ira dolorosa / Nem por mal que sofra / Jamais abandonarei /A minha dama um só dia.*

(10) *Senhora, de todas a única / Bela e boa, justamente louvada.*

(11) *Belo prazer, a quem não ouso dar nome.*

(12) Senhora, de quem não ouso dizer o nome, / Na qual todas as virtudes .se confuiundem /De. cortesia tendes fama / E de valor admirada. Obra de Deus. digna, louvada / Mais do que qualquer pessoa / De todos os bens e virtudes dotada / Quer de espírito como de carácter.

É fácil, segundo a nossa literatura, conhecer o tipo de beleza feminina da Idade Média:

Elle a un chef blondet
Yeux verts, bouche sadetíe,
Un corps pour embrasser,
Une gorge blanchette [...]

Je ne vis oncques fleur en branche
Par ma foi, qui fút aussi blanche
Comme est votre sade gorgette;
Les bras longuets, les doigts tretis [deliés] [...]
Les pieds peíits, orteils menus
Doivent être pour beaux tenus [...]
Vos yeux riants, à poiní fendus
Qui fremissem comme Vestelle
Par nuit emmi la fontenelle [...] [13].

Os ardis encantadores que o contista nos pinta com traços delicados —Chrestien de Troyes foi nisso excelente— acabam de fazer dela um ser adorável, todo de delicadeza, de distinção, de elegância de espírito: ardis de pastoras para afastar o perseguidor de encontro, ardis de damas simulando cólera ou orgulho para melhor seduzir o cavaleiro que as corteja.

E, para realçar a delicadeza de semelhantes quadros, soube-se, na Idade Média, fazer ressair, melhor do que em qualquer outra época, o duplo aspecto do eterno feminino: ao lado da Virgem, da mulher respeitada, honrada, aquela pela qual se morre de amor, e de quem só se aproxima tremendo, há Eva, a tentadora, Eva por quem o mundo foi perdido. Contistas, poetas, autores de fabulários, não lhe poupam os sarcasmos.

Femme ne pense mal, ni nonne, ni béguine
Ne que [pas plus que] *fait le renard qui happe le géline*[14].

(13) *Ela tem cabeça loura / Olhos verdes, boca agradável, / Um corpo para cingir com os braços, / Um colo branquinho.*
Jamais vi flor em braçada / Juro, que fosse tão branca / Como A o vosso encantador colo; / Os braços compridos / os dedos finos [... | / *Os pés pequenos, dedos alongados / Devem ser considerados belos* |..] / *Olhos ridentes, abertos com propriedade / Que tremem como estrelas / Na noite a gotejar* [...].

(14) *A mulher que não seja freira ou beata / Tem tão bons pcns<i mentos como a raposa quando aboca a galinha.*

Ela apenas ostenta os seus encantos para melhor trair de seguida:

La douce rien qui fausse amie a nom [15].

Galanteadora, perversa, só sorri para melhor «cativar» os corações ingénuos que com isso se deixam prender:

Trop est fou qui tant s'y fie
Qu'il ne s'en peuí départir[16].

Ele só terá dor e decepção, porque

Femme est tôt changée
[...] *Ci rit, ci va pleurant*
[...] Pour décevoir fut née[17].

Dura e impiedosa, não se comove com nenhuma súplica, com nenhum sofrimento e, como a Bela Dama sem Piedade, apenas opõe calma frieza às mais apaixonadas estrofes. É ávida e interesseira:

Femme convoite avoir plus que miei ne fait ourse;
Tant vous aimera femme comme avez rien en bourse[18].

No lar, ela torna a vida impossível ao infeliz marido e engana-o impudentemente Se ela vos deixa, é-se ainda muito feliz em se resignar, como faz o poeta Vaillant:

Bonnes gens, fai perdu ma dame
Qui la trouvera, par mon âme
De três bon coeur je la lui donne
[...] *Car, par Dieu, la gente mignonne*
Est à chacun douce personne[19].

(15) O *doce nada que de falsa amiga tem nome.*
16 É *demasiado louco quem tanto aí se fia / De tal forma que não* ***pode*** *renunciar.*
(17) A *mulher cedo muda /* [...] *Ora ri, ora vai chorando /* [...] *Nas.* ***ceu*** *para iludir.*
(18) *A mulher cobiça ter mais do que a ursa mel; / Adorar-vos-á em proporção ao dinheiro que tendes.*
(19) *Boa gente, perdi a minha dama / Quem a encontrar, juro-o, / voluntariamente a dou / [...] Porque, por Deus, a airosa galante / A doce pessoa, pertencia a cada um.*

Pura ou perversa, ridicularizada ou adulada, a mulher domina na Idade Média as letras francesas, como domina a sociedade:

Pour jemme donne l'on maint don
Et controuve mainte chanson;
Maints fols en sont devenus sages,
Homme bas monte en parage,
Hardi en deviendrait couard,
Et large qui sut être avare[20].

É ela que inspira as canções, que anima os heróis dos romances, que faz suspirar ou comoverem-se os trovadores. Dedicam-lhe os versos; para ela compõem belos manuscritos ricamente iluminados. Ela é o sol, a rima e a razão de toda a poesia.

A mulher é, de resto, ela própria poeta. Fábulas e *lais* [21] de Maria de França fizeram as delícias dos senhores de Champagne e de Além--Canal (Mancha); a literatura é, por vezes, para ela, um ganha-pão, como foi o caso de Christine de Pisan. Elas não tiveram de vencer o desprezo a que, ainda não há muito tempo, se expuseram entre nós as «meias azuis», talvez porque lhes evitavam os defeitos e sabiam conservar um encanto propriamente feminino. A Idade Média representa a grande época da mulher, e, se há um domínio em que o seu reinado se afirma, é o domínio literário.

Isto, ainda, era bem francês. O nosso povo era, desde então, reputado o mais galante, e já as maneiras francesas serviam de modelo à Europa. Nenhuma civilização colocou tão alto o ideal feminino e pôs tanta prontidão em o honrar. Nos países germânicos, o homem representou sempre o papel principal, de Siegfried a Werther; sem dúvida, uma Kriemhild não tinha o que era preciso para seduzir um cavaleiro e provocar nele e se sentimento misturado de nobreza e de amor, que nasceu em França, e que se nomeia: a cortesia.

Francesa nos grandes traços que a distinguem, a nossa literatura é melhor ainda: um espelho do nosso país nas suas múltiplas províncias. Picardos de veia folgazã, Champanheses de sorriso delicado, Normandos astutos, Provençais, Languedócio , de língua quente e cantante como a sua poesia, todas as subtis variedades do nosso solo nela e tão expressas. Nesta literatura que os manuais nos apresentam em bloco, como uma massa informe, há cambiantes em número

(20) *X mulher atribuem-se muitos dons / E inventa-se muita canção; / Por ela muitos loucos* tornaram-se *sábios, / Homem baixo subiu de linhagem, / O ousado tornar-se-ia pusilânime, / E perdulário quem soube ser avaro.*

(21) Poesia cujo tema são lamentações de amor. *(N. do R.)*

infinito. Todo o provinciano pode nela encontrar a sua alma, as suas paisagens familiares, o acento da sua terra — por vezes em sentido próprio, como neste pequeno trecho de Conon de Béthune em que ele se lamenta de que se tenham rido das suas entoações picardas:

Encor ne soit ma parole françoise
Si la peut-on bien entendre en françois,
Et cil ne sont bien appris ni courtois
Qui m'ont repris, si j'ai dit mot d'Artois,
Car je ne jus pas nourri à Pontoise [...] [22].

Depois do século xvi, aproximadamente, as nossas obras literárias usavam um uniforme que, por soberbo que fosse, não pode fazer esquecer a cintilante mescla de cores da poesia medieval. Língua de *oc*[23] e língua de *oïl* [24] , falares de Poitou e falares provençais, dialectos normando; e borgonheses, tudo isto se tornou poesia; todos encontraram o seu Mistral, capaz de lhes fazer apreciar a riqueza e de exprimir por eles o espírito da sua terra. Seria urgente compreender a literatura medieval à luz destes mil aspectos das nossas províncias, para compreender os mil aspectos que ela apresenta e tudo aquilo que ela pode revelar-nos sobre nós próprios: Joinville ou Gace Brulé para a Champagne, Jean Bodel ou Adam de la Halle para o Artois, Beaumanoir para a Ilha de França, os trovadores para o nosso Midi languedócio e provençal

*

Na inesgotável multiplicidade das suas formas, na sua individualidades tão bem marcada, a poe:ia medieval é, antes do mais, humana; ela encontra os temas eternos de toda a poesia.

Teve olhares maravilhados para o mundo e as coisas: para o canto dos pássaros, para o murmúrio das árvores na floresta, para o brotar das fontes, para magia das noites de luar:

En avril au temps pascour
Que sur 1'herbe nait la flour,
L'alouette au point du jour

(22) *Ainda que a minha palavra não seja francesa / Se ela pode ser escutada em francês, / Não são bem educados nem corteses / Os que me censuram se eu disse palavras de Artois. / Pois não fui amamentado em Pontoise.*

(23) *Oc* — Língua falada pelos povos do Sul do Rio Loire. *(N. do R.)*

(21) Oil—Dialecto falado a Norte de França; ambos os termos, *oc* e *oil,* significam «SIM». *(N. do R.)*

Chante par moult grand baudour
Pour la douceur du temps nouvel.
Si me levai par un matin
J'ouïs chanter sur 1'arbrissel
Un oiseleí en son latin[25].

Este sentido da natureza e do seu perpétuo milagre, estes ímpetos de amor à renovação da Primavera nos ramos, à frescura dos orvalhos matinais, ao esplendor do poente, animam todas as nossas letras medievais do grande sopro da vida:

Le nouveau temps et mai et violei te
Et rossignol me semont de chanter[26].

Natureza amável e sempre surpreendente, flores selvagens que Nicolette entrançou, ramos de madressilva pelos quais Tristão traduziu o seu amor, bosquezinhos de verdura onde veio recuperar-se o amante desesperado da Bela Dama sem Piedade — estes campos, estes jardins, estes rios que os iluministas pintaram delicadamente não foram menos apreciados pelos contistas e pelos poetas. Chega-lhes uma palavra para evocar os campos, as estações, a sombra da oliveira, a erva tenra «que verdeja quando o tempo humedece»:

Et la mauvis qui commence à tentir
Et le doux son du ruissel sur gravelle[27].

A sua visão é directa, um simples toque, mas sempre evocador; mesmo La Fontaine não parece ter tido mais felizes descobertas que os nossos antepassados da Idade Média, apaixonados pela verdura e pelo ar livre.

Este frémito da vida universal desapareceu da nossa literatura depois deles; Ronsard só lamenta os bosques de Gastines pelas ninfas com que a Antiguidade os povoava, e termina com reflexões filosóficas; se a fonte Bellerie inspira um poema, é apenas porque Horácio tinha dirigido uma ode à fonte Bandusie. Com raras excepções, é preciso

(25) *Em Abril no tempo de Páscoa / Sobre a erva nasce a flor, / A calhandra ao romper do dia / Canta com grande beleza / Pela doçura do novo tempo. / Levantando-me pela madrugada / Ouço cantar nos arbustos / Um passarinho no seu linguajar.*

[26] *O novo tempo, Maio, a violeta / E o rouxinol levam-me a cantar.*

(27) *E o tordo que começa a cantar / E o doce som do arroio sobre as pedras.*

esperar os românticos para reencontrar, com uma sentimentalidade algo irritante, fugas para a grande natureza. A nossa época reconquistou, com um Apollinaire ou um Francis Jammes, esse sentido agudo da vida que nos rodeia; é um contacto que havíamos perdido, mas circula de novo nas nossas letras esse sopro carregado dos odores da planície e da floresta, das montanhas e do mar, que em grande parte devemos aos romancistas estrangeiros, a Knut Hamsun, entre outros — e esse sentido da paisagem e da atmosfera que o *Grand* Meaulnes nos restituiu. Porque não são as elevações filosóficas à Jean-Jacques, ou os desabafos lamartinianos, que constituem o amor da natureza, mas sim as observações directas da vida familiar, as notas sem ênfase de um dia de chuva fina ou de uma brilhante manhã passada à beira de um regato, essas evocações simples de um pormenor, de uma parede coberta de hera, de uma rosa num ramo, do voo de um corvo por cima de um campo de trigo, de um bosquezinho de lilases num jardim de Touraine — que permanecem ligadas na recordação às horas de alegria ou de angústia, que dão a sua nota particular aos acontecimentos da vida humana, que rematam a harmonia de um instante de beleza.

Mas o tema por excelência da poesia medieval é o amor. Todos os aspectos, todas as tonalidades do amor humano foram sucessivamente evocados, desde a mais brutal paixão até aos requintes da retórica amorosa querida aos trovadores. Pode dizer-se ousadamente que nenhuma literatura conheceu uma tal riqueza e levantou tantos véus a propósito do coração do homem. Do amor muito nobre de Guibourc, que não consegue suportar que o ser amado seja um instante inferior a ele próprio, aos «sórdidos amores» da Belle Heaulmière não há um suspiro, um beijo, um desejo de amor a que poetas e romanceiros não tenham mencionado de passagem e que não tenham nos seus versos fielmente traduzido.

Há os simples e frescos amores pastorais, os de Robin e de Marion, que, aliás, depressa perderão a sua sinceridade e se tornarão um tema literário:

Chevalier, par Saint Simon,
N'ai cure de compagnon.
Par ci passent Guérinet et Robeçon
Qui oncques ne me requirení si bien non[28].

28 Cavaleiro, *por S. Simão, / Não procuro companheiro. / Por aqui pa&stiram Guérimet e Roberçon / Que nunca me solicitaram.*

Mas, como na Idade Média a malícia nunca está ausente, mais de uma pastorinha, depois de ter ameaçado o cavaleiro com o cajado, deixa-se seduzir por ele:

Ma belle, pour Dieu merci!
Elle rit, si répondit:
Ne faiíes, pour la gent! [29]

Há a grandeza do amor conjugal, tal como o canta Villon na esplêndida balada para Robert d'Estouteville, em que tudo aquilo que faz a nobreza e a beleza do casamento se encontra dito com uma simplicidade, uma facilidade, um domínio da palavra e do pensamento que raiam a perfeição:

Princesse, oyez ce que ci vous resume:
Que le mien coeur du vôtre désassemble
Jà ne será; tant de vous en presume,
Et dest la fin pour quoi sommes ensemble[30].

Ao lado destas páginas serenas ou gentis, os acentos da paixão carnal, como este poema de Guiot de Dijon, em que se exprime com uma sensualidade ardente toda a angústia de um desejo insaciado:

Sá chemise qu'ot vétue
M'envoya pour embracier.
La nuit, quand s'amour m'argu'ë,
La mets avec moi coucher
Moult étroit à ma chair nue (31).

E por vezes também a separação, não menos aflita, se torna mais pura: nunca a amargura lancinante de um amor longínquo foi melhor evocada do que nestas páginas de Jaufre Rudel, cujo enigma se procurou muito tempo, e que contudo são tão claras: rajadas de ímpetos

(29) *Minha bela, por amor de Deus! / Ela riu-se e respondeu: / Não se aborreça com a gente!*
(30) *Princesa, escutai o que vos digo: / Que o meu coração do vosso desigual / Não será; de vós tenho tão bom conceito, / Razão enfim por que estamos juntos.*
(31) *A camisa que ela vestira / Enviou-me para a beijar. / A noite, quando sinto falta do seu amor, / Deito-a comigo/Abraçada estreitamente ao meu corpo nu.*

contidos e de desejos impossíveis, sentimento agudo do irremediável, que ofusca repentinamente toda a alegria de um dia de Verão:

Si que chants et fleurs d'aubespis
N'om platz plus que 1'hiver gelatz 3[2]

É palavra por palavra que seria preciso saborear cada um deites poemas, para compreender que riquezas foram extraídas de uma tão rica matéria. Geralmente, quando se evoca a Idade Média, pensa-se no amor cortês, e vê-se isso sob a forma de uma «formosa dama», de um cavaleiro no torneio e de insignificantes acessórios. Nada está mais afastado da época que uma tal sensaboria. Sem dúvida que a elegância de estilo é por eles conhecida e apreciada: elegância de estilo à francesa, prazer de dizer e de escutar lindas coisas, galanteios e contos de amor, temas deliciosos da chama ligeira e da semi-recusa:

Surpris suis d'une amourette
Dont tout le coeur me volette [...]
Hélas, ma Dame et si fière
Et de si dure manière,
Ne veut ouir ma prière
Ni chose que je lui quière.
Ayez merci douce amie
De moi qui de coeur vous prie [33].

Jean le Seneschal, nas suas baladas que são como que um panorama da vida amorosa, não deixa de fazer alusão a estes jogos de cortesia:

Jà votre coeur ne s'ébahisse
Si priez damoiselle ou dame
Qui raidement vous escondisse:
Tôt se rapaisera, par m'âme,
Donnez en à Amour le blâme
En lui priant que vous pardonne [...]
Puis 1'embrassez secrètetnent [...] 34.

(32) *Cintos e flores de piriteiros / Agradam tanto como o Inverno gelado.*
(33) *Fui surpreendido pelo amor / Enlevo do meu coração ... / Ai de mim, a minha dama tão orgulhosa / E de modos tão ríspidos / Não quer ouvir a minha prece / Nem quanto lhe quero. / Tende piedade doce amiga / De mim que do coração vos roga.*
(34) *Vosso coração não se espanta / Quer menina, quer senhora /* Se *pedirdes o que rigidamente vos esconde: / Cedo se apaziguará, por minha alma. / Dai ao Amor a culpa / Pedindo-lhe que vos perdoe... / Beijai-o depois secretamente.*

Um Thibaut de Champagne, um Guy d'Ussel e muitos outros tiveram destas páginas encantadoras, onde só conta a beleza do sentimento e a beleza do verso; deleitam-se nos jogos de capricho, da astúcia feminina, do despertar de um coração para a galanteria; Chrestien de Troyes mostrou um incomparável garbo em deslindar as mil pequenas intrigas, manhas e ciúmes daquelas que querem seduzir os outros e ser astutas com elas próprias; isto torna-se em alguns um tema literário, de pura invenção verbal, que não deixa de ter interesse:

Qui n'auroit d'autre déport
En aimer
Fors Doux Penser
Et Souvenir
Avec 1'espoir de jouir,
S'auroit-il tort
Si le port
D'autre confort
Vouloit trouver.
Car pour un coeur saoiãer
Et soutenir,
Plus quérir
Ne doit mérir
Qui aime jort.
Encor y a maint ressort:
Remembrer,
Imaginer
En doux plaisir,
Sa dame veior, ouir,
Son gentil port,
Le recort
Du bien qui sort
De son parler
Et de son doux regarder
Dont Ventr^ouvrir
Peut guérir
Et garantir
Amant de mort[35].

(35) *Quem desejar amar / Para além dos doces pensamentos / E recordações/Com a esperança de gozar / Atingirá mau porto / Se outro conforto / Quiser achar. / Porque para embriagar um coração / E o manter / Mais do que o procurar / Deve merecer / Quem muito ama. / O que mais importa: / Recordar / imaginar / Em doce prazer, / Ver e escutar a sua dama / O gentil porte, / A melodia do seu falar. / E o entreabrir / Do seu doce olhar / Pode curar e proteger / O amante da morte.*

É, sem dúvida, uma das belezas da Idade Média, esta cortesia, em que tudo era apenas nobreza de coração, delicadeza de espírito e respeito místico pela mulher. Mas acreditar que, numa época de vida intensa como essa, não houve acentos mais profundos e mais apaixonados, seria puro absurdo. Por vezes, no próprio cerne da retórica amorosa, exprime-se com uma verdade pungente toda a angústia de um coração desesperado. A *Belle Dame sons Merci [Bela Dama sem Piedade]*, de Alain Chartier, é disso um exemplo impressionante. Esse poema, em que o tema principal vem e volta sem cessar, em que as réplicas se sucedem e se encontram com uma incansável crueza, e que tanto contém lamento como discussão, é uma das obras-primas da poesia de todos os tempos, pela paixão contida, pela lucidez na dor, pela implacável lógica de um amor sem esperança.

A. *Vos yeux ont si empreint leur merche*
En mon coeur, que, quoiqu'il advienne,
Si j'ai 1'honneur ou je le cherche
11 convient que de vous me vienne.
Fortune a voulu que je tienne
Ma v/e *en votre merci dose:*
Si est bien droit qu'il me souvienne
De votre honneur sur toute chose.

D. *A votre honneur seul entendez,*
Pour votre temps mieux employer;
Du mien à moi vous attendez
Sans prendre peine à foloyer;
Bon fait craindre et supployer
Un coeur jollement déceú
Car rompre vaut mieux que ployer.
Et ébranlé mieux que cheu.

A. *Pensez, ma dame, que depuis*
Qu'Amour mon coeur vous délivra
II ne pourroit, ni je ne puis
Etre autrement tant qu'il vivra:
Tout quitte et jranc le vous livra;
Ce don ne se peut abolir.
J'attends ce qu"ú s'en ensuivra.
Je rfy puis mettre ni tollir.

D. *Je ne tiens mie /H)ur donné*
Ce qu'on à qui ne le prend;
Car le don est abandonné

Si le donneur ne le reprend.
Trop a de coeur qui entreprend
D'en donner à qui le refuse,
Mais il est sage, qui apprend
A fen retraire, qu'il n'y muse.

A. *Ah! coeur plus dur que le no ir marbre,*
En qui merci ne peut entrer,
Plus fort à ployer qu'un gros arbre,
Que vous vaut tel rigueur montrer?
Vous plait-il mieux me voir outrer
Mort devant vous par votre ébat
Que pour un confort démonírer
Respirer la mort qui m'abat?

D. *Mon coeur ni moi ne vous feimes.*
Oncq rien dont plaire vous doyez
Rien ne vous nuit fors que vous-mêmes:
De vous-mêmes juge soyez.
Une fois pour toutes croyez
Que vous demeurez escondit.
De tant redire m'ennuyez
Car je vous en ai assez dit [...] [36].

E que literatura oferece um exemplo mais completo, mais patético, de amantes trágicos, do que Tristão e Isolda? Houve alguma vez criação mais forte e mais perfeita do que estes doi:. seres, perdidamente dedicados um ao outro, vivendo apenas pelo seu mútuo amor? «Nem vós sem mim, nem eu sem vós» — ardor dilacerante e sem ênfase, violência dos contrastes: Tristão rebaixado a um papel

[36] A. *Os vossos olhos deixaram tal marca / No meu coração que, aconteça o que acontecer, / Se encontro a honra onde a procuro / Reco nheço que de vós me vem. / A fortuna quis que tivesse / A minha vida à vossa mercê / Colocando vossa honra acima de tudo o mais.*

D. *Ã vossa honra apenas dais ouvidos / Como forma de empregar o vosso tempo; / Do meu vos quereis ocupar / Sem incómodo para folgar; / Melhor seria temer e suplicar / Um coração loucamente seduzido / Pois vaie mais romper do que ceder, / E mais vale tremer do que cair*

A. *Julgai, senhora, pois desde / Que o Amor vos entregou meu coração / Nem ele poderá, nem eu posso / Ser de outra forma enquanto viver; / Completamente livre e aberto o entregará; / Esta dádiva* "<""

de bobo, Isolda segura do seu amante e torturada pelo ciúme, amores selvagens e pudicos, mordeduras dos remorsos e do afastamento:

Je suis Tantris qui tant 1'aimai
Et aimerai tant com vivrai
— *Anuit fãtes ivre au coucher*
Et 1'ivresse vous fit rever!
— *Voir est: d'itel boivre suis ivre*
Dont je ne cuide être délivre [...]
Le roi 1'entend et si'en rit,
et dit au foi: Si Dieu fdit,
si je te donnais la reine
en hoir, et la mette en saisine,
or me dis que tu en ferois
ou en quel part tu la menrois?
— *Roi, jait le foi, là sus en 1'air*
ai une salle ou je repair [e];
de verre est fait, belle et grand;
le soleil va parmi rayant,
en 1'air est, et par nuées pend,
ne berce et ne croule pour vent.
Delez la salle a une chambre

pode ser negada. / Aquando o que se segui/rá. / Não posso interferir nem impedir.

D. *Não considero como oferecido / O que se oferece a quem recusa; / Pois a dádiva será abandonada / Se o dador a não recuperar. / B demasiado generoso quem procura / Oferecer a quem recusa, / Mas anda bem quem sabe / Betirar-se quando não agrada.*

A. *Ah! coração mais duro que o negro mármore,/Em que favor não pode entrar, / Mais resistente a vergar que uma grande árvore, / De que vos serve mostrar um tal rigor? / Agradar-vos-á mais levar-me ao paroxismo / Morto perante vós para vosso gozo / E nem sequer dar-me o conforto / De testemunhar a morte que me abatef*

D. *Nem o meu coração nem eu vos iludimos / Jamais nada deveis para agradar / Nem nada vos prejudica senão vós mesmos: / De vós tiu-smos sr.de o juiz. / De uma vez por todas acreditai / Que não passareis An uma sombra. / De tanto redizer me enojais / Pois muito já vos disse[...].*

faite de cristal et de lambre;
le soleil, quand main lèvera,
céans moult grand clarté rendra [...] (37).

Nunca mais rica gama de temas inspirou um poeta, nunca o amor humano soube encontrar acentos mais verdadeiros e mais intensos.

Com eles tantos outros, como Lancelote e Genoveva, conservam, por entre os arrebatamentos da voluptuosidade, o sentido da honra, da rectidão, do respeito devido ao senhor que se traiu contra a sua vontade. Quão humanos também, esses momentos de súbita selvajaria, como na estranha história que se chama *La filie du comte de Ponthieu*, em que se vê uma jovem, violada sob os olhos do seu marido, voltar-se contra ele, logo que os seus algozes a deixam, e procurar matá-lo antes que ele se desembarace dos seus atilhos — incapaz de suportar o seu olhar depois da grande vergonha que tinha sofrido perante ele. Estes gritos de dor e de paixão, esta violência de ser sensível, eis a Idade Média e eis a sua poesia, ardente, directa, inesquecível, e que vos prende, uma vez saboreada, como aquele filtro de amor que beberam inadvertidamente os seus dois mais comoventes heróis.

Outros temas de inspiração dão a nota viril: a guerra, em primeiro lugar. Aquele que pretendeu que os Franceses não tinham «a cabeça épica» ignorava a Idade Média. Nenhuma literatura é mais épica do que a nossa. Não só se inicia com a *Chanson de Roland [Canção de Rolando]* — um dos pontos altos da epopeia, do qual, parece, ainda não se apreendeu plenamente a beleza—, mas compreende mais de cem outras obras que são tão boas como ela e que continuam, também elas, um tesouro a explorar. Todas, ou quase todas, testemunham essa simplicidade na grandeza, es:e sentido das imagens, que fazem do autor da *Chanson de Roland [Canção de Rolando]* um dos maiores poetas de todos os tempos. O carácter da epopeia francesa é precisamente este tom simples e despojado que é o de toda a nossa Idade Média: os heróis não são nela semideuses, são homens, cujo

(37) *Sou Tãotris que tanto a amou / e amará enquanto durar a sua vida / — Aposto que estavas ontem bêbado ao deitares-te / e foi a c.m briaguez que te fez sonhar isso! / — Havei-lo dito: estou de verd<i<;,< embriagado / mas foi por ter bebido uma beberagem como não há outra no mundo... / O rei escutou-o e rindo-se / perguntou: Que Deus te ajude. / se te presenteasse a rainha, / diz-me, o que farias dela? / Para onde* o *levarias? / — Rei, respondeu o louco, tenho lá em cirna no céu / uma sala onde habito; / é toda feita de vidro, bela e grande; / pendura/In nas nuvens / e ioda banhada pelo sol, / qualquer que seja a violência dos ventos, / não se mexe nem cai. / Perto da sala há um quarto feito de cristal; / quando o Sol se levanta, / a claridade 6 maravilham ...*

valor guerreiro não exclui as fraquezas humanas. Apesar de toda a arte virgiliana, Eneias parece bem pálido e a sua psicologia bem sumária ao lado de Rolando ou de Guilherme de Orange, destes seres todos cheios de contrastes, cuja valentia arrasta alternadamente desmesura e humildade, excesso e desalento. Esta justeza de observação impede as nossas epopeias de se tornarem o que elas teriam podido ser: um monótono desfile de indivíduos heróicos e de façanhas prodigiosas. A valentia é nela estimada acima de tudo, mesmo a dos inimigos, mesmo a dos traidores, e com ela o sentimento da honra, a fidelidade ao vínculo feudal; mas tanta nobreza de alma teria podido tornar-se fatigante, sem esses cambiantes que enriquecem os personagens e lhes dão vida. É por isso que, por pouco que se conheça a *Chanson de Roland [Canção de Rolando]* —a única das nossas epopeias que teve honras de manuais escolares—, os seus heróis permanecem tão ricos em cores na nossa imaginação: Rolando, bravo mas temerário, Turpin, o arcebispo piedoso e guerreiro, Olivier, o Sábio, e Carlos, alto e poderoso imperador, mas cheio de piedade pelos seus barões massacrados e abatido por vezes pelo peso da sua existência «penosa». Tantos personagens que o contista soube evocar por imagens, por gestos, poderíamos dizer, e não por descrições- Sóbrio quando se trata do cenário da acção, ele vai direito ao fim; todos os pormenores que ele dá são «vistos» e fazem ver; esse estandarte completamente branco, cujas franjas de ouro lhe descem até aos joelhos, coloca melhor Rolando na beleza resplandecente do seu trajo do que o faria uma descrição minuciosa à maneira moderna. E os feitos e os gestos dos heróis, os seus pensamentos, as suas preocupações, são deste modo tratados com notações visuais, em pinceladas claras e rápidas, com uma arte infinita na escolha dos pormenores que impressionam, como impressionam na realidade, não a ordenação e a composição geral de um cortejo, mas tall silhueta, tal cor dominante, o reflexo de um cobre ou o som de um tambor- São as cintilações que jorram dos «elmos claros» durante a confusão de um combate, os rubis que luzem nas «maças dos mastros» da armada sarracena, ou ainda essa luva que Rolando estende a Deus no seu arrependimento e que o Arcanjo Gabriel agarra.

O que desconcertou os literatos nas epopeias medievais é a ausência total dos processos analíticos a que a literatura clássica nos habituou: nada de narrações, a acção directa; nada de desenvolvimentos nobre os caracteres, as tomadas de contacto; nada de dissertações, mas gestos, cores, «instantâneos»; no que era poder de evocação só vimos pobre/a do invenção. Certas técnicas do nosso tempo, por exemplo u do cinema, tornaiam-nos familiar esta tradução do pensamento

pela imagem, e poderíamos de novo apreciar estas obras-primas que vêm a ser no espírito da nossa época. Até aqui, tinha-se resolutamente deixado de lado a sua beleza intrínseca, para apenas nos ocuparmos com problemas que, a falar verdade, não se punham e teriam parecido bem fúteis aos cérebros medievais: em particular a questão da filiação das epopeias e do seu valor histórico. Houve, originariamente, um ou vários poemas sobre a *Couronnement de Louis [Coroação de Luís]'!* Que personagem pode na realidade ser Guilherme de Orange?, etc, etc. Seria tempo de tomar, enfim, estas obras-primas por aquilo que elas são: contos narrativos, nos quais o ponto de partida histórico é apenas um pretexto e cujo único objectivo foi comover ou encantar, segundo a imaginação do autor e o gosto do público. O importante, é que eles sejam belos, e são-no. Belos e prodigiosamente variados: já fizemos notar como as nossas duas mais antigas epopeias eram, uma, sublime, a outra, burlesca. Ademais, no *Charroi de Nîmes*, por exemplo, estas duas características sobrepõem-se; e nenhuma parte de humor perde os seus direitos, realçando sempre a grandeza de certas cenas pela fantasia burlesca ou prazenteira das outras. É Shakespeare, *avant la lettre.*

Ao lado da poesia épica, a guerra inspirou numerosas obras literárias, canções de trovadores, narrações de cronistas, poemas narrativos, sem contar com os inumeráveis duelos e torneios da literatura romanesca. Por todo o lado ela é evocada com a mesma simplicidade; por todo o lado transparece uma mesma admiração pela valentia e pelo garbo, o sentido daquilo a que chamamos *fair play*, e que faz dela um belo jogo, do qual estão excluídos os «golpes baixos», ou, pelo menos, sempre difamados, em que a coragem, mesmo infeliz, é sempre respeitada, em que, enfim, as leis da honra dominam tudo o resto. Lancelote vencedor descobre-se perante o seu suserano, que ele fez desmontar e ajuda-o a montar de novo; Joinville defende com o próprio corpo o rei São Luís. Aos excessos da guerra, às cenas de massacre e de crueldade, que não estão ausentes, opõe-se sempre algum acto de clemência, qualquer eco de piedade.

É com os mesmos olhos que os homens da Idade Média olharam a morte. Sem dúvida, em nenhuma literatura ela foi encarada com tanta coragem sem ênfase e tanta lucidez sem amargura. Os versos de Villon vêm à memória quando se evoca:

La mort le fait fremir, pâlir,
Le nez courber, les veines tendre
Le col enfler, la chair mollir
Joinctes et nerfs croître et étendre

Et meure Paris ou Hélène
Quiconque meurt, meurt à douleur;
Celui qui perd vent et haleine
Son fiel se crève sur son coeur
Puis sue: Dieu sait quelle sueur [...] [38].

Numerosos outros poetas dela falaram com este realismo agudo, este poder de evocação e esta calma impressionante:

Mort qui saisis les terres franches
Qui fait ta queuz des gorges Manches
Pour ton raseoir affiler,
Qui 1'arbre plein de fruits ébranches
Que le riche n'ait que filer,
Qui par long mal le sais piler,
Qui lui ôtes au pont les planches,
Dis moi à ceux d'Angivillers
Que tu fais faiguille enfiler
Dont tu leur veux coudre les manches [...] [39].

Morte dos bravos na confusão, perdendo as entranhas por gigantescas feridas, morte dilacerante de Tristão, morte piedosa do pequeno Vivien — uma grande serenidade subsiste sempre no sofrimento, descrita, contudo, com uma energia propícia a fazer arrepios.

Ao lado destes temas universais, alguns temas são especiais da literatura da Idade Média. Entre outros, a mágica; assiste-se a um transbordar da imaginação; o mundo real e os seus tesouros não bastaram à inspiração dos contistas: foi-lhes necessário beber da fantasmagoria e semear de maravilhas a vida dos seus heróis- Bem frequentemente, estes pormenores imaginários são apenas figuras encobrindo altas verdades. A alegoria está entre estas: podemos achar artificiais estas evocações de qualidades abstractas, este modo de fazer falar Doce Pensar e Falso Parecer, de invocar Esperança e de maldizer Desconfiança ou Traição. É, em todo o caso, mais um indício

(38) *A morte fá-lo estremecer, empalidecer, / O nariz curvar as veias milenar / O pescoço entumecer, a carne afrouxar / Articulações e nervos distender. / Faleça Paris ou Helena / Quem quer que morra, morre dolorosamente; / Aquele que perde o ar e o fôlego / Sentindo a morte apertar-se no coração / Bua, Deus sabe que suor* [...]

(39) Morte que te assenhoreias das terras livres / Que fases dos bvaiuos colos amolador / Para afiares a tua lâmina / Que podas a Arvore prenhe de frutos / Apanhando o opulento / Roubando-o por longa doença / Que arrancas *à ponte as tábuas / Diz aos de Angivillers / Que preparas n agulha / Aqueles a quem queres coser* [...]

dessa vida prodigiosa que anima as letras medievais e que dá uma alma, um corpo, uma linguagem a todas as coisas, mesmo às mais imateriais. Sabe-se qual foi o gosto da época por tudo aquilo que é concreto, pessoal, visível. O processo alegórico, que se alia curiosamente ao culto da imagem, manifesta este gosto mais uma vez. É necessário menosprezá-lo *a priori? A* alegoria parece ser apenas a transposição de um mundo invisível, ao qual damos de novo um lugar de eleição. Porque não há grande distância, no fim de contas, entre os «debates» com que se deleitou a Idade Média literária e esses jogos do inconsciente, aos quais a nossa época concede nomes mais precisos mas menos poéticos: actos falhados, censura, reflexos e reacções mais ou menos conscientes do ser humano.

Estes factos prodigiosos não aparecem menos profundos na sua significação: fontes encantadas jorrando sob os passos dos cavaleiros, palavras mágicas a pronunciar para dominar as forças naturais, poderes misteriosos que conduzem os homens ao seu destino e aos quais eles obedecem sem medir o alcance dos seus gestos. A literatura romanesca abunda em exemplos deste género, aos quais um Chrestien de Troyes deu a sua mais alta expressão: a grandeza de Yvain e de Perceval reside neste sentido do maravilhoso que achamos ao mesmo tempo tão mágico e tão humano.

Mas há também, e sobretudo, a fantasia gratuita, o prazer de acumular os prodígios e de criar um mundo impossível, o gosto do estouvado e da brejeirice: cavalo mágico de Cléomadès, zombarias e feitos burlescos dos pares no *Pèlerinage de Charles,* aventuras de Merlin e de Viviane ou do anão Obéron. Aí, nenhum obstáculo se opõe ao fantástico, e as criações, semitrocistas, semimaravilhadas, sucedem-se segundo os caprichos de uma imaginação desenfreada. Não parece que qualquer outra época tenha suscitado tantas invenções bizarras e histórias de fazer dormir; a Idade Média divertiu-se á grande com esta facilidade própria do homem de tirar do seu cérelno um mundo estravagante, tão longe quanto possível da realidade material; é um jogo de espírito no qual ela foi excelente.

Este gosto pelo absurdo alia-se às preocupações mais nobres, as mais angustiantes por vezes; por exemplo, a este tema da procura, da «busca», que é bem um dos mais dominantes que o domínio lileráno conheceu e um dos mais significativos para a compreensão de uma época que por aí se aproxima singularmente da nossa. A obses ao da partida para um tesouro escondido, a necessidade de descoberta e o desejo pungente da reconquista de um amor perdido são, simultâneamente, muito medievais e muito modernos. Perceval é o antepassado do Grand Meaulnes; e se, depois, muitos «pequenos Meaulnes nos desgostaram um pouco dos sonhos da infância, subsiste o tema de um paraíso perdido, de um «gesto-chave» a realizar, de uma sede a saciar, esse ímpeto incerto para um misterioso destino encontra um eco infalível nas letras e no pensamento modernos. O *Graal,* a taça de uma matéria desconhecida dos mortais, que todos procuram, mas que só um coração puro poderá reaver, continua a ser um dos achados mais sedutores da Idade Média. Claro, a sua interpretação deu lugar a incríveis tolices; as inevitáveis investigações históricas, em primeiro lugar: análise das fontes, das filiações, etc. — quando se trata de dados humanos e não de um enigma histórico. Alguns críticos chegaram ao ponto de se espantar com a atitude de Perceval, olhando, perturbado, passar a taça misteriosa, sem ousar pedir sobre ela a menor explicação; e, nesta espécie de assombro, contudo tão natural, tão verdadeiro — aquele que vos toma quando se resolve uma dificuldade, quando acontece o inesperado, quando a realidade ultrapassa as vossas ambições e desejos—, apenas se viu um processo poético para fazer ressaltar uma acção que teria podido acabar-se lá. Pode crer-se, contudo, que semelhante incompreensão já não seria possível nos nossos dias, porque as reacções escondidas da alma humana nos são mais familiares e os seus motivos desconhecidos nos foram melhor revelados do que nas épocas racionais ou sentimentais que nos precederam- O ocultismo e, numa certa medida, a psicanálise prestaram-nos nisso um grande serviço, apesar dos excessos e dos erros dos ocultistas e dos psicanalistas. Ver em Perceval ou em Galaad simples heróis de romance-folhetim, cujo autor faz render a massa arquitectando as mais complicadas aventuras, é desconhecer uma das mais altas criações do espírito humano encarnando essa profunda sabedoria e essa desconcertante audácia que representa, no mundo, a simplicidade de coração.

E a demanda dos cavaleiros errantes traduz também, a seu modo, este movimento que caracteriza a Idade Média. Era normal que a febre itinerante dos nossos antepassados deixasse vestígios na literatura. Fora as obras de Chaucer, que dela são a expressão mais directa, reencontramo-la nos romances de aventuras e na literatura cavaleiresca. Àquele que, na sua juventude, se contenta com as paisagens familiares c não experimenta o desejo de descobrir outros horizontes «deviam-lhe os olhos cegar», declara sem rodeios Filipe de Beauma-Iloir. Tanto quanto a angústia das separações, cantou a Idade Média I alegria das partidas:

N'en puis ma grand joie celer
En Egypte vais ai ler (40)

(40) **Não posso ocultar a minha** *imensa alegria/* **Para o Egito vou.**

diz um motete anónimo do século XII. A peregrinação, sob todas as suas formas, é tão familiar à literatura como à vida, fornecendo, de resto, como tudo o resto, motivo de gracejo: o abuso que dela se fazia inspira um capítulo bem engraçado do *Quinze pies de mariage*.

E temos, enfim, um tema universal que se tornou um tema medieval: Deus. Opondo-se diametralmente à teoria que deviam manter na sequência da *Arte Poética* e dos clássicos, a Idade Média bebeu na sua fé como na mais pura fonte de toda a poesia. Com efeito, como poderia um crente, imbuído da sua religião, abstrair da sua própria substância na sua actividade poética que exige, mais do que qualquer outra, a participação de todas as faculdades do ser? Negligenciar o sentimento religioso em poesia, nesta época de fé sincera, apenas redundaria em mutilar o homem, em introduzir nele uma dissociação e uma negação neste domínio essencialmente afirmativo que é a poesia, condenada, por consequência, a tornar-se artificial e pouco sincera. Também o pensamento de Deus é inseparável da poesia medieval. Desde os companheiros de Rolando, que caem na confusão invocando Deus, até aos cavaleiros do *Jeu de Sainí-Nicolas*, que os seus anjos acolhem em grande alegria depois do seu massacre pelo exército sarraceno, da *Ave Maria* de Beaumanoir à balada que François Villon fez, a rogo de sua mãe, para rezar a Nossa Senhora, podemos dizer que todas as formas da piedade medieval passaram alternadamente nas suas letras". Como a Idade Média teve uma predilecção pelo culto da Virgem, a sua graciosa imagem —«mais doce flor do que é a rosa» — anima o conjunto da poesia, tanto profana como sagrada.

(41) Não se pode, sem espanto, assinalar a opinião singular que sobre este assunto M. Thierry Maulnier emite, na sua *Introduction à la poésie française*, onde, de resto, o domínio medieval é totalmente negligenciado e ignorado: segundo esta obra, a poesia francesa de todos os tempos teria, instintivamente, seguido o conselho de Boileau e apenas teria conhecido as divindades da mitologia. É obrigado, contudo, a admitir algumas excepções: «Villon, d'Aubigné, Comeille, Racine, escreveram, diz ele, poemas cristãos, mas era para comprar ou pagar o direito de ter escrito poemas que o não fossem.» Notemos, de passagem, que se tem dificuldade em acreditar que Villon só tenha escrito a *Ballade des Pendus* para fazer aceitar *Belle Heaulmière*, ou que Corneille só tenha composto *Polyeucte* para se fazer perdoar pelo *Horace*. Parece também difícil eliminar todos aqueles que falaram de um Deus bem cristão, ainda que para blasfemar o seu nome, e riscar assim, de uma penada, com todos os românticos, Baudelaire, Rimbaud, Verlaine, Péguy, Claudel, Francis Jammes e tantos jovens poetas contemporâneos. Em todo o caso, o conjunto da poesia medieval contradiz formalmente esta tese.

Um Thibaut de Champagne não vem procurar junto dela remédio para o seu desgosto de amor:

Quand datne perds, Dome me soit aidant![42]

De tal modo é verdade que o poeta medieval sente e pensa naturalmente como cristão, mesmo nas suas faltas e prazeres.

A Igreja foi, de resto, nesta época, uma prodigiosa inspiradora. Foi ela que deu origem ao teatro, ela que fazia vibrar as multidões com os pormenores da Paixão de Cristo ou os Milagres de Nossa Senhora e que fornecia aos jograis as lendas sobre as quais se edificaram as suas narrações. Sem contar com as inumeráveis prosas, sequências e hinos litúrgicos que emanam directamente dos clérigos c que, pela variedade das suas cadências e pela riqueza dos seus ritmos, figuram com honra no nosso património poético- Podemos citar, por exemplo, a sequência do Pentecostes atribuída por alguns ao papa Inocêncio III, por outros ao rei Roberto, o Piedoso:

Verti saneie Spiritus
Et emitte celitus
Lucis tue radium [...]
In labore requies
In estu temperies
In jletu solacium [...] [43]

ou ainda esta admirável Oração do Itinerário, de uma prosa sim pie» e, contudo, sabiamente cadenciada:

[...] *esto nobis, Domine,*
in procinctu sujjragium
in via solacium
in estu umbraculum
in pluvia et frigore tegumentum
in lassitudine vehiculum
in adversitate praesidium

(42) *Quando se perde, a senhora / Que Nossa Senhora mv. valha!*
(43) *Vem Espírito Santo, e envia do céu a Tua Luz radiosa ... Suavizas no trabalho, temperas nos rigores, alivias no pranto..*

in lubrico baculus
in naufrágio portus
ut, te duce, quo tendimus / prospere perveniamus
ac demum incólumes / ad propria redeamus [...] (44)

Esta arte muito profunda da poesia litúrgica (as estrofes compostas por São Tomás de Aquino para a festa do Santo Sacramento são autênticas obras-primas) completa-se com o canto gregoriano que dá o seu pleno desenvolvimento às sílabas e às frases latinas e faz ressaltar as suas sonoridades. Os monges de Sole: mes, fazendo conhecer do público, por meio do disco, estes tesouros da mú:ica sagrada, permitiram-lhe igualmente tomar contacto com uma fonte muito pura da poesia.

Um simples esboço do que foi o domínio literário medieval permite rectificar certas opiniões preconcebidas sobre a literatura francesa. A pretensa indigência do nosso lirismo não é mais real do que a pretensa indigência da nossa epopeia. Se a veia poética se encontrou por vezes esgotada pelos entraves postos à inspiração, não é menos verdade que os primeiros séculos das nossas letras apresentam toda uma floração de poetas líricos que podem sustentar comparação com não importa que poetas estrangeiros, e não se submeteriam senão talvez à Inglaterra, reino de predilecção do lirismo até à época moderna. Mas os nossos melhores poetas líricos continuam desconhecidos do público francês, e ser-lhe-ão inacessíveis, enquanto um esforço de compreensão, pelo seu lado, e de adaptação, pelo lado dos editores e dos educadores, não tenha sido realizado [45].

Só este esforço nos permitiria tomar enfim consciência do nosso passado e dos seus esplendores: esplendores de pensamento e esplendores de expressão. Porque a literatura medieval é tão rica de géneros como de temas literários. Tudo aquilo que se pode sonhar pelo que respeita a formas poéticas nela se encontra representado: há o teatro e há o romance; há a história e há a epopeia; sobretudo a poesia lírica apresenta-se com uma incrível diversidade de aspectos: contos narrativos e romanescos, tais como os *lais* em que Maria de França se ilustrou, narrativas mistas de prosas e de versos, como o delicio o

(44) *Sê para nós, Senhor, o favor no campo das batalhas, o alívio nos caminhos, a sombra no calor, o abrigo na chuva e no frio, o transporto na fadiga, o apoio na adversidade, o bastão no perigo, o porto no naufrágio, por isso guia-nos no caminho, para que cheguemos com êxito t> finalmente regressemos incólumes.*

(45) Uma *Anthologie de la poésie lyrique du Moyen Age,* em preparação, tentará tornar acessíveis alguns destes poetas atenuando «H dificuldades linguísticas.

Aucassin et Nicolette, pastorais e redondilhas, tenções e bailias, canções de «tela» e canções de dança, motes e baladas; a variedade de formas só tem igual na variedade de ritmos e do verso. Este adapta-se ao género cultivado; é, geralmente, para a epopeia, o decassílabo, mas, na poesia lírica, os versos de doze, dez, oito, sete sílabas são empregados alternadamente com refrãos de quatro ou seis pés. Pode dizer- se que a única regra consiste na cadência exigida pela marcha geral do poema e pelos sentimentos a exprimir; a armação do verso, a sua forma, a sua acentuação, tomam, de resto, mais importância do que o seu final, rima ou assonância.

Esta aparente liberdade encobre, na realidade, uma técnica extremamente sábia e quase sempre extremamente hábil. Ainda não se soube medir toda a arte dos nossos velhos poetas e a facilidade com que eles se movem no meio de dificuldades. A sua cadência tão fácil é, de facto, uma obra-prima de composição. Certos poemas dos nossos trovadores, com estrofes uniformemente compostas com os mesmos finais, testemunham uma espantosa virtuosidade, aquela que encontramos em Villon, em Alain Chartier e, em geral, nos poetas do século XV, que levaram esta técnica à perfeição. É o ca o das baladas de rimas retomadas, das quais Christine de Pisan deixou mais do que um exemplo:

Fleur de beauté en valeur souverain
Raim de bonté, plante de toute grâce,
Grâce d'avoir sur tous le prix à plein
Plein de savoir et qui toux maux efface,
Face plaisant, corps digne de louange,
Ange au semblant où il n'a que redire [...]

Et j'ai espoir qu'il soit en votre main
Maints jours et nuits, en gracieux espace,
Passe le temps, car jà a bien hautain
Atteint par vous, et Amour qui m'enlace
Lasse mon coeur qui du votre est échange [...] [46].

(46) *Flor de beleza de valor supremo / Rainha de beleza, planta cheia de graça / Graça de ter sobre todas a graça / Plena de saber e que todon os males apaga, / Rosto agradável, corpo digno de adoração, / Um anjo nobre o qual nada mais há* o *dizer ... / E* tenho *esperança que na vossa* nulo, */ Dias e noites* em *gracioso espaço, / O tempo passe, pois há tanto tempo / Atingido por vós o Amor me enlaça / Mudando o meu coração pelo vosso [...].*

São jogos de rimas, mas que revelam uma surpreendente habilidade. De igual modo, o lamento continuava de uma estrofe para outra:

> [...] *Si te supplie sur toute chose*
> *Prie le qu'il ait de moi merci.*
>
> *Merci requiers à jointes mains*
> *A foi, trésorière de grâces* [...] [47].

Há também, num outro género, inumeráveis acrósticos, anagramas e passatempos diversos; tudo isto não faz parte do património poético propriamente dito, mas mostra, contudo, o gosto da perfeição verbal, da bela linguagem, comum a toda a Idade Média. Charles d'Orléans, nesta arte, mostrou-se o príncipe dos poetas, pela mestria impecável do verbo e da rima, sob uma aparente negligência; não há uma das suas pecinhas requintadas, allternadamente melancólicas, sorridentes ou joviais, que não dê prova de uma arte aperfeiçoada-

É preciso dizer que nestas questões técnicas os nossos antepassados eram ajudados pela excepcional leveza da linguagem. Muito mais extenso do que o é hoje, o vocabulário, que ainda não sofrera essas depurações infelizes de que depois foi vítima, prestava-se maravilhosamente às invenções e às investigações poéticas. Não existia, como nos nossos dias, nenhuma distinção entre estilo nobre e estilo vulgar; a língua enriquecia-se em particular com toda a gama de termos de ofício, inesgotável reservatório de imagens de que os séculos posteriores foram privados. Havia também a facilidade de formar compostos, de transpor para substantivo o infinitivo de um verbo, de utilizar as palavras dialectais e termos de região. Tudo isto faz unia linguagem cheia de inspiração e de exuberância, capaz de se dobrar às subtilezas da arte poética, com felicidade e audácia. Se há unia época em que se usou plenamente a magia verbal e se saboreou todo o valor de uma palavra bem inserida, de um achado de vocabulário, é a Idade Média. Foi-se ao ponto de usar puramente e simplesmente malabarismos de palavras encadeadas umas nas outras, nessas extraordinárias *Fatras [Miscelâneas]* que são nem mais nem menos do que uma utilização do «automatismo» ao qual apelaram os surrealistas modernos; cada palavra sugere uma outra, e o poeta deixa-se condu

(47) ***Peço-te encarecidamente / O favor da tua graça. / E de mão juntas te agradeço / Seres a depositária das graças.***

zir por este apelo de imagens sucessivas e de sonoridades, sem que intervenha a ordenação do pensamento e da lógica:

> *Le chant d'une raine*
> *Saine une baleine*
> *Au fond de la mer*
> *Et une sirene*
> *Si emportait Seine*
> *Dessus Saint-Omer.*
> *Un muet y vint chanter*
> *Sans mot dire à haute haleine* [...] (48).

É puro jogo verbal, e isto não deixa de apresentar para nós algum atractivo de actualidade.

Este sentido do sabor da palavra, da cadência da frase, ultrapassa, de resto, na Idade Média, o domínio literário. Toda a linguagem da época —a dos *Crieries de Paris* como a dos chamamentos dos marinheiros— testemunha uma preocupação de ritmo que reapareceu nos nossos dias sob a forma do *slogan* publicitário. As regras de direito, as fórmulas jurídicas, os provérbios —por exemplo, aqueles que Antoine Loisel reuniu — trazem a marca desta preocupação da expressão brilhante, com um andamento espontâneo e directo que mostra bem que se tratava nesses casos de uma capacidade natural de se exprimir com felicidade, talvez porque o intelecto ainda não tinha absorvido em seu proveito as outras faculdades e codificado como o resto o poder de afirmação. Todas as expressões que nos restam e que nós empregamos sem medir a nobreza da sua origem: «neves de antanho», «estar como o pássaro no ramo» (andar aos baldões da sorte) ou «como cão e lobo», «comer o seu trigo enquanto erva» (comer adiantado), «nem carne nem peixe», etc, testemunham, no seu aspecto poético ou familiar, mas sempre expressivo, uma intuição muito viva da eficiência verbal.

(48)Justamente porque é apenas um jogo verbal, não tem nexo traduzi-lo.

CAPÍTULO X

AS ARTES

A nossa época, que se desembaraçou dos últimos restos de preconceitos clássicos e em que a influência dos dogmas da antiguidade é já nula, está em melhor posição do que qualquer outra para penetrar a arte da Idade Média: a ninguém hoje passaria pela cabeça indignar-se com os camelos verdes do *Psautier de Saint-Louis [Saltério de São Luís],* e os artistas modernos fizeram-nos compreender que, para dar uma impressão de harmonia, a obra de arte devia ter em conta a geometria e a decoração submeter-se à arquitectura.

A arte medieval redescobrimo-la mais facilmente do que a literatura do mesmo tempo, porque podemos desfrutá-la directamente; aprendemos a percorrer, pedra por pedra, nas nossas catedrais, nos nossos museus, os seus vestígios dispersos pela Europa. Os progressos da técnica fotográfica permitem-nos dar a conhecer as maravilhas das miniaturas insertas nos manuscritos, que até aqui só alguns iniciados podiam apreciar; chega-se a restituir mesmo as suas cores, com uma rara fidelidade — testemunhos disto, as admiráveis publicações da revista *Verve,* as das Edições do Chêne ou de Cluny, etc. À medida que se foi aprofundando o nosso conhecimento da arte da Idade Média, o nosso gosto foi-se libertando dessa atracção pela falsa Idade Média: gótico do século XVIII, como a catedral de Orleães, tão lamentavelmente apregoado pelos românticos como um modelo do género, excesso de ardor das restaurações, quimeras e gárgulas de que a ornamentação do século passado abusou tão deploravelmente, teorias enternecedoras sobre a origem das nossas catedrais, provindas do *Génie du Christianisme [Génio do Cristianismo]. A* nossa visão actual é ao mesmo tempo mais actual e mais bela.

O que sobressai mais nitidamente na arte medieval é o seu carácter sintético; as criações, cenas, personagens, monumentos, parecem ter surgido de um só jacto, tal é o seu frémito de vida e de tal modo forte a expressão do sentimento ou da acção que pretendem traduzir. Toda a obra, nesta época, é à sua maneira uma Soma, unidade poderosa, mas na qual, sob a aparente fantasia, entram em jogo

uma multiplicidade de elementos, sabiamente subordinados uns aos outros; a sua força provém, antes do mais, da ordem que presidiu à sua realização. A arte, mais do que o génio, é então a recompensa de uma longa paciência.

Contrariamente ao que poderia fazer crer a fantasia que parece presidir às suas soluções, o artista está longe de ser livre; ele obedece a obrigações de ordem exterior e de ordem técnica que regem, ponto por ponto, as etapas da sua obra. A Idade Média ignora a arte pela arte, e é a utilidade que, naquela época, domina todas as criações. É aliás dessa utilidade que as obras tiram a sua principal beleza, consistente numa perfeita harmonia entre o objecto e o fim para o qual foi concebido. Neste sentido, os objectos mais comuns nessa época aparecem-nos agora revestidos de uma autêntica beleza: um jarro, um caldeiro, uma taça, aos quais damos hoje honras de museu, as mais das vezes não possuem outro mérito senão o dessa perfeita adaptação às necessidades a que respondem. Noutro plano, o artista medieval preocupava-se acima de tudo com a razão de ser das suas criações. Uma igreja é um local de oração, e, se a arquitectura das nossas catedrais variou de acordo com as épocas e com as províncias, é porque estava estreitamente ligada às necessidades do culto local. Não há uma capela, um vitral que tenham sido colocados gratuitamente ou acrescentados por pura fantasia; o mesmo na arquitectura civil e militar, onde todos os pormenores de um torreão, de uma torre ameada, obedecem às comodidades da defesa e se modificam à medida da evolução das armas ofensivas. Pode-se dizer que o primeiro elemento da arte era, naquela época, a oportunidade.

Vêm em seguida as exigências técnicas. Em primeiro lugar a matéria, que é alvo de uma cuidadosa procura: a madeira, o pergaminho, o alabastro e a pedra que deviam servir ao artista sofriam uma preparação apropriada. É assim que, para um travejamento, só se emprega na Idade Média o coração da madeira, a sua parte mais sólida; os travejamentos medievais são por isso extremamente ligeiros e, contudo, de uma resistência a toda a prova; as nossas florestas, actualmente, já não poderiam fornecer-nos tão belas madeiras, e constitui uma estranha impressão passar, na Notre-Dame por exemplo, da parte antiga do revestimento do telhado, onde as vigas finas suportam alegremente a cobertura do edifício, à parte nova, coberta de enormes traves, mais vulneráveis no entanto do que as outras ao efeito do tempo e dos insectos. Ob,ervou-se que não se encontravam aranhas nos travejamentos antigos, porque nem vermes nem moscas conseguem alojar-se neles. O e cultor, segundo o partido que deseja tirar da pedra, talha-a directamente na pedreira ou, pelo contrário, deixa-a «apurar» antes de se atacar a ela; o tapeceiro

escolhe cuidadosamente as suas lãs e as suas sedas; o pintor as suas cores. A obra é assim antecedida de um trabalho minucioso, de uma autêntica génese, no decurso da qual a criação se repete e se adapta exactamente ao género escolhido. A situação da obra será igualmente objecto de cuidados semelhantes. Um escultor preocupa-se sempre com o ângulo sob o qual a sua estátua deve ser vista; as estátuas colocadas no topo da catedral de Reims, as quais, uma vez apeadas, são de uma estranha fealdade, adquirem toda a sua beleza quando vistas em perspectiva desde baixo-

Por outro lado, há exigências tradicionais que o artista não se pode dar ao luxo de desprezar e que fornecem um quadro muito estrito à sua inspiração. Para nos limitarmos, por exemplo, à arte sacra, todas as cenas, todos os personagens são acompanhados de atributos determinados: o Anjo e a Virgem da Anunciação, a Sagrada Família e os animais do Presépio, o apóstolo, os dois discípulos e as mulheres santas da Descida da Cruz; o Cristo do Julgamento Final é sempre enquadrado por uma glória e rodeado dos símbolos dos quatro evangelistas; São Paulo segura um gládio e São Pedro a, chaves. Nenhum destes assuntos deixa ao artista uma grande liberdade e, no entanto, por um curioso *tour de force*, não há, na infindável teoria das Virgens medievais, dois rostos de Virgens que se assemelhem. Nos estreitos limites que lhes foram designados, os altistas souberam evitar os lugares comuns, as atitudes convencionais, clássicas. A sua factura, o mais das vezes anónima, é sempre fortemente caracterizada. Era preciso, para obter esta originalidade na expi\ssao das cenas mais comuns, para criar seres onde seria muito mais fácil contentar-se com protótipos, um singular vigor de temperamento e de imaginação. O academismo introduziu-se na arte precisamente no momento em que a inspiração parecia perder os seus limites, em que a arte sacra se tornava cada vez menos tradicionaI e litúrgica, ao passo que a arte profana ganhava cada vez maior extensão.

Além das exigências técnicas propriamente ditas, há a visão particular a cada forma de arte, e essa visão encontra-se muito desenvolvida na Idade Média; a cada actividade corresponde uma ordem, uma harmonia caracterizada: a tapeçaria não é a mesma coisa do que um quadro, nem o vitral é uma pintura; as leis da perspectiva são diferentes para uns e para outros. No dia em que tapceiros e mestres vidreiros começaram a copiar o pintor, a querer, por ar ofícios de cor ou engenhando «fundos» arquilecturais , obter um relevo e determinar vários planos, a sua arte entrou em decadência. Do mesmo modo, o ourives não deve imitar o artesão do marfim, nem o esmatador o miniaturista. Cada um deve, na obra que projecta, ler era conta a beleza própria da matéria que está a trabalhar, possuir a *mui*

perspectiva, a *sua* composição, a *sua* concepção individual, em lugar de tender para a uniformidade e a imitação. Na sequência disto, o domínio artístico começou a ver introduzir-se nas diferentes disciplinas uma certa desordem, e a decadência das artes menores é facilmente explicável por essa confusão. Por vezes ainda, foi um excesso de técnica que precipitou a decadência; um exemplo é-nos fornecido pela evolução do vitral: nos vitrais dos séculos XII e XIII as cores são francas, os vidros são espessos e desiguais, cheios de bolhas de ar e de impurezas através das quais a luz brinca, e sustentados por chumbos mais espessos do que largos, que sublinham o desenho sem o sobrecarregar; mas, quando se substituiu o mosaico de vidro colorido por pintura sobre vidro, quando, em lugar de ser talhado a ferro em brasa, o vidro passou a ser cortado a diamante, o que dava uma superfície de fractura mais nítida, mais regular, exigindo chumbos de rebordos muito mais largos, o vitral deixou de ser uma viva «manta de retalhos»; o vidro, mais fino, mais bem trabalhado, começou a deixar passar uma claridade uniforme e o vitral tornou-se em pouco tempo num vidro colorido, insípido e sem brilho. O que correspondia, aliás, ao gosto das diferentes épocas: o século XVIII, com o seu ódio da cor, foi ao ponto de substituir os belos vitrais da Idade Média, ainda quase todos intactos, por vidros brancos.

A visão própria da sua arte, o artista adquire-a por uma longa aprendizagem. Raoul Dufy fez notar que não existe nessa época drama algum entre a inspiração e a realização e acrescenta: «Não resultarão os nossos problemas da ruptura desse equilíbrio da matéria e do espírito e, em vez de procurarmos soluções estéticas, não deveríamos antes procurar uma solução para o ofício?» [1] Com efeito, é através do ofício que o artista na Idade Média adquire ao mesmo tempo e;se domínio da matéria e essa originalidade de expressão que ainda hoje produzem o nosso espanto. A precisão da sua técnica é sobremaneira acentuada, pois ele nunca deixa de ser um artesão em face do qual, apesar da especialização moderna, os nossos artistas actuais fariam figura de improvisadores ou de quase amadores. O pintor e o mestre vidreiro não ignoram nada dos segredos que presidem à dosagem dos colorantes, à cozedura do vidro; preparam eles próprios as suas cores, ou mandam prepará-las nas suas oficinas, de acordo com segredos oficinais cuidadosamente transmitidos c aperfeiçoados de mestre a aprendiz; o arquitecto continua a ^er um mestre-de-obras no meio dos operários, tomando parle directa nas

(1) Artigo publicado em *Beaux-Arts,* edição de 27 d. Dezembro de 1937.

suas tarefas, de que nenhum pormenor lhe escapa, pois ele próprio percorreu uma a uma todas as etapas do ofício.

São todos estes elementos que compõem a personalidade do artista e é o seu génio pessoal que produz a unidade. Mas, seja qual for o grau do seu talento, é impressionante observar o cuidado que ele põe na composição da sua obra. Quando estudamos um quadro original, ficamos surpreendidos ao descobrir uma ordem rigorosa sob a aparência fantasista ou desordenada do conjunto- Na admirável *Pieta* de Villeneuve-les-Avignon, por exemplo, não há uma única linha, um único pormenor das personagens que rodeiam o corpo de Cristo que sejam gratuitos: tudo se encontra subordinado a esse cadáver exangue e rígido que forma o centro da cena; os restantes actores não passam de uma espécie de enquadramento, sujeito aos contornos do corpo, que os panejamentos seguem fielmente, tal como as rugas de uma toalha de água prolongam a esteira de um navio. Outros quadros são construídos em círculo, em rosáceas, sem que a sua regularidade geométrica, identificável a um olhar experimentado, seja traída pela mais pequena rigidez; certos frescos do Angélico são notáveis deste ponto de vista. O agrupamento dos personagens da *Crucificação,* de Vénasque, é também ele muito sábio: aos inimigos de Cristo, fariseus, soldados, o mau ladrão à direita do quadro, o bom ladrão e as mulheres santas, à esquerda, dão uma réplica exacta. No *Wilton Diptych,* a atitude dos santos protectores e os seus movimentos de braços, no painel esquerdo, acompanham o jovem rei, enquanto à direita os anjos estendem as asas, numa espécie de corola que enquadra a Virgem. Contudo, será que a qualquer destas obras, de uma tão comovedora perfeição, se poderia censurar o menor espírito de sistema, o menor *parti pris?*

Se examinarmos mais particularmente a noção que a Idade Média possuía da beleza plástica, aperceber-nos-emos de que, contrariamente ao que se poderia pensar, a sua visão artística ultrapassa infinitamente, neste ponto, a da Antiguidade. Na representação do corpo humano, como em geral em todas as artes, a Antiguidade tinha adoptado um ponto de vista estático: pintores, escultores, arquitectos obedecem a cânones, e não, como os artistas medievais, a dados de experiência ou a necessidades de ordem prática. Regulam-se por exigências geométricas: proporções entre as diversas partes do rosto, leis do equilíbrio do corpo, etc, e chegam em geral a um tipo idealizado, a uma espécie de perfeição monótona, que repete indefinidamente o mesmo modelo ou os mesmos estilos. Também a Idade Média conhece os dados geométricos c o equilíbrio entre as diferentes partes do corpo; nenhuma das leis fundamentais da beleza plástica lhe escapa; no álbum de Villard de Honnecourt, os corpos esboçados decompõem-se em

figuras que os cubistas não renegariam: triângulos, cones, paralelepípedos; os grupos de lutadores são primeiramente representados em linhas quebradas, em curvas desenhadas e compasso, etc. Mas o artista, uma vez acabado este trabalho de estudo, de posse do seu método e da sua técnica capta o homem na sua totalidade e anima os corpos que cria com todo o sopro da vida: deformados pela paixão, retorcidos pela dor, engrandecidos pelo êxtase. Surpreende o ser nas suas atitudes mais humanas, mais naturais, mais intensas. É pois, segundo a bela expressão de Claudel, «o movimento que cria o corpo»; basta ter visto estes seres frementes de alegria, desfigurados pela cólera, torturados de angústia, que percorrem os antigos capitéis de Saint-Sernin de Toulouse, no Museu dos Agostinhos: o rei Herodes inclinando-se sobre Salomé, Cristo descobrindo o peito esburacado diante do apóstolo Tomás, num gesto gritante de verdade e de força, para compreender o segredo da arte medieval: ela encontrou a beleza humana no dinamismo da vida humana, na expressão total do indivíduo, traduzindo não apenas a sua aparência externa, mas a sua realidade intrínseca. Para disto nos convencermos, bastar-nos-á contemplar as personagens tumultuosas e frementes que animam o tímpano de Vézelay ou de Moissac, ou essas figuras delicadas e sempre dissemelhantes que constituem, em cada página do *Psautier de Saint-Louis* ou de *Blanche de Castille {Saltério de São Luís* ou de *Branca de Castela],* uma surpresa e uma emoção sempre renovadas. A sinceridade foi a sua mais infalível regra para atingir a beleza; sinceridade na visão interior e na observação exterior, aliada à fidelidade de expressão e à faculdade de fundir num todo harmonioso a inspiração e o método, o génio e o ofício.

A expressão mais completa da arte medieval em França encontra-se na sua arquitectura, nas suas catedrais, onde quase todas as técnicas foram empregadas. Não que não tenha existido arte profana: são numerosas as cenas alegóricas, ou tiradas da Antiguidade, mais numerosos ainda os retratos, os quadros guerreiros, campestres ou idílicos, em que a natureza nunca está ausente. Mas foi nas suas catedrais que pôs toda a sua alma.

Acontece — e não é por acaso, que a arquitectura medieval floresceu mais ainda em França do que em qualquer outra região- Poucas das nossas aldeias escaparão à presença de qualquer vestígio dela, sob a forma por vezes muito humilde de um simples pórtico perdido no meio da alvenaria moderna, ou por vezes sob a forma de uma magnífica catedral, desproporcionada em relação à aglomeração que presentemente a enquadra. A serenidade um tanto maciça

dos edifícios românicos é realçada por uma decoração agitada e turbulenta, com cenas de uma grandeza vertiginosa, tiradas do Apocalipse, e banhadas ainda de influências orientais. Uma evolução desta arte deu nascimento ao cruzeiro de ogiva e à arquitectura gótica, de que o nosso país, exactamente o coração do nosso país, a Ilha de França, talvez tenha sido berço. O arco em ogiva ia autorizar os nossos arquitectos a todas as audácias e permitir o florescimento perfeito da arte francesa da Idade Média, na sua época áurea, os séculos XII e XIII.

Como mais de uma vez se tem observado, os templos antigos estão ligados à terra; as suas colunas maciças, a absoluta regularidade do seu plano, os cânones que determinam a sua disposição e decoração, as suas linhas horizontais — tudo neles se opõe às nossas catedrais, em que a linha é vertical, em que a flecha aponta para o céu, em que a simetria é desdenhada sem por isso comprometer a harmonia, em que por fim as exigências da técnica se aliam à fantasia dos mestres-de-obras com uma facilidade desconcertante. Quando se examina de perto uma catedral gótica, somos sempre tentados a ver nela uma espécie de milagre: milagre dessas colunas que nunca se encontram em rigoroso alinhamento, e contudo suportam o peso do edifício, milagre dessas abóbadas que giram, se entrecruzam, volteiam e se sobrepõem, milagre dessas paredes perfuradas, onde muitas vezes entra mais vidro do que pedra, milagre, enfim, do edifício inteiro, maravilhosa síntese de fé, de inspiração e de piedade.

Nos monumentos antigos, um simples capitel descoberto permite reconstituir um templo inteiro; ainda que se descobrisse três quartos de uma catedral gótica, continuaria a ser impossível reconstituir o quarto. No entanto, apesar desta aparente desordem, nenhuma obra impõe ao arquitecto mais regras e obrigações do que a construção de uma igreja: orientação, iluminação, necessidades do culto, necessidades materiais provenientes da natureza do solo ou da sua situação — outras tantas dificuldades que o mestre-de-obras parece ter quase sempre resolvido a brincar; certas igrejas, como a de Estrasburgo, estão construídas sobre pântanos ou rios subterrâneos; outras, por exemplo as Santas Marias do Mar, ou algumas igrejas do Linguadoque, são praças-fortes em que a própria obra deve constituir uma defesa. O conhecimento geral da liturgia facil<ta, aliás, a tarefa do artista, que se verga quase por instinto às suas exigências; assim, nos nossos dias, o altar está a maior parte da vezes mais elevado, para permitir aos fiéis seguirem com a vista as cerimónias; outrora, era sobretudo através do canto e das orações vocais que os fiéis a elas se associavam, donde o exlremo cuidado dado à acústica: alternância das arcadas, ordenação d;is abóbadas, etc. Sobretudo, há o problema da luz. Certas épocas preferiram igrejas sombrias, cuja obscuridade, pensava-se,

favorece o recolhimento. Mas a Idade Média amava a luz: a sua grande preocupação foi ter santuários cada vez mais claros, e pode-se dizer que todas as descobertas da técnica arquitectónica tenderam a possibilitar mais espaços livres na construção, para que as imensas vidraças pudessem deixar passar cada vez mais sol e iluminar sempre melhor o esplendor do ofício religioso; em Beauvais, por exemplo, a parede de nada mais serve senão para enquadrar as paredes de nada mais serve senão para enquadrar as paredes de vitral, com uma ligeireza assustadora, excessiva mesmo, já que o edifício nunca pôde ser continuado para além do transepto.

E no entanto, mais ainda do que a beleza, era a solidez que era visada; nada se compreendeu de uma catedral gótica antes de se saber que o volume de pedra enterrado no solo para o trabalho das fundações ultrapassa o da pedra erguida para o céu. Sob essa aparente fragilidade, sustentando as gráceis colunetas e as flechas rendilhadas, esconde-se uma poderosa armação de pedra, obra paciente e robusta. Todas as obras da Idade Média possuíam esta sólida fundação, que não se descobre à primeira vista, tal é a ligeireza e a fantasia com que sabe ocultar-se.

Quanto à decoração, também a beleza não provém senão da utilidade. Não há pormenor de ornamentação que não esteja submetido a um pormenor de arquitectura; nada é deixado ao acaso no que nos aparece como pura exuberância de imaginação. Em certas igrejas, os painéis esculpidos seguem rigorosamente a disposição do aparelho: é muito visível em Reims, no famoso baixo-relevo da *Communion du Chevalier [Comunhão do Cavaleiro].* Troça-se por vezes da rigidez, da «ingenuidade» (sempre!) de certas estátuas, como as que ornamentam o pórtico de Chartres; mas, na realidade, é rigidez intencional, e de nenhum modo rígida, uma vez que a estátua mais não é do que a animação do fuste, devendo as suas linhas subordinar-se às linhas rectas e apertadas de uma fieira de colunas.

Quando contemplamos essas pedras cinzentas das nossas catedrais, e as suas esculturas, somos tentados a ver nelas o trunfo do desenho; na realidade, a cor explodia em toda a parte: não apenas nas pinturas ou no vitral, mas também na pedra. Não é exacto falar-[r]e do tempo em que as catedrais eram «brancas»: nelas, a explosão da cor, tanto no interior como no exterior, prolongava a da luz; era um mundo cintilante em que tudo se animava. É claro que os tons eram sabiamente combinados: por vezes vivos e exuberantes, cobriam de vastos frescos espaços hoje insípidos; um conjunto como o de Saint-Savin, ou os restos de pinturas de Saint-Hilaire de Poitiers, bastam para dar uma ideia do efeito produzido. Noutros locais, sublinhavam com uni simples friso a curva de uma ogiva, faziam sobressair uma aresta

ou salientavam uma viga. Realçavam igualmente as esculturas: não por meio das mornas gradações que fizeram justamente a lamentável reputação dos modernos «objectos de piedade», mas com tons francos, fazendo corpo com a pedra, e cujos vestígios, infelizmente demasiado raros, manifestam a mestria com que a Idade Média soube manejar a cor e a ousadia que utilizou no seu emprego: nas suas catedrais, mais uma vez, o mundo medieval é um mundo colorido. Infelizmente, é raro encontrar fora dos museus, quer dizer, tirados do seu enquadramento e colocados em condições totalmente diferentes daquelas para que foram criados, os quadros e as estátuas pintadas que outrora as ornavam. Só os vitrais, os de Chartres ou de Saint-Denis, por exemplo, nos permitem imaginar a intensidade e a perfeição das cores medievais, a par dos manuscritos de miniaturas ciosamente guardados — talvez ciosamente de mais — nas nossas bibliotecas.

Para lá dos temas de decoração propriamente religiosos: cenas bíblicas que mostram as correspondências do Antigo e do Novo Testamento, pormenores da vida da Virgem e dos Santos, quadros grandiosos do Julgamento Final ou da Paixão de Cristo— pintores e escultores tiraram largo partido do que a natureza lhes punha diante dos olhos: toda a flora e toda a fauna do nosso país renascem sob o pincel ou o cinzel com uma precisão e um golpe de vi:ta de naturalista, aliados ao que a fantasia lhes sugeria. Foi possível estudar, nos pórticos das catedrais, as diferentes espécies reproduzidas e descobrir flores e folhagens da Ilha de França, aqui em botão, além em pleno desabrochar, acolá — em especial na época flamejante— sob o aspecto recortado da folhagem outonal. Utilizaram com igual à-vontade os motivos de decoração geométrica, folhagens, entrançados, animais estilizados cujo modelo lhes havia sido fornecido pelo Oriente e que os monges irlandeses tinham feito renascer nas suas miniaturas com uma exuberância singular.

O que escapa ainda à ciência moderna, embora nos últimos anos se tenha dado um grande passo em frente, graças sobretudo aos trabalhos admiráveis de Emile Mâle, é o simbolismo das catedrais. Ainda não penetrámos a fundo no «porquê» dos pormenores de arquitectura ou de ornamentação que as compõem; apenas sabemos que todos esses pormenores tinham um sentido. Não há uma única dessas figuras — que rezam, fazem carantonhas ou gesticulam — que lá esteja colocada gratuitamente: toda- possuem a sua significação e constituem um símbolo, um signo. Descobriu-se recentemente o simbolismo das pirâmides do Egipto, nas quais — mesmo sem ter em conta os exageros de alguns ocultistas — se deve ver o testemunho de uma ciência muito profunda, de autênticos monumentos de geometria, de matemática e de astronomia; resta-nos descobrir o simbolismo das

catedrais, dessas igrejas familiares que são um apelo à oração, ao recolhimento, talvez à mais maravilhosa das sensações humanas, que é o espanto. Estamos longe de dominar o seu segredo. Esses vitrais, nos quais os simples camponeses liam como num livro, os nossos sábios ainda não foram capazes de descobrir a sua completa interpretação; esses rostos, que outrora uma criança teria podido nomear, nem sempre conseguimos identificá-los- Sabemos que as nossas catedrais estavam orientadas, que o seu transepto reproduz os dois braços da Cruz, mas falta-nos ainda um grande número de noções para podermos penetrar no seu mistério. A sua construção participa da ciência dos números: esses números que são a harmonia do mundo e que foram consagrados pela liturgia católica. O 3 é o algarismo da Trindade, algarismos divino por excelência, que reconduz tudo à unidade e representa as três virtudes teologais. O 4 é o algarismo da matéria, o dos quatro elementos, dos quatro temperamentos humanos, dos quatro evangelistas, tradutores da palavra de Deus, e das quatro virtudes cardeais, as que devem ser praticadas pelo homem na condução da sua vida terrestre. O 7, que alia o divino ao humano, é o algarismo de Cristo e, após ele, o algarismo do homem resgatado: os quatro temperamentos físicos unidos às três faculdades mentais: intelecto, sensibilidade, instinto; ao mesmo tempo que uma outra combinação de 3 e de 4 dá 12, o algarismo do universo, dos doze meses do ano, dos doze signos do zodíaco, símbolo do ciclo universal. O nosso sistema métrico não tomou em conta estes «números--chave», mas há que observar que a sua numeração, um tanto abstracta e rudimentar, não conseguiu adaptar-se, por exemplo, às fases solares e lunares e continua a ser suplantada, em quase toda a parte nos campos, por medidas ao mesmo tempo mais simples e mais sábias. Tudo isto deixa adivinhar uma ciência oculta mais profunda do que se tinha podido suspeitar até agora, e a iconografia, que na sua forma científica está ainda no começo, poderá abrir dentro de pouco tempo perspectivas ainda ignoradas.

Devemo-nos contentar, de momento, em admirar a maneira como os artistas da Idade Média souberam fazer da sua casa do orações como que o resumo e o apogeu da sua vida e das suas preocupações. Ela era não apenas o te temunho visível da sua fé, da ciência sagrada e profana, da liturgia, mas ainda o reflexo das suas ocupações quotidianas: lado a lado com um magistral «Julgamento Final», súmula viva da majestade divina e dos últimos fins do homem, vêem-se camponeses a atar espigas, a aquecereni-sc ao canto da lareira, a matar o porco. E encontramos igualmente testemunhos desse robusto sentido da beleza que possuíam os nossos antepassados, do seu amor pela vida, da sua alma serena, amante

do trabalho bem feito, da sua imaginação vagabunda, sempre a inventar formas novas (saber-se-á que nunca se vêem lado a lado dois motivos de folhagem idênticos na ornamentação medieval?), da sua veia folgazona, que não conseguem refrear mesmo na igreja — alguns rostos de vitrais são autênticas caricaturas e certas estátuas alegres brincadeiras.

Como não nos espantarmos ainda com esse frenesim de construção a que se assiste nos séculos XII e XIII e que apenas esmorece ligeiramente nos dois séculos seguintes: essas enormes massas de pedra transportadas da pedreira para o local do edifício, esse mundo de escultores, cortadores de pedra, carpinteiros, pintores, operários e ajudantes e, cada vez mais impressionante, a actividade das oficinas onde se trabalhava o vidro. Uma catedral como a de Chartres não comporta menos de cento e quarenta e quatro janelas altas: posta de parte toda a emoção artística, pense-se apenas no trabalho gigantesco representado por essa enorme superfície de vidro, ou antes, de parcelas de vidro reunidas; trabalho dos desenhadores, dos fundidores de chumbo, dos cortadores de vidro, dessa massa de artistas anónimos cujos esforços conjugados resultaram num deboche de cores que irradiam no interior do edifício e que são ainda realçadas pelos jogos de sombra e luz sobre as arestas das ogivas facetadas, pelas gargantas dos capitéis profundamente cavadas, pelos toros cilíndricos ou facetados, pelos colunas onde o claro-escuro é regido por sábias e variadas alternâncias. Contrariamente ao que se crê, semelhantes obras-primas eram construídas rapidamente e não se hesitava em demolir para fazer melhor. Maurice de Sully, para reconstruir a Notre-Dame, destruiu a igreja construída apenas setenta anos antes; em Laon, o bispo Gautier de Mortagne edifica por volta de 1140 uma igreja gótica no lugar da igreja românica que, no entanto, datava apenas de 1114.

E o não menos admirável está longe de ser a continuidade, a unidade, poder-se-ia dizer, desse imenso esforço dos construtores. As gerações que se sucedem formam um todo; tradições e segredos de ofício são transmitidos sem soluções de continuidade, e não se hesita, ao longo da construção, ou das reconstruções parciais, em utilizar todos os aperfeiçoamentos da técnica: arcobotantes do século xiv vêm ombrear uma nave do século XIII, e o conjunto permanece harmonioso — ao passo que seria impossível, por exemplo, conceber uma janela à Le Corbusier espreitando de um edifício de estilo 1900 — e, contudo, menos de trinta anos os separam, enquanto no castelo de Vincennes se pode ver lado a lado duas janelas elaboradas a cem anos de distância uma da outra, e que parecem feitas para conviver, embora tolalmenle diferentes como arte e como arquitectura. Eis a

razão pela qual certas restaurações demasiado conscienciosas não fizeram mais do que desfigurar os monumentos suas vítimas, pois se tentou refazer tudo de acordo com uma mesma ordenação e com regras e cânones que nunca existiram na mentalidade dos construtores; assim, onde aqueles atingiam sem esforço a harmonia, não conseguiram produzir senão uniformidade. As evoluções da arte medieval explicam-se quase sempre por aperfeiçoamentos da técnica, bem como os pormenores de ornamentação através de necessidades da arquitectura: não se teria construído gárgulas se elas não servissem como goteiras para vazar a água; de igual modo, se a rosácea de estilo gótico, de contornos nítidos, viu as suas curvas atenuarem-se e tomarem a forma característica do estilo flamejante, foi para facilitar o escoamento das águas da chuva que, ao gelarem no ângulo em que se alojavam, produziam frequentemente o rebentamento da pedra. Há assim, através da arte medieval, um elemento de harmonia que um exemplo ilustra com uma justeza impressionante: nos primórdios da arte gótica, o botão de flor é um motivo corrente de ornamentação; é então o período das ogivas nítidas, das pequenas rosáceas; depois o botão parece abrir-se, desabrochar; e é a época dos arcos lanceolados, das grandes rosas desabrochadas; finalmente, no século XV, o botão transformou-se em flor e, enquanto a escultura se exaspera em formas mais que humanas, contorcidas e dolorosas, abrem-se os arcos de abóbada, as curvas atenuam-se, o arco flamejante termina a evolução.

Poder-se-iam escrever longas páginas sobre a música medieval, que iniciativas recentes repõem no devido legar, com tanto de ciência como de gosto- Que testemunho mais eloquente se poderia invocar do que o de Mozart: «Daria toda a minha obra para ter escrito o *Prefácio* da missa gregoriana.»

CAPITULO XI

AS CIÊNCIAS

A ciência medieval apresenta-se-nos sob uma capa desconcertante, tão desconcertante que tememos em a levar a sério. É que, ao contrário das nossas ciências exactas, ela não é unicamente apanágio do intelecto; o seu domínio permanece ligado ao da imaginação e da poesia. Sempre havia sido assim, aliás, durante toda a Antiguidade. A forma primeira da história foi a lenda e, até à época moderna, não houve descoberta científica que não passasse, de um modo ou de outro, para a tradição popular, sob a forma de poema, de rito religioso, de segredo de ofício. Possuímos ainda hoje exemplos dessa capa poética recobrindo noções científicas reais: é assim que alguns povos de África conhecem, ao que nos dizem, a imunização contra a varíola, e praticam-na no decurso de uma cerimónia que reveste o aspecto de uma iniciação; àquilo a que nós chamamos «vacinar», chamam eles «expulsar o espírito maligno», ou outra coisa no género, mas a operação não deixa de ser a mesma.

A ciência medieval conserva este carácter folclórico, o que explica muitas das suas contradições. Aquando da Exposição dos mais Belos Manuscritos Franceses, que teve lugar em 1937 na Biblioteca Nacional, um bestiário do século XIII[1] mostrava lado a lado duas miniaturas, uma representando um elefante exactamente reproduzido, correcto no desenho e nas proporções, a outra um dragão de asas bem abertas: imagem surpreendente da ciência da natureza na Idade Média. Não se trata de ignorância, mas sim de que, muito simplesmente, imaginação e observação são postas no mesmo plano. Temo-nos escandalizado longamente com o tecido de «absurdos» oferecido por uma obra como o *Imago mundi* de Honorius d'Autun: os Scinópodes só com uma perna, os Blemyes cuja boca se abre a meio do ventre. Resta saber se o autor neles acreditava muito mais do que nós, ou se, considerando a natureza como um vasto reser-

(1) Artigo aparecido em *Beaux-Arts,* número de 2 de Dezembro de 1937.

vatório de maravilhas, não terá voluntariamente dado rédea solta à imaginação, convencido de ficar ainda bem aquém da verdade? Quando se pensa na superabundância de fenómenos estranhos que compõem o universo, um título como o de *Image du Monde {Imagem do Mundo]* não autorizará todas as fantasias? Sabemos hoje que existem pigmeus, negras de bandejas, mulheres-girafas cujo pescoço possui uma vértebra suplementar. Nada disso é mais extraordinário do que os «homens de orelhas grandes» esculpidos no tímpano do pórtico de Vézelay. Sabemos que existem pássaros-moscas, borboletas fosforescentes, flores carnívoras, sem falar desses seres inverosímeis, aranhas gigantes, polvos fantásticos, que compõem a flora e a fauna submarinas. Qual então o inconveniente de inventar o licorne e o dragão?

Temos, além do mais, de contar com essa aptidão, bem medieval, para procurar o sentido oculto das coisas, para ver na natureza «florestas de símbolos». Para os nossos antepassados, a história natural propriamente dita apenas apresentava um interesse muito secundário: toda a manifestação de uma verdade espiritual, ao contrário, cativava-os no mais alto grau; de tal modo que a sua visão do mundo exterior não passa, as mais das vezes, de um simples suporte para estear lições morais: assim acontece com esses *bestiários* em que, ao descrever animais —tanto os mais familiares como os mais fantásticos—, os autores vêem nos seus hábitos, reais ou supostos, a imagem de uma realidade superior. O licorne, que só uma virgem pode acorrentar, representa para eles o Filho de Deus encarnando no seio da Virgem Maria; o galo canta para anunciar as horas; o onocentauro, metade homem e metade asno, é o homem arrastado pelos seus maus instintos; o *nycticorax,* que se alimenta de dejectos e de trevas e que só voa às arrecuas, é o povo judeu virando as costas à Igreja e atingido pela maldição; a fénix, ave única e de cor púrpura, que morre numa fogueira e que ao terceiro dia ressuscita das cinzas, é Cristo vencendo a morte. O conjunto, de uma poesia sombria, dá exactamente a medida do que o homem da Idade Média gosta de descobrir na natureza: não um sistema de leis e de princípios, cuja classificação, provavelmente, o teria aborrecido, a supor que a tivesse conhecido, mas um mundo fremente de beleza, profuso e secreto — não tão diferente, afinal de contas, daquele que os nossos instrumentos de laboratório detectam hoje- Certa ou erradamente, colocava no mesmo plano a verdade histórica e a verdade moral — preferindo, se necessário fora, esta àquela. Pense-se, por exemplo, na lenda, tão popular na Idade Média, de São Jorge vencendo o dragão: a questão de saber o que poderia ter sido exactamente esse dragão monstruoso e qual o grau de autenticidade que lhe devia ser atribuído nem sequer

aflora os espíritos; o que importa é a lição de coragem que es:-a luta lendária deve inspirar ao cavaleiro cristão. Por um processo análogo, os sermonários da época atribuem imensos pormenores miraculo os aos santos que elogiam e atribuem indiferentemente a um ou a outro este ou aquele milagre: São Dinis decapitado, segurando a cabeça debaixo do braço, teria tido, a crê-los, numeroso:, «imitadores». Mas nem o público nem o predicador se deixavam iludir, e seria uma grande ingenuidade tomá-los à letra: o essencial, para eles, não era a exactidão do pormenor, mas a verdade do conjunto e da lição a tirar.

Quererá isto dizer que a Idade Média não teve curiosidade científica? Um simples catálogo dos manuscritos contidos nas nossas grandes bibliotecas bastaria para responder à questão: o inventário completo dos tratados de medicina, de matemática, de astronomia, de alquimia, de arquitectura, de geometria e outros não foi ainda levado a cabo, e os seus textos permanecem, na maior parte, inéditos. Os esforços tentados nesse sentido foram até aqui fragmentários e não permitem uma visão de conjunto da ciência medieval. Mas o que se sabe de preciso permite constatar que ela foi muito mais extensa do que o que tem podido supor-se e que se aparentava à nossa em muitos pontos. Um Roger Bacon, em pleno século XIII, conhecia a pólvora de canhão, o uso das lentes convexas e côncavas. Alberto Magno tinha feito, sobre a acústica e os tubos sonoro:, investigações que o haviam conduzido a construir um autómato falante — oitocentos anos antes de Edison. Arnaud de Villeneuve, que ensina em Montpellier, descobre o álcool, o ácido sulfúrico, o ácido clorídrico, o ácido azótico. Raimond Lulle pressentiu a química orgânica e a função dos sais minerais nos seres organizados. Por intermédio dos Árabes, a Idade Média beneficiou da ciência dos Persas, dos Gregos, dos Judeus, e pôde realizar a sua síntese, assimilando os conhecimentos astronómicos dos Sírio-Caldeus e a medicina hebraica. Oxford, onde ensinava Robert Grossetête, o mestre de Roger Bacon, era para 03 estudantes de matemática o mesmo que Montpellier para os estudantes de medicina, e grandes personagens, como o rei de Espanha Alfonso X, o imperador Frederico II, ou Roger, o rei normando da Sicília, mantinham, a exemplo de Carlos Magno, uma corte de sábios: geógrafos, físicos, alquimistas — do mesmo modo que tinham os seus filósofos e os seus poetas.

Coisa curiosa, as investigações que apaixonaram a Idade Média, e não suscitaram senão sorrisos desdenhosos, enquanto as ciêndas modernas não ultrapassaram a linha traçada pelo. enciclopedistas e pelos seus continuadores do século XIX, são das que as mais recentes descoberta, põem de novo na ordem do dia. Que era ao certo a pedra

filosofal, que Nicolas Flamel afirmava ter realizado? É assim definida: unia matéria subtil «que se encontra em toda a parte», um «Sol avermelhado», um «corpo subsistente por si, diferente de todos os elementos e corpo- simples». Segundo Raimond Lulle, trata-se de um «óleo oculto, penetrável, benfazejo e miscível a todos os corpos, que aumentará o seu efeito sem medida comum, de maneira mais secreta que qualquer outro no mundo». Transponham estes dados para a linguagem científica moderna e tereis definido a radiactividade. Os sábios da Idade Média entreviam, graças à sua intuição, aquilo que os nossos realizam, graças ao método. Quanto à transmutação dos corpos, que foi o maior sonho dos alquimistas, não entrou ela nos factos, hoje em dia? Avicena fala de um «elixir que, projectado sobre um corpo, transforma a matéria da sua natureza própria nortra matéria» — nos laboratórios consegue-se, através de «bombardeamentos» de electrões, fazer fósforo, por exemplo, a partir do alumínio, e nada ^e opõe a que se chegue, por meio de operações atómicas, a transformar o vil chumbo em ouro puro. As máquinas expostas no Palais de la Découverte, aquando da exposição de 1937, prestam justiça ao génio dos investigadores do século XIII. De modo obscuro, é certo, e marcada de erros que tornariam impossível a aplicação prática dos seus achados, tinham contudo atingido um grau de ciência muito superior ao das épocas que se lhe seguiram. O cientista do século XIX, imbuído das ciências físicas, e naturais e das descobertas da química, permaneceu indiferente face à crença medieval na unidade da matéria; o do século XX, graças às descobertas da biologia e da electroquímica, restabeleceu essa mesma crença, reconhecendo que todo o átomo se compõe uniformemente de um protão em torno do qual gravitam os electrões.

De igual modo, interessamo-nos hoje novamente pelo ocultismo e a astrologia. Se não se trata de ciências exactas propriamente ditas, parece cada vez mais necessário atribuir-lhes um certo valor — valor humano, se não científico. Ninguém contesta a influência da Lua sobre o movimento das marés, e os camponeses sabem que não se deve engarrafar a cidra ou podar a vinha senão em épocas determinadas pelas fases lunares. Será de todo impossível que outras influências, mais subtis, sejam exercidas pelos astros? Porque um certo charlatanismo pode facilmente explorar estas questões, tudo nelas deverá necessariamente ser negócio de charlatães? O nosso século XX, século de ciências ocultas, dará talvez razão, neste ponto como em tantos outros, aos sábios da Idade Média.

Num outro domínio, o da exploração e dos conhecimento;; geográficos, a actividade não foi menor. Fazer remontar a época das grandes viagens ao Renascimento é, mais do que um;i injustiça, um

erro. A descoberta da América fez esquecer que a curiosidade dos geógrafos e exploradores da Idade Média não havia sido menor em direcção ao Oriente do que a dos seus sucessores em direcção ao Ocidente. Desde os primórdios do século XII que Benjamim de Toledo tinha ido até às índia; cerca de cem anos mais tarde, Odéric de Pordenone atingia o Tibete. As viagens de Marco Polo, bem como outras, menos conhecidas, de Jean du Plan-Carpin, de Guillaume de Rubruquis, de André de Longjumeau, de Jean de Béthencourt, bastam para dar ideia da actividade desenvolvida nesta época para a descoberta da Terra. A Ásia e a África eram então infinitamente mais bem conhecidas do que o foram a seguir. São Luís estabeleceu relações com o cã dos mongóis, tal como com o Velho da Montanha, o lerrívei senhor da seita dos Assassinos. Desde a data de 1329 que era estabelecido em Colombo, no sul da índia, um bispado, que recebeu por titular o dominicano Jourdain Cathala de Séverac. As Cruzadas haviam sido, para o mundo ocidental, oca ião de estabelecer e de manter contacto com o Próximo Oriente, mas, na realidade, as relações nunca haviam cessado completamente, alimentadas como eram pelos peregrinos e pelos mercadores. Em direcção a África, as explorações estenderam-se até à Abissínia e às margens do Níger, que foi alcançado no princípio do século xv por um burguês de Toulouse, Anselmo Ysalguier. Poder-se-á, aliás, ter a certeza de que a América não tenha sido, se não «descoberta», pelo menos visitada, já desde e;sa época? Um facto é certo, é que os Viquingues tinham atravessado o Atlântico Norte e estabelecido relações regulares com a Gronelândia. Aí se estabeleceram Islandeses; aí se instituiu um bispado e, em 1327, os Gronelandeses respondiam ao apelo à cruzada do papa João XXII, endereçando-lhe, como participação nas despesas, um carregamento de peles de focas e de dentes de morsas. Não é impossível que tenham, a partir de:sa época, explorado uma parte do Canadá e remontado o São Lourenço, onde Jacques Cartier haveria de descobrir com estupor, alguns séculos mais tarde, que os índios faziam o sinal da cruz e declaravam que o tinham aprendido dos seus antepassados.

Nada disto é, aliás, tão espantoso se considerarmos que a Idade Média se encontrava, por intermédio dos Árabes, em relações pelo menos indirectas com a índia e a China e beneficiava igualmente dos seus conhecimentos astronómicos e geográficos. Um planisfério datado de 1413, traçado por Mecia de Viladeste e conservado na Biblioteca Nacional, dá a nomenclatura e a situação exacta das estradas e dos oásis sarianos, em toda a extensão do deserto e até Tombuctu. Nesse imenso espaço que, até meado do século XIX, iria permanecer em branco nos nossos mapas, um viajante da Idade Média podia preparar com precisão o seu itinerário e, do Atlas ao

Níger, saber quais iriam ser as etapas do seu percurso. Os desastres da Guerra dos Cem Anos, o Cisma do Oriente e, mais tarde, a ruptura com o Islão e as invasões turcas, outras tantas causas que actuaram directamente sobre as relações da Europa com o Oriente e, por ricochete, sobre as ciências geográficas. É preciso acrescentar que, ao contrário do que se crê, os sábios do Renascimento manifestam um espírito retrógrado em relação aos seus antecessores, ao transferirem a base dos seus estudos para as obras da Antiguidade[2]. Aristóteles e Ptolomeu tinham sido largamente ultrapassados neste domínio, e privar-se das lições da experiência para regressar às suas teorias era privar-se de todo um conjunto de aquisições pouco a pouco reconquistadas pela época moderna, prestando justiça, ainda neste ponto, à ciência medieval.

[2] Cf. a este respeito o artigo, muito pertinente e muito documentado. do R. P. Lecler, intitulado «La Géographie des humanistes», no primeiro número da revista *Construire* (1940).

CAPÍTULO XII

A VIDA QUOTIDIANA

No princípio da Idade Média, como é acima de tudo a segurança que se procura, a vida encontra-se totalmente concentrada no domínio, ou quase: regime de autarquia feudal, ou antes familiar, durante o qual cada corte procura bastar-se a si própria, A disposição das aldeias trai essa necessidade de se agrupar para efeitos de defesa; encontram-se agarradas às encostas do domínio senhorial, onde os servos se refugiarão em caso de alerta; as casas estão amontoadas umas às outras, utilizam a mínima polegada de terreno, e não ultrapassam as escarpas da colina na qual se ergue o torreão. Tal disposição é ainda muito visível em castelos como o de Roquebrune, perto de Nice, que data do século xi. Mas, assim que passa a época das invasões, as residências dos camponeses afoitam-se pelos campos fora, e a cidade destaca-se do castelo. Se a cidade primitiva não tem senão ruelas estreitas, não é por gosto mas por necessidade, porque era preciso que a população se anichasse, melhor ou pior, na cintura das muralhas; o mesmo não acontece com os arrabaldes que se multiplicam a partir do fim do século XI. Do mesmo modo, as ruelas são tortuosas, é por seguirem o traçado das muralhas, determinado pela configuração geral do local. Mas que não se pense que o alinhamento das casas era deixado à exclusiva fantasia dos habitantes; a maioria das cidades antigas são construídas de acordo com um plano bem visível. Em Marselha, por exemplo, as vias principais, como a Rua de São Lourenço, são estritamente paralelas às margens do porto, onde vão desembocar as ruelas transversais. Quando estas ruas são muito estreitas, pode-se estar certo de que isso acontece por razões muito precisas: para defesa do vento, ou do sol, no Midi; é uma disposição muito judiciosa: apercebemo-nos disso em Marselha, quando os adeptos do barão Haussmann cortaram essa lamentável Rua da República, vasto corredor glacial que desfigura a antiga colina dos Moinhos.

No Linguadoque, para protecção contra o terrível *cers*[1], utili-

(1) Vento do Baixo Linguadoque, semelhante ao mistral. *(N. do R.)*

zou-se muitas vezes o plano central, como na pequena cidade de Bram, onde as ruas giram em círculos concêntricos em torno da igreja. Mas, sempre que podem, e que não são estorvados pelo clima ou pelas condições exteriores, os arquitectos preferem um plano rectangular semelhante ao da^ cidades mais modernas, as da América ou da Austrália: grandes artérias cruzando-se em ângulo recto, com um espaço reservado no interior do rectângulo para a praça pública, na qual se erguem a igreja, o mercado e, se é caso disso, a câmara municipal, e ruas secundárias paralelas às primeiras. Foi assim que foi concebida a maioria das cidades novas: a de Monpazier, na Dordogne, é muito característica a este respeito, com as suas ruas traçadas a esquadria, recortando blocos de casario de uma absoluta regularidade, cidades como Aigues-Mortes, Arcis-sur-Aube, Gimont no Gers, apresentam a mesma simetria de desenho.

Este ambiente da rua é muito importante para o homem da Idade Média, pois vive-:e muito na rua. É mesmo uma verificação assaz curiosa de fazer: até então, e de acordo com o uso corrente na Antiguidade, as casas eram iluminadas a partir de dentro e apresentavam muito poucas ou nenhumas aberturas para o exterior. Na Idade Média, abrem-se para a rua: é o índice de uma autêntica revolução dos costumes. A rua torna-se um elemento da vida quotidiana, tal como o haviam sido, no passado, a agora ou o gineceu. As pessoas gostam de sair. Todos os lojistas têm um toldo, que montam todas as manhãs, e expõem os seus artigos ao ar livre. A iluminação foi, até ao século da electricidade, uma das grandes dificuldades da existência, e a Idade Média, amante de luz, resolvia a questão tirando o maior proveito da do dia. Um mercador de panos que arrastava os clientes até ao fundo da loja era mal considerado: se não existisse qualquer defeito nos seus tecidos, não teria receado expô-los em plena rua, tal como o faziam todos os outros; o que o cliente quer é poder acotovelar-se sob o toldo e examinar à sua vontade, em pleno dia, as peças entre as quais fará recair a sua escolha, com os conselhos do seu alfaiate, que o mais das vezes o acompanha para isso. O cordoeiro, o barbeiro, mesmo o tecelão, trabalham na rua ou virados para ela; o cambista instala as suas mesas sobre cavaletes, no exterior, e tudo que a autoridade municipal pode fazer, para evitar estorvos, é limitar a uma escala fixa a dimensão destas mesas.

Assim, as ruas são de uma animação extraordinária- Cada quarteirão possui a sua fisionomia diferente, pois os corpos de ofício estão, em geral, agrupados, o que é, aliás, assinalado pelos nomes das ruas: em Paris, a Rua dos Cuteleiros (Rue de la Coutellerie), o Cais dos Ourives (Quai des Orfèvres), o dos Peleiros (de la Mégisserie), onde se situavam os curtidores, a Rua dos Tanoeiros (Rue des Tonneliers),

indicam bem quais os corpos de ofício que nelas se encontravam reunidos- Os livreiros encontram-se quase todos agrupados na Rue Saint-Jacques; o quarteirão Saint-Honoré é o dos carniceiros. Mas são todos muito vivos porque as lojas, ao mesmo tempo oficinas e locais de venda, transbordam e assaltam a rua; é um misto de *souk* tunisino e de Ponte-Vecchio de Florença; no Paris actual, já só os cais da margem esquerda, com as tendas dos alfarrabistas e o seu público de ociosos e de clientes assíduos, conseguem dar uma ideia desses tempos. Mas haveria que acrescentar a isto o «fundo sonoro», muito diferente na Idade Média do que acontece hoje em dia: a serra dos carpinteiros, o martelo dos ferreiros, os apelos dos marinheiros que rebocam ao longo do rio as barcas carregadas de víveres, os pregões dos mercadores, em lugar das buzinas dos táxis e da barulheira dos autocarros. Porque tudo se «apregoa» na Idade Média: as novidades do dia, as decisões de polícia ou de justiça, os levantamentos de impostos, os leilões ao ar livre, na praça pública, e também, mais correntemente, as mercadorias para venda; a publicidade, em vez de se expor nas paredes em cartazes coloridos, é «falada», como na rádio dos nossos dias; muitas vezes, as autoridades locais vêem-se mesmo obrigadas a reprimir os abusos e a impedir os lojistas de «darem vozes» de modo exagerado. O tipo mais popular deste género é o pregoeiro das tabernas. Todo o taberneiro manda apregoar o seu vinho a um personagem de poderoso gasganete, que se senta diante de uma mesa e preside à degustação: os passantes aliciados mandam vir um copázio e, para os que não têm tempo de entrar na taberna, isso faz as vezes do «balcão» dos cafés parisienses. No *leu de Saint-Nicolas,* este pregoeiro desempenha um papel importante:

Céans fait bon díner, céans
Ci a chaud pain et chaud hareng
Et vin d'Auxerre à plein tonnel[2].

Ao correio do rei, que se detém um instante, serve um copo, dizendo:

Tiens, ci te montem au chej [à la tête]
Bois bien, le meilleur est au fond![3]

Há que imaginar isto nessas ruas medievais de que os antigos bairros de Rouen ou de Lisieux dão ainda ideia, com as suas casas

(2) *Aqui há bom jantar, aqui / Aqui bom pão e caldo arenque / E vinho de Auxerre a escorrer da pipa.*

(3) *Vem, que te subirá à cabeça / Bebe bem,* o *melhor está no fundo!*

de vigas aparentes e envasamentos esculpidos, a que outrora se prendiam cartazes em ferro forjado, e de onde surgia de repente a poderosa arcatura de um pórtico de igreja, cuja flecha, levantando a cabeça, se avistava lá no alto, elevada como um mastro por entre os telhados, porque nessa época, longe de estarem isoladas, esmagadas pelos grandes espaços vazios que nos habituámos a criar em torno delas, as igrejas formam corpo com as habitações que se amontoam junto a elas e parecem querer situar-se mesmo por baixo do seu campanário; ainda se pode notar isto atrás de Saint-Germain-des-Prés. A própria disposição exterior traduz pois a familiaridade em que vivem então o povo e a sua igreja. As nossas catedrais góticas, muito diferentes nisto dos templos da Antiguidade, são aliás concebidas para serem vistas deste modo, em perspectiva vertical; é assim que adquirem o seu autêntico valor; aquando da reconstrução da catedral de Reims, houve quem se espantasse de encontrar, por entre as jóias da nossa escultura medieval, estátuas de traços deformados, de uma fealdade espantosa; mas bastou voltar a pô-las nos nichos, quase no topo da construção, para compreender: tinham sido esculpidas de tal modo que, para o espectador que olhava para elas desde baixo, os traços propositadamente exagerados conservavam toda a sua expressão, adquirindo uma beleza singular; era o fruto de um cálculo de geómetra, tanto como de um trabalho de artista. Conjuntos como Salers em Auvergne, Peille perto de Nice, com as suas numerosas arcadas: portões largos, janelas alinhadas nos andares das casas, pontes cobertas lançadas por sobre a rua, ligando entre si duas «ilhas», isto é, dois grupos de habitações, permitem igualmente reconstituir assaz fielmente o aspecto de uma cidade medieval.

Poderemos perguntar, perante estes testemunhos inegáveis, o que é que terá sugerido a um Luchaire a estranha opinião segundo a qual as casas medievais não passavam de «pocilgas fedorentas e as ruas de cloacas»[4]; é verdade que não cita monumento nem documento de espécie alguma em apoio da sua afirmação; concebe-se dificilmente a razão pela qual, se tinham o hábito de viver em pocilgas, os nossos antepassados puseram tanto cuidado em as ornar de janelas com colunas dividindo-as ao meio, de arcaturas trabalhadas assentes em finas colunetas esculpidas, que reproduzem muitas vezes a ornamentação das capelas vizinhas, como ainda se pode ver em Cluny, na Borgonha, em Blesle, em Auvergne, na pequena vila de Saint-Antonin, na Gasconha, para não citar senão casas datadas da época romântica., quer dizer, do século XI ou dos primeiros anos do século XII.

(4) ***La Société française*** **ou** ***temps de Philipye-Auguste,*** **p. 6.**

Quanto às ruas, longe de serem «cloacas», são pavimentadas desde muito cedo: Paris foi-o desde os primeiros anos do reinado de Filipe Augusto; por um procedimento semelhante ao da Antiguidade, as pedras eram colocadas numa camada de cimento misturado com telhas esmagadas; Troyes, Amiens, Douai, Dijon foram igualmente pavimentadas em épocas variáveis, como quase todas as cidades de França. E essas cidades possuíam também os seus esgotos, cobertos a maior parte das vezes; em Paris, foram descobertos sob os terrenos do Louvre e do antigo palácio da Trémoille, datando do século XIII, e sabe-se que a Universidade e os arrabaldes da Cite tinham, duzentos anos mais tarde, uma rede que compreendia quatro esgotos e um colector; em Riom, em Dijon e em muitas outras cidades, foi igualmente possível verificar a presença de esgotos abobadados, atestando o cuidado com a salubridade pública. Onde não existia o «tudo para o esgoto», tinham sido criados vazadouros públicos, cujas imundícies eram despejadas nos rios — tal como se faz ainda hoje — ou queimadas. Numerosas prescrições do *ban* referem-se ao asseio das ruas, e os agentes de polícia de então, os *banniers,* tinham por missão fazê-las respeitar. É assim que os estatutos municipais de Marselha ordenam a cada proprietário que varra os terrenos em frente da sua casa e que arranje maneira de as imundícies não poderem, em caso de chuva, ser arrastadas pelas águas em direcção ao porto, pelas ruas inclinadas; haviam, aliás, sido construídas na embocadura das ruas que davam para o porto uma espécie de paliçadas destinadas a proteger as águas, que a municipalidade entendia conservar muito limpo; não eram consagradas menos de quatrocentas libras por ano para a sua manutenção, e para as limpezas que eram efectuadas periodicamente tinha-se imaginado um engenho composto por uma barca à qual estava fixada uma roda de alcatruzes que vinham alternadamente raspar o fundo e depunham a lama na barca, a qual era em seguida despejada ao largo. Regulamentos particulares velam pela protecção dos locais que o interesse público exige preservar especialmente contra a conspurcação: a Carniçaria, a Peixaria, que deve ser lavada com água, diariamente, de uma ponta à outra, a Pelaria, cujas águas nauseabundas devem ser despejadas numa conduta escavada especialmente para o efeito-

Resulta de tudo isto que, na Idade Média como hoje, a salubridade pública não era descuidada- O maior inconveniente que a isso se podia opor provinha dos animais domésticos, então mais numerosos do que nos nossos dias: não era raro ver um rebanho de cabras ou de carneiros, ou mesmo uma manada de vacas, abrir passagem por entre os tabuleiros dos vendedores, provocando desordens e atropelos; foi-lhes pois fixado um limite a não franquear no perímetro da cidade; o que, aliás, ainda se pode ver nalgumas cidades e, em Londres,

rebanhos de carneiros atravessam quotidianamente uma das praças mais movimentadas para ir pastar nos parques. Havia sobretudo os porcos —cada família criava então uma quantidade suficiente para poder fornecer o consumo familiar—, que circulavam na calçada, a despeito das repetidas proibições; o que não era totalmente mau, pois devoravam todos os detrito:, comestíveis e contribuíam por conseguinte para suprimir uma causa de insanidade.

Nesta cidade ruidosa, onde fervilha uma população incessantemente atarefada, a voz dos sinos contava as horas, e também isso faz parte do «fundo sonoro»: o *angelus,* de manhã, ao meio-dia e à noite, marca as horas de trabalho e de repouso, desempenhado o papel das modernas sereias de fábrica. O sino anuncia os dias de festa, isto é, de feriado, chama por socorro em caso de alarme, convoca o povo para a assembleia geral, ou os almotacés para o conselho restrito; toque a rebate de incêndio, dobre de finados, carrilhões de festas; pode-se seguir durante todo o dia, pela sua voz, a vida da cidade, até soar, à noite, o recolher; extinguem-se então as luzes das lojas, os clarões dos assadores; recolhem-se os telheiros, fecham-se os portões; se se teme qualquer surpresa, fecha-se a cidade, clausurando as suas portas, levantando as pontes levadiças e baixando as grades; por vezes é suficiente colocar correntes a atravessar as ruas, o que tem igualmente a vantagem, nos bairros mal afamados, de cortar a retirada aos malandrins; só permanecem iluminados os morrões que, de dia e de noite, pestanejam diante das alminhas, as estatuetas da Virgem e dos santos abrigadas em nichos à esquina das casas, e diante dos Cristos no cruzamento das ruas enquanto fora da cidade, nos portos, irradiam os faróis que marcam a entrada do ancoradouro e os principais recifes.

Os viajantes retardatários só têm direito de circular munidos de uma tocha; tolera-se, nas cidades marítimas, as idas e voltas dos que estão à espera de embarque: em tempo de alarme, ou se se declara um qualquer sinistro, incêndio, avaria grave num navio, perigo de naufrágio, as autoridades mandam colocar tochas à esquina das ruas, para permitir socorros rápidos e prevenir os acidentes.

A corte do senhor retira-se então para o interior das paredes da casa — essas paredes em que houve a precaução de construir bem espessas, muralhas contra o frio, contra o calor, contra os ruídos importunos: sabe-se naquela época que não existe conforto sem paredes espessas a servir de protecção. Segundo os recursos do local, são construídas em tijolo, ou em pedra talhada, no caso dos ricos; mas, na maior parte dos casos, mistura-se madeira c adobe, como aconteceu um pouco por toda a parte até aos nossos tempos. Constrói-se no chão toda a armadura da fachada, cm vigas sabiamente

unidas umas às outras e, com a ajuda de cabrestantes, macacos e polés, a seguir procede-:e ao seu levantamento, de uma só vez, para depois se guarnecer os interstícios com tijolos, ou com o material usado na região. As igrejas, que nos restam, dão em geral a nota do aspecto das casas: no Linguadoque triunfa o tijolo rosa, que dá um brilho tão particular às igrejas de Toulouse ou de Albi; em Auvergne constrói-se em pedra, naquela sombria pedra de Volvic de que a catedral do Puy ou a de Clermont-Ferrand fornecem imponentes exemplos. Nas regiões de terra argilosa, como no Midi provençal, casas e monumentos são cobertos de telhas, que tomaram ao sol e-sa cor de mel tão característica em aldeias como Riez ou Jouques; na Borgonha, esta telha é de preferência envernizada, e os telhados rebrilham de cores ofuscantes —o hospício de Beane, Saint-Bénigne de Dijon são alguns destes espécimes; na Touraine, no Anjou, utiliza-se a ardósia extraída na região; e quando as igrejas, em vez de serem abobadadas, são apenas emadeiradas, como acontece frequentemente no Norte e em torno da bacia parisiense, é porque as florestas, mais numerosas do que as pedreiras, tornavam este modo de revestimento mais económico; nessas regiões, as residências dos particulares eram quase sempre cobertas de colmo, mesmo na cidade, o que não deixava de aumentar os riscos de incêndio. Um pouco em ioda a parte, as autoridades municipais prescreviam aos habitantes medidas de prudência para evitar os sinistros; o recolher não tinha outra razão de ser. Em Marselha, recomenda-se aos armadores que, quando procedam à operação da *brusque,* que consiste em aquecer a quilha do navio em construção para o besuntar mais facilmente de pez, vú-icin a chama, para esta não ultrapassar uma certa altura, pois, dizem os estatutos da cidade: «Nem sempre está ao alcance do homem conter as chamas que ele próprio ateou.» Após um incêndio, que em Limoges, em 1244, destruiu vinte e duas casas, mandou-se construir vastos reservatórios de água aonde os burgueses se vinham abastecer cm caso de alerta. Quando se declarava um incêndio, era um dever de lodos acorrerem ao toque a rebate com um balde de água; toda a gente devia colocar outro diante da porta de casa, por precaução.

O elemento essencial da casa medieval, sobretudo no Norte da França, é a sala; a sala comum em que se reúne toda a família às horas das refeições e que preside a todos os acontecimentos: baptismos, casamentos, veladas dos mortos; é na sala que se vive, é nela que a família se reúne, à noite, sob o manto da grande chaminé, para se aquecer contando histórias, antes de ir para a cama. F, isto tanto nas casas dos camponeses como nos castelos. As outras divisões, quartos ou outras, são apenas acessórios; o importante é a sala familiar, aquela a que os Franco-Canadianos chamam ainda o «viveiro»

(le vivoir). Quando o nível da casa o exige, a cozinha é separada; por vezes mesmo, nos castelos, ocupa um edifício à parte, sem dúvida para limitar os riscos de incêndio; as vastas cozinhas de mitra da abadia de Fontevrault, as do palácio dos duques de Borgonha, em Dijon, permaneceram tal e qual como estavam.

À parte isto, e sem falar das múltiplas salas de guarda, salas de aparato e outras que pode comportar uma residência senhorial, a casa burguesa inclui as oficinas de trabalho, se for caso disso, e os quartos- Para entrar em todos os pormenores, não deixamos de encontrar, adjacentes aos quartos, os redutos chamados *privados, longaignes* ou *retretes,* quer dizer, aquilo que nos habituámos a designar pelo nome de W. C. Por espantoso que possa parecer, não faltava em nenhuma casa da Idade Média aquilo de que o Palácio de Versalhes estava desprovido; a delicadeza ia mesmo muito longe neste aspecto, pois parecia pouco refinado não possuir as suas *retretes* particulares; a regra manda que, pelo menos nas casas burguesas, cada um tenha as suas e seja o único a usá-las; os costumes só se tornaram grosseiros neste ponto a partir do século XVI, que aliás viu serem desprezadas quase todas as práticas de higiene que a Idade Média conhecia. A abadia de Cluny, no século XI, não contava menos de quarenta latrinas e, o que poderá parecer mais incrível, embora seja igualmente verdadeiro, as latrinas públicas existiam na Idade Média; temos provas disso em cidades como Rouen, Amiens, Agen; a sua instalação e manutenção são objecto de deliberações municipais ou entram nas contas da cidade. Nas casas particulares, as *retretes* situavam-se muitas vezes no último andar; uma conduta, ao longo da escada, corresponde aos esgotos ou vazadouros, ou ainda a fossas muito semelhantes às usadas actualmente; utilizava-se mesmo um procedimento vizinho do das mais modernas fossas sépticas, utilizando cinzas de madeira, que têm a propriedade de decompor os detritos orgânicos; encontramos assim menção de compra de cinzas destinadas às latrinas do hospital de Nimes, no século xv; no Palácio de Avinhão, as condutas desaguavam num esgoto que ia dar ao Sorgue. E sabe-se que foi penetrando pelas fossas das retretes —o único ponto que não se tinha pensado em fortificar! — que os soldados de Filipe Augusto se apoderaram da fortaleza de Château-Gaillard, orgulho de Ricardo Coração-de-Leão.

Os quartos são mobilados com mais conforto do que geralmente se crê; o mobiliário compreende as camas «bem adornadas e cobertas de colchas e de tapetes, com lençóis brancos e peles»(5), os tamboretes, as cadeiras, de espaldar alto e esses baús e cofres esculpidos onde se

(5) *Le Ménagier de Paris.*

guarda a roupa, e de que se podem ver ainda belos espécimes, nomeadamente no hospício de Beaune. As madeiras desta época são muito belas; preparadas e enceradas devidamente, não absorvem a poeira e são um mau alvo para os insectos; há ainda as arcas para o pão, os aparadores e guarda-louças; quanto às mesas, são simples tábuas que se montam sobre cavaletes no momento de servir e que se guardam seguidamente junto às paredes para não estorvarem. Em contrapartida, faz-se muito uso de panos e tapeçarias, que protegem do frio e abafam as correntes de ar; as que nos restam —por exemplo, o admirável conjunto da *Dame à la licorne* conservado no Museu de Cluny— dizem bem que partido delas se podia tirar para mobilar e decorar os interiores; trata-se, evidentemente, de um luxo reservado aos castelães e aos ricos burgueses, mas o hábito de usar tapetes e xairéis[0] era geral. Falando dos cuidados vários de uma dona de casa, o *Ménagier de Paris* recomenda a Agnès, a Beata, que tem o panei de intendente: «que ordene às serviçais que, logo de manhãzinha cedo, as entradas da vossa casa, a saber a sala e os outros locais por onde as pessoas entram e se detêm em casa para conversar, sejam varridas e conservadas limpas, e os escabelos (tamboretes), bancos e xairéis, os quais estão sobre as arcas, sacudidos e limpos do pó; e sub equentemente os outros quartos limpos e ordenados para esse dia, e de dia para dia, tal é próprio do nosso estado...»

Espantar-se-ão talvez de encontrar mencionados nos inventários, como fazendo parte do mobiliário, o fundo-de-banho ou tapete-banheira, espécie de moletão que guarnecia o fundo das banheiras, para evitar as farpas quase inevitáveis quando o fundo é de madeira. É que efectivamente a Idade Média, contrariamente ao que se julga, conhecia os banhos e fazia largo uso deles; ainda aqui, conviria não confundir as épocas, atribuindo indevidamente ao século XIII a porcaria repelente do século xvi e dos que se lhe seguiram até aos nossos dias. A Idade Média é uma época de higiene e limpeza. Um dito de uso corrente fala bem daquilo que era considerado como um dos prazeres da existência:

Venari, ludere, lavari, bibere,
Hoc est viverei[7]

Nos romances de cavalaria, vê-se que as leis da hospitalidade ordenam que se dê um banho aos convidados que chegam de uma longa viagem. É aliás um hábito corrente, o de lavar os pés e as mãos

(6) Espécie de coberturas *(N. do T.)*
(7) *Caçar, jogar, lavar,* beber *— isto é viver!*

quando se entra em casa; sempre no *Ménagier de Paris,* se recomenda a uma mulher, para conforto e bem-estar do seu marido, que «tenha um grande fogão para lhe lavar bastas vezes os pés, guarnição de lenha para o aquecer, uma boa cama de penas, lençóis e cobertores, barretes, almofadas, meias e batas limpas». Os banhos faziam parte, bem entendido, dos cuidados a dar à pequena infância; Maria de França recorda-o num dos seus *lais:*

Par les villes ou ils erroient
Sept fois le jour reposouoient
L'enfant faisoient allaiter,
Coucher de nouvel, et baigner [8].

Se não se tomava banho todos os dias na Idade Média (poder-se-ia afirmar que :e trate de um hábito generalizado na nossa época?), pelo menos os banhos faziam parte da vida corrente; a banheira é uma peça do mobiliário; não passa muitas vezes de uma simples tina, e o seu nome, *dolium,* que significa também tonel, pode prestar-se a confusões. A abadia românica de Cluny, que data do século XI, não comportava menos de doze salas de banho: células abobadadas contendo outras tantas banheiras de madeira. Gostava-se muito de ir, no Verão, folgar para os rios, e as *Três riches heures du Duc de Berry* mostram aldeões e aldeãs a lavarem-se e a nadarem num belo dia de Agosto, na mais simples indumentária, pois a ideia de pudor de então era muito diferente da que temos hoje em dia, e tomava-se banho nu, tal como se dormia nu entre os lençóis.

Existiam banhos ou estufas públicas, que eram muito frequentados; o Museu Borély, em Marselha, conservou uma tabuleta de banhos em pedra esculpida que data do século XIII. Paris, o Paris de Filipe Augusto, contava vinte e seis banhos públicos, mais do que as piscinas do Paris actual. Todas as manhãs, os proprietários dos banhos mandavam «apregoar» pela cidade:

Oyez qu'on crie au point du jour:
Seigneurs, qu'or vous allez baigner
Et étuver sans délayer;
Les bains sont clauds, c'est sans mentir (9).

(8) *Pelas cidades em que erravam / Bete veses ao dia repousavam / A criança faziam aleitar, / Deitor de lavado, e banhar.*

(9) *Ouvi o pregão matinal: / Senhores, banhai-vos / E lavai-vos sem delongas: / Os banhos estão quentes, e é sem mentir.* Guilhaume cie Villeneuve, *Crieries de Paris.*

Alguns exageravam mesmo: no *Livre des Métiers* de Étienne Boileau, prescreve-se: «Que ninguém apregoe nem mande apregoar os seus banhos até ser de dia.» Estes banhos eram aquecidos por meio de galerias e de condutas subterrâneas, procedimento semelhante ao dos banhos romanos. Alguns particulares tinham mandado instalar em sua ca^a um sistema deste género, e no palácio de Jacques Coeur, em Bourges, ainda hoje se pode ver uma casa de banho, aquecida por condutas muito vizinhas do moderno aquecimento central; mas trata-se, evidentemente, de um luxo excepcional para uma casa particular. É a disposição que se encontrou também nos banhos de Dijon, onde as galerias correspondiam a três salas diferentes: a sala de banhos propriamente dita, uma espécie de piscina e o banho de vapor; os banhos, na Idade Média, são com efeito acompanhados de banhos de vapor, tal como nos nossos dias as saunas finlandesas, e o nome de *estufas* que lhes era dado indica suficientemente que uma coisa não era separada da outra. Os cruzados trouxeram para o Ocidente o hábito de acrescentar a isto salas de depilação, cujo uso aprenderam em contacto com os Árabes.

E os banhos públicos eram muito frequentados. Podemos me mo espantar-nos de ver, no século XIII, alguns bispos censurarem as religiosas das cidades latinas do Oriente por irem aos banhos públicos, mas isso prova que, não tendo casas de banho instaladas nos seus mosteiros, elas não deixavam por isso de conservar os seus hábitos de limpeza. Em Provins, o rei Luís X mandou construir, cm I «)'), novos banhos, uma vez que os antigos já não serviam, o*b affluentiam populi;* em Marselha, tinha sido regulamentada a sua entrada e fixado um dia especial para os judeus e outro para as prostitutas, paia evitar o seu contacto com os cristãos e as mulheres respeitáveis.

A Idade Média conhecia igualmente o valor curativo das águas» e o uso das curas termais; no *Roman de Flamenca,* vê-se uma dama pretextar enfermidades e pedir ao seu médico que lhe prescreva os banhos de Bourbon-1'Archambault, para poder ir juntar-se a um *Mo* cavaleiro.

Tudo isto está evidentemente longe das ideias aceites acerca do asseio na Idade Média, e contudo os documentos existem. O eito proveio de uma confusão com as épocas que se seguiram c também de certos textos cómicos que foram indevidamente tomados á leira. Langlois fez acerca disto uma observação muito judiciosa: «Houve quem se espantasse de encontrar, diz, no *Chastoiement* de Robe ri de Blois, certos preceitos de asseio e de conveniência elementares que podem parecer assaz inúteis para damas que se não devem supor desprovidas de educação. 'Não limpem, diz por exemplo o poeta, os olhos á toalha, nem o nariz; não bebam de mais.' Tais conselhos

fazem-nos hoje sorrir. Mas o que importa saber é se estamos perante índices da grosseria intrínseca da antiga sociedade cortês, ou se não terão sido formulados pelo seu autor, precisamente, para provocar o sorriso, e se *os* homens do século XIII não sorririam disso como nós»[10]. Não se deve tomar isto a sério, tal como não se poderia considerar um rito tradicional da época o gesto recomendado por Villon:

C'est bien dîner quand on échappe
Sans débourser pas un denier
Et dire adieu au tavernier
En torchant son nez à la nappe (11).

É mais ou menos como se se dissesse hoje: «Se forem convidados para uma recepção de embaixada, evitem cuspir no chão e apagar o cigarro à toalha.» Há que contar com o humor, sempre presente na Idade Média. Pelo contrário, o refinamento dos costumes foi bastante avançado; não só eram gerais hábitos elementares como o de lavar as mãos antes das refeições — na parábola do mau rico, vemos este impacientar-se porque a mulher, lenta a lavar as mãos, o retarda na ida para a mesa —, mas ainda eram apreciados certos preciosismos, como o uso de taças para lavar as mãos na mesa. O *Ménagier de Paris* dá assim uma receita «para fazer água de lavar as mãos à mesa»: «Ponha-se a ferver salva, em seguida escorra-se a água e faça-se arrefecer até mais do que morna- Ou se põe ao de cima camomila ou manjerona, ou se utiliza rosmaninho, e se põe a cozer com cascas de laranja. Também a3 folhas de loureiro são boas» Para que se tenha sentido necessidade de fornecer tais receitas, é preciso que as donas de casa tenham levado muito longe os cuidados com o interior da casa e o sentido da apresentação.

A me ma obra fornece esclarecimentos sobre a maneira como eram tratados os hóspedes ordinários do lar, quer dizer os criados, cuja sorte não era para grandes lamentos, a julgar pelos textos da época: «Às horas pertinentes, mandai-os sentar à mesa e dai-lhes repasto de uma única espécie de carne, largamente e abundantemente, e não de várias, nem deleitáveis ou delicadas, e servi-lhes uma só bebida alimentícia e não molesta, vinho ou outra, e não várias; e admoestai-os para que comam muito e bebam bem e abundantemente [...] e após o seu segundo labor e nos dias de festa, que tenham outra refeição, e seguidamente, a saber nas vésperas, que sejam saciados abundantemente como antes, e largamente, e, se a estação o

(10) *La Vie en France au Moyen Age,* I, p. 161.
(11) *Janta bem o que se escapa / Sem desembolsar moeda alguma / E diz adeus ao taberneiro / Assoando o nariz à toalha.*

requerer, que sejam aquecidos e postos a contento.» Em suma, três refeições ao dia, uma alimentação simples, mas sólida, e, como bebida, vinho. É o que sobressai igualmente dos romances de ofícios, onde se vê os burgueses abastados comerem com os criados à mesa e alimentá-los do mesmo modo que a si próprios, como já não se pratica senão nos nossos campos. A dona de casa deve estender mais longe a ^ua solicitude: «Se um dos vossos serviçais cai em enfermidade, todas as coisas comuns postas de parte, pensai vós própria nele muito amorosamente e caridosamente, e visitai-o variadas vezes, e penai nele ou nela muito curiosamente, avançando a sua cura.»

Ela deve igualmente pensar nos «irmãos inferiores», nesses animais domésticos que parece terem sido muito mais numerosos então do que nos nossos dias: não há miniatura de cenas de interior ou de vida familiar onde não figurem cães saltando ao pé dos donos. rondando em volta das mesas nos banquetes, ou ajuizadamente estendidos aos pés da dona ocupada a fiar; em todos os jardins se vêera pavões desdobrarem ao sol a cauda luzidia. A"sim, o autor do *Ménagier* recomenda à mulher que «mande cuidar principal, cuidadosa e diligentemente dos animais domésticos, como cãezinhos e passarinhos de gaiola: e pensai igualmente nos outros animais domésticos, pois não podem falar, e por isso deveis falar e pensar por eles»[12].

Se se gosta dos animais, não se aprecia menos as flores, e o cenário habitual da vida é, com a rua e a casa, o jardim, de que os manuscritos de iluminuras nos mostram inesquecíveis pinturas: jardina cercados de muros a meia altura, sempre com um poço ou uma fonte, e um riacho que corre nas margens dos relvados; muita.-, vezes são parreiras, árvores em latadas onde acabam de amadurece; os frutos, ou ainda esses bosques de verdura onde, nos romances, se encontram cavaleiros e donzelas. O que é notável é que a época não conhece a nossa distinção entre jardim hortícola e jardim floral; os canteiros acolhem flores e legumes, e não restam dúvidas de que se achava a baga desabrochada de uma couve-flor, a renda delicada das folhas de cenoura e a abundante folhagem de uma planta de melão ou de abóbora tão agradáveis à vista como uma frisa de jacintos ou de túlipas. O pomar é objecto de passeio; é debaixo de uma velha pereira que Tristão, nas noites de luar, espera a loura Isolda. O que não significa que não se apreciem as flores de puro enfeite; a nossa literatura lírica mostra-nos sem cessar pastoras e donzéis ocupados a entrançar «rosários» de flores e de folhagem; numerosos quadros e tapeçarias têm um fundo de florezinhas de cores suaves. Mas, se os autores das ilumi-

(12) As reservas de aves eram numerosas **e** cada senhor **ou** burguês linha o seu equipamento de caça ainda que reduzido: um cão **ou** uma matilha, falcões, gaviões ou marelhões. *(N. do R.)*

nuras semeiam de flores e pássaros os enquadramentos das páginas dos manuscritos, não deixam de tirar partido das plantas hortícolas, e a folha de alcachofra, estranhamente recortada, serviu de modelo a gerações de escultores, nomeadamente na época da arte flamejante.

Uma lenda tenazmente arraigada fez do homem da Idade Média um perpetuo morto-de-fome, a ponto de se poder perguntar como é que uma raça subalimentada durante oito séculos e, o que é mais, periodicamente devastada pelas guerras, as fomes e as epidemias conseguiu sobreviver e produzir ainda rebentos razoavelmente vigorosos. O erro provém em grande parte de uma má interpretação dos termos então em uso. É exacto que na Idade Média as pessoas se alimentavam de «ervas e raízes» — mas sempre assim foi, pois se designa então por *erva* tudo o que cresce sobre a terra: couves, espinafres, alfaces, alhos-porros, acelgas, etc., e por *raiz* tudo o que cresce por baixo: cenouras, nabos, rabanetes, rábanos, etc.[13] De igual modo, houve quem se impressionasse por o cardo *(chardon)* passar então por um prato apreciado, mas há que ler alcachofra *(cardou),* e assim já não se trata senão de uma questão de gosto! Se o camponês ia muitas vezes colher bolota, não era por se mostrar interessado nela para si próprio, mas para alimentar os seus porcos. É possível que em certos períodos de excepcional penúria, por exemplo durante as lutas franco-inglesas que marcaram o declínio da Idade Média, quando a peste negra veio acrescentar os seus horrores aos da guerra e os bandos devastavam o país cuja defesa tinha deixado de estar organizada, a farinha de bolota tenha servido, como nos nossos dias, como produto de substituição, mas nenhum texto nos permite pensar que isso tenha acontecido frequentemente.

De facto, não seria crível que a fome tivesse reinado em estado endémico na Idade Média. A fazer fé em Raoul Glaber, cronista de imaginação febril e que cede facilmente aos efeitos de estilo, tem-se tendência para acreditar que não se passava quase ano nenhum em que não se tivesse de recorrer à carne humana e aos cadáveres de crianças, desenterrados de fresco, para apaziguar a fome, ao passo que o monge medieval, ao relatar estes factos monstruosos, tem o cuidado de não assumir a responsabilidade da afirmação, acrescentando prudentemente: *diz-se.* É certo que houve fomes na Idade Média e que essas fomes foram numerosas, como acontece sempre

(13) Este pormenor foi já posto em relevo, nomeadamente por Funck Brentano.

que a ausência ou a insuficiência dos meios de transporte não permite prestar rapidamente auxílio a uma região ameaçada e trocar os produtos, a nossa experiência pessoal esclarece-nos plenamente acerca da questão. Durante a alta Idade Média, em particular, quando cada domínio formava pela força das coisas um circuito fechado, as estradas eram ainda pouco seguras e, para assegurar a sua manutenção, eram exigidas portagens muitas vezes onerosas, bastava um ano de seca para a penúria se fazer sentir. Mas é igualmente certo que essas fomes eram localizadas e em geral não ultrapassavam a extensão de uma província ou de uma diocese. Mesmo durante o período áureo da Idade Média, no século XIII, quando a autarquia dominial foi substituída por trocas fecundas e a circulação se tornou fácil em toda a França, observam-se variações por vezes muito importantes no preço dos géneros, sobretudo do trigo; cada província, cada cidade fixa a sua tarifa de acordo com a colheita local. Os quadros traçados por Avenel e Wailly mostram, no interior de uma mesma região económica, oscilações que vão do simples ao dobro, ou mesmo ao triplo, como aconteceu no Franco Condado, onde, só no ano de 1272. o hectolitro de trigo custou de 4 a 13 francos.

Por outro lado, é preciso ainda que nos entendamos sobre o que s; designa por fome: um texto citado por Luchaire, pouco suspeito de indulgência em relação à Idade Média, e numa obra onde acumula expressamente documentos capazes de dar a ver a época a uma luz das mais sombrias, é próprio para deixar perplexos os leitores do ano 1943. «Nesse ano (1197), conta o cronista de Liège, faltou o trigo. Da Epifania até Agosto, tivemos de gastar mais de cem marcos para obter pão. Não tivemos nem vinho nem cerveja. Quinze dias antes da colheita, *ainda comíamos pão de centeio*[14].» Se a penúria, para eles, consistia em não ter senão pão de centeio, quanto não invejaríamos nós a sorte dos nossos antepassados da Idade Média.

Na realidade, a alimentação medieval não era muito diferente da nossa em épocas normais. A base era, naturalmente, o pão, que, de acordo com a riqueza da região, era de trigo candial, de centeio ou de mistura de trigo e centeio; mas verifica-se que mesmo regiões não produtoras, como o Sul da França, utilizam o pão de trigo candial. Em Marselha, onde o terreno é pobre em trigo e onde as medidas de excepção para abastecer a cidade são frequentes, não se encontram previstas, na regulamentação muito minuciosa da panificação, farinhas secundárias; fabricam-se três espécies de pão: o pão branco, o pão *méjan*, mais grosseiro, e o pão integral; os preços são fixados segundo uma tarifa rigorosa estabelecida após exames feitos por três mestres-

(14) La ***Société*** *française au temps de Philippe-Auguste,* p. 8.

-padeiros assistidos por um perito e por homens bons designados pela comuna, tendo em conta os detritos resultantes da moedura, a malaxagem da massa e a cozedura. Conheciam-se em Paris múltiplas variedades de pães «de fantasia», das quais o de Chilly e o de Gonesse, ou pãozinho mole, eram as mais estimadas. Nos locais muito pobres comiam-se bolos de aveia, ainda hoje cara aos escoceses, ou de trigo--mouro. Mas não havia região completamente desamparada, pois a economia de então, a do vasto domínio, cobrindo uma grande região, favorece a policultura; não se vê, na Idade Média, nenhuma região unicamente consagrada à cultura do trigo, ou da vinha, e que importe o resto dos produto • de que necessita; o regime de vastas explorações permite variar suficientemente as culturas, ao mesmo tempo que são consagradas a cada uma delas porções de terra equilibradas.

Roupnel, no seu estudo dos campos franceses[15], observa que o «manso», essa «ordem de grandeza local», que, segundo a riqueza das regiões, mede de 10 ha a 12 ha modernos, é quase sempre composto de três elemento~: campos aráveis, prados, bosques; estes apenas representam uma porção muito reduzida, cerca de um décimo da exploração total; as terras cultivadas têm uma extensão dupla da das pastagens. «Este pequeno domínio manifesta-se», diz, «como um conjunto, e aparece-nos construído à imagem reduzida e completa do próprio território. E acrescenta: «Não é só a sua imagem; tem a sua vitalidade e duração.» Os manuscritos de miniaturas, que se inspiram na realidade, são a este respeito muito reveladores vemos em toda a parte uma proporção sensivelmente igual de prados, campos e vinhas.

A vinha é cultivada por toda a parte em França, o que responde, aliás, a uma necessidade religiosa, tanto como económica, pois os fiéis, até meados do século XIII, comungam sob as duas espécies, de tal modo que o consumo de vinho para a missa é muito maior do que nos nossos dias. Algumas das nossas colheitas são, desde essa época, particularmente estimadas; as de Beaune, de Saint-Emilion, de Chablis, d'Epernay; outras perderam nos nossos dias o renome que outrora possuíam, por exemplo o vinho de Auxerre ou de Mantes-sur-Seine. Torna-se necessário, quase em toda a parte, defender a produção local contra a importação estrangeira e, numa cidade como Marselha, são tomadas medidas draconianas contra a importação de vinhos ou de uvas provenientes de outros territórios; só os condes tinham direito de os importar para seu consumo pessoal, tratava-se provavelmente, neste ca:o, de vinhos finos de Espanha ou de Itália; um navio que entrasse no porto com um carregamento de vinhos

(18) *Histoire de la Campagne française,* p. 366.

ou de uvas expunha-se a vê-lo atirado ao chão, e as uvas espezinhadas. Nas feitorias ou entrepostos estabelecidos no estrangeiro, é igualmente proibido introduzir vinho da região antes de os mercadores marselheses terem vendido o seu. A cultura da vinha estava pois muito mais desenvolvida na região marselhesa do que nos nossos dias, e os estatutos da cidade asseguram-lhe uma protecção muito particular: proibição de caçar nas vinhas, excepto nas que forem propriedade do próprio, proibição de o lavrador levar mais de cinco cachos por dia para seu consumo pessoal, etc.

É que o vinho foi a bebida essencial da Idade Média; conhecia-se a cerveja, principalmeste a cerveja gaulesa, feita de cevada, já fabricada por Gauleses e Germanos, e também o hidromel; mas nada era mais apreciado que o vinho, que se encontra em todas as mesas, desde a do senhor à dos criados. O vinho é ao mesmo tempo uni prazer e um remédio; são-lhe reconhecidas toda a espécie de virtudes fortificantes e entra na composição de inúmeros elixires e produtos farmacêuticos, de geleias e xaropes. São também muito apreciados os diversos vinhos licorosos ou licores, vinho em que se puseram a macerar plantas aromáticas: absinto, hissopo, rosmaninho, mirto, a que se adiciona açúcar ou mel. Antes de se irem deitar, era corrente a absorção de uma mistura escaldante de vinho e leite coalhado, a que na Inglaterra e na Normandia se chamava o *posset*, ao qual a literatura gaulesa do tempo atribuía toda a espécie de poderes, cuja enumeração faria corar as pessoas pudibundas. Em todo o caso, fornecia o calor que faltava então aos apartamentos; é certo que o vinho era, com os exercícios violentos lai como a caça. o que permitia suprir a insuficiência dos me·os de aquecimento, o no entanto não parece que os males do alcoolismo se tenham feito sentir, nem a degenerescência que o acompanha: is o deve-se sem dúvida ;m la.:o de nenhuma preparação química, nenhum subproduto adulterado ser então servido como bebida, ou à observação geral das leis eclesiásticas, que permitiam o uso e reprimiam o abuso.

Com o pão e o vinho, havia aquilo a c;uc no Midi catalão se chamava o *acompanhamento* isto é, iodos os outros alimentos. Contrariamente à opinião generalizada, o consumo de carne era então abundante, e, das investigações levadas a cabo, conclui-se que o gado francês era no século XIII sensivelmente mais importante do que hoje em dia. Uma pequena localidade pirenaica, que hoje não conta mais de uma dezena de animais de chifres, contava outrora duzentos e cinquenta e, se bem que as proporções não sejam as mesmas cm Ioda a parte, longe disso, não restam dúvidas de que a criação de pado eia praticada de modo muito mais intensivo cm França até ao dia em que a introdução do gado da América, de menor preço de custo,

tornou impossível a concorrência para os nossos criadores. No que diz respeito ao carneiro, por exemplo, não havia então quinta que não tivesse o seu rebanho, tanto mais que este fornecia aos campos um adubo natural que hoje se julgou mais cómodo substituir por adubos químicos, o que teve como consequência fazer baixar consideravelmente o nosso gado ovino. Sobretudo os porcos eram muito numerosos; tanto na cidade como no campo, não havia família, por mais pobre, que não criasse pelo menos um ou dois para seu consumo, e a matança do porco, que fornecia carne e gordura para o ano inteiro, é uma cena tradicional, nos calendários do; meses tantas vezes esculpidos nos pórticos das nossas igrejas ou pintados nos nossos manuscritos; eram conhecidos os processos de salga e de fumeiro ainda hoje utilizados. Matar o porco era a tal ponto um acontecimento da vida familiar que só muito tarde se vê aparecerem os salsicheiros; mesmo assim, estes não passam, a princípio, de comerciantes de «pratos preparados», antes de se especializarem na confecção de salsichas e presuntos. Pelo contrário, a corporação dos carniceiros é poderosa desde o início da Idade Média, e é sabido o papel por ela desempenhado nos movimentos populares dos séculos xiv e XV. Segundo o *Ménagier de Paris*, o consumo semanal feito nesta cidade ter-se-ia elevado a 512 bois, 3130 carneiros, 528 porcos e 306 veados — sem contar o consumo dos palácios reais e principescos, os abatimentos familiares e as diversas feiras de presuntos e outras que tinham lugar na capital e suas redondezas imediatas. Também em Mar elha é surpreendente o número de prescrições relativas aos animais pertencentes a proprietários da cidade, ou destinados ao consumo dos burgueses. A isto teremos de acrescentar as aves de capoeira, que eram engordadas como se fazia desde a mais alta Antiguidade: os fígados de ganso e as carnes em conserva faziam, então tal como hoje, parte das ementas de festa.

Enfim, a caça fornecia abundantes recursos, em florestas mais extensas do que hoje em dia e muito ricas em caça. Há então uma infinidade de processos para apanhar a caça, desde os laços ou vulgares anéis até às ave^ de rapina especialmente treinadas, passando pelas diversas armadilhas, redes e engenhos tais como o arco, a sarabatana, a arbaleta. Apanhavam-se também as perdizes com isco e caçavam-se com cães o veado e o javali. Assim, a montaria fazia parte da alimentação corrente; se o senhor, em fins da Idade Média, tende a reservar para si o direito de caça no seu domínio, como hoje em dia os proprietários e o próprio Estado, o seu pessoal de monteiros, falcoeiros e criados e os camponeses que o auxiliam durante as grandes batidas participam dos benefícios das suas realizações; isso vê-se correntemente nos romances e quadros da época.

Os lacticínios fazem igualmente parte da alimentação, e as nossas manteigas e queijos adquirem já desde então o seu renome: queijos gordos de Champagne ou de Brie, *anjinhos* da Normandia. Nesta região, a manteiga é praticamente a única matéria gorda empregada na cozinha, e como o uso de toda a gordura animal é proibido durante a Quaresma, os habitantes obtêm dispensas especiais por não lhes ser possível obter óleo em quantidade suficiente; as esmolas prescritas para garantir esta dispensa serviram por vezes para a edificação das igrejas, é a esta origem que a Torre da Manteiga, em Ruão, deve o seu nome. Mas trata-se de um caso particular, pois a oliveira encontra-se aclimatada quase em todo o lado em França, e o azeite é muito apreciado; entra, como o vinho, na composição de vários remédios. Só ele é autorizado nos dias magros, então numerosos e de severa abstinência, que se estende igualmente aos ovos; durante a Quaresma endurecem-se os que as galinhas põem para os conservar, e foram estes ovos que, apresentados à bênção do padre durante as cerimónias de Sexta-Feira Santa, deram origem ao costume dos ovos da Páscoa.

As mesmas necessidades da abstinência conduziam os nossos antepassados a consumirem muito peixe; todos os castelos possuem então um viveiro anexo onde percas, tenças, enguias e cadozes são objecto de uma autêntica cultura; também os lagos são cultivados, tal como ainda hoje se pratica numa província como a Brenne, e a pesca nos lagos é seguida por um repovoamento metódico. Nas costas a pesca marítima é uma indústria muito viva; as associações de pescadores desempenham um papel importante quase em toda a parte; nas margens do Mediterrâneo são editadas numerosas prescrições em sua intenção e, para proteger o seu comércio contra o dos simples revendedores, assegura-se-lhes uma espécie de monopólio da venda do peixe; em Marselha, por exemplo, os revendedores só podem oferecer as suas mercadorias a partir do meio-dia; é contudo deixada livre a venda dos pequenos peixes ou peixes de rede, pescados com uma rede de malha fina chamada *bourgin:* sardinhas, girelas, que se distinguem dos peixes maiores como a cavala ou a dourada e sobretudo do atum, cuja pesca é muito abundante nas redondezas imediatas do porto. Sabe-se conservar o peixe e a carne, e os «mercadores de água» que remontam o Sena trazem todos os dias para Paris barris cheios de arenques salgados ou fumados; um prato comum na época é então o *craspois,* sem dúvida uma variedade de baleia.

Vêm por fim os legumes, que lisonjeiam menos o palato, e são por isso a alimentação mais ou menos exclusiva dos monge., a quem o seu estado prescreve a sobriedade e as mortificações. Comia-se então muitas favas e ervilhas, que desempenhavam o papel das nessas batatas. Para se queixar do seu mau casamento e exprimir a mal'g-

nidade da sua mulher, Mahieu de Boulogne não sabe dizer nada de melhor que a estrofe seguinte:

Nous sommes comme chien et leu [loup]
Qui s'entrerechignent ès bois,
Et si je veux avoir des pois
Elle fera de la purée![16]

São conhecidas diversas variedades de couves: brancas, repolhos, orelha-de-burro, e de alfaces; o *Ménagier de Paris* cita a alface de França e a alface de Avinhão como sendo das mais apreciadas. Espinafres, azedas, acelgas, abóboras, alhos-porros, nabos, rábanos fazem parte da alimentação corrente, e temos de lhes acrescentar as plantas condimentares então muito utilizadas para realçar o sabor das carnes e dos legumes: salsa, manjerona, segurelha, basilisco, funcho, hortelã, sem contar as especiarias, mandadas vir cada vez em maiores quantidades do Oriente, sobretudo a pimenta, tão preciosa que se verá por vezes nela uma espécie de moeda e algumas comunas mercantis dela se servirão para fazerem os seus pagamentos, por exemplo às casas das ordens militares.

Os frutos são então muito apreciados: peras e maçãs, das quais se sabe extrair a cidra e a perada; o marmelo, que passa por ser uma planta medicinal e do qual se faz uma refinada compota; sobretudo em Orleães, as cerejas, as ameixas, que se põem a secar, tal como as uvas e os figos, e que são usados nos *pôtés* e nas conservas de carne, costume que se manteve até aos nossos dias nalgumas regiões, principalmente no Norte de França; o pêssego e o alperce, introduzidos pelos Árabes, eram já muito apreciados no tempo das Cruzadas, mas os morangos e as framboesas permaneceram por muito tempo selvagens e só foram cultivados a partir do século xvi; muito ante- dessa época, já se vendiam castanhas nas ruas de Paris, e desde o século xiv que se tentava aclimatar as laranjeiras ao nosso solo. Também as amêndoas, nozes e avelãs tinham uma especial preferência e serviam para a confecção de manjares. Enfim, de de a Antiguidade que os recursos da floresta: castanhas, frutos da faia-do-norte, morangos, abrunhos, etc, eram apreciados.

O regime geral das refeições variava muito com as regiões, estando muito mais dependente dos recursos locais do que hoje em dia. É certo que as trocas eram numerosas e mais extensas do que :e poderia acreditar, uma vez que os figos de Malta e a uva da Arménia

(16) *Somos como cão e lobo / Que se disputam nos bosques, / E se eu quero ter ervilhas / Ela fará puré!*

eram apregoados em Paris; os comerciantes italianos e provençais traziam para as grandes feiras da Champagne e da Flandres os produtos exóticos e, num plano mais restrito, os mercados atraíam negociantes de quase todas as regiões de França. Mas essas trocas eram naturalmente menos generalizadas do que nos nossos dias e no campo, se exceptuarmos o movimento comercial criado em torno do castelo senhorial, vivia-se à base das produções locais. Não eram utilizados processos de cultura artificiais para fazer avançar as estações e como, por outro lado, os dias de jejum e abstinência eram muito numerosos, a alimentação mudava de época para época, muito mais do que hoje em dia: durante toda a Quaresma, compunha-se unicamente de legumes, de peixe e de caça de água, temperados com azeite, e o me mo acontecia nas virgílias ou nas vésperas de dias santos, quer dizer, uma quarentena de dias por ano. Deve-se, aliás, observar que e.4as prescrições eclesiásticas estavam perfeitamente de acordo com os preceitos da higiene: o jejum da Primavera, o das mudanças de estação, nos Quatro-Tempos, corresponde a uma necessidade de saúde, enquanto a grande época das festas, que se traduzem inevitavelmente em comezainas, se situa nos meses mais frios do Inverno, quando se sente necessidade de uma alimentação rica.

Em qualquer dos casos, dos tratados de cozinhas guardadas nas nossas bibliotecas e de obras tais como esse precioso *Ménagier de* Paris, conclui-se que a mesa era na Idade Média muito cuidada, para não dizer muito refinada. Dá-se grande importância à apresentação dos pratos e à ordenação geral das refeições. Nas residências senhoriais, os convivas sentam-se em mesas compridas assentes cm cavaletes e recobertas de toalhas brancas; o chão está muitas vezes, nos dias de festa, juncado de flores e de folhagens recém-apanhadas; as mesas são dispostas em quadrado ao longo das paredes e não existe o face-a -face, de modo que o pessoal doméstico possa ir c vir c pôr diante de cada conviva aquilo de que este necessitar. Os convidados são sempre numerosos, pois é hábito de todos os barões ter mesa aberta. Robert de Blois indigna-se com o pensamento de que alguns senhores mandam fechar a porta das salas onde comem, em vez de as manterem abertas a quem chega; a hospitalidade é então um dever sagrado, e estende-se tanto à populaça como aos iguais; por outro lado, a corte do senhor compreende todos os escudeiros ligados ao seu serviço, os filho; dos seus vassalos, grande parte dos seus parentes. De tal modo que, ao lado da grande mesa, onde o suserano se senta cm lugar de honra, há, mais ou menos bem colocados segundo os seus títulos de precedência, toda uma multidão de comensais Este costume explica por que e que os cavaleiros do rei Artur, entre os quais reina uma perfeita igualdade, se sentam em redor de uma mesa redonda, ou

antes desenhando uma espécie de ferradura, de modo que todos os lugares sejam igualmente honrosos, sem no entanto se tornar impossível servir os convivas.

De facto, a maior parte dos pratos não são postos em cima da mesa; as carnes põem-se num pequeno trinchante e o mesmo se passa com as bebidas. Cortam-se para cada convidado porções de carne: é o papel reservado ao escudeiro trinchador, em geral um jovem gentil-homem, e, nos romances de cavalaria, como *Jean de Dammartin et Blonde d'Oxjord,* obra de Beaumanoir, o cavaleiro servidor da dama cumpre esse papel. Depõem-se os pedaços sobre fatias de um pão especial, mais compacto do que o pão corrente, dito pão de trinchar, ou directamente sobre o prato. Este costume substituiu nalgumas regiões de Inglaterra, onde os pratos de carne não aparecem à mesa. O mesmo acontece com as bebidas: os jarros que as contêm estão sobre um aparador, e o copeiro enche, uns após outros, jarros e taças, à vontade dos convivas. Todas as cenas de banquete representam assim escudeiros e servidores indo e vindo durante a refeição, enquanto as damas permanecem sentadas, tal como o" senhores de alta posição, e os hóspedes familiares da casa, galgos de formas esguias ou pequenos *caniches,* volteiam à procura de um pedaço para comer. Os festins são muitas vezes separados por entremezes, no decurso dos quais os jograis recitam poemas ou executam números de acrobacia; por vezes é mesmo toda uma pantomima ou uma peça de teatro que se desenrola aos olhos dos convivas.

É posto um cuidado extremo na apresentação dos pratos: pavões e faisões são postos de pé, revestidos com as suas penas; e nas geleias traça-se toda a espécie de cenários. O serviço compreende em primeiro lugar as sopas, de uma grande variedade, desde os caldos complicados, muitas vezes temperados com ovos batidos, pedaços de pão torrado e condimentos inesperados como o *verjus* (licor de uva), até às papas de farinha, de sêmola ou de cevada, que se comem ainda nos nossos campos e que formavam o fundo da alimentação dos camponeses. Os Franceses eram reputados como grandes comedores de sopas, tal como hoje em dia. Eram igualmente famosos pela excelência dos seus *pâtés* e das suas *tartes;* a corporação dos pasteleiros de Paris alcançou uma justa reputação: *pâtés* de montaria ou de aves, que se vendiam quentinhos na rua, *tartes* de legumes ou de compotas, realçadas com ervas aromáticas, tomilho, rosmaninho, louro. Nos festins dados pelos príncipes por oca" ião de qualquer recepção, sobretudo a partir do século XVI, certos *pâtés* monstruosos encerram cabritos-monteses inteiros, sem prejuízo dos capões, pombos e láparos que o: temperam, entremeados de gordura de porco, apaladados com cravinho e açafrão. Eram também muito apreciadas as carnes grelhadas e assadas, bem como os molhos, de que cada cozinheiro possuía uma especialidade, sendo o mais apreciado o molho de alho, vendido já preparado para uso das donas de casa. Cremes e pratos doces terminam a refeição; alguns bolos, como as filhoses e bolos de amêndoa e o maçapão, contam-se entre aqueles que ainda hoje apreciamos; como presente, gostava-se das compotas de frutos, sobretudo da marmelada, então muito estimada, e de bombons; eram as guluseimas mais correntes, juntamente com as compotas e os xaropes.

Tudo isto está evidentemente a milhas das «ervas» e «raízes». A alimentação e o refinamento que nela se põe variam, é claro, com o grau de fortuna, mas está fora de dúvida que não se venderiam nas ruas coscorões, *pâtés* e produtos exóticos como os figos de Malta se não houvesse ninguém que os comprasse, ou se só estivessem ao alcance dos ricos burgueses, cujo abastecimento se fazia a outra escala e que tinham em casa os seus cozinheiros. Nos romances de ofício vêem-se jovens aprendizes comprar regularmente pequenos *pâtés* quando vão de manhã buscar água à fonte para o consumo da casa, quer dizer, pois, que o seu preço não era inabordável para a sua bolsa. E a vida no campo, embora talvez menos variada, não devia ser menos à larga que na cidade, muito pelo contrário, pois a cultura dos campos c a criação de gado davam aos camponeses facilidades que o citadino não tinha; quando se quer criar uma cidade, é-se obrigado, para atrair habitantes , a prometer-lhes isenções e privilégios, o que não seria necessário se o camponês fosse miserável ou, como nos nossos dias, desfavorecido em relação ao citadino. Há todas a> razões para crer que é da Idade Média que datam as sãs tradições gastronómicas que estabeleceram tão solidamente em todo o mundo a reputação **da** cozinha francesa.

*

O que surpreende, nos trajos da Idade Média, é a cor; o mundo medieval é um mundo colorido, e o espectáculo da rua devia ser então um encantamento para os olhos; perante este cenário de fachadas pintadas e de tabuletas rutilantes, o movimento destes personagens, todos vestidos de tons vivos, homens e mulheres, com os quais contrasta a túnica negra dos clérigos, o burel castanho dos irmãos mendigantes e a brancura extrema de uma coifa, não é possível, no mundo moderno, imaginar uma tal festa de cores, a não ser nos desfiles ainda há pouco conhecido, em Inglaterra, por ocasião do casamento de um príncipe ou da coroação de um rei, ou cm certas cerimónias eclesiásticas, como as que se desenrolam no Vaticano. Não se trata apenas de indumentária de luxo; os simples camponeses vestem-se com cores claras, vermelhas, ocres, azuis. A Idade Média

parece ter tido horror dos tons sombrios, e tudo o que nos legou, frescos, miniaturas, tapeçarias, vitrais, é testemunho desta riqueza de colorido tão característica da época.

Não se deve contudo exagerar o pitoresco ou a excentricidade do trajo medieval; alguns pormenores, que associamos inevitavelmente aos quadros do tempo, só excepcionalmente fizeram parte da indumentária: os sapatos de ponta revirada, por exemplo, estiveram na moda durante uma cinquentena de anos, não mais, no decorrer do século xv, que não assistiu a poucos exageros vestimentares; Charles d Orléans critica os «gorgias», jovens elegantes que usam mangas «recortadas» — mangas de fenda lateral que deixam aparecer dobras impressionantes. Do mesmo modo, a coifa longa e pontiaguda, irresistivelmente evocada pela palavra «castelã», foi muito menos usada do que a coifa quadrada ou arredondada que enquadra o rosto e é muitas vezes acompanhada de uma fita sob o queixo, moda corrente no século xiv.

De um modo geral, as mulheres da Idade Média usam roupas que seguem a linha do corpo, com um busto muito justo e amplas saias de curvas graciosas. O corpete abre-se frequentemente sobre a *chainse* ou camisa de tecido e as mangas são por vezes duplas, detendo-^ as primeiras, as da sobreveste ou trajo de cima, nos cotovelos e indo as de baixo, de tecido mais ligeiro, até aos pulsos. O pescoço é sempre bem destacado, enquanto as saias arrastam pelo chão, presas por um cinto onde por vezes sobressai uma fivela de joalharia.

O trajo masculino quase não se distingue do trajo feminino, pelo menos nos primeiros séculos da Idade Média, mas é mais curto, o calção deixa ver as meias, e por vezes as bragas ou calções; no decurso do século XII, sob a influência das Cruzadas, adoptam-se roupas compridas e flutuantes, moda vivamente censurada pela Igreja como sendo efeminada. Os camponeses usam uma espécie de romeira com capuz e os burgueses cobrem a cabeça com um carapuço de feltro ou de tecido pregueado. São muito apreciadas as peles, desde o arminho reservado aos reis e príncipes de sangue, a marta ou o esquilo, até às simples raposas e carneiros, de que os aldeões confeccionam sapatos, gorros e por vezes casacos compridos. No século xv, os grandes senhores, como o duque de Berri, gastarão fortunas para comprarem peles preciosas, e é também nessa época que o trajo se complica, que os calções se tornam estreitos e justos e a vasquinha exageradamente curta e franzida na cintura e os seus ombros acolchoados.

A roupa interior existe desde o início da Idade Média, e o exame das miniaturas mostra que é usada tanto pelos camponeses como pelos burgueses; havia por toda a parte, em França, canhameirais

cuja fibra era fiada e tecida em casa, fornecendo um belo tecido resistente. Em contrapartida, a roupa de noite não existe e o seu uso só muito tarde é introduzido. Para a indumentária, circula em toda a França uma grande variedade de tecidos, através das grandes feiras. Vendem-se nas cidades mediterrânicas todas as especialidades da indústria têxtil das Flandres e do Norte da Franca: tecidos de Châlons, estamenha forte de Arras, lençóis de lã de Douai, de Cambiai, de Saint-Quentin, de Metz, panos vermelhos d'Ypres, *estanjorts* de Inglaterra, tecidos finos de Reims, feltros e capas de Provins, sem contar as especialidades locais como a *brunette* de Narbona e os panos cinzentos e verdes de Avinhão. Por outro lado, o comércio das cidades do litoral, Génova, Pisa, Marselha, Veneza, permitia a importação dos produtos exóticos da África do Norte e mesmo da Índia e da Arábia; alguns registos de mercadores que frequentavam a feira da Champagne são tão sugestivos como uma página das *Mil e Uma Noites:* panos de ouro de Damasco, sedas e veludos de Acra, véus bordados da índia, algodões da Arménia, peles da Tartária, couros e cordovões de Tunes ou de Bougie, peles trabalhadas de Orão e de Tlemcen. A seda e o veludo foram durante muito tempo apanágio da nobreza, sendo os nobres os únicos suficientemente ricos para poderem adquiri-los. E tudo isto era objecto dos presentes dos príncipes: em ocasiões de grande regozijo, distribuem-se gostosamente ao seu séquito, independentemente do grau, trajos mais ou menos sumptuosos. Mas o luxo excessivo não foi caracterítico da realeza capetiana; a corte só se tornou magnífica sob os Valois, e sobretudo com os príncipes apanagiados, duques de Berri, de Borgonha e de Anjou. É sabido, pelo contrário, que um Luís, o Jovem, um São I 11 is, um Filipe Augusto se faziam notar pela sobriedade do trajo, frequentemente mais simples que o dos seus vassalos.

No que respeita ao trajo militar, seria cometer um erro imaginar o cavaleiro medieval sob as pesadas armaduras complicadas que se vêem nos nossos museus, e que não aparecem antes do fim do século XIV, quando as armas de fogo necessitam de um aparelho defensivo aperfeiçoado. Nos séculos XII e XIII, a armadura consisle essencialmente na cota de malha, que desce até pouco acima do joelho, e no elmo, que, pesado e maciço a princípio, se aperfeiçoa e suaviza depois com viseiras e fitas sob o queixo móveis com nasal e frontal. Sobre o lorigão ou cota de malha, para lhe atenuar o brilho, passava-se uma sobreveste de tecido, pano fino ou outro; as grevas e esporões completavam a farpela. Não é possível fazer melhor ideia da indumentária de guerra da época do que através da bela estátua do Cavaleiro de Bamberg, obra-prima de harmonia e máscula simplicicidade. Mas é necessário um esforço suplementar para reconstituir o espectáculo

deslumbrante que deviam apresentar os exércitos de então: essa multidão de cascos, lanças e espadas chamejando ao sol, a ponto de a sua reverberação ter sido muitas vezes uma causa de derrota para aqueles que se encontravam desfavoravelmente orientados.

Podem-se conceber os gritos de admiração arrancados aos cronistas por essas hostes rutilantes, com as suas bandeirolas e estandartes, os cavalos carapaçonados, as sedas brilhantes abrindo-se sobre as cotas de aço, cada corte agrupada em torno do seu senhor e usando as suas cores. De facto, é na mesma época, em princípios do século XII, que aparece o brasão. Os termos e a maior parte das peças foram tirados do oriente árabe, mas o costume generalizou-se rapidamente na Europa, expandido pela prática dos torneios, nos quais, para seguir a evolução dos cavaleiros em campos frequentemente muito extensos, os espectadores se fiavam nas suas armas, como hoje nas cores de um jóquei. Este brasão, que conhece hoje uma voga renovada, faz parte integrante da vida medieval: traduz, sob uma forma articulada, a divisa de um senhor ou de uma família; é ao mesmo tempo grito de guerra e sinal de aliança. É sabido que cada cor, ou antes cada esmalte, tem a sua significação, como cada móvel a que está aposto; o azul é símbolo de lealdade, o goles, de coragem, o areia, de prudência e o sinople, de cortesia; dos dois metais, a prata significa pureza, o ouro, ardor e amor. O brasão foi-se complicando ao correr dos séculos, mas desde o seu aparecimento que constitui uma ciência e uma espécie de linguagem hermética, traduzindo, sob essa forma rica e colorida que tanto apraz à Idade Média, todo o feixe de tradições e de ambições que compõe a personalidade moral de cada corte.

Os instrumentos de trabalho são, na Idade Média, sensivelmente os mesmos de que nos servimos até ao século XIX, antes do desenvolvimento do maquinismo e da motorização da agricultura. É necessário contudo mencionar que o carro de mão, esse carro de mão cuja invenção é atribuída a Pascal por uma tradição bem estabelecida, existia já na Idade Média, em tudo semelhante àquele de que nos servimos actualmente. É possível ver manuscritos do século xiv cujas iluminuras mostram trabalhadores transportando pedras ou tijolos em carros de mão, dos quais sustentam um dos braços por meio de uma corda passada sobre o ombro, para poderem transportar mais facilmente a carga; o processo continua a ser usado pelos nossos operários.

Devem-se várias invenções à Idade Média, e a sua importância tornar-se-ia demasiado grande com o andar dos tempos para que possam ser passadas em silencio: a albarda dos cavalos, por exemplo. Até então, a atrelagem concentrava todo o esforço sobre o peito do animal, de tal modo que, com uma carga um pouco mais importante, existia o risco de sufocação: foi no decurso do século x que apareceu a

engenhosa ideia de atrelar as bestas de carga de modo a que fosse o corpo inteiro a suportar o peso e o esforço requeridos [17]. Esta inovação deveria introduzir uma profunda renovação dos costumes: a tracção humana havia sido até então superior à tracção animal; ao inverter a ordem das coisas, tornava-se fácil e possível praticamente a supressão da escravatura, necessidade económica na Antiguidade. A Igreja tinha lutado para que o escravo fosse considerado como um homem e para que os direitos da pessoa humana lhe fossem reconhecidos — o que constituía já uma revolução social nos costumes. Essa revolução foi definitiva a partir do dia em que cavalos e burros se encarregaram de uma parte do trabalho humano. O mesmo se deu com a invenção do moinho: moinho hidráulico, depois moinho de vento, deveria fazer dar um passo considerável à humanidade, suprimindo a imagem clássica do escravo atrelado à mó. De alcance menos profundo, mas de incontestável comodidade, o processo que permite a uma viatura girar facilmente sobre si própria, graças ao dispositivo que torna as duas rodas da frente independentes das rodas de trás, não deveria contribuir menos para o progresso e o conforto: pense-se apenas no espaço que devia ser necessário aos grandes carros carregados de cereais ou de forragem para virar e nos atropelos daí resultantes! É mais que certo que estas invenções tiveram mais efeito do que nenhuma outra sobre o bem-estar da arraia-miúda e contribuíram, sem sobressaltos nem despesas, para melhorar eficazmente a sua sorte.

A estas invenções, que deviam modificar radicalmente as condições do trabalho humano, é preciso acrescentar as da bússola e da barra do leme, não menos importantes na história do mundo. Os progressos da navegação foram por elas decuplicados, o que explica. pelo menos em parte, essa intensa circulação a que «e assiste no sécuo XIII.

O ritmo da jornada de trabalho varia muito na Idade Média, segundo as estações. É o sino da paróquia ou do mosteiro vizinho que chama o artesão à oficina e o camponês aos campos, e as horas das trindades mudam com a duração do dia solar; as pessoas deitam-se e levantam-se, em princípio, ao mesmo tempo que o Sol: no Inverno, o trabalho começa pois por volta das oito ou nove horas, para terminar às cinco ou seis; de Verão, em contrapartida, a jornada começa a partir das cinco ou seis da manhã, para só terminar às sete ou oito da noite. O que faz, com as duas interrupções para as refeições, jornadas de trabalho que variam de oito a nove horas, no Inverno, até doze ou treze, ou por vezes quinze horas, no Verão,

(17) ***Cf.*** **Lefebvre des Noettes, L'*attelage à travers les ages.* Paris, 1931.**

o que é ainda o regime habitual das famílias camponesas. Mas isto não se verifica todos os dias. Em primeiro lugar, pratica-se aquilo a que se chama a semana inglesa; todos os sábados e nas vésperas dos feriados, o trabalho cessa à uma hora da tarde, em certos ofícios, e para toda a gente nas vésperas, quer dizer, o mais tardar por volta das quatro horas. Aplica-se o mesmo regime às festas que não são feriados, isto é, uma trintena de dias por ano, tais como o dia de Cinzas, das Implorações, dos Santos Inocentes, etc. Repousa-se igualmente no dia da festa do padroeiro da confraria, do da paróquia e, bem entendido, feriado completo ao domingo e nos dias de festas obrigatórias. Estas são muito numerosas na Idade Média: de trinta a trinta e três por ano, segundo as províncias; às quatro festas que conhecemos hoje em dia em França vêm acrescentar-se, não só o dia dos Mortos, a Epifania, as segundas-feiras de Páscoa e do Pentecostes, e três dias na oitava do Natal, mas ainda numerosas festas que passam mais ou menos desapercebidas actualmente, tais como a Purificação, a Invenção e a Exaltação da Santa Cruz, a Anunciação, o São João, o São Martinho, o São Nicolau, etc. O calendário litúrgico regula assim todo o ano, introduzindo uma grande variedade, tanto mais que se dá a estas festas muito mais importância do que nos nossos dias. É pelas suas data^., e não pelos dias do mês, que se mede o tempo: fala-se do «Santo André» e não do 30 de Novembro, e diz-se três dias depois do São Marcos, de preferência a: o 28 de Abril. Em sua honra são igualmente preteridas exigências de ordem social, tais como as da justiça, por exemplo. Os devedores insolúveis, aos quais é designada uma residência forçada — regime que faz lembrar a prisão por dívidas, embora sob uma forma mais doce —, podem abandonar esta e ir e vir livremente desde a Quinta-Feira Santa até à terça-feira de Páscoa, do sábado à terça-feira de Pentecostes, e desde a véspera de Natal até à Circuncisão. Estamos perante noções que nos é difícil hoje em dia compreender perfeitamente.

No total, havia cerca de noventa dias por ano de feriados completos, com setenta dias e mais de feriados parciais, quer dizer, cerca de três meses de férias repartidas ao longo do ano, o que garantia uma variedade inesgotável na cadência do trabalho. Em geral, as pessoas queixar-se-iam mesmo, como o sapateiro de La Fontaine, de terem demasiados dias feriados.

A organização dos lazeres é de base religiosa: todo o feriado é dia de festa e toda a festa começa pelas cerimónias do culto. Estas são frequentemente longas e sempre solenes. Prolongam-se em espectáculos que, dados primitivamente na própria igreja, não tardaram em se ver rechaçados para o adro: são as cenas da vida de Cristo, das quais a principal, a Paixão, suscita obras-primas redescobertas pela

nossa época: a Virgem e os santos inspiram também o teatro, e toda a gente conhece o *Miracle de Théophile [Milagre de Teófilo]*, que teve uma voga extraordinária. Estes espectáculos são essencialmente populares; têm o povo como actor e auditório — auditório activo, vibrando ao menor pormenor dessas cenas que evocam nele sentimentos e emoções de uma qualidade muito diferente das do teatro actual, uma vez que não são apenas o intelecto ou a sentimentalidade que entram em jogo, mas também crenças profundas, capazes de transportar esse mesmo povo até às costas da Ásia Menor por apelo de um papa. É parte integrante sua, como sempre, a nota paródica, levada muito longe: não se vai ao ponto de subir ao púlpito para debitar gracejos apimentados com ditos dos mais picantes, por altura dos «sermões alegres»? Os clérigos não vêem mal nenhum nessas excentricidades, que nos nossos dias fariam escândalo, e tomam galhardamente parte nelas.

Não existe, aliás, apenas o teatro propriamente religioso, e, sobre as bancadas levantadas na praça, representam-se frequentemente farsas e sotias, ou ainda peças de assuntos romanescos ou históricos; quase todas as cidades possuem a sua companhia teatral; a dos clérigos da Basoche, em Paris, ficou célebre. Os festejos públicos têm também o seu lugar ao lado das festas da Igreja: são por vezes magníficos cortejos que desfilam pelas ruas, por ocasião das assembleias e cortes gerais convocadas pelos reis numa ou noutra das suas residências, em Paris, em Orleães, fazendo lembrar os *campos de Março* e *campos de Maio*, para os quais Carlos Magno convocara a nobreza do país, em Poissy ou Aix-la-Chapelle. Nessas ocasiões, a corte de França, tão simples em geral, compraz-se numa certa ostentação, e, como para as entradas de reis ou de grandes vassalos nas cidades, estas são decoradas com todo o fausto imaginável: tapeçarias estendidas ao longo das paredes, casas ornadas de folhagens e de verdura, ruas juncadas de flores. Assim acontece, nomeadamente, aquando da coroação de um rei; as cidades por onde passa após as cerimónias de Reims apressam-se a prestar-lhe uma recepção solene; e essa recepção nada tem de rígido nem de pomposo; é acompanhada de cortejos grotescos, nos quais saltimbancos e folgazões de profissão, misturados com o público, fazem mil números que pareceriam incompatíveis com a majestade real; só aquando da entrada do rei Henrique II em Paris é que se decidiu suprimir essas festas e «palhaçadas do tempo antanho». Eram ocasião de munificências por vezes inauditas, sobretudo sob o reino dos Valois: fontes debitando vinho, para as quais se preparavam cozinhas ambulantes, sobre as quais as carnes se amontoavam em enormes espetos. Foi na mesma época que se tomou gosto pelas mascaradas ou bailes de máscaras, um dos quais

ficou tragicamente na memória sob o nome de *Bal des Ardents [Baile dos Ardentes]*: aquele em que o jovem rei Carlos VI havia envergado, com mais quatro companheiros, um disfarce de *selvagem*, feito de estopa besuntada com pez e coberto de penas, e no qual, tendo-se o grupo aproximado imprudentemente de uma tocha, se lhes pegou fogo; teria morrido sem a presença de espírito da duquesa de Berri, que o envolveu nas pregas do seu manto, abafando assim as chamas; mas o perigo a que acabava de escapar não deixou de influir sobre o cérebro já de si fraco do infortunado monarca e sobre a enfermidade que o iria atingir.

Todos os acontecimentos que atingem a família real, ou apenas a família senhorial do local: nascimentos, casamentos, etc, são ocasião para distracções e festividades. Também as feiras comportam a sua dose de diversões. É nessas ocasiões que os jograis exibem os seus talentos, desde os que recitam, ao som do alaúde ou da viola, fragmentos de canções de gesta, até aos simples lutadores que, com as suas carantonhas, acrobacias e malabarismos, atraem um círculo de pacóvios; por vezes efectuam pantominas —antepassados de Tabarin —, mostram animais inteligentes, ou fazem equilíbrio sobre uma corda esticada a alturas impressionantes.

Depois do espectáculo, seja de que género for, a distracção preferida na Idade Média é a dança. Não há banquete que não seja seguido por um baile: danças dos donzéis nos castelos, carolas aldeãs, rondas em torno da árvore de Maio; nenhum passatempo é mais apreciado, sobretudo pela juventude: romances e poemas fazem-lhe frequentes alusões. Aprecia-se a mistura de cantos e de danças, e certos refrães servem de pretexto para *bailar* e *cantarolar*, tal como as fogueiras de São João para saltar e fazer rondas. Também as competições desportivas possuem os seus adeptos: lutas, corridas, saltos em altura e em comprimento, tiro ao arco são objecto de concursos nas aldeias, entre os burgos, e também entre os pajens e escudeiros que compõem a corte de um senhor. A caça, ocasião de festins e de regozijo, permanece o desporto favorito e, bem entendido, justas e torneios são as principais atracções dos dias de festa ou de grandes recepções. As crianças, como em todas as sociedades do mundo, imitam nos seus jogos os dos adultos, ou fazem intermináveis jogos de escondidas e de malha.

Os divertimentos de interior não faltam. É sobretudo o xadrez; durante as Cruzadas era jogado com fervor, tanto no exército cruzado como no exército sarraceno, e são numerosos os tratados manuscritos nas nossas bibliotecas. É sabido que o Velho da Montanha, o terrível .senhor tios Assassinos, fez dom a São Luís de um magnífico tabuleiro de marfim c ouro. Menos sábios, os jogos de *mexas*, quer dizer, de

damas ou gamão, tinham também os seus adeptos. Mas eram sobretudo os dados que faziam furor; vadios e jograis arruinavam-se com eles: Rutebeuf fez mais de uma vez essa amarga experiência e conta em termos patéticos as esperanças incessantemente iludidas e o despertar angustioso dos infelizes jogadores arruinados; joga-se aos dados mesmo na casa real. Como é frequente o emprego de imprecações nesta espécie de jogos, as autoridades tomam medidas contra os blasfemos: em Marselha, aqueles que tinham esse mau hábito eram mergulhados por três vezes num fosso lodoso, próximo do Vieux-Port. Puniam-se igualmente aqueles que utilizavam dados viciados ou faziam batota de qualquer outro modo. As crianças, essas, jogavam aos ossinhos. Mais distintos e praticados na sociedade cortês eram os diversos jogos de espírito: adivinhas, anagramas, pedaços rimados. Christine de Pisan deixou-nos *jogos para vender*, pequenas peças improvisadas, no género de: «Vendo-vos o meu cestinho» — plenos de encanto e de poesia ligeira.

evolução da arquitectura, manifesta este espírito positivo, realista, que por vezes fez tratar os nossos antepassados de «prosaicos» — o que é talvez excessivo, mas mais próximo da verdade do que a tendência romântica para ver neles seres fantasistas e descabelados.

Objectar-se-á o seu gosto pela poesia. Mas é que ao contrário dos modernos, que viram nela de preferência um capricho, uma «evasão», e no poeta uma espécie de boémio, um ser à parte, ou um heredo-sinfilítico, os homens da Idade Média consideram a poesia como uma forma natural de expressão; para eles, ela faz parte da vida, ao mesmo título que as necessidades materiais ou, mais exactamente, como as faculdades próprias do homem como o pensamento e a linguagem. O poeta não é para eles um anormal, é ao contrário um homem completo, mais completo do que aquele que não é capaz de criação artística ou poética; não pensariam, como Platão, em bani-lo da República, porque a poesia desempenha o seu papel na sua república, tal como a eloquência na Grécia antiga.

Este sentido prático traduz-se, entre outras coisas, por uma grande prudência perante a vida. Faz-se uso de tudo, mas com mesura. O homem teve, na Idade Média, uma espécie de desconfiança instintiva das suas próprias forças — que coexiste curiosamente com o entusiasmo e a audácia dos grandes empreendimentos a que a época assistiu. Um dos adágios que explicam este tempo é o de Roger Bacon: *Natura non vincitur, nisi parendo. [Só se pode vencer a natureza obedecendo-lhe.]* Professa-se então um grande respeito pela tradição, pelo estado de facto, pelo costume, que pouco mais é que a constatação desse estado de facto; tudo o que é consagrado pelo tempo torna-se indestrutível, e as descobertas, em arte, em arquitectura, na vida corrente, só se impõem quando apoiadas na experiência. Não se procura inovar, mas sim, pelo contrário, fortificar aquilo que nos é legado pelo passado, aperfeiçoando-o. A Idade Média é urna época de empirismo: a vida não assenta sobre princípios determinados de antemão, são os princípios directores da existência que resultam das condições a que esta é obrigada a adaptar-se.

Existe um ponto de acusação muito revelador deste aspecto da mentalidade medieval: é aquilo a que os juristas chamam: *crime de novidade.* Designa-se deste modo tudo o que vem romper violenta e brutalmente o curso natural das coisas, ou o seu estado tradicional, desde a quebra de uma vedação até à desposessão de um direito de que se gozava até então pacificamente. Esta «nova força», este acto que rompe com um passado que havia dado as suas provas, temem-se as suas consequências imprevisíveis; trata-se de uma espécie de humildade perante a Criação: sabe-se que o homem pode ser ultrapassado pelos acontecimentos por si próprio desencadeados e, a este título, desconfia-se de tudo o que não foi sancionado pela tradição. Em compensação, o modo de investigação ou de justificação mais corrente consiste em fazer apelo à memória dos testemunhos mais idosos: quando se prova que o direito contestado está em uso desde há tempos imemoriais, todos se inclinam. É em virtude da mesma tendência que um rendeiro que se instala numa terra e a cultiva tranquilamente durante o tempo da prescrição acaba por ser considerado legítimo proprietário seu: estima-se que aqueles que teriam fundamento para oposição deveriam ter-se apercebido no decurso do prazo legal de «ano e dia», durante o qual a *novidade* se transmutou em estado de facto.

Mais significativa é ainda a noção que se tinha então da liberdade individual. Ela não aparece, na Idade Média, como um direito ou um bem absoluto. Seria antes considerada como um resultado: aquele cuja segurança está assegurada, aquele que possui terras suficientes para poder enfrentar os agentes do fisco e defender ele próprio o seu domínio, esse é reputado livre, porque tem, de facto a possibilidade de fazer o que lhe apraz. Os outros têm, por princípio; segurança primeiro, e não parecem, aliás, sofrer de outro modo com a restrição, imposta pela necessidade, à sua liberdade de movimento, nem reivindicar esta como um direito preestabelecido. Não se trata aqui, bem entendido, senão da liberdade individual, «atómica», segundo a expressão de Jacques Chevalier, pois os direitos do grupo ao qual se pertence, e que são considerados indispensáveis à sua existência, são ao contrário encarniçadamente defendidos: liberdades familiares, corporativas, comunais e outras são, se necessário, defendidas de armas na mão.

Este sentido prático, este horror inato da abstracção e da ideologia completam-se com um sentido do humor que vai muito longe. O homem, na Idade Média, diverte-se com tudo; com ele, o desenho transforma-se facilmente em caricatura e a emoção convive com a ironia. É uma característica a não perder de vista quando se estuda a época, pois mais de uma vez, ao levar certos textos demasiado a sério, mais não se conseguiu do que desfigurá-los e torná-los pejados. Julgou-se ver amostras dessa famosa «ingenuidade» medieval ou certas segundas intenções surdas de vingança do fraco sobre o forte em passagens em que o autor procurava divertir-se, e nada mais. Quando se esculpem nas cadeiras do coro de uma igreja freiras de traços grotescos em posturas ridículas, quando certo cronista, ao falar do fogo grego, exclama, a propósito dessa «água» que irradiava o fogo: «(Ela) custa mui caro, tal *o* faz bom vinho!», quando, nos *fabliaux,* o cura recebe pauladas, não se deve ver nisso mais do que o sentido do ridículo, o prazer de rir e de fazer rir. Nada escapa a esta tendência, nem

mesmo aquilo que é julgado pela época como o mais respeitável; chocamo-nos por vezes com essas cenas de taberna, de conversas galhofeiras, introduzidas nos *Mystères [Mistérios]*, e seria totalmente impossível, nos nossos dias, reconstituir certas cenas religiosas ou oficiais sem escandalizar o público habituado a mais gravidade. É sobretudo percorrendo os manuscritos que se torna mais sensível essa faculdade de misturar o sorriso com as mais austeras preocupações, essa espécie de travessura natural que tornava os nossos antepassados incapazes de se manterem sérios até ao fim: no seguimento de um grave tratado sobre os diferentes pesos em uso e as suas equivalências, encontramos, por exemplo, esta conclusão inesperada, acrescentada de sua própria autoridade por um copista que torcia por certo o nariz à sua tarefa: *et pondus est mensura, et mensuram odit anima mea [e o peso é a medida, e eu detesto a medida]*! Outro, no seguimento de uma obra de filosofia, formula tranquilamente este desejo sem vergonha: *Scriptori pro pena sua detur pulchra puella. [Pudesse o copista, pela sua pena, ser presenteado com uma bela rapariga]!* Tudo isto sem transição, na mesma escrita que o resto da obra, e em manuscritos destinados a graves personagens. Se passarmos aos desenhos e miniaturas que ornam as páginas, são incontáveis os exemplos de malícia ou ironia semeados aqui e ali, com uma veia que jorra interminavelmente e que encontra o meio de se exercer mesmo nos mais doutos tratados de filosofia.

Este humor medieval está, aliás, curiosamente ligado à fé religiosa que anima a época e que há que ter presente também nos mais pequenos pormenores da história ou da vida corrente. A sua fé ensina-lhe, com efeito, a originalidade da pessoa divina, a quem nada é impossível e que pode por conseguinte inverter as situações a seu bel-prazer. O *Credo quia absurdum*, atribuído a Santo Agostinho, faz parte da própria essência da vida medieval, para a qual a acção divina acrescenta a todas as probabilidades da existência terrestre um campo propriamente ilimitado de «impossíveis» realizáveis. As pequenas cenas nas quais escultores e imagistas, do tempo se deleitaram a representar, por exemplo, um galo arrastando unia raposa, ou unia lebre deitando ao chão um caçador, não fazem mais do que traduzir esse estado de espírilo, no qual a nota humorística está intimamente ligada à crença num Deus Todo-Poderoso tornado homem.

Sc tentarmos resumir as preocupações da época, aperceber-nos--emos de que elas cabem em duas palavras, dois pólos contrários, mas não contraditórios: residência e peregrinação. Toda a existência está então ferozmente centrada no lar, na família, na paróquia, no domínio, no grupo a que pertence. Não há costume ou parte alguma sua que não tenda a reforçar essa ligação, ou a fazer respeitá-la. Uma

cidade defende tão ciosamente as suas liberdades como um senhor a sua castelania; as associações mostram-se tão intransigentes relativamente aos seus privilégios como um pai de família em relação ao seu feudo, por muito exíguo que seja; a *residência (manoir)*, o local em que se reside, é considerado como um santuário; isto sobressai de tudo o que nos é possível conhecer da história medieval: direito privado, instituições familiares e municipais — e a própria formação do domínio real, resultado de uma paciente tenacidade, de sábias combinações de heranças e de casamentos, nada mais é do que uma prova entre outras desse espírito positivo e realista dos nossos antepassados quando se trata de fortificar e de salvaguardar o seu património.

E, contudo, esses seres apegados à terra, ligados aos seus antepassados e aos seus descendentes, estiveram em movimento perpétuo. A Idade Média é ao mesmo tempo uma época em que se constrói e uma época na qual as pessoas se movimentam — duas actividades que poderão parecer inconciliáveis, e que no entanto coexistiram, sem dramas nem dilacerações. Assistiu às maiores deslocações de multidões, à mais intensa circulação conhecida na história do mundo, exceptuada a nossa época. Que são as empresas coloniais, as dos Gregos e as do século passado, ao lado desses êxodos de população que marcaram as Cruzadas? E trata-se de êxodos fecundos, sem nada de comum com esses lamentáveis rebanhos que são para nós uma multidão em marcha. Ainda mal instalados numa costa hostil, conquistada em feroz luta, esse punhado de senhores transplantados da sua província da Flandres ou do Linguadoque revelam-se construtores, juristas, administradores, com um espantoso génio de adaptação, em países onde a língua, os costumes e o clima lhes eram desconhecidos apenas alguns meses antes. Dois séculos bastaram para ver nascer, viver e extinguir-se uma civilização original, forjada peça a peça, e cujos restos ainda hoje nos maravilham.

Sabemos medir o trabalho que representa uma fortaleza como a de Château-Gaillard ou uma catedral como a de Albi, mas o que é difícil de imaginar é que uma e outra tenham sido edificadas por personagens cuja vida inteira foi idas e voltas: desde o mercador que abandona a sua loja Para ir às feiras da Champagne ou da Flandres, ou para traficar nos entrepostos de África ou da Ásia Menor, até ao abade que se vai embora inspeccionar os seus mosteiros, desde os estudantes em marcha de uma universidade para outra até aos senhores que visitam o seu condado ou aos bispos em visita à sua diocese, desde os reis que partem para a cruzada até à populaça que marcha para Roma ou Santiago de Compostela — todos eles, em maior ou menor grau, participam nessa febre de movimento que faz do mundo medieval um inundo em marcha. Quando Guillaumc, de Rubruquis,

a convite de S. Luís, se desloca à corte do cã dos mongóis, pouco se espanta de aí encontrar um ourives parisiense, Guillaume Boucher, cujo irmão tinha loja no Pont au Change, e que, instalado na Horda de Ouro, construía para os seus mecenas asiáticos uma «árvore mágica», na qual serpentes douradas, enroladas à volta do tronco, serviam leite, vinho e hidromel. O arquitecto Villard de Honnecourt vai até ã Hungria, semeando pelos ares, se se pode dizer, a *opus francigenum*, e é um francês, Étienne de Bonneuil, que constrói, na Suécia, a catedral de Upsala.

Esta facilidade das partidas estava bem enraizada nos costumes. A partir do momento em que é capaz de agir, quer dizer, desde a idade de catorze ou quinze anos, o indivíduo tem, de acordo com os costumes familiares, o direito e a possibilidade de se afastar, de fundar uma família, de exercer uma actividade própria, e nada do que lhe advém da herança paterna pode ser-lhe subtraído. Por muito extraordinário que possa parecer, são os próprios laços que o fixam ao solo que asseguram a sua liberdade. Um pai de família pode partir para a cruzada, deixando para trás a terra, a mulher e os filhos: os seus bens pertencem mais à família do que a si próprio, e pode ser substituído por outros no seu ofício de gerente. O vagabundo que existe nele não prejudica em nada o administrador, e nada se opõe a que invista um após o outro os dois papéis. Este gosto da aventura é tal que mesmo o servo, preso à gleba, tem permissão de a abandonar para ir em peregrinação. Do mesmo modo que os costumes retêm o homem no lugar que a natureza lhe fixou, assim também o espírito do tempo compreende a necessidade de evasão que corrige e compensa o sentido da estabilidade. Certos costumes autorizam mesmo o viajante a apoderar-se pelo caminho daquilo que lhe for necessário para se alimentar, a si e à sua montada, e os deveres de hospitalidade são em toda a parte considerados dos mais sagrados que existem: recusar asilo aos errantes é visto como uma falta grave, provocando uma espécie de maldição.

A Idade Média conheceu, aliás, excessos nesta ordem de coisas: são disso prova as medidas que a Igreja se viu obrigada a tomar contra os clérigos vagabundos. E esta aptidão do camponês para partir do lar provocou os movimentos de «pastorinhos» que se entregaram por vezes às piores desordens. Mas não é menos verdade que esta alegria das partidas era uma garantia de vida, uma fonte de dinamismo incomparável. Foi assim que as troais se multiplicaram na cristandade medieval, tal como entre a Europa e o Oriente. A época das grandes descobertas é a Idade Média; foi então que se aclimataram na nossa terra os frutos bizarros e magníficos: a laranja, o limão, a romã, o pêssego e o alperce; foi graças aos cruzados que a Europa

conheceu o arroz, o algodão, a cana-de-açúcar, que aprendeu a servir--se da bússola, a fabricar o papel, e também, infelizmente, a pólvora dos canhões; ao mesmo tempo implantavam na Síria as nossas indústrias: vidraria, tecelagem, tinturaria; os nossos mercadores exploravam o continente africano, um arquitecto europeu construía a grande mesquita de Tombuctu, e os Etíopes faziam apelo aos nossos artífices de arte, pintores, cinzeladores, carpinteiros. Viu-se na Idade Média um pacífico burguês de Toulouse, Anselme Ysalguier, trazer para a sua cidade uma princesa negra que havia desposado em Gao, ao mesmo tempo que um médico vindo das margens do Níger, ao qual recorria o delfim, o futuro Carlos VII. Residência e peregrinação, realismo e fantasia, tais são os dois pólos da vida medieval, entre os quais o homem evolui sem o menor incómodo, unindo um e outro e passando de um ao outro com uma facilidade que não voltou a recuperar desde então.

Do conjunto sobressai uma confiança na vida, uma alegria de viver de que não encontramos equivalente em mais nenhuma civilização. Essa espécie de fatalidade que pesa sobre o mundo antigo, esse terror do Destino, deus implacável ao qual os próprios deuses estão submetidos, o mundo medieval ignorou-a totalmente. Podemos aplicar--Ihe estes versos do poeta latino:

> [...] *metus omnes et inexorabile Fatum*
> *Subjecit pedi bus* [...].

Na sua filosofia, na sua arquitectura, na sua maneira de viver, jorra por toda a parte uma alegria de existir, um poder de afirmação perante as quais vem à memória a frase trocista de Luís VII, a quem censuravam a sua falta de fausto: «Nós, na corte de Franca, só lemos pão, vinho e alegria.» Frase magnífica, que resume a Idade Média, época em que se soube, mais que em nenhuma outra, apreciai as coisas simples e sãs e alegras: o pão, o vinho e a alegria.

:

PEQUENO DICIONÁRIO DA IDADE MÉDIA TRADICIONAL

AMÉRICA (Descoberta da). — Remonta a cerca do ano 1000; deve-se aos Viquingues, que levavam de seis a sete dias para ir da Noruega à Gronelândia, onde foi criado um bispado. Os Gronelandeses, aquando do apelo à Cruzada lançado pelo papa João XXII em 1327, enviaram a Roma um carregamento de dentes de morsa e de peles de foca para participarem nos custos da empresa.

ANO MEL (Terrores do). — Não mereceriam os historiadores do século xvi, aos quais remonta esta invenção, ser conhecidos pelo seu sentido do romanesco, pelo menos tanto como Michelet, que a eles foi buscar a sua inspiração?

ARTE GÓTICA. — A palavra *gótico*, aplicada à arte medieval, permanece o único aspecto «tenebroso» desta época, uma vez que não deve nada aos Godos nem aos outros bárbaros e viu o dia na Ilha de França nos meados do século XII.

ASILO (Direito de). — O direito da Idade Média assenta em bases totalmente diferentes das do nosso. Essa diferença aparece com mais evidência do que em qualquer outro lado nesse direito de asilo que dá uma oportunidade mesmo ao criminoso; a nossa época, pelo contrário, considera o *priori* todo o acusado como culpado, donde a prisão porventura, à qual, pelo menos em princípio, tanto se expõe o inocente como o criminoso.

BELPRAZER (Pois é este o nosso). — O primeiro soberano a fazer uso desta fórmula não é outro senão Napoleão.

BURGUESIA. — Nasce cerca dos fins do século xi, aquando da extensão das cidades; só começa a tomar parte efectiva no poder central em fins do século XIII; o seu aparecimento coincide com o declínio da Idade Média.

B0BSOI,A.— Aparece no Ocidente no século XII; descrita em 1269 por Pérégrin de Maricourt; aperfeiçoada no século xiv.

CARRO DE. MÃO. — Empregue correntemente na Idade Média. A atribuição da nua descoberta a Pascal, que nada acrescenta à glória deste, não terá «Ido uma piada de mau gosto?

CATEDRAL DE ORLEAES. — Citada como o modelo do género pelos românticos; data do século XVIII.

CORPORAÇÕES. — A palavra data do século XVIII; Salvo algumas excepções, de fins do século xv, pelo menos na sua forma estrita e exclusiva, pois a burguesia, que sempre deu provas de mais espírito de casta do que a nobreza, sem possuir os mesmos cargos, reserva paia si, desde muito cedo, o monopólio da mestria.

CRUZADAS. — Não se reduzem, como se poderia pensar, a oito expedições. Imagine-se uma Sociedade das Nações assente numa fé comum, em lugar de num encontro provisório de interesses, e organizando expedições além-mar.

EMPAREDAMENTO. — Os emparedados de Carcassona forneceram a um dos nossos pintores académicos mais apreciados o tema de uma obra comovedora pela boa vontade de que dá prava. Designava-se na Idade Média, pelo termo *emparedamento,* a pena de prisão.

EPIDEMIAS. — Se fosse possível fazer uma lista das suas vítimas na Idade Média e compará-la com as da tuberculose e do alcoolismo no século passado, não é certo que o balanço fosse favorável ao último (tendo-se ambos abatido *sobre o povo,* tal como a peste no século xvi, não merecerão 0 nome de epidemias?).

FEITIÇARIA, FEITICEIROS. — Os abusos dos processos de feitiçaria foram estigmatizados numa obra do P. von Spee, S. J., a *Cautio criminalis,* aparecida em 1631. Espantar-se-ão talvez com esta data: é que os processos em questão, se começaram a aparecer com o declínio da Idade Média, no fim do século xv, só se tornaram realmente numerosos no princípio do «Grande Século».

FEUDALISMO. — A única sociedade no mundo na qual a base das relações de homem a homem tenha sido a fidelidade recíproca e a protecção, devidas pelo senhor às gentes humildes do seu domínio. É difícil de explicar por que é que o termo foi empregado a propósito dos *trusts,* pois é impossível encontrar nos textos o menor esboço de entendimento entre estes senhores para a exploração do povo.

FOMES. — Foram numerosas, sobretudo no século XI, mas é difícil fazermos uma ideia exacta do que possam ter sido, porque as do nosso tempo abarcam uma vasta região, ao passo que na Idade Média são sempre localizadas: o valor de um ou dois departamentos, no máximo, atingidos por um ano de más colheitas.

GRAÇA DE DEUS (Rei pela). — Os dois sentidos tomados por esta fórmula são muito reveladores, pela sua oposição, da evolução da monarquia. Na boca de um São Luís, esta expressão, «rei pela graça de l>eu«\ é uma fórmula de humildade que reconhece a mão do Criador nas diversas tarefas atribuídas às suas criaturas; na boca de um Luís XIV, a mesma fórmula torna-se a proclamação de um privilégio de predestinado.

IENE. — «Ser recebido pelo rei sentado na sua cadeira é um privilégio conferido por uma autorização especial, a 'licença de demanda* (Lavisse, *Histoire de France [História de França]);* o castelo do Versalhes não comporta casa de necessidades, e Luís xiv só tomou um único banho em toda a sua vida. Estas breves rememorações do século XVII mostram a amplitude da evolução que se produziu nos costumes no decurso do Renascimento. Bastará recordar que o Paris de Filipe Augusto compreendia vinte e seis estabelecimentos de banhos públicos.

HOMEM PROBO. — Represente o ideal medieval, tal como o *homem honesto* do século XVII. Segundo Ménage, este deve possuir «a justeza do espírito e a equidade do coração; uma é uma virtude do espírito que combate os erros, a outra uma virtude do coração que impede o excesso das paixões, quer para bem quer para mal». Na Idade Média, as qualidades requeridas do homem probo *(prud'homme)* resumem se nos versos seguintes:

Tant est prud'homme, si com semble
Qui a ces deux choses ensemble:
Valeur de corps et bonté d'âme (1).

INGENUIDADE. — «O Sr. Bédier fez-me rever o preconceito da inconsciência e da ininteligência dos autores das canções de gesta. Porque supor, com efeito, que não desejaram ou compreenderam aquilo que fizeram?» (G. Lanson, *Histoire illustrée de la littérature française [História Ilustrada da Literatura Francesa],* 2.ª ed.)

INOCENTES (Ossário dos). — Cf. «Pátio dos Milagres».

INQUISIÇÃO. — A pena do fogo foi aplicada pela primeira vez aos heréticos por Frederico II, monarca «esclarecido», céptico, vária* ve/,n* excomungado e tido por todos os historiadores como um precursor do Renascimento. Foi no decurso desse mesmo Renascimento que a Inquisição tomou, especialmente em Espanha e nos Países Baixos, o carácter que guardou na história e na tradição.

MASMORRA. — Não existe nos documentos autênticos nenhum esboço de explicação para o curioso mal-entendido que levou os romancistas de imaginação a confundirem a prisão, de que todo o castelo feudal estava aliás provido, com as suas caves de armazenamento.

MONGES. — Lembremos que os maiores sábios, os maiores artistas, os maiores filósofos da Idade Média foram monges. (Cf. São TOMÁS de Aquino, Roger Bacon, Frei Angélico, etc.)

(1) É *homem probo, como parece, / Quem possui estas duas coisas ao mesmo tempo: / Valor de corpo e bondade de alma.*

MORGADIO (Direito de). — Foi o método mais seguro que a Idade Média encontrou para evitar o parcelamento provocado pela deserção dos campos e para excitar, nos benjamins da família, o espirito de iniciativa. Não terá sido ao direito de morgadio que a Inglaterra ficou a dever o ter possuído o maior império do mundo?

NOTRE-DAME DE PARIS. — As multilações dos *sans-culottes* i não nos devem fazer esquecer que é à Revolução Francesa que devemos a conservação da sua fachada, se não Intacta nos seus pormenores, pelo menos tal como está no conjunto: projectava-se com efeito, nos últimos anos do século XVIII, demoli-la, para construir outra no género da do Panteão.

NOTRE-DAME DE PARIS. — As mutilações dos *sans-culottes (1)* não nos devem dos historiadores para quem a Idade Média cabe entre o Pátio dos Milagres e o Ossário dos Inocentes. Pode se lamentar que não tenha vivido o suficiente para conhecer essas flores da civilização que são a zona dos arredores de Paris e certos subúrbios das nossas grandes cidades; teria achado ai um tema mais autêntico para os seus talentos de evocação.

PATRIOTISMO. — Se o nacionalismo remonta inegavelmente à Revolução Francesa, o patriotismo já existia muito antes de Joana d'Arc, provam.no os companheiros de Carlos Magno morrendo de rosto virado para «France la doulce».

PERNADA (Direito de). — Perante certas interpretações, fundadas em jogos de palavras (cf. «Bel-Prazer», «Emparedamento», «Feudalismo»), das quais o «direito de pernada» é um exemplo impressionante, poderemos perguntar-nos se a Idade Média não terá sido vítima de uma conspiração de «historiadores».

QUIMERAS DA NOTRE-DAME. — Acrescentadas por Viollet-le-Duc aquando da restauração do edifício no século XIX.

RAPOSA (Romance da). — Exemplo de criação popular, cuja fortuna foi tal que a alcunha de Raposa chegou a substituir o nome do *goupil*, e que Goethe não desdenhou adapta lo. Permanece como um espécime desse gosto da mistificação, desse sentido de humor de que não 6 exagerado dizer se que é a chave da Idade Média. Humor gratuito porque, ao contrário das fábulas antigas, não comporta nenhuma intenção moralizadora.

RÃS. — Cf. «Tanques».

» Nome dado ao povo pelas classes abastadas da nobreza e burguesia no Antigo Regime, pelo facto de as gentes do povo não usarem cal<;a.i mas sim meias, aliás, geralmente de lã ou calções de burel «sem calças» *(N. do R.)*

SERVIDÃO. — A diferença entre a servidão e a escravatura permite captar ao vivo a oposição entre a sociedade antiga e a sociedade medieval, pois, ao contrário do escravo, tratado como uma coisa, o servo é um homem que possui família, lar, propriedade e se encontra livro para com o seu senhor no momento em que paga a renda, em troca da qual está protegido contra o desemprego, o serviço militar e os agentes do fisco.

Suscitou vivos protestos: os dos servos, quando os quiseram libertar em massa. Estes, pela sua resistência a essa medida, ficaram na história sob o nome de «servos recalcitrantes».

TANQUES. — «O servo passa as noites a bater na sua água para fazer calar as rãs que perturbam o sono do senhor.» O autor, que passou duas horas durante a noite a bater a água de um charco para tentar calar as rãs, oferece uma grossa recompensa a quem possa demonstrar a verosimilhança da asserção do Sr. Devinat (*Manuel d'histoire,, Cours Moyen [Manual de História, Curso Médio],* p. 11).

BIBLIOGRAFIA

BEZZOLA (R.), *les Origines et la formation de la tradition courtoise en Occident*, Champion, 1958-1963, 5 vol. gd in-8°.

BEZZOLA (R.), *le Sens de l'aventure et de 1'amour,* La Jeune Parque, 1947.

BRUYNE (Edgar de), *Mudes d'esthétique médiévale*, Bruges, 1946. 3 vol. in-4.°.

COHEN (Gustave), *la Grande Clarté du Moyen Age*, Gallimard, 1945.

EVANS (Joan), *la Civilisation en France au Moyen Aye,* Payot, 1930.

FOCILLON (Henri), *Art d'Occident,* Paris, 1938.

GENICOT (L.), *les Lignes de faite du Moyen Age*, Casterman, 1951.

GILLE (Bertrand), *les Origines de la civilisation tehnique. Le Moyen Age en Occident*, P. U. F., 1963.

GIMPEL (Jean), *les Bâtissseurs de cathédrales,* Le Seuil, 1980.

GIMPEL (Jean), *la Révolution industrielle du Moyen Age,* Le Seuil, 1975.

HARCOURT (Goncviève d'), *la Vie au Moyen Age*, P. U. F., coll. «Que sais-je?» nº 132, 1957.

LABARGE (M. W), *The Life of Louis IX of France,* Eyre et Spottiswoode, Londres-, 1968.

LAGARDE (G. de), *la Navssance de 1'esprit laïc*, Paris, 1948.

LUBAC (H. de), *Exegese médiévale*, Aubier, 1959-1964, 4 vol. gd in-8º,

MELVILLE (Marton), *la Vie dos templiers*, Gallimard, 1974.

POGNON (Ed), *l'An Mil, Gallimard*, 1947.

RICHARD (Jean), l'*Esprit de la croisade,* Le Cerf, 1989,

RICHARD (Jean), le *Royaume latin de Jerusalém,* P. U. F., 1953.

RICHÉ (Pierre), *De l'éducation antique à 1'éducation chevalcresque,* Flammarion, 1968.

RICHÉ (Pierre), *Éducation et culture dans l'Occident barbare,* Le Seuil, **1966.**

ROUSSET (Paul), *Histoire des croisades,* Payot, 1957.

Sièole (Le) de Savnt Louis. Hachette, **1970.** Ouvrage collectif sous la direction de R. Pernoud.

ZUMTHOR (Paul), *Histoire littéraire de la France médiévale,* **P.** U. **F., 1954.**

Assinalamos nas edições Stock-Plus a colecção de textos «Moyen Age» orientada por Danièle Règnier-Bohler.

